

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO

LETICIA BRANDT BAUER

O HOMEM E O MONUMENTO:
criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade

Porto Alegre

2015

LETICIA BRANDT BAUER

O HOMEM E O MONUMENTO:

criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Bauer, Leticia Brandt

O homem e o monumento: criações e recriações de
Rodrigo Melo Franco de Andrade / Leticia Brandt
Bauer. -- 2015.

273 f.

Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2015.

1. Rodrigo Melo Franco de Andrade. 2. Instituto
do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 3.
Monumentalização. 4. Patrimônio Cultural. I. Schmidt,
Benito Bisso, orient. II. Título.

LETICIA BRANDT BAUER

O HOMEM E O MONUMENTO:

criações e recriações de Rodrigo Melo Franco de Andrade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (Orientador) – PPGH/ UFRGS

Prof^a Dr^a Silvana Barbosa Rubino – PPGH/ UNICAMP

Prof^a Dr^a Zita Rosane Possamai – FABICO/ UFRGS

Prof. Dr. Fernando Nicolazzi - PPGH/ UFRGS

Prof. Dr. Alessandro Kerber - PPGH/ UFRGS

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão da bolsa de estudos, condição fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRGS pela oportunidade proporcionada pelo Edital de Missão Científica de Curta Duração no Exterior, cujo financiamento viabilizou o primeiro contato com a *Université Paris I – Panthéon Sorbonne*.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) agradeço pela concessão da bolsa que viabilizou a realização do Doutorado Sanduíche em Paris, experiência única que redimensionou meu entendimento sobre as possibilidades que o livre pensar proporciona. Ao professor Dominique Poulot pela acolhida durante o doutorado sanduíche realizado na *Université Paris I – Panthéon Sorbonne*. Agradeço, especialmente, pelas sugestões de leitura e pelo diálogo atencioso sobre o projeto.

Aos coordenadores do projeto PROCAD - CAPES “Cruzando fronteiras: a história do trabalho no Brasil para além das dicotomias tradicionais”, por meio do qual foi possível realizar a pesquisa no Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, e ao Professor Alexandre Fortes pela acolhida no Rio de Janeiro.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História pelos conhecimentos compartilhados nas disciplinas que cursei e aos colegas que acompanharam essa etapa. A Gabriel Focking, pela constante atenção e disponibilidade em resolver da melhor maneira possível as demandas dos pós-graduandos. Ao professor Fernando Nicolazzi e à professora Zita Possamai pelas sugestões realizadas na banca de qualificação e pela participação da banca final, bem como ao professor Alessandro Kerber e à professora Silvana Rubino por aceitarem o convite e integrarem a mesma.

Aos funcionários do Arquivo vinculado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/ FGV), dos *Archives de l’UNESCO* e do Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa pela atenção as minhas solicitações. Expresso meus agradecimentos aos funcionários que, em sua

grande maioria, assumiram a pesquisa como se fosse sua e conduziram-me pelos caminhos, às vezes improváveis, que levaram até fontes. Agradeço especialmente à Maria José Silveira Soares, Hilário Pereira Filho e Ivan Sardinha, atenciosos servidores do Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, cujo conhecimento sobre o acervo e história da instituição foram fundamentais para a pesquisa. Meu obrigada, também, aos autores de dissertações e teses que atenderam minha solicitação e enviaram seus trabalhos. À Clara Alvim, filha de Rodrigo, agradeço a gentileza de aceitar colaborar com a pesquisa, respondendo minhas dúvidas e auxiliando na transcrição de documentos manuscritos de autoria de seu pai.

Meus agradecimentos à Marisângela Antunes (Nina) e à Cássia Silveira, pelo enriquecedor debate proporcionado no curso de extensão “A História e os Intelectuais” e pelas preciosas sugestões ao texto apresentado na conclusão da disciplina.

Ao meu orientador, Benito Bisso Schmidt, todos os agradecimentos parecem ser insuficientes. Como expressar a gratidão por sua crítica inteligente, sua leitura atenta e seu comprometimento com a orientação? Não bastasse seu perfil profissional, irretocável, agradeço a amizade e o bom humor com que sempre me recebeu, fazendo com que o temor de ter escrito algum impropério fosse dissipado por boas risadas ao longo das orientações. Tive a felicidade de compartilhar Paris com ele, desfrutando do melhor guia possível e de uma impensável orientação em um terraço da *Maison Suger*. Convenhamos, isso foi o máximo! Agradeço a confiança e a generosidade com que sempre acolheu minhas propostas e compartilhou saberes e experiências ao longo desses anos.

Paris também foi espetacular pela acolhida de Nouchka Pathé. Além de disponibilizar sua casa, dividiu comigo sua excepcional biblioteca de literatura e artes, guiou meu olhar pela cidade e sempre esteve à disposição para uma conversa acompanhada de um bom queijo na cozinha de seu apartamento. Culta no sentido mais positivo da palavra, tratou-me com um carinho que jamais esperaria ao locar um quarto a esmo pela internet. Existem encontros que superam as expectativas e este foi um deles.

Viviane Borges, total apoiadora desde o início do projeto de pesquisa, incentivou meu retorno à pós-graduação. Junto com ela e Nina, formei a melhor coleção de

histórias de congresso, desde Pelotas até Teresina. Talvez agora possamos dar seguimento ao evento de “história sensacionalista”! Vivian Krüeger e Fabíola Colombo, amadas “do Canela”: obrigada pela torcida e pela comemoração a cada capítulo entregue. Algumas vezes ouvi “Nem pergunto mais quando tu volta...”! Eu volto, sempre!

À equipe do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e a Luiz Custódio, pela parceria no trabalho que já se transformou numa festiva amizade. Agradeço pela compreensão, pelo apoio e pela confiança nas atividades que temos compartilhado.

Silvana Brandt e Marília Brandt, tias-díndas que torceram, ligaram, acenderam vela e pediram “pelo amor de deus, termina isso logo!” Aos queridos-amados-amigos Marina Martins, João Paulo Schwerz e à pequena Aurora, Diego Rayck, Aline Dias e Irene diva. Consolamos, animamos e elogiamos uns aos outros (principalmente quando a coisa ficou tensa em nossos doutorados), rimos e viajamos e, tudo leva a crer, trocaremos receitas e dicas de dentadura quando velhinhos! Eduardo Hahn, Kelly Fahrion (*in memoriam*), Conrado Dalligna, Carla Krohn, Marcelo Dezzone e Carla Berto, agradeço pela amizade que nos une há tantos anos e pela compreensão com as minhas sucessivas negativas aos convites. Juras eternas!

Quatro anos comportam muita coisa. Quatro mudanças de casa, por exemplo. Mas também ocorreram encontros e, em meio à confusão, conheci Rodrigo Souto que, por um bom tempo, teve a paciência de me dividir com o outro Rodrigo, o Melo Franco de Andrade! Obrigada por ser sempre tão amoroso e atencioso, oferecendo ajuda, seja na conferência de dados, seja preparando um lanchinho, seja trazendo o inesquecível girassol para me animar! Ainda não me conhece sem ter uma tese no meio do caminho. Vamos em frente, de mãos dadas, entre risadas e declarações!

Ricardo e Sonia, os amigos-pais. É pouco espaço para explicar quanta boniteza tem nesses dois. Torceram, consolaram, animaram, ajudaram, sempre perguntando “em que pé estava a coisa” ou telefonando “só para fazer uma companhia”. São o que há de amor e de humor. Sempre preocupados em saber se estava tudo bem e se tinha como ajudar, fazendo a necessária e poderosa intervenção com um “Leticia, pára”, na complicada fase de final de tese! Parei (por ora) e sigo achando vocês o máximo!

RESUMO

A tese estuda os processos de construção e reconstrução de Rodrigo Melo Franco de Andrade como *homem-monumento* ao longo do tempo. O personagem foi o primeiro diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição federal criada em 1936 para selecionar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Rodrigo permaneceu no cargo durante 30 anos e sua gestão tornou-se conhecida como a “fase heroica” da instituição. O trabalho divide-se em quatro capítulos e busca analisar as diferentes formações discursivas relacionadas ao diretor, investigando, primeiramente, sua escolha para a direção da instituição, sua progressiva identificação com a mesma e a formação de uma rede de colaboradores e funcionários. Em seguida, examina diferentes homenagens prestadas a Rodrigo e ao IPHAN nas comemorações de 20, 25 e 30 anos de existência da instituição, além da concessão de quatro títulos *Honoris Causa* e Suplementos Literários dedicados a celebrar os 70 anos do primeiro diretor do órgão federal. No terceiro capítulo, partindo de 1969, ano de seu falecimento, a tese problematiza uma série de publicações a ele dedicadas, em especial “A lição de Rodrigo”, de 1969, e os livros “Rodrigo e seus tempos” e “Rodrigo e o SPHAN”, de 1986 e 1987, respectivamente. As três obras são compreendidas como *documentos-monumentos* que fundamentaram a imagem do personagem a partir de uma perspectiva institucional. Finalmente, são investigados os usos das imagens de Rodrigo Melo Franco de Andrade em dissertações e teses relacionadas ao campo do patrimônio cultural brasileiro entre 1989 e 2012.

Palavras-chave: Rodrigo Melo Franco de Andrade; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Monumentalização; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The thesis studies the processes of construction and reconstruction of Rodrigo Melo Franco de Andrade as *monument-man* throughout time. The character was the first director of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN), federal institution created in 1936 to select and protect the Brazilian cultural heritage. Rodrigo remained director during 30 years and his management has been known as the institution's "heroic phase". The study is divided in four chapters and aims to analyze the different discursive formations related to the director, investigating, firstly, his choice for the institution direction, his progressive identification with it and the formation of a network of collaborators and staff. Then the thesis examines different tributes paid to Rodrigo and IPHAN during the celebrations of the institution's 20th, 25th and 30th anniversary, and the awarding of four titles of Honorary Degree and Literary Supplements dedicated to celebrating the 70th anniversary of the first director of the federal agency. Following, starting from 1969, year of his death, the thesis problematizes a series of publications dedicated to the first director, specially "A lição de Rodrigo", de 1969, and the books "Rodrigo e seus tempos" e "Rodrigo e o SPHAN", de 1986 e 1987, respectively. The three publications are understood as *documents-monuments* that fundament the director's images from an institutional perspective. Finally, the thesis investigates the uses of Rodrigo Melo Franco de Andrade's images in dissertations and theses related to the field of Brazilian cultural heritage between 1989 and 2012.

Keywords: Rodrigo Melo Franco de Andrade; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ National Institute of Historic and Artistic Heritage; Monumentalization; Cultural Heritage.

ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Retrato de Rodrigo Melo Franco de Andrade inaugurado na Bahia	99
Figura 2. Retrato de Rodrigo Melo Franco de Andrade inaugurado em Recife	101
Figura 3. Rodrigo Melo Franco de Andrade por Marcel Gautherot [s.d.]	103
Figura 4. Rodrigo Melo Franco de Andrade por autor desconhecido em 1968	103
Figura 5. Suplemento Literário. <i>Minas Gerais</i> [1968]	115
Figura 6. Suplemento Literário. <i>Jornal do Commercio</i> [1968]	124
Figura 7. Capa de <i>A lição de Rodrigo</i> . [1969]	147
Figura 8. Capa de <i>1ª Paca</i> . [1970]	147
Figura 9. Diagramação do miolo de <i>Lito '70</i> . [1970]	148
Figura 10. Diagramação do miolo de <i>A lição de Rodrigo</i> . [1969]	148
Figura 11. Diagramação do miolo de <i>A lição de Rodrigo</i> . [1969]	148
Figura 12. Capa de <i>Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória</i> . [1980]	162
Figura 13. Capa de <i>Rodrigo e seus tempos</i> . [1986]	166
Figura 14. Capa de <i>Rodrigo e o SPHAN</i> . [1987]	167
Gráfico 1. Teses e dissertações	186
Gráfico 2. Áreas de conhecimento	187
Gráfico 3. Incidência de citações aos colaboradores de Rodrigo M. F. de Andrade	197

ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPNQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPDOC/ FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ENBA - Escola Nacional de Belas Artes

FNpM – Fundação Nacional pró-Memória

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MES – Ministério da Educação e Saúde

SCA – Sociedade Central dos Arquitetos

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937 – 1946)

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979-1990)

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 – RODRIGO E “O PATRIMÔNIO”	33
1.1 Os “donos” e a “área”: um campo em formação	35
1.2 “Quando o destino de Rodrigo ainda estava por se precipitar”: a escolha do primeiro diretor.....	57
1.3 “Sempre as portas abertas”: a formação de uma rede de funcionários, colaboradores e “frequentadores”	66
Capítulo 2 – RODRIGO É PATRIMÔNIO: A FORMAÇÃO DO HOMEM-MONUMENTO	83
2.1 Os 20 anos da instituição	85
2.2 Os títulos honoríficos	91
2.3 “O casal Rodrigo – PHAN”: 30 anos de (do) serviço	107
2.4 Os 70 anos do homem e os Suplementos Literários	115
Capítulo 3 – O GRANDE DESAPARECIDO	129
3.1 A presença ausente: repercussões e notas de falecimento	131
3.2 A lição de Rodrigo	144
3.3 A produção do Núcleo de Editoração da SPHAN/ FNpM	157
Capítulo 4 – UM MONUMENTO COMO ARGUMENTO?	184
4.1 Rodrigo na Academia: um panorama inicial	185
4.2 Entre Mário e Rodrigo: uma disputa projetada no tempo	188
4.3 A legitimação pelos respeitáveis colaboradores e a força do <i>sinônimo</i>	195
4.4 A periodização “clássica” e a formação discursiva do herói	206
4.5 Quando a fase heroica pauta o estudo	221
4.6 As notas biográficas	225
4.7 As fontes	231
Considerações finais	235
Fontes e referências bibliográficas	245

Introdução

I.

Minha primeira aproximação com a história do IPHAN¹ deu-se por meio de um estágio entre os anos de 2001 e 2003 na 12ª Superintendência Regional do Instituto, situada em Porto Alegre e responsável pelas ações do órgão federal no Rio Grande do Sul. Na casa em estilo eclético, situada na Avenida Independência, deixei-me levar pelo entusiasmo para com a “causa do patrimônio” e, em um curto espaço de tempo, habituei-me a menções aos nomes reverenciados da instituição, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Aloísio Magalhães, José Saia, D. Judith Martins e Lucio Costa, além de Lucas Mayerhoffer e Júlio Curtis, esse último um arquiteto gaúcho que foi o primeiro superintendente da Regional. A maioria desses personagens será conhecida pelo leitor ao longo dos caminhos que trilhei para compor meus argumentos. Por ora, mantenho-os como citações de uma memória afetiva que carrego comigo.

Foi nesse período também que, admito, identifiquei-me com a “missão” do Patrimônio, inspirada por uma equipe de arquitetos que mantinha uma relação de certa maneira passional com os bens imóveis e conjuntos urbanos dessa ou daquela cidade do Estado. Minha pesquisa, em algum sentido, é formada e informada por essa relação, já distante no tempo. Foi nessa mesma época (encerrando esse breve e pontual mistura de *mea culpa* com relato) que li, pela primeira vez, referências bibliográficas sobre a história da instituição, a exemplo do livro “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”, de Maria Cecília Londres Fonseca, autora

¹ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1936 por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas. A denominação da instituição foi modificada diversas vezes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1936-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1979-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ IBPC (1990-1994); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN (desde 1994). PESSÔA, José (Org.). **Lucio Costa:** documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 11.

que é, sem sombra de dúvida, a mais citada quando se trata da história do IPHAN e cujo livro será melhor explorado no terceiro capítulo da tese.²

Além de Cecília Londres, outra referência absolutamente fundamental em minha formação inicial foi o livro “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, do antropólogo José Reginaldo Gonçalves, publicado em 1996 a partir de sua tese de doutorado defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de Virgínia, em 1989. Dedicado a analisar as formas discursivas sobre patrimônio cultural brasileiro, Gonçalves utilizou-se de manifestações públicas de dois diretores da instituição nas quais estavam presentes concepções sobre a construção do ideário nacional a partir do conceito de patrimônio cultural. Os diretores em questão são Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor entre 1936 e 1967 e personagem central desta tese, e Aloísio Magalhães, diretor entre 1979 e 1982. Para José Reginaldo Gonçalves, a noção de perda da identidade e a busca infundável pela “autenticidade” brasileira aparecem como figuras centrais nos discursos de Rodrigo e Aloísio, manifestando-se, entretanto, de formas radicalmente diferentes. Os argumentos do autor constituem preciosa referência, na medida em que, a partir de um recorte bem delimitado e apropriado, trazem à tona a retórica da perda como alternativa ao discurso simplesmente centrado em um esforço nacionalista empreendido por ambos os dirigentes em diferentes períodos.³

Foi relendo justamente o livro de José Reginaldo Gonçalves que as primeiras inquietações motivadoras do projeto de pesquisa resultante nesta tese tiveram início. Duas páginas, aliás, para ser mais específica. No livro, o autor menciona a forte associação entre Rodrigo e “o Patrimônio”, citando, inclusive, a expressão “o Patrimônio de Rodrigo”. Gonçalves cita, também, a importância da imagem do diretor

² Cecília Londres propõe uma reflexão que objetiva traçar o processo de criação e institucionalização do IPHAN numa perspectiva diacrônica que tem início em 1936 e divide-se em duas etapas: uma primeira, a “fase heroica”, identificada com Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua gestão, e uma segunda, a “fase moderna”, associada a Aloísio Magalhães. Estas foram relacionadas pela autora respectivamente com as noções de “pedra e cal” – ligada ao tombamento e ao predomínio dos aspectos artístico-arquitetônicos – e de “referência” – relacionada ao Centro Nacional de Referência Cultural. Tais fases são trabalhadas em suas continuidades e rupturas, ainda que Fonseca reconheça a permanência, na prática, de atos da primeira fase na segunda, como o tombamento. FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

³ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

na modelagem do patrimônio cultural brasileiro e a influência deste em sua *persona* pública, citando elementos como a devoção pessoal à “causa”, o sacrifício em prol da defesa dos bens culturais e sua exemplaridade.⁴ Na leitura do autor, Rodrigo modelou-se como patrimônio, como monumento, ao dedicar “toda a sua vida” à tarefa preservacionista.⁵ Foi esse distanciamento que relativizou, em mim, a percepção do “Patrimônio”, uma vez que a noção de devoção à causa ainda ecoava na casa da Avenida Independência e fazia sentido na minha leitura do trabalho que se realizava em defesa do patrimônio cultural. Uma espécie de choque, por assim dizer, uma vez que percebi, pela primeira vez, que aquela “devoção à causa” era produzida por uma construção deveras articulada.

Muitos anos depois, em busca de um tema que me interessasse suficientemente para essa longa jornada que constitui a pesquisa para uma tese de doutorado, pensei, inicialmente, na proposição de uma biografia do primeiro diretor do IPHAN. Imediatamente supus que haveria inúmeros trabalhos sobre ele, tendo em vista sua representatividade na história institucional, da qual eu tinha conhecimento por meio da bibliografia dedicada ao IPHAN, expressa em sentenças como a seguinte, presente em “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”:

Não é por acaso que ela [a fase heroica] é a mesma em que Rodrigo Mello Franco de Andrade esteve à frente da instituição, pois, na verdade, chegou a ser tal o envolvimento entre a pessoa e o serviço que, para muitos analistas, torna-se difícil ou quase impossível entender o Patrimônio sem conhecer e compreender a personalidade e a atuação de Rodrigo Mello Franco de Andrade.⁶

Ou, ainda, conforme discorre Cecília Londres sobre a participação de intelectuais modernistas na criação do IPHAN:

Nessa tarefa, exerceram, ao mesmo tempo, a função de intelectuais e de homens públicos, e marcaram sua presença no serviço iniciado em 1936 – mais, talvez, que em qualquer outra instituição estatal de que tenham participado naquele período – de forma tão profunda e duradoura que, até hoje, para alguns, o Sphan dos anos 30-40, o Sphan

⁴ Reginaldo Gonçalves cita como fontes dessas afirmações, tanto “informantes” que trabalharam na instituição, como o livro “A lição de Rodrigo”, publicado em 1969. No caso dos informantes, não há identificação nominal.

⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996, p. 49.

⁶ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 28.

“de doutor Rodrigo”, é o verdadeiro Sphan, tendo se tornado praticamente sinônimo de *patrimônio*.⁷

Minha constatação, entretanto, não provocou choque, mas uma curiosa surpresa. Ao verificar a viabilidade de uma investigação voltada à figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, meu primeiro recurso foi buscar trabalhos acadêmicos sobre ele. Consultei o Banco de Teses da Capes para ter uma ideia mais precisa sobre o quê havia sido produzido a respeito do personagem. Contradizendo minhas expectativas, nutridas pela convivência com profissionais ligados à instituição, não havia nenhuma tese ou dissertação especificamente voltada ao primeiro diretor.

Em 2010, ao realizar a busca por “Rodrigo Melo Franco de Andrade”, incluindo a variação de sobrenome “Mello”, obtive como resultado inicial 11 trabalhos acadêmicos que citavam o seu nome nos resumos. De alguma maneira, ele figurava no formato reduzido que viabiliza o primeiro contato de um pesquisador com um trabalho acadêmico. Rodrigo estava, por assim dizer, na “porta de entrada” de algumas dissertações e teses, mas não era, entretanto, o centro da análise em nenhum momento. De certa forma, o primeiro diretor do IPHAN “tangenciava” a instituição. A essa primeira impressão, acrescento um dado informal, invisível do ponto de vista da quantificação, mas indício razoável do “jogo de esconde-esconde” que a imagem de Rodrigo proporciona: desde o início da pesquisa, ao apresentar meu estudo em eventos ou comentar sobre ele com pessoas ligadas ao campo do patrimônio, notei, em diversos momentos, certa surpresa para com meu objeto de investigação. Ora havia uma desconfiança sobre a inexistência, de fato, de trabalhos relativos a Rodrigo (ninguém o havia estudado?), ora a certeza de que havia muita produção sobre ele. Sua imagem, neste sentido, era um “vazio” revestido de “cheio”, gerando a seguinte pergunta: por que parece haver um número considerável de trabalhos sobre Rodrigo quando, na verdade, não há nenhum? Ou, dito de outra forma, por que motivo (ou motivos) formou-se essa impressão tão distante da constatação empírica? Ao que tudo indica, a Memória, nesse cabo de força, sem dúvida estava puxando a História.

⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 82.

II.

A questão central que a tese se propõe a responder é **por quais processos a imagem pública de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi construída e reconstruída em relação ao campo⁸ do patrimônio cultural no Brasil?** Por meio da pesquisa, busco identificar e analisar os processos e agentes envolvidos no construto da figura pública de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de sua relação com IPHAN ao longo do tempo. Também procuro saber de que maneira(s) as definições de Rodrigo como personalidade pública atuam na produção e pensamento contemporâneos sobre a temática. Para responder a essas questões, organizei a tese da seguinte maneira.

No **Capítulo 1**, proponho situar a criação do IPHAN no panorama das discussões empreendidas ao longo da década de 1920 acerca da definição e preservação do que poderia representar o patrimônio histórico e artístico nacional. Parti de uma declaração de Lucio Costa que menciona a reação dos “donos da área” à nomeação de Rodrigo para a direção da instituição criada em 1936, tentando identificar a quais *donos* e a qual *área* referia-se o arquiteto.⁹ Por meio dessa declaração, busquei outros documentos que auxiliassem na recuperação de informações sobre o breve intervalo de tempo em que a escolha de Rodrigo para a direção do IPHAN ainda não era um dado evidente, tampouco esperado. Identifiquei os simpatizantes do Movimento Neocolonial e do Modernismo como protagonistas contemporâneos na disputa por um campo ainda em formação, sendo que poucos dos “antigos” *donos da área* foram incorporados à instituição. São escassas as informações sobre a escolha de Rodrigo para o cargo de

⁸ Valho-me do trabalho de Bernardo Lewgoy que, a partir de Pierre Bourdieu, define o campo do patrimônio como “um sistema de relações objetivas entre os agentes sociais encarregados das tarefas práticas e simbólicas ligadas ao tombamento e preservação de bens culturais (ou patrimoniais), espécie de elite ilustrada que intenta congrega as qualidades e atribuições da *Ciência*, da *Moral* e da *Arte*, segmento relativamente autônomo no interior do corpo de Estado e lugar onde se constituem trajetórias, carreiras e identidades profissionais específicas”. LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio**: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 71-72. Ver também: POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13-35, 2000. Levando em consideração a definição de Lewgoy, “campo do patrimônio” será utilizado como instrumento conceitual para o período posterior a 1936, data de criação do IPHAN, quando se instaura um segmento relativamente autônomo no interior do Estado designado como Serviço vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, constituído por agentes autorizados a propor e efetivar tombamentos de bens móveis e imóveis por meio de legislação específica e cuja autoridade foi produzida, formalizada e constantemente reconhecida por meio de publicações oficiais, a exemplo da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁹ **Entrevista de Lucio Costa para Teresinha Marinho e Pedro Alcântara**, realizada em 18 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

direção. Antes de avançar para o início de sua gestão, investiguei possíveis repercussões ante sua escolha, isolando e destacando o momento em que sua nomeação ainda era uma possibilidade ou, como afirmou Prudente de Moraes Neto, *quando a escolha de Rodrigo ainda estava por se precipitar*.¹⁰

Feito isso, propus aproximar o leitor da repartição pública gerenciada por Rodrigo sob a perspectiva da formação da uma rede de funcionários, colaboradores e “intelectuais frequentadores”, buscando nela localizar o lugar ocupado e atribuído ao personagem. Entendo o 8º andar da sede do Ministério da Educação e Saúde, inaugurada em 1945, como um espaço de sociabilidade intelectual, definido como *espaço de aprendizagem e troca intelectual*, além de um espaço *geográfico e afetivo*.¹¹ Esse espaço foi mediado por Rodrigo, marcado fortemente pela noção de *amizade* e ampliado, por vezes, para além de um lugar exclusivamente técnico, o que dotou a repartição de certa informalidade. *A porta era sempre aberta*, a repartição ficava *cheia de visitas*, parecia *um botequim da Lapa*, afirmou D. Judith Martins, secretária de Rodrigo, em entrevista concedida em 1987.¹² Evidenciar essa rede de amizades tem um objetivo preciso, pois foram esses *funcionários, colaboradores e frequentadores* os grandes responsáveis pela tessitura monumentalizadora que a imagem de Rodrigo assumiu com o passar dos anos. Finalmente, a partir de um olhar minucioso sobre a documentação, identifiquei pequenos trechos que poderiam constituir possíveis *memórias subterrâneas*¹³ sobre o diretor, pequenas rachaduras, quase invisíveis, no *homem-monumento* que foi sendo constituído ao longo do tempo.

No **Capítulo 2** dediquei-me a examinar a construção de um *homem-monumento* que, no caso de Rodrigo, derivou para a configuração de um *homem-instituição*. Tendo como recorte temporal o período compreendido entre 1956 e 1969, o capítulo foi elaborado a partir de numerosos registros que documentaram diferentes homenagens ao diretor e à instituição: as comemorações de 20, 25 e 30 anos de existência do IPHAN,

¹⁰ DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 91.

¹¹ GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos históricos**, v. 6, n. 11, 1996, p. 65.

¹² SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Depoimento de Judith Martins**. Rio de Janeiro: SPHAN/ FNPM, 1987, p. 7-8.

¹³ As memórias subterrâneas estariam situadas em oposição às memórias ditas “enquadradas”, prosseguindo “seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível”. POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 4.

além da concessão de três títulos *Doutor Honoris Causa* e um título *Professor Honoris Causa* ao personagem. Somam-se a esses documentos dois Suplementos Literários dedicados a Rodrigo na celebração de seus 70 anos, comemorados em 1968. Um ano antes, o diretor havia se aposentado, fato que também rendeu algumas narrativas. Foi a partir desse recorte que delimitarei a edificação de Rodrigo Melo Franco de Andrade como *exemplo* nas diferentes variações de sua imagem pública, período no qual a separação entre o pessoal e o profissional começou a ser progressivamente borrada.

Nesse capítulo, os conceitos fundamentais que deram suporte à tese foram colocados em operação. Instrumentalizei-me com os estudos de Jacques Le Goff¹⁴ referentes à noção de monumento para perscrutar a construção do *homem-monumento* e propus uma leitura focada na monumentalização de Rodrigo, entendida como evocação e perpetuação, como um legado à memória coletiva. Tal leitura foi enriquecida pela perspectiva foucaultiana que valida a ideia da inexistência de “um Rodrigo real” a ser desvelado pela decomposição de múltiplas camadas discursivas.¹⁵ Reconheço, a partir de Foucault, a ausência de uma essência ou, melhor, reconheço que a “essência” é, ela mesma, uma construção delicada e dedicada de imagens estranhas a um objeto/indivíduo “natural”.¹⁶ Foram essas criações que delimitaram e ofereceram o *exemplo* de homem público, dotado da capacidade pedagógica reservada aos *grandes homens*, numa permanência de aspectos do *topos da historia magistra vitae* analisado por Koselleck.¹⁷ Tentei mostrar como, entre *herói* e *homem ilustre*, seguindo as categorias apresentadas por François Dosse¹⁸, Rodrigo foi progressivamente monumentalizado em vida. Nesse sentido, não foi gratuita a afirmação da jornalista Zilah Araújo no Suplemento Literário do jornal *Minas Gerais* em 1968: “há muito ‘tombamos’ Rodrigo para nós”.¹⁹

No **Capítulo 3** busquei, primeiramente, explorar *a perda de Rodrigo*. O processo de monumentalização em vida, delineado no Capítulo 2, deslocou-se para o âmbito das homenagens póstumas. Parti do ano de 1969, logo após o seu falecimento,

¹⁴ LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In : ROMANO, Ruggiero (Coord.). **Enciclopédia Einaudi**. Volume 1 – História – Memória. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

¹⁶ Id. Nietzsche, a Genealogia e a História. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

¹⁸ DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: USP, 2009.

¹⁹ ARAÚJO, Zilah Corrêa de. Rodrigo Melo Franco de Andrade no depoimento de sua filha Clara de Andrade Alvim. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 15. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

analisando reportagens e homenagens dedicadas ao ilustre falecido e buscando quais aspectos foram selecionados, privilegiados e fortalecidos para falar sobre sua vida depois de sua morte. Como veremos, *discrição*, *sacrifício*, *devoção* e *renúncia* estiveram entre os traços mais citados. Às portas de 1970, havia desaparecido um *filho típico de Minas*, conforme descrição de um amigo, o *amigo exemplar* de Manuel Bandeira. Foi também de 1969 a paradigmática publicação “A lição de Rodrigo”²⁰, idealizada como tributo e finalizada como elogio fúnebre, dado o desaparecimento do homenageado antes da conclusão da edição. É importante enfatizar que “A lição de Rodrigo” constitui-se, eminentemente, num livro de *depoimentos*, privando de certo tom coloquial ao ser permeado pela reprodução de diálogos que sinalizam intimidade dos autores com o diretor. Corroboram esse aspecto as descrições físicas de Rodrigo, as quais conferem uma impressão de *espontaneidade*, *autenticidade* e *verdade* à narrativa. Perscrutando o livro, foi possível perceber, também, recorrente uso da noção de *exemplo*, *lição* e *liderança*, bem como a repetição de textos já publicados em outras ocasiões. Rodrigo configurou-se, neste recorte, *modelo aos que virão*.

Somam-se a essa referência os livros “Rodrigo e seus tempos”²¹, de 1986, e “Rodrigo e o SPHAN”²², de 1987, inseridos em um conjunto de publicações do Núcleo de Editoração da então SPHAN/Pró-Memória²³ e situados em um contexto de mudanças importantes dentro e fora da instituição. Uma nova equipe, trazida pelo diretor Aloísio Magalhães, passou a dividir espaço e poder com funcionários contemporâneos/herdeiros de Rodrigo. Uma mudança expressiva no conceito de patrimônio também foi operada, sendo que a noção de *bem cultural* passou à protagonista nos discursos da instituição, colocando em xeque o consenso acerca do *bem patrimonial*. Fazem parte desse conjunto de publicações do Núcleo duas outras importantes referências: “Proteção e revitalização

²⁰ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969

²¹ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

²² Id. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

²³ O binômio SPHAN/ FNpM surgiu de uma reestruturação do IPHAN ocorrida em 1979. O Decreto 84.198 criou a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a lei 6.757 criou a Fundação Nacional Pró-Memória. Ambas as instituições foram dirigidas por Aloísio Magalhães. A Secretaria passou a funcionar como “órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, incumbindo à Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão operacional, proporcionar os meios e recursos que permitam agilizar a Secretaria”. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 55.

do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”²⁴, publicado em 1980, e “Mário de Andrade: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945)”²⁵, de 1981. Tais publicações, uma tentativa de articular diferentes fases do órgão, formalizaram uma expressão fundamental amplamente utilizada nas narrativas sobre a história da instituição: a *fase heroica*, associada à gestão de Rodrigo frente ao IPHAN. Sobre isso, vale recordar a advertência de Pollak relativa às periodizações: “quando se fala nos ‘anos sombrios’, para designar a época de Vichy, ou quando se fala nos ‘trinta gloriosos’ (...), essas expressões remetem mais a noções de memória, ou seja, a percepções da realidade, do que à factualidade positivista subjacente a tais percepções”.²⁶

Explorei mais detidamente os dois livros dedicados a Rodrigo, bastante citados em pesquisas posteriores, uma vez que concentram a reprodução de uma série de documentos produzidos por e sobre o primeiro diretor do IPHAN.²⁷ Também na década de 1980 teve curso um projeto de história oral com antigos funcionários da repartição, cujas entrevistas utilizei em diferentes momentos da tese. Entrevistei João de Souza Leite, coordenador da iniciativa na época, cujo depoimento foi fundamental para a compreensão de alguns objetivos tanto das entrevistas, quanto das publicações. Na investigação dessas fontes, situadas nas bordas móveis e permeáveis da Memória e da História, levei em conta a advertência de Pollak ao indicar a pertinência de um trabalho de dessubstancialização que indique como e por meio de que agentes os fatos sociais

²⁴ Id. Ibid.

²⁵ Id. **Mário de Andrade**: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945). Brasília: SPHAN/ FNpM, 1981.

²⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 2.

²⁷ A publicação “Rodrigo e seus tempos” inclui documentos produzidos por Rodrigo Melo Franco de Andrade e publicados desde a década de 1920. Apresenta a transcrição de nove artigos sobre artistas coloniais, dezoito especificamente sobre Aleijadinho, oito sobre história da arte brasileira, vinte e três sobre literatura, dezessete sobre acontecimentos contemporâneos observados pelo autor e onze correspondendo a introduções a livros e artigos sobre história do Brasil. Esses textos apareceram originalmente em diferentes veículos de imprensa de vários estados brasileiros. Constatam artigos publicados nos jornais *O Estado de S. Paulo*; nos cariocas *O Jornal*, *A Manhã*, *Diário Carioca*, *Jornal do Commercio* e *O Dia*; nos mineiros *Estado de Minas* e *Folha de Minas*; no paraense *Folha do Norte*, e no *A Imprensa*, da Paraíba, entre diversos outros. Na publicação, é possível acessar também doze entrevistas, dez textos sobre diversos aspectos do patrimônio cultural e sua proteção, dez prefácios de Rodrigo para diferentes publicações – incluindo o prefácio de “Mocambos do Nordeste”, de Gilberto Freyre, e de “Desenvolvimento da civilização material no Brasil”, de Afonso Arinos de Melo Franco –, além de cartas trocadas com Mário de Andrade, quatro textos sobre museus e doze discursos proferidos em atos oficiais.

solidificam-se, num trabalho de “constituição e formalização das memórias”.²⁸ O autor trata desse trabalho de enquadramento ao pensar o material fornecido pela disciplina histórica à formação das memórias coletivas. Tal processo, diz ele, implica movimento por meio de uma série de apropriações recíprocas. Segundo suas palavras, esse material fornecido pela História

pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (...) o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos.²⁹

Enfatizei essa dinâmica entre Memória e História interessada em investigar de que maneira o conjunto memorial criado em torno de Rodrigo foi utilizado, formalizado e legitimado pela Academia. Quis saber de que maneira a imagem do personagem foi acionada pelos pesquisadores contemporâneos dedicados ao estudo da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Ou, de acordo com o título do último capítulo, de que maneira o *monumento* atuou como *argumento*.

Nesse sentido, no **Capítulo 4** analisei justamente como a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi utilizada na produção acadêmica voltada ao estudo do campo do patrimônio no Brasil e à trajetória do IPHAN. Por esse motivo não apresento uma revisão bibliográfica na presente introdução, entendendo que tal análise constitui em si um objeto consistente e eloquente, configurando por isso capítulo exclusivo. Mas por que examinei apenas a produção acadêmica materializada em teses e dissertações e não livros e artigos? Essa opção justifica-se, principalmente, pela possibilidade de realizar a pesquisa sob os mesmos parâmetros de busca, auxiliando na obtenção de um *corpus documental* minimamente coerente graças ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ao mesmo tempo, esse recurso permitiu acessar a produção dos diferentes estados brasileiros, proporcionando uma visão mais abrangente das abordagens. Ao todo, levantei 253 trabalhos acadêmicos considerados pertinentes para análise, produzidos entre 1989 e 2012. Desse total, obtive 165 trabalhos em meio digital ou impresso, sendo que 103 registros foram definidos

²⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 2.

²⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 8.

como efetivamente relevantes para as considerações apresentadas no Capítulo³⁰. A partir da leitura e fichamento das teses e dissertações, defini algumas unidades articuladas em torno de Rodrigo: *a disputa entre as ideias de Mário de Andrade e Rodrigo; a legitimação do diretor pelos colaboradores “ilustres”; a periodização “clássica” baseada na “fase heroica”; os recortes temporais pautados pela direção de Rodrigo; as notas biográficas*; e, finalmente, as fontes utilizadas para a argumentação. Cada uma dessas unidades foi detalhada em subcapítulos específicos.

Investigar o que foi escrito sobre o primeiro diretor do IPHAN implicou um olhar atento à repetição. A produção a respeito de Rodrigo tem efeito circular, é feita e refeita sobre afirmações retrorreferenciadas e modelares. Por isso, dentre as difíceis questões que se impuseram ao trabalho, cito como uma das mais cruciais, a análise do repetitivo. Ao se referir ao que denomina de procedimentos internos de exclusão, Foucault chama atenção para o controle exercido pelo próprio discurso:

Não há, de um lado, a categoria dada de uma vez por todas, dos discursos fundamentais ou criadores; e, de outro, a massa daqueles que repetem, glosam e comentam. Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar. Mas embora seus pontos de aplicação possam mudar, a função permanece; e o princípio de um deslocamento encontra-se sem cessar repostos em jogo.³¹

Ainda Foucault, ao estudar o caso do parricida Pierre Rivière, identificou origens, formas, organizações e funções diferentes nos discursos presentes em um dossiê sobre o crime, constituído por perícias médico-legais produzidas no século XIX. Segundo o autor, “todos eles, e em sua heterogeneidade, não formam nem uma obra, nem um texto, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos”.³² De maneira similar, os discursos dos contemporâneos de Rodrigo, das publicações da década de 1980 e das teses e dissertações analisadas no Capítulo 4 parecem falar a mesma coisa, referem-se ao mesmo período, ao mesmo indivíduo, à mesma instituição, no mesmo tempo ou em tempos diferentes. Entretanto, padecem de uma *unidade desigual*, onde é possível localizar disputas.

³⁰ A dissertação de Tarcila Guedes e a tese de Márcia Chuva foram consultadas em seu formato de livro.

³¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996, p. 23.

³² Id. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. São Paulo: Graal, 2003, p. 12.

Conforme afirmei anteriormente, Rodrigo Melo Franco de Andrade não foi objeto de uma biografia propriamente dita. Não há investigação dedicada especificamente a ele, muito menos pesquisadores que se detiveram a escrever sobre suas experiências profissionais e pessoais. Entretanto, contamos com uma imagem de Rodrigo forjada por diferentes instâncias e épocas. Uma resumida, diminuta, quase inexistente biografia que possui, curiosamente, uma potente força de síntese. Valendo-me das considerações de Pollak,

É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente - houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos torna-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala.³³

Rodrigo Melo Franco de Andrade (Belo Horizonte – 1898/ Rio de Janeiro - 1969) foi nomeado diretor do então denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936, quando o órgão ainda funcionava em caráter provisório. Permaneceu no cargo até 1967, quando se aposentou. Nome, cargo e tempo de gestão. Informações aparentemente simples que se tornam absolutamente complexas e providas de sentido quando inseridas na narrativa dedicada à trajetória da instituição federal responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Sem ambicionar redigir uma biografia de Rodrigo, trabalhei com as construções e reconstruções de sua imagem por meio de diferentes veículos e agentes, com as urdiduras de pequenas notas biográficas, com enquadramentos e formalizações de memórias e os movimentos implicados nessas operações discursivas.

Este entendimento instrumentaliza a pesquisa com vistas ao estudo da constituição de um *homem-monumento* arquitetada ao longo dos anos e a partir do qual a trajetória do IPHAN definiu-se, por continuidade ou ruptura. Trata-se da análise de um complexo de práticas, discursos, desejos e valorações que constitui intenso tráfego

³³ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 2.

entre os trabalhos da Memória e as formações da História. Este movimento é, enfim, o fio condutor da presente investigação.

III.

A maior parte da documentação primária utilizada na tese foi obtida no Arquivo Central do IPHAN, situado na cidade do Rio de Janeiro e que, por sua relevância, merece uma apresentação mais detida. Investigar tal acervo foi, de certa maneira, uma forma imersiva de pesquisa. O Arquivo localiza-se no 8º andar do Palácio Gustavo Capanema (PGC), antiga sede do Ministério da Educação e Saúde. Mesmo andar, inclusive, onde a instituição passou a funcionar a partir de 1947. A insistência na pesquisa, refeita diariamente durante um mês³⁴, proporcionou conversas informais com funcionários ao longo dos dias, numa experiência que apontou a alusão a Rodrigo como uma constância na atualidade. A cada pergunta sobre a pesquisa, que eu encerrava com um “pesquiso sobre Rodrigo”, recebia um comentário genérico semelhante, próximo a “ele está por tudo”. As conversas com uma das mais antigas funcionárias do Arquivo³⁵ sempre tiveram um tom de profundo respeito pelo antigo diretor. Contou-me ela que seu primeiro chefe havia trabalhado com Rodrigo. Segundo a funcionária, cada menção ao personagem, então já ausente da repartição, era acompanhada por um gesto de seu chefe que apontava para o final do corredor, onde se localizava a sala do diretor. Essa imersão no espaço, minado de referências invisíveis ao meu objeto de pesquisa, foi intensificada pela investigação na documentação.

O Arquivo Central concentra a documentação produzida pela instituição até 1990. A partir de então, as superintendências regionais passaram a exercer essa atividade. O Arquivo começou a funcionar em 1940 com o objetivo de organizar a

³⁴ A pesquisa foi viabilizada graças à *Missão de Estudos PROCAD-CAPES- Projeto Cruzando fronteiras: a história do trabalho no Brasil para além das dicotomias tradicionais*, vinculado ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD/CAPES). O Prof. Dr. Alexandre Fortes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), foi o orientador da missão, desenvolvida no período entre 4 de outubro e 2 de novembro de 2012.

³⁵ Trata-se de Maria José Silveira Soares, detentora de saberes valiosos para qualquer pesquisador do Arquivo Central do IPHAN.

“documentação acumulada por Rodrigo Melo Franco de Andrade”, sob a coordenação de D. Clemente Silva Nigra. De acordo com as informações disponíveis no site do Arquivo, o acervo era utilizado apenas pelos técnicos da instituição como instrumento de trabalho. A organização de Silva Nigra pautava-se pela separação entre documentos escritos e iconográficos. A partir de 1946, Carlos Drummond de Andrade passou a ser o responsável pelo Arquivo, desenvolvendo um sistema diverso de classificação. O sistema por ele desenvolvido “a pedido de Rodrigo” organizou-se por dossiês relativos a cada bem tombado e área geográfica. Até hoje essa lógica permanece.³⁶

A documentação do Arquivo Central divide-se em cinco grandes séries: *Tombamento, Arqueologia, Obras, Inventário e Outras Séries*. Dentro dessa última, interessou-me sobremaneira a *Documentação pessoal IPHAN– Personalidades - Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Ao mesmo tempo em que “Rodrigo estava por tudo”, na expressão dos técnicos que me atenderam, foi realizada uma separação de documentação que correspondia ao item *Personalidades*, mesmo que mudanças de gestão e equipe tenham deixado muitas lacunas na genealogia desse acervo.

A primeira pergunta que formulei ao começar o trabalho de pesquisa nas 18 caixas dedicadas a Rodrigo foi: no que consistem os documentos destinados a conformar o item *Personalidades* em relação ao heroico personagem do IPHAN? Se, por um lado, o objetivo da pesquisa era a investigação da documentação, evidente que, por outro, a própria organização dos documentos tornou-se objeto de atenção. Além da documentação burocrática da repartição pública, o Arquivo abriga cartas e bilhetes assinados por parentes e amigos que frequentavam a sala de Rodrigo como extensão de sua casa e dispunham de sua amizade para solicitar favores pessoais. Sua correspondência é vasta. Ele trocava cartas com embaixadores, ministros, técnicos, amigos e zeladores com esmero. Como afirmou em carta o engenheiro mineiro Paulo Krüger Mourão, o diretor tinha a “delicadeza de responder até aos operários que lhe endereçassem cartas”.³⁷

Gostaria de chamar a atenção para uma organização específica, empreendida de maneira aparentemente silenciosa e, até onde pude verificar, sem autoria declarada. A documentação reunida no Arquivo que responderia pelo item *Personalidades - Rodrigo*

³⁶ Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>. Acesso: 21 mar. 2013.

³⁷ **Carta de Paulo Krüger Mourão para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 18 jul. 1963. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 11 P17.

Melo Franco de Andrade divide-se entre reportagens em periódicos e correspondência institucional e pessoal. A data dos periódicos avança cronologicamente, ultrapassando 1969, ano do falecimento do primeiro diretor da instituição.

Ao tentar esquadrihar os registros atribuídos a Rodrigo identifiquei algumas permanências e muitas interrupções. Algumas pastas são mais pessoais, concentrando cartas manuscritas enviadas por parentes e admiradores de cidades do interior pedindo ou agradecendo favores. Outras organizam uma fragmentada correspondência ordenada alfabeticamente por remetente. É provável que haja uma mescla de diferentes ações de organização do acervo ao longo do tempo, somadas à minha busca declaradamente recortada, seletiva e contemporânea. De qualquer modo, algumas peculiaridades chamaram-me a atenção.

Este material, quando apreciado, aponta para duas possíveis inferências. Juntamente com notícias sobre a concessão de títulos *Doutor Honoris Causa*, suplementos literários a ele dedicados, homenagens e artigos de amigos e admiradores do “Dr. Rodrigo”, encontrei também notícias a respeito de exposições, inauguração de museus, obras de restauração e esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas pela instituição brasileira de preservação do patrimônio cultural.

Parece bastante improvável que essa variedade de temas esteja por acaso na organização das caixas dessa *Personalidade*. O mais crível é a existência de uma permeabilidade entre indivíduo e instituição, uma contaminação entre a parte e o todo, a qual experimenta uma desafiadora naturalização. Muitas vezes, as notícias dedicadas ao IPHAN tinham o nome de Rodrigo sublinhado, dando destaque ao indivíduo dentro do panorama da instituição. Importa enfatizar dois aspectos apontados por Luciana Heymann: o papel desempenhado pelo arquivo pessoal na construção da imagem do titular de acordo com a versão pretendida por esse ou seus herdeiros, e a dimensão coletiva dessa construção através da interferência de cônjuges, familiares, secretários e assessores, por exemplo.³⁸ Mesmo que não se trate de um arquivo pessoal, é possível perceber tal empreendimento coletivo no enquadramento de Rodrigo no Arquivo.

A segunda inferência é menos assertiva e corresponde à retomada de uma observação. Com o passar dos dias, passei a fotografar anotações manuscritas que

³⁸ HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/ PAPERJ, 2012, p. 67.

figuravam no entorno de cópias de notícias de jornal, em sua maioria fotocópias de originais. Esse procedimento teve início ao ler o texto “Apontamentos para a História da Arte no Brasil” cujo entorno continha a seguinte anotação: “Arq. Graciema/ Pasta s/ nome, velha/ doada a D. Graciema”.³⁹ A partir de tal detalhe, comecei a registrar outros que deram a ver uma organização interna que, aparentemente, não foi desenvolvida até o final. Além das notações do “Arquivo Graciema”, encontrei outras caligrafias, com outros agrupamentos. Assim, as bordas desses documentos parecem comportar diferentes camadas de tempo e de objetivos, organizações diversas e aparentemente anônimas que hoje estão agrupadas sob o assunto *Personalidades – Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Perseguindo o “Arquivo Graciema”, percebi que ele era composto de divisões: *pasta “Pessoas”, pasta “PHAN/nos Estados”, pasta “Diversos”, pasta “Falecimento”, pasta “PHAN – Aniversário da Fundação”*. As anotações, manuscritas em caneta azul, às vezes coincidem com apontamentos à lápis, outras não. Esses últimos dividem-se de outra maneira, vinculando os documentos por *Biografia, Biografia – pedido de exoneração, História do SPHAN, 20º Aniversário da DPHAN, Saída do IPHAN*. Mas quem seria Graciema? Trata-se da esposa de Rodrigo. Nada mais pessoal. Ao que tudo indica, ela recebeu do IPHAN uma pasta com cópia de reportagens sobre o marido. Difícil saber se o “Arquivo Graciema” constituiria uma realidade dentro do Arquivo Central ou não. Seria, por acaso, o início de uma série ou acervo dedicado a Rodrigo? Ou o resultado da esmerada pesquisa de Teresinha Marinho para a nota biográfica de “Rodrigo e seus tempos”? Essas questões, que não foram respondidas, talvez possam originar outros estudos.

No Arquivo Central do IPHAN, pesquisei, fundamentalmente, um recorte da série *Inventário* dedicada ao período de 1936 até meados de 1940, bem como a série *Documentação pessoal IPHAN– Personalidades - Rodrigo Melo Franco de Andrade*, perfazendo um total de 465 documentos reproduzidos digitalmente por câmera fotográfica. Além disto, tive acesso às entrevistas realizadas pelo projeto Memória Oral durante a década de 1980. Foram pesquisadas as entrevistas publicadas de Dom Clemente Silva Nigra (arquivista-mor da Ordem Beneditina, perito em Belas-Artes a partir de 1940), Edgard Jacintho (arquiteto, começou a trabalhar no IPHAN em 1944 e chefiou diferentes seções da repartição), João José Rescala (artista plástico, foi

³⁹ APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL. [Jornal não identificado]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 11 P10.

restaurador de pintura), Augusto Silva Telles (arquiteto, foi diretor de Conservação e Restauração do IPHAN de 1957 a 1988 e, anos depois, diretor da instituição) e Judith Martins (admitida em 1936 como datilógrafa, foi secretária de Rodrigo entre 1946 e 1962 e chefiou a Seção de História). Além destas, também foram consultadas as entrevistas de Lygia Martins Costa (museóloga, trabalhou no IPHAN a partir de 1952, atuando como conservadora até 1966), José Bento Faria Ferraz (pesquisador de arquivos históricos até 1952), Lucio Costa (arquiteto, trabalhou de 1937 até 1972), Alcides da Rocha Miranda (arquiteto, trabalhou de 1940 até 1978) e José de Souza Reis (arquiteto, ingressou no IPHAN em 1937). Estas entrevistas estão disponíveis somente no Arquivo Central do IPHAN, não foram publicadas e, na época, estavam em fase de sistematização. Por tal motivo, as referências aqui fornecidas são incompletas, mas fiéis aos dados disponíveis no Arquivo.⁴⁰

Uma segunda etapa da pesquisa documental realizou-se na Fundação Casa de Rui Barbosa, também localizada na cidade do Rio de Janeiro. A família de Rodrigo doou à Fundação um acervo considerável de livros, em 1999, e de diversos outros documentos pessoais, em 2003. Esses últimos são variados: cartas trocadas entre Rodrigo e parentes durante os anos de estudo na França, correspondência com amigos, bilhetes, cadernos de anotações, boletins escolares, enfim, uma tipologia documental que corresponde a um arquivo pessoal⁴¹, sendo um tanto diversa daquela que teve contato no Arquivo Central do IPHAN. Nesse acervo, Rodrigo era “Dodô” para a irmã Vera, o “Filhinho do Coração” de sua mãe ou, ainda, interlocutor do divertido primo Cesário Alvim, que lhe denominava de “Rodriguete” ou “priminho ingrato” e iniciava cartas com “Beijo teus compridos cílios de gato preguiçoso”, anunciando o destinatário do envelope como “traquinas Rodriguinho”.⁴² Sobre essa documentação obtive algumas

⁴⁰ Ao tratar sobre a relação entre memória e identidade social no âmbito da história oral, Michel Pollak indicou as possibilidades dessa metodologia como meio para examinar os limites do trabalho de enquadramento das memórias constituídas. POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 200-212.

⁴¹ Segundo Maria Madalena Garcia, caracteriza um arquivo pessoal “[...] documentos relativos ao estado civil e à filiação, à saúde, aos rendimentos e impostos, aos processos penais e criminais, à actividade profissional, às opiniões políticas, filosóficas e religiosas, à informação obtida sob promessa de segredo e ainda de documentos policiais e estatísticos. Todo este elenco diz respeito a documentos nominativos que contêm dados pessoais, isto é, informações sobre uma pessoa singular, identificada ou identificável (a ‘pessoa interessada’), que incluem apreciações e juízos de valor ou que são abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada”. GARCIA, Maria Madalena Moura Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, v. 21, Rio de Janeiro, p. 175-187. 1998, p. 181.

⁴² **Carta de Vera Melo Franco de Andrade para Rodrigo M. F. de Andrade.** 5 dez. 1919. **Carta de Dália Melo Franco de Andrade para Rodrigo M. F. de Andrade.** 9 jul. 1931. **Carta de Cesário Alvim de Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade.** 20 jul. 1916. **Carta de Cesário Alvim de**

informações graças à Clara Alvim, filha de Rodrigo. Por meio de contato por email, ela contou-me que, após a venda da casa da família na Rua Nascimento Silva, os herdeiros decidiram doar parte da biblioteca e da correspondência à Fundação. No que se refere a essa última, Clara Alvim informou que as cartas pessoais foram organizadas por Carlos Drummond de Andrade logo após o falecimento de seu pai.⁴³ No acervo da Fundação também é possível encontrar alguma correspondência sobre o Instituto, a exemplo de missivas de José Mariano Filho, Renato Soeiro, Antonio Candido, Gilberto Freyre, Kurt Lange, entre outros vários correspondentes do diretor. Um texto de Drummond, publicado em 1973, quando Rodrigo completaria 75 anos, fazia menção aos seus bilhetes, onde seria possível encontrar “traços de seu espírito, modo pessoal de ser e conviver, disciplina intelectual e *humour*” [grifo no original].⁴⁴ Alguns desses bilhetes integram o acervo da FCRB e foram interessantes para a pesquisa, pois, da mesma forma que a correspondência familiar, possibilitaram uma imagem de Rodrigo menos “dura”, por assim dizer. Parte desses bilhetes, por exemplo, girava em torno das caronas que Rodrigo e Drummond partilhavam rumo à Copacabana na saída da repartição. Rabisca Rodrigo, em 1958: “Fui levantar o moral naquele bar fronteiro, mas com o propósito de vir buscar você para voltarmos juntos para casa, como de costume. R.”⁴⁵ Ou, ainda: “Vou levantar o moral ali em frente, antes de comparecer à inauguração do Salão de Arte Moderna. Se você não quiser descer para a pataquada, às 6^{1/2} ou às 7 menos 15 no máximo virei buscar você, para [tocarmos] juntos a Copacabana”.⁴⁶ Se estas fontes não alteraram a tônica da tese, sem dúvida tornaram esse companheiro de quatro anos de trabalho uma figura muito mais interessante e, talvez, menos *monumental*.

O terceiro arquivo consultado foi o de Gustavo Capanema no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, vinculado à Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/ FGV), em especial a Série *Ministério da Educação e Saúde* –

Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade. 3 jun. 1916. **Carta de Cesário Alvim de Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade.** 15 jun. 1916. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

⁴³ Email recebido em 13 ago. 2015.

⁴⁴ ANDRADE, Carlos Drummond. De Mestre Rodrigo – Seus bilhetes. **Jornal desconhecido**, 18 ago. 1973, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴⁵ **Bilhete de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Carlos Drummond de Andrade.** 30 ago. 19[56]. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

⁴⁶ **Bilhete de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Carlos Drummond de Andrade.** 30 maio 19[56]. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Educação e cultura e a *Série Correspondentes*. Ainda que detentor de documentos que utilizei em menor número, as fontes de tal acervo foram fundamentais para esclarecer alguns pontos importantes do início da instituição, além da correspondência de José Mariano Filho se posicionando sobre o anteprojeto de Mário de Andrade para a criação do IPHAN.

Finalmente, durante o doutorado sanduíche, tive acesso a uma quarta instituição, os *Archives de l'Unesco*. Lá foram pesquisados 15 relatórios técnicos resultantes da colaboração entre a Unesco e o governo brasileiro entre 1964 e 1969. A investigação foi aprofundada por meio da pesquisa nos registros do *Programme de Participation dans les Activités des États Membres*, onde pude acessar a correspondência trocada entre diplomatas brasileiros, Rodrigo Melo Franco de Andrade e a Unesco. A pesquisa abrangeu os relatórios publicados, bem como os relatos de campo originais, sendo que em ambos foram encontradas menções a Rodrigo. Nos relatórios das missões da organização internacional, a peculiar relação entre o diretor e a instituição não passou despercebida.

IV.

Dois pequenos esclarecimentos ainda se fazem necessários antes de chegarmos aos capítulos. O primeiro refere-se à grafia do sobrenome de Rodrigo. Na documentação, o diretor assina, na grande maioria das vezes, como Rodrigo M. F. de Andrade. Entretanto, em diferentes textos, por vezes o sobrenome Melo aparece grafado com a letra “L” duplicada. Indaguei Clara Alvim sobre a grafia correta e, segundo ela, seu pai atualizou o sobrenome herdado do avô materno, Virgílio de Mello Franco.⁴⁷ Sendo assim, utilizei a grafia modernizada, quando não abreviada. No que se refere às citações dos documentos, entretanto, a grafia foi mantida conforme o original.

O segundo esclarecimento refere-se ao nome da instituição. Como já mencionei nas páginas anteriores, o inicialmente denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi renomeado diversas vezes ao longo do tempo. Na tese, utilizarei a nomenclatura atual, a saber, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com exceção do período da SPHAN/FNpM e das nomenclaturas contidas em

⁴⁷ Email recebido em 13 ago. 2015.

citações. Essa opção deve-se, primeiramente, à tentativa de diminuir a possibilidade de equívocos quanto à sigla a ser referida devido às idas e vindas nos tempos abordados ao longo do texto. Além disto, uma segunda questão pauta essa escolha. A força discursiva que os primeiros anos da instituição adquiriram ao longo do tempo, como veremos especialmente no terceiro capítulo, muitas vezes inspira a utilização da sigla inicial, identificada como “o SPHAN de Rodrigo”. Minha intenção é justamente seguir no contrafluxo dessa opção, “puxando” todas as denominações para o período contemporâneo.

1

Rodrigo e “o Patrimônio”

E o Rodrigo, logo que foi nomeado diretor, foi muito criticado pela..., por aqueles que eram donos da área. Então, eles chamaram: “ele não vale”. Lima, aquele Lima não sei quê... Todos achando que o Rodrigo não tinha qualificações para isso, porque nunca tinha se envolvido profundamente com arquitetura, com patrimônio, conservação. E ficou um clima de hostilidade, de prevenção.

(Lucio Costa, 1983)⁴⁸

Este capítulo divide-se em duas partes distintas, porém complementares: em um primeiro momento, objetivo situar a criação do IPHAN em uma conjuntura específica, a saber, a das discussões acerca da preservação dos vestígios materiais do passado colonial brasileiro que já ocorriam, vivamente, ao longo da década de 1920. Como ponto de partida, valho-me da afirmação de Lucio Costa que abre este capítulo.

A declaração do arquiteto, realizada em 1983, destaca um dado importante: a escolha de Rodrigo para a direção do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não foi evidente, tampouco esperada. Em 1936, ele não era

⁴⁸ **Entrevista de Lucio Costa para Teresinha Marinho e Pedro Alcântara**, realizada em 18 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

reconhecido como um dos “donos da área” da preservação do patrimônio nacional. A partir desta constatação, cabe indagar: a qual “área” se referia Lucio Costa? Mais que isso, a quais “donos”? A essas duas indagações a primeira parte do capítulo ensaia uma resposta, buscando identificar quais agentes e quais questões estavam em pauta nos anos anteriores à iniciativa do Ministro Gustavo Capanema.⁴⁹ Ressaltam-se, nessa etapa do trabalho, os empreendimentos realizados pelo Movimento Neocolonial e pelo Modernismo, perscrutados aqui como iniciativas contemporâneas que, ao longo do tempo, tiveram seus pesos e medidas alterados por sucessivas camadas discursivas. A partir desse recorte, busco identificar possíveis repercussões da escolha de Rodrigo Melo Franco de Andrade para a direção da instituição, perspectivando sua nomeação em um campo de disputas que, ao que tudo indica, foram tanto conceituais como pessoais.

Em um segundo momento, busco esquadrihar o funcionamento da repartição sob uma ótica específica, a saber, a da formação de um espaço público que se revestiu de caracteres pessoais. A criação de uma rede de sociabilidades, pautada pela amizade e devoção à causa do “Patrimônio”, estruturou-se a partir da figura do “intelectual frequentador” que, juntamente com funcionários e colaboradores, tornou viável a composição de uma trama organizada em torno de Rodrigo. Esse empreendimento é necessário tendo vista o papel fundamental que esse grupo (pessoal-institucional) teve na produção e solidificação de sua imagem, cuja análise será realizada no Capítulo 2. São esses indivíduos, movidos pela “causa do patrimônio” e identificados com o diretor, que serão os grandes responsáveis pela tessitura da feição monumentalizadora que passará a caracterizá-lo. Seus nomes foram destaque em jornais, revistas e edições comemorativas como porta-vozes da memória dedicada a Rodrigo.

Finalmente, ainda em relação a esse grupo, detenho-me sobre as possíveis memórias subterrâneas relativas a Rodrigo, pequenos fragmentos extraídos do conjunto narrativo consagrado ao diretor e que auxiliam numa diminuta, porém importante, relativização das imagens que serão elaboradas posteriormente. A ênfase nesses pequenos trechos não tem por objetivo tentar criar uma imagem “em negativo” do personagem ou uma espécie de contrário, mas, de certa maneira, fornecer elementos

⁴⁹ A gestão de Gustavo Capanema frente ao Ministério da Educação e Saúde (MES) ocorreu entre 1934 e 1945. O Ministério passou a ser assim denominado a partir de 1937. BRASIL. Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=225>>. Acesso em: 15 jan.2014.

para a leitura nuançada dos capítulos subsequentes, onde tais memórias não encontrarão espaço.

Este capítulo difere dos demais por seu caráter instrumental. De certa forma, busca fornecer elementos para a leitura das partes posteriores, ao mesmo tempo em que, de maneira pouco exaustiva, recupera importantes pontos de uma cronologia. Difere, também, pelas fontes utilizadas, uma vez que seus principais argumentos foram elaborados a partir de relatos colhidos por um projeto de história oral realizado na década de 1980 pela equipe da então SPHAN/Pró-Memória. Esse recurso teve como principal objetivo tentar acessar versões menos formalizadas a respeito de Rodrigo.⁵⁰

1.1. Os “donos” e a “área”: um campo em formação

A criação do IPHAN foi antecedida por uma série de iniciativas voltadas à preservação do patrimônio material brasileiro. A formação do campo do patrimônio, no Brasil, teve seu lastro nas discussões dedicadas ao desenvolvimento de uma arquitetura nacional. Sob o debate travado acerca de um estilo autenticamente brasileiro de projetar e construir (tanto no passado colonial como no presente da década de 1920) é possível identificar a conformação de uma pauta preservacionista que se iniciou como coadjuvante do debate central e avançou para o desenvolvimento de uma consistente reflexão acerca da preservação dos vestígios materiais do passado da Nação. Nesse debate sobressaem-se, sem dúvida, agentes ligados ao Movimento Neocolonial e ao Modernismo⁵¹, sendo o primeiro infinitamente menos conhecido e pesquisado do que o segundo (o que, por si só, é bastante relevante para a compreensão das memórias cristalizadas a respeito do tema). Importa enfatizar que essa separação é posterior ao

⁵⁰ Deve-se levar em conta que o projeto tinha como objetivo principal registrar depoimentos de ex-funcionários e colaboradores exatamente no período de desenvolvimento das publicações “Rodrigo e seus tempos” e “Rodrigo e o SPHAN”. Foram realizadas 27 entrevistas entre 1982 e 1987, sendo que 20 foram transcritas e seis publicadas. Segundo Analucia Thompson, o projeto não teve a preocupação em desenvolver uma pesquisa baseada na metodologia da História Oral. O objetivo, de acordo com a coordenadora Teresinha Marinho, era registrar depoimentos sobre os trabalhos pioneiros da “fase heroica” da instituição. THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009, p. 11-12.

⁵¹ Utilizarei ao longo do texto a expressão Modernismo, sendo que as outras grafias serão mantidas somente em citações. De acordo com Eduardo Jardim de Moraes, o Modernismo brasileiro experimentou duas fases diferentes. No primeiro tempo, o acesso à modernidade dar-se-ia por meio da adesão aos processos modernos de expressão cultural, inserindo a cultura feita no Brasil no contexto internacional de forma imediata. No segundo tempo, alerta o autor, a possibilidade de inserção do país no concerto internacional seria possível a partir de uma produção de caráter nacional. MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n1, 1988, p. 220-238, p. 236.

período referido. Como bem nota Carlos Kessel, as sucessivas comemorações da Semana de Arte Moderna de 1922 provocaram ressignificações nos pesos e medidas aplicados a modernistas e neocoloniais. De acordo com o autor, a “reavaliação periódica do evento central não escapou às mudanças conjunturais que valorizam e desvalorizam retroativamente a importância de cada um dos protagonistas, transformando a Semana de 22 num evento fluido”.⁵²

A situação na década de 1920 era, de fato, menos definida. Basta mencionar que a seção dedicada à arquitetura na exposição da Semana de Arte Moderna contava com dois projetos: um de autoria de Antonio Garcia Moya, constituído de “esboços fantasistas de aspecto geometrizarante”⁵³, que não chegou a ser executado, e, no centro do salão do Teatro Municipal, a maquete do projeto neocolonial denominado “Taperinha da Praia Grande”, de Georg Przyrembel, rodeado por trabalhos de Anita Malfatti e Brecheret, entre outros. Mário de Andrade congratulou São Paulo e o estilo colonial “como quem primeiro manifestou a ideia moderna e brasileira na arquitetura” em artigo publicado durante a Semana.⁵⁴ Conforme afirma Kessel:

Para Mário e seus contemporâneos, não havia contradição entre a arquitetura neocolonial e o desafio estético lançado na Semana contra o *establishment* acadêmico entronizado na pintura, na poesia, na música, na escultura e na literatura. [...] nesse momento, o neocolonial não é somente nacional e moderno: representa a vanguarda da arquitetura brasileira.⁵⁵

A arquitetura neocolonial, como bem observa o autor, sofreu de diversas ressemantizações, deixando um lugar de destaque para “quase desaparecer nas suas sucessivas reelaborações, transformada em nota de pé de página ou, pior, em mero ‘equivoco’ corrigido anos depois com o nascimento do ‘verdadeiro’ modernismo arquitetônico”⁵⁶, a saber, aquele representado, principalmente, pelo trabalho do arquiteto Lucio Costa.

Interessa notar também que, no mesmo ano de realização da Semana de Arte Moderna, ocorreu a Exposição Internacional do Centenário da Independência, no Rio de

⁵² KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, 2002, p. 110-128.

⁵³ Id. Ibid. p. 121.

⁵⁴ Id. Ibid. p. 121-122.

⁵⁵ Id. Ibid. p. 122.

⁵⁶ Id. Ibid. p. 111.

Janeiro.⁵⁷ No bojo das comemorações dessa efeméride foi criado o Museu Histórico Nacional, cuja instalação deu-se no conjunto formado pelo Forte de Santiago, pela Casa do Trem e pelo Arsenal de Guerra, “conjunto que tinha acabado de ser ‘restaurado’ à moda neocolonial para fazer parte da Exposição do Centenário”.⁵⁸

Antes de avançar cabe esclarecer, em bases gerais, o que propunham os adeptos do Movimento Neocolonial durante a década de 1920. Segundo Roberto Conduru, em consonância com Kessel, o Neocolonial foi um movimento artístico-cultural, configurado “por meio de um debate de ideias e ações que constituíram um glossário de formas arquitetônicas destinadas a caracterizar – em pedra e cal – a nacionalidade, gerando obras que pretendiam instituir ambientes brasileiros genuínos”.⁵⁹ Contrários a uma referência supostamente universal, os neocoloniais argumentaram a favor de aspectos regionais, “típicos” do passado brasileiro, e sua aplicação em projetos arquitetônicos dotados de funcionalidade e materiais modernos, situando-se dentre os movimentos nacionalistas pioneiros com propostas ancoradas na arquitetura.⁶⁰

De acordo com a primeira de uma série de oito matérias sobre “Architectura Colonial” publicadas no jornal “O Estado de S. Paulo”, em 1926, os estilos estrangeiros pareciam “transformar certos bairros em mostruários internacionais de architectura”, submetidos, na forma, “aos catalogos parasitas da arte”.⁶¹ A crítica centrava-se na importação de estilos estranhos ao nacional, na falta de “alguma cousa que seja o producto da terra e, falando de nossas origens e de nossa historia, traga a expressão da consciencia nacional”.⁶² A série, claramente alinhada ao Movimento Neocolonial,

⁵⁷ No evento, o estilo Neocolonial teve lugar de destaque. Além do conjunto do Museu Histórico Nacional, os demais pavilhões dos estados brasileiros presentes na Exposição adotaram-no, repercutindo o estilo no Rio de Janeiro, onde, até então, tivera pouca expressão. Conforme observa Maria Lúcia Bressan Pinheiro, o então recém-criado estilo foi utilizado em parte dos pavilhões, em especial naqueles considerados de “caráter mais obviamente nacional”. Segundo a autora, foram edificados em estilo neocolonial: Porta Principal da Exposição, Portão Norte, Pavilhão das Pequenas Indústrias, Palácio das Indústrias, Pavilhão da Caça e Pesca e Pavilhão de Viação e Agricultura. PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 103.

⁵⁸ Id. Ibid. p. 96.

⁵⁹ CONDURU, Roberto. Entre histórias e mitos. Uma revisão do neocolonial. Resenhas Online, São Paulo, ano 08, n. 093.01, **Vitruvius**, set. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.093/3025>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

⁶⁰ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 61.

⁶¹ ARCHITECTURA COLONIAL I. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1926, p. 3.

⁶² Id. Ibid. Loc. Cit.

constatava: “Em lugar da ‘casa brasileira’, o que se constrói é o chalet suíço, é o bangalô das colônias britânicas, são os tipos estrangeiros de habitação que, misturando-se e influenciando-se reciprocamente, revestem a estética urbana de aspectos incoerentes e desordenados”.⁶³

Nesta série de matérias, permeadas por entrevistas, é possível perceber certa preocupação com a preservação dos vestígios materiais do passado colonial. De acordo com o texto inaugural de “Arquitetura Colonial”, os arquitetos deveriam extrair da arte desse período suas características fundamentais, remodelando e refundindo os traços à “chamma da inspiração pessoal”, retomando a evolução da arquitetura nacional interrompida pela importação dos estilos estrangeiros então em voga.⁶⁴ Não por acaso, alguns *experts* do tema foram entrevistados na série. O primeiro foi o engenheiro português Ricardo Severo, seguido do pintor José Wasth Rodrigues e do professor da Escola Polytechnica Alexandre Albuquerque. O último depoimento foi de José Mariano Filho. As oito matérias podem ser exploradas como meio privilegiado de observação das discussões sobre arquitetura nacional que começaram a incluir o tema da preservação do patrimônio material brasileiro sob o ponto de vista do Movimento Neocolonial. Neste sentido, meu interesse é localizar agentes e questões centrais ligadas às iniciativas preservacionistas no contexto em tela, com a finalidade de identificar “os donos” e delimitar “a área”.

Duas conferências de Severo, intituladas “A Arte Tradicional do Brasil”, realizadas em 1914 e 1918⁶⁵, na cidade de São Paulo, constituíram um marco do Movimento Neocolonial brasileiro. Na primeira, o engenheiro buscou localizar as origens portuguesas da arquitetura colonial brasileira e apresentou o que Lucia Bressan Pinheiro denominou de “pré-inventário de elementos constitutivos tradicionais da arquitetura brasileira”.⁶⁶

⁶³ Mas não seria o barroco brasileiro, ele mesmo, uma importação estrangeira? A pergunta, capciosa, é respondida, de antemão, no texto: a arquitetura transplantada para a colônia se revestiu de cunho particular, “numa longa elaboração em que o sentido histórico das nossas origens e a consciência das nossas realidades criaram, por uma espécie de conspiração íntima e inconsciente, uma ‘obra de adaptação nacional’”. ARCHITECTURA COLONIAL I. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1926, p. 3.

⁶⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁶⁵ Conferências proferidas, respectivamente, na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo e no Grêmio Politécnico da mesma cidade.

⁶⁶ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 37.

Na entrevista de 1926, ele louvou-se por ser um dos criadores do “movimento em favor da architectura tradicional”⁶⁷ no Brasil, em continuidade ao trabalho que havia empreendido em Portugal com o mesmo intuito. Considerava a mobilização em favor da arte colonial uma forma de patriotismo sentimental e construtivo, e proclamava-se um “tradicionalista revolucionário”. De acordo com suas palavras, “tradicionalismo não quer dizer anachronismo, passadismo ou mesmo necrophilismo. Quer dizer, singelamente o resurgimento da ‘tradição’ que é, no íntimo de cada família humana, o espirito de sua genese, a sua essencia vital, é a alma das nacionalidades”.⁶⁸ Além disso, argumentou a favor da expressão “arte colonial”, ao invés de “estilo colonial”, na medida em que entendia a primeira como uma manifestação sob diversas formas (arquitetura, joalheria, mobiliário, etc.) sem estilo definido.⁶⁹ O recorte da entrevista que mais interessa à discussão esboçada neste capítulo, entretanto, corresponde à indagação feita pelo interlocutor de Severo: o que deveria ser feito para incentivar o gosto pela arquitetura? A resposta do engenheiro português introduziu o tema da preservação do patrimônio material:

Por meio da escola, mantendo o sentimento de tradição nacional, o amor por todos esses modestos exemplos de arte colonial, no geral desconhecidos, que são relíquias de um nobilíssimo passado; combatendo o desprezo que votam a estes humildes monumentos todos os que entendem que o progresso é primeiramente a destruição implacável desse passado.⁷⁰

Nesta passagem, primeiramente, é possível identificar a caracterização da arquitetura colonial como expressão artística cujo valor é substancialmente levado em consideração. Ao longo da entrevista, quando indagado, o engenheiro já havia afirmado a proeminência da arquitetura como “arte eminentemente social”, capaz de encarnar os modos de ser da coletividade e seus meios de vida.⁷¹ Severo partilha de uma apreciação (que, de alguma maneira, será repetida pelo IPHAN) que confere à arquitetura colonial brasileira uma característica modesta, numa valorização quase conformada, mas digna de preservação em favor da causa nacional. Sobretudo, manifesta sua crença na importância de conservar os exemplares imóveis. Neste momento, já é possível

⁶⁷ ARCHITECTURA COLONIAL III – ENTREVISTA COM O DR. RICARDO SEVERO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1926, [s.p.].

⁶⁸ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁶⁹ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁷⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁷¹ Id. Ibid. Loc. Cit.

reconhecer a imagem da edificação como paradigma fundamental do patrimônio nacional.

Se Ricardo Severo preconizou a conformação do Movimento Neocolonial no Brasil, José Wasth Rodrigues notabilizou-se pelo contato com os exemplares arquitetônicos *in situ*. O artista produziu desenhos “tomados do natural, das viagens empreendidas para esse trabalho magnífico de reprodução e reconstituição da architectura do passado”.⁷² De acordo com a reportagem, Wasth Rodrigues já pesquisava há anos, fazendo “repetidas viagens ao litoral e ao interior de São Paulo, a Minas, ao Rio e ao norte do paiz” para recolher “dados documentários”.⁷³ O estado de Minas Gerais, em sua fala, é definido como “manancial inesgotável de documentação architectônica”, sendo Ouro Preto o principal núcleo da “arte e tradições antigas”.⁷⁴ As viagens por ele empreendidas foram descritas como uma “procura solícita de elementos para o estudo da architectura colonial”.⁷⁵ Wasth Rodrigues ressaltou a harmonia das linhas coloniais, de uma “simplicidade rústica, mas que não deixa de ter sempre sua elegância”.⁷⁶ Como na entrevista de Ricardo Severo, o artista foi demandado a apresentar sugestões para a defesa e conservação do patrimônio artístico, “já tão reduzido pelas demolições ou falseado pelas reconstituições infieis”:⁷⁷

Lembraria a fundação de uma sociedade ou Comissão de Architectos com plenos poderes junto aos governos e ás Curias para embargar as demolições e impedir que as restaurações sejam feitas com o sacrificio da “physionomia caracteristica” do edificio. Em minhas viagens tive occasião de vêr, com espanto, templos gothicos e bysantinos exactamente onde se levantavam havia pouco, antigas igrejas coloniaes...⁷⁸

Argumentou, ainda, que os arquitetos não conheciam a arte colonial em seu potencial inspirador. Mais do que isso, era da opinião de que

antes de se organizar um longo trabalho de investigação historica de classificação e interpretação de documentos para o estudo da arte colonial, não se poderá pensar em adoptar oficialmente o “estilo colonial” para a construcção de edificios publicos. Sem uma obra preparatoria de coordenação de dados e de objectivo orientador,

⁷² ARCHITECTURA COLONIAL IV – UMA PALESTRA COM O SR. WASTH RODRIGUES. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 abr. 1926, p. 3.

⁷³ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁷⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁷⁵ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁷⁶ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁷⁷ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁷⁸ Id. Ibid. Loc. Cit.

poderia ser um desastre essa idéia, em si mesma, inteiramente aceitável.⁷⁹

Nota-se, na argumentação do entrevistado, a preocupação com a formalização e estudo de um repertório arquitetônico, passo indispensável para a “retomada” de uma arquitetura nacional. Na sua fala, um argumento essencial: a necessidade de intensificação da documentação e pesquisa especialmente dedicadas à arquitetura colonial, cujo pioneirismo, na grande maioria das vezes, é atribuído ao IPHAN.

A importância de estabelecer contato com a arquitetura colonial também foi enfatizada na entrevista de Alexandre de Albuquerque, engenheiro e professor de História da Arquitetura na Escola Polytechnica de São Paulo. Menos severo nas críticas aos estilos estrangeiros (durante a entrevista Albuquerque executava o projeto para uma catedral neogótica), argumentou a favor do estudo detalhado dos monumentos históricos brasileiros e sugeriu as seguintes medidas aos poderes competentes: conceder auxílios para viagens de estudantes de arquitetura pelo interior do Brasil; constituir missões científicas e artísticas dedicadas à arquitetura colonial, com levantamento de plantas e realização de fotografias; privilegiar o estilo barroco em certos edifícios públicos; impedir a exportação de obras de arte brasileira; e, finalmente, “nacionalizar ou reivindicar para o patrimônio público certos monumentos verdadeiramente históricos e de valor incontestável”, a exemplo de “obras de arquitetura colonial, algumas das quais já foram atingidas por esse vandalismo utilitário e demolidor das nossas melhores tradições”.⁸⁰

O último entrevistado da série foi figura central nos debates posteriores. Trata-se do médico José Mariano Carneiro da Cunha Filho, pernambucano que se projetou no cenário cultural carioca como figura relevante do Movimento Neocolonial no Brasil. Mariano Filho participou de maneira engajada no debate sobre uma arte “genuinamente nacional”. Atuava como conhecedor da arquitetura colonial, ao mesmo tempo em que argumentava veementemente acerca da falta de estudos dedicados ao tema.⁸¹

⁷⁹ ARCHITECTURA COLONIAL IV – UMA PALESTRA COM O SR. WASTH RODRIGUES. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 abr. 1926, p. 3.

⁸⁰ ARCHITECTURA COLONIAL V – O QUE NOS DISSE O DR. ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 abr. 1926, p. 4.

⁸¹ Embora, de acordo com Maria Lúcia Bressan Pinheiro, “sempre pronto a apontar a ignorância alheia, Mariano Filho primava em interpretações tão veementes quanto apressadas sobre a arquitetura brasileira, demonstrando com frequência as limitações de seus conhecimentos”. PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 136.

Ele criticava “o caráter fantasioso” da maioria dos projetos em estilo neocolonial. Mais do que isso, detectava certa “falta de documentação” sobre a fase colonial da arquitetura brasileira.⁸² Quando diretor da Sociedade Brasileira de Belas Artes, concedeu bolsas de viagem às cidades mineiras para arquitetos e estudantes de arquitetura. Um dos agraciados foi Lucio Costa, contemplado com uma viagem a Diamantina, em 1924.⁸³ O arquiteto alinhou-se, durante um tempo considerável, com o Neocolonial, para depois dirigir duras críticas ao movimento e a Mariano Filho.⁸⁴

Em 1926, Mariano foi nomeado diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), ocupando o cargo por cerca de um ano. Dentre suas propostas de reforma do currículo estava a criação de uma disciplina de História da Arte Brasileira, então inexistente, iniciativa que foi reprovada na ENBA. Após seu mandato na direção, permaneceu engajado na promoção de pesquisas sobre a arte colonial brasileira, a exemplo da criação do Prêmio Araújo Vianna, concedido ao aluno de arquitetura com melhores notas, com a finalidade de documentar detalhes arquitetônicos e ornamentais das obras de Aleijadinho nas cidades de Ouro Preto, Congonhas do Campo, São João del Rei e Mariana⁸⁵. Sua preocupação era a de reunir documentação sobre a arquitetura brasileira da fase colonial, ação considerada fundamental à elaboração do estilo arquitetônico nacional.⁸⁶ Juntamente com Alexandre Albuquerque e Ricardo Severo em São Paulo, Mariano Filho movimentou, no Rio de Janeiro, projetos para o conhecimento

⁸² PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 139.

⁸³ No mesmo ano, também sob o patrocínio de José Mariano Filho, o estudante Nereu Sampaio foi a São João del Rey e Congonhas do Campo e Nestor de Figueiredo a Ouro Preto.

⁸⁴ O debate entre Lucio Costa e Mariano Filho e, mais amplamente, entre modernidade e tradição na arquitetura brasileira, foi retomado com propriedade na pesquisa de Ruth Levy. LEVY, Ruth. **A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010, p. 118-119. Em 1930, Lucio Costa foi indicado por Rodrigo M. F. de Andrade para a direção da Escola Nacional de Belas Artes, quando esse ocupava o cargo de chefe de gabinete de Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde. Sua gestão foi curta e gerou reações por parte da ala conservadora da Escola. Em 1937, Mariano Filho referiu-se novamente à indicação, acusando Rodrigo de conceder favores e benefício a Lucio Costa. A acusação consta literalmente no início da resposta de Rodrigo, publicada no “Diário de Notícias” em 9 de novembro de 1937: “Se, de fato, em 1930, como diretor de gabinete do ministro da Educação, sugeri ao dr. Francisco Campos o nome do sr. Lúcio Costa para diretor da Escola de Belas-Artes, não recebi deste, nem de ninguém [,] nenhum pedido a seu favor. Acresce que nessa época nem sequer eu o conhecia pessoalmente: o meu alvitre apoiava-se unicamente na admiração que sempre me inspirara a sua obra de arquiteto”. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 288.

⁸⁵ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 177.

⁸⁶ Id. Ibid. Loc. Cit.

da arquitetura mineira. A viagem patrocinada por esse último teria impulsionado Fernando Nereu Sampaio, então presidente do Instituto Central dos Arquitetos, a encaminhar uma solicitação à Diretoria do Patrimônio Nacional⁸⁷ clamando pela defesa de “nosso pequeno, mas precioso patrimônio artístico”⁸⁸ e propondo o levantamento de edifícios de “caráter histórico”.

As duas conferências de Ricardo Severo acima mencionadas influenciaram consideravelmente Mário de Andrade. Sua primeira viagem a Minas Gerais ocorreu em junho de 1919 e produziu reflexões que deram origem ao estudo “A arte religiosa no Brasil”, publicado na “Revista do Brasil” em 1920.⁸⁹ De acordo com Caion Meneghello Natal,

Mário de Andrade elege, a partir deste artigo, os conjuntos arquitetônicos baianos, carioca e principalmente o mineiro, destaque para Ouro Preto e as obras de Aleijadinho, como os legítimos representantes do que seriam as primeiras manifestações artísticas nacionais. Estas manifestações, calcadas principalmente na arquitetura, indicariam os primórdios de uma identidade brasileira, a origem de nossa nacionalidade.⁹⁰

Mário de Andrade sugeriu, como Ricardo Severo⁹¹, modelos de inspiração colonial para a arquitetura contemporânea, avançando, entretanto, nas investigações dedicadas a localizar as originalidades brasileiras em relação à influência portuguesa.⁹² Arquitetura e escultura mineiras foram, nessa conjuntura, alçadas à posição de destaque, quando Andrade reconheceu criatividade e inovação nas obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e mestre Valentim, bem como no trabalho dos santos baianos Chagas e Domingos Pereira.⁹³ O barroco mineiro assumiu, para ele, a feição de um “verdadeiro estilo” com importância para a história da arte internacional. Segundo

⁸⁷ A Diretoria relacionava-se à manutenção dos bens da União, não tendo relação direta com a preservação do patrimônio cultural.

⁸⁸ Citação da revista “Ilustração Brasileira” de março de 1925, apud PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 143.

⁸⁹ Trata-se de quatro artigos, sendo que o primeiro também foi publicado, ainda que parcialmente, em “A Cigarra”, no ano de 1919. Mário de Andrade também apresentou a conferência na Congregação Mariana de Santa Efigênia. KRONENBAUER, Claudete. **Mário de Andrade: cronista crítico das artes plásticas**. Dissertação. Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996, p. 7.

⁹⁰ NATAL, Caion Meneguello. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. **História social**, Campinas, SP, n. 13, 2007, p. 194.

⁹¹ Ricardo Severo é mencionado nominalmente como referência por Mário de Andrade em artigo publicado no ano de 1921, citado e parcialmente transcrito por Maria Lucia Bressan Pinheiro. PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Op. Cit. p. 90.

⁹² Id. Ibid. p. 55.

⁹³ Posição defendida na obra “A arte religiosa no Brasil”. NATAL, Caion Meneguello. Op. Cit. p. 200.

Natal, de acordo com Mário de Andrade, Minas Gerais seria responsável por inserir o país na história mundial, simbolizando “não só orgulho de colocar o Brasil entre as maiores nações do globo” mas, também, representando o “começo de uma identidade nacional, de uma tradição histórica”.⁹⁴ Convém lembrar que os artigos de Mário Andrade, escritos para a seção “De São Paulo” da revista carioca “Ilustração Brasileira”⁹⁵, mencionam e até exaltam o Neocolonial. Sua posição, entretanto, mudaria. Em 1928, ele questionou publicamente esse movimento por meio de artigos no “Diário Nacional”, de São Paulo, conforme aponta pesquisa de Ruth Levy.⁹⁶ Ao que tudo indica, o literato ensaiou as primeiras ligações entre o colonial brasileiro e a arquitetura moderna ao conhecer os projetos do engenheiro Gregorio Warchavchik, cujo manifesto, lançado em 1925, introduziu proposições que valorizavam a racionalidade e a funcionalidade a partir de novas tecnologias construtivas.⁹⁷

Em 1924, Mário de Andrade realizou uma nova viagem ao interior de Minas Gerais. Conhecida como a “Viagem de descoberta do Brasil”, foi realizada entre 15 e 30 de abril e contou com a participação do escritor suíço Blaise Cendrars, Oswald de Andrade, Oswald de Andrade Filho, Tarsila do Amaral, René Thiollier, Godofredo da Silva Telles e Olívia Guedes Penteadó.⁹⁸ O roteiro incluiu a Zona da Mara mineira, Juiz de Fora, Barbacena, São João del Rei, Tiradentes, Belo Horizonte, Barreiro, Sabará, Lagoa Santa, Serra do Cipó, Ouro Preto, Mariana e Congonhas.⁹⁹ Interessante notar que, exatamente na mesma época, três estudantes de arquitetura viajaram por vários destes lugares sob os auspícios de José Mariano Filho. Por poucos dias a caravana de Mário de Andrade não se cruzou com a viagem empreendida por Lucio Costa, nessa época ainda ligado ao Movimento Neocolonial, a Diamantina.

De acordo com Luciano Cortez, a vinda de Blaise Cendrars ao Brasil foi financiada por Paulo Prado e, segundo o autor, estaria diretamente relacionada aos

⁹⁴ NATAL, Caion Meneguello. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. **História social**, Campinas, SP, n. 13, 2007, p. 200.

⁹⁵ Mário de Andrade escreveu para a seção entre novembro de 1920 e maio de 1921.

⁹⁶ LEVY, Ruth. **A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: EBA/ UFRJ, 2010, p. 110.

⁹⁷ O manifesto de Gregorio Warchavchik encontra-se transcrito integralmente no Anexo 3 de CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

⁹⁸ CORTEZ, Luciano. Por ocasião da descoberta do Brasil: três modernistas paulistas e um poeta francês no país do ouro. **O eixo e a roda**, v.19, n.1, 2010, p. 16.

⁹⁹ NATAL, Caion Meneguello. Op. Cit. p. 204.

modernistas paulistas.¹⁰⁰ Apesar disso, a pesquisa de Carlos Augusto Calil no acervo de Cendrars destaca um documento interessante. Trata-se de uma carta de apresentação redigida por Di Cavalcanti, endereçada a José Mariano Filho, em 11 de janeiro de 1924:

O portador desta carta é o meu caro amigo Blaise Cendrars, como você sabe um dos maiores representantes da moderna poesia francesa. Mas apresentando-o a você desejo apenas que faça ele conhecer as nossas riquezas características e que encontre nele um ótimo camarada, digno de toda a sua simpatia. Blaise deseja fazer umas entrevistas para o *Excelsior*, que ele representa, sobre a nossa flora e sobre os nossos antigos monumentos. Ninguém melhor que você poderá prestar a este nosso amigo um grande obséquio. Como vão as coisas por aí? PS. Mostre ao Blaise Paquetá.¹⁰¹

Não foram encontrados registros que tornassem possível o ensaio de qualquer explicação para a mudança das companhias de viagem do escritor, à exceção do patrocínio de Paulo Prado e sua ligação com os autores paulistas. De qualquer maneira, o fato de Mariano Filho ter sido escolhido por Di Cavalcanti como cicerone para a apresentação dos antigos monumentos do Brasil a Cendrars corrobora, uma vez mais, para a positivação do representante do Movimento Neocolonial carioca como figura proeminente do “campo” do patrimônio em formação. A partir dessa viagem ao interior de Minas Gerais, Blaise Cendrars redigiu o que seria o estatuto de uma “Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil”, cujo comitê diretor era formado por Paulo Prado, Olívia Penteadó, Oswald de Andrade, “etc”.¹⁰² De acordo com o texto, a finalidade da entidade era “A proteção e conservação dos monumentos históricos do Brasil. Igrejas, palácios, mansões, casas particulares dignas de interesse (móveis, objetos e obras de arte, pinturas, estátuas, livros e arquivos, prataria, etc.)”.¹⁰³

A “Sociedade de Amigos dos Monumentos Históricos” não foi a única iniciativa do gênero anterior à fundação do IPHAN. Em 1923, o deputado Luiz Cedro propôs um projeto de lei criando a “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do

¹⁰⁰ CORTEZ, Luciano. Por ocasião da descoberta do Brasil: três modernistas paulistas e um poeta francês no país do ouro. **O eixo e a roda**, v.19, n.1, 2010, p. 16.

¹⁰¹ Reprodução integral da carta na nota de fim de texto número 2, transcrita em CALIL, Carlos Augusto. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 149.05, out. 2012.

Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4540>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

¹⁰² Id. Ibid. p. 3-6.

¹⁰³ Id. Ibid. p. 3.

Brasil”, não aprovado.¹⁰⁴ Em 1924, mesmo ano da proposta redigida por Blaise Cendrars, o deputado mineiro Augusto de Lima apresentou um projeto de lei visando impedir a saída de obras de arte do país, sem sucesso.¹⁰⁵ No ano seguinte, uma Comissão designada por Mello Vianna, então governador de Minas Gerais, criou um anteprojeto de lei federal elaborado pelo relator Jair Lins para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, também sem aprovação.¹⁰⁶ Em 1926, Oswald de Andrade apresentou ao então empossado presidente Washington Luís um projeto para a criação do “Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil”.¹⁰⁷ Tal iniciativa também não teve continuidade.

A década de 1920 foi igualmente marcada por iniciativas voltadas à criação de inspetorias estaduais relacionadas ao tema do patrimônio, sendo constituída, em 1927, a “Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais” na Bahia, e em 1928, em Pernambuco.¹⁰⁸ Além disso, como indica pesquisa de Ruth Levy, já haviam ocorrido mobilizações preservacionistas por parte da Sociedade Central de Arquitetos (SCA), a exemplo de iniciativa, em 1922, para defesa das ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, a Comissão Executiva do Centenário da Independência tinha se manifestado a favor da salvaguarda de Ouro Preto.¹⁰⁹ A SCA havia igualmente se preocupado em documentar e reunir fotografias de exemplares arquitetônicos do século XVIII, recorrendo a pessoas interessadas pelo tema e residentes nas imediações dos bens para que auxiliassem nesse processo.¹¹⁰

¹⁰⁴ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 63-64.

¹⁰⁵ Comentou o relator Jair Lins, em 1925: “Há, aliás, na Câmara dos Srs. Deputados, enterrado no pó que cobre os trabalhos de iniciativa particular que não vêm bafejados pelo sopro governamental, um projeto do Deputado Augusto de Lima, nosso colega de Comissão, que não chegou, sequer, a despertar a atenção dos Srs. Deputados”. Id. Ibid. p. 69.

¹⁰⁶ Maria Lúcia Bressan Pinheiro sublinha o interesse de Mello Vianna pela arquitetura Neocolonial. PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 263.

¹⁰⁷ Transcrito integralmente em CALIL, Carlos Augusto. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 149.05, out. 2012. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4540>>. Acesso em: 9 abr. 2014, p. 9-10.

¹⁰⁸ No caso baiano, a criação deu-se pelas leis estaduais 2.031 e 2.032, regulamentadas pelo Decreto 5.339. Em Pernambuco, pela lei estadual 1.918. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. Op. Cit. p. 15.

¹⁰⁹ LEVY, Ruth. **A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: EBA/ UFRJ, 2010, p. 112.

¹¹⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

Em 1930, ano da comemoração do bicentenário de Aleijadinho, o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresentou projeto de criação de uma “Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional”, voltada à preservação do patrimônio em âmbito nacional.¹¹¹ Ainda em 1933, por meio do Decreto 22.928, a cidade de Ouro Preto foi elevada à categoria de “Monumento Nacional”.¹¹² No mesmo ano, Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional, mencionou em seu relatório anual a necessidade de uma iniciativa federal que regulasse a proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Para tanto, porém, não sugeria a criação de uma nova instituição, mas um acréscimo nas atribuições do Museu por meio de uma qualificação por decreto como Inspetoria de Monumentos Nacionais¹¹³, o que de fato ocorreu em 1934.¹¹⁴

No que se refere às Constituições Federais, foi somente na de 1934 que a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional afirmou-se. De acordo com o artigo 148 da referida Carta, cabia à União, aos Estados e aos Municípios, entre outras medidas, “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”.¹¹⁵ Na Constituição de 1937, o artigo 134 previa a proteção e “cuidados especiais” aos monumentos históricos, artísticos e naturais por parte da Nação, Estados e Municípios, além de definir que “atentados contra eles cometidos” seriam equiparados aos cometidos contra o “patrimônio nacional”.¹¹⁶

Barroso foi nome proeminente no campo em formação. A Inspetoria por ele dirigida atuou de maneira direta nas antigas cidades mineiras, apesar deste trabalho ter sido diminuído e criticado após a criação do IPHAN. No Volume V dos “Anais do

¹¹¹ Suspenso pela dissolução do Congresso Nacional, o projeto foi reapresentado e rejeitado em 1935. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952, p. 52.

¹¹² SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 89.

¹¹³ MAGALHÃES, Aline Montenegro. Entre o museu e a cidade. Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). **Anais do I ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 1 CDROM, p. 3-5.

¹¹⁴ BRASIL. Decreto 24.735, de 14 jul. 1934. Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 02 jul. 2014.

¹¹⁵ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso: 02 jul. 2014.

¹¹⁶ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm> . Acesso: 02 jul. 2014.

Museu Histórico Nacional” é possível encontrar um longo relato das atividades realizadas. A publicação visava “documentar para o conhecimento público e perpétua memória da verdade” a ação do Museu na defesa do patrimônio histórico e artístico do país. É recorrente o esforço em demarcar o pioneirismo de Barroso na defesa do patrimônio mineiro, sendo ele identificado nos Anais como o autor da “ideia” de proteger os monumentos nacionais.¹¹⁷ Um esforço, em certa medida, para dar visibilidade aos antecedentes pouco reconhecidos (e, às vezes, até criticados) pela equipe do IPHAN.

Foi somente em 1936, depois de todos esses debates e iniciativas¹¹⁸, que Mário de Andrade redigiu o anteprojeto de criação do IPHAN a pedido de Gustavo Capanema. Conforme depoimento do Ministro, publicado em 1969, a proposta consistia, inicialmente, em algo mais restrito, com o objetivo de “fazer o levantamento das obras da pintura, antigas e modernas, de valor excepcional, existentes em poder dos particulares, na cidade do Rio de Janeiro. Estava a ponto de contratar competente pintor brasileiro para essa tarefa”.¹¹⁹ Tal iniciativa, ao que tudo indica, seria coordenada por José Wash Rodrigues, pintor envolvido com o tema, ou por José Mariano Filho, conforme indica trecho da carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Mário de Andrade, datada de 1º de agosto de 1936:

caso me compenetre da impossibilidade de aparelhar decentemente este Serviço, direi com franqueza ao Capanema que é melhor desistir de tudo, ou então chamar o José Mariano para fazer o que ele pretendia e que custará muito pouco, - a tal Inspetoria de Monumentos Públicos de Arte.¹²⁰

O objetivo, entretanto, acabou ampliado em sua abrangência:

¹¹⁷ No relatório são citados os trabalhos de restauração de Epaminondas Macedo, que depois seria incorporado ao quadro técnico do IPHAN, e de José Wash Rodrigues. Além disso, é referida a amizade de Gustavo Barroso com Augusto de Lima Júnior (personagem que será abordado no próximo subcapítulo) e sua constante correspondência com autoridades mineiras. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 5, [1944], p. 5 e subsequentes.

¹¹⁸ Para análises dessa cronologia de iniciativas, ver ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952, p. 11-60 e RUBINO, Silvana. **As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 23-51.

¹¹⁹ CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 41.

¹²⁰ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 121.

Urgentemente necessário era preservar os monumentos e outras obras de arte de tôdas as espécies, e não apenas as obras de pintura, mediante um conjunto de procedimentos que não se limitassem à capital federal, mas abrangessem o país inteiro. A idéia inicial, dêste modo, se transformava num programa maior do que seria organizar um serviço nacional para a defesa do nosso extenso e valioso patrimônio artístico, então em perigo não só da danificação ou arruinamento mas ainda, em grande número de casos, de dispersão para fora do país. Como pôr mãos à obra de empreendimento tão difícil? Como transformar o pensamento que me seduzia num sistema de serviço público?¹²¹

O “caminho escolhido” foi telefonar para Mário de Andrade e solicitar um anteprojeto, entregue duas semanas depois.¹²² Esse dado é incoerente com uma observação contida no livro “Tempos de Capanema”. De acordo com a publicação, o ministro havia solicitado a Mário um projeto de proteção às artes no Brasil ainda em 1934, poucos meses depois de empossado.¹²³ Efetivamente, é possível localizar em carta destinada a Carlos Drummond de Andrade, datada de 16 de dezembro de 1934, comentário de Mário sobre um encontro com Capanema no qual o tema foi abordado:

Logo que cheguei do Rio e do nosso almoço, andei matutando um pouco no que o Capanema me pedira. Depois a vida me tomou de novo e não organizei nada. Mas me volta sempre a lembrança daquilo. Como arte é difícil de proteger e de orientar, desde que não seja proteção ditatorial e particular a artistas! E eu ando com raiva dos artistas. Assim mesmo me andam cá bestando no cérebro umas ideiazinhas, talvez viáveis. Aí, todos juntos com o Capanema, falaremos sobre.¹²⁴

Segundo nota assinada por Silviano Santiago, o almoço deu-se no Restaurante Albamar, no Rio de Janeiro.¹²⁵ As rápidas duas semanas de redação do Anteprojeto de 1936 talvez correspondam, na verdade, a um documento gestado por quase dois anos...

De acordo com depoimento de José Bento Faria Ferraz¹²⁶, a primeira versão do anteprojeto “sofreu vários cortes, vários adendos, várias rasuras, várias corrigendas

¹²¹ CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 41.

¹²² Id. Ibid. Loc. Cit.

¹²³ BOMENY, Helena; COSTA, Vanda; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/ FGV, 2000, p. 99.

¹²⁴ FROTA, Lélia Coelho (Org.). **Carlos e Mário**: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita – e Mário de Andrade: 1924 – 1945. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002, p. 435.

¹²⁵ Id. Ibid. p. 437.

feitas pelo Mário, que eram mandadas para o Rio de Janeiro, para serem revistas pelo Rodrigo Melo Franco de Andrade ou Gustavo Capanema”.¹²⁷ O anteprojeto foi revisado e apresentado em 23 de julho de 1936 ao Ministro por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Esse anteprojeto foi aprovado e encaminhado ao Poder Legislativo por Vargas em outubro, convertendo-se no Projeto 511, de 1936. Neste ano começou a funcionar, em caráter provisório¹²⁸, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade e com os auspícios do Presidente Getúlio Vargas. O golpe do Estado Novo, de 10 de novembro de 1937, impediu a votação do Projeto 511, sendo que em 30 de novembro finalmente foi promulgado o Decreto-lei 25/37¹²⁹, instrumento que, até hoje, serve como base para as ações de salvaguarda do

¹²⁶ Mineiro, foi secretário particular de Mário de Andrade e funcionário do Departamento de Cultura de São Paulo. Foi admitido como pesquisador de arquivos históricos no IPHAN, onde trabalhou até 1952. A partir de 1966, passou a lecionar folclore no Conservatório Musical Carlos Gomes. JOSÉ BENTO FARIA FERRAZ. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/129>>. Acesso: 29 ago.2015. Após o falecimento de Mário de Andrade, José Bento foi guardião de sua correspondência por 50 anos. Tornou-se especialista na obra do escritor. JOSÉ BENTO FARIA FERRAZ. Disponível em: <<http://www.fcilar.unesp.br/#!/biblioteca/colecoes-especiais/biblioteca-sonia-sterman-ferraz-e-jose-bento-faria-ferraz/>>. Acesso: 20 ago. 2015.

¹²⁷ **Entrevista de José Bento Faria Ferraz para Teresinha Marinho, com a presença de Jaelson Bitran Trindade/ 9ª SR**, realizada em 20-21 set. 1985. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

¹²⁸ Em carta de 1º de outubro de 1936 para Mário de Andrade, esclareceu Rodrigo: “Por enquanto, como lhe expliquei, em minha última carta, não há nenhuma lei federal instituindo o SPHAN. Só aquela exposição do Capanema e aquela autorização do Getúlio, cuja cópia mandei a você. // O serviço, por conseguinte, não tem nenhuma outra existência senão a de qualquer comissão, das muitas que se constituíram no Ministério da Educação, com pessoal contratado ou nem isto”. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 122. A criação oficial do IPHAN deu-se por meio da Lei 378, de janeiro de 1937. Através dessa também foi criado o Conselho Consultivo do IPHAN, cuja atribuição era deliberar sobre casos de impugnação de tombamento por parte de proprietários, bem como decidir sobre tombamentos solicitados pela sociedade civil. BRASIL. **Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Disponível em:

< <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=225>>. Acesso em: 15 jan.2014.

¹²⁹ O Decreto-lei 25 conceituou e organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico no Brasil. De acordo com o documento, “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou paisagístico”. No decreto também estão definidos os procedimentos de tombamento e as finalidades de cada um dos Livros do Tombo, entre outras determinações. BRASIL. **Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 15 jan. 2014. Mário Telles, em estudo sobre o Decreto-lei 25, dedicou-se a identificar as influências de projetos de lei anteriores relacionados ao mesmo tema que teriam sido utilizados por Mário de Andrade como referências. São detalhadas as influências do projeto do deputado Luis Cedro (1923), o esboço de anteprojeto de lei federal elaborado por Jair Lins (1924) e o projeto do Deputado José Wanderley de Araújo Pinho (1930). TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do decreto-lei 25/37. V **ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2009. Disponível em: < <http://www.cenacine.com.br/wp-content/uploads/19408.pdf>>. Acesso: 29 maio 2012.

patrimônio material. De acordo com Denis Tavares, foram diversos os momentos em que os intelectuais da instituição foram a público desfazer associações entre o IPHAN e o autoritarismo do Estado Novo. Segundo o autor, Rodrigo, nesse particular, enfatizava a preservação do patrimônio como uma “antiga aspiração nacional”.¹³⁰ No que tange à política, a posição de Rodrigo é raramente referida. Segundo Ralf Flôres, o diretor pertenceu à bancada mineira da UDN, composta por figuras como Milton Campos e

¹³⁰ TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del-Rei:** negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 151. A relação entre intelectuais e política constitui um capítulo extenso do estudo das iniciativas culturais da década de 1930. Para Sérgio Miceli, “Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhe o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (...). (...) no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um ‘negócio oficial’, implicando um orçamento próprio, a criação de um *intelligentia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico”. Ainda segundo o autor, “um número considerável de intelectuais teve condições materiais e institucionais para conciliar seus encargos no serviço público com seus projetos intelectuais, meta que se revelou tanto mais viável à medida que o próprio Estado foi se tornando uma instância hegemônica de difusão e consagração de obras produzidas em tais circunstâncias”. MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 197-198. Lahuerta, por sua vez, refuta a ideia de cooptação, argumentando acerca da constituição de “um novo bloco de poder que busca consenso entre os intelectuais, chamando-os para participar do processo, realizando a fusão entre modernidade e projeto nacional”. Entretanto, pondera o autor, a relação entre o projeto estadonovista e os intelectuais variou bastante, em função das circunstâncias político-culturais de cada estado e de sua filiação política. LAHUERTA, Manuel. **Elitismo, autonomia, populismo:** os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992, p. 6-7. De maneira semelhante, Helena Bomeny destaca a relação variável que os intelectuais que passaram a ocupar cargos no quadro do Ministério mantiveram com a estrutura burocrática e com o autoritarismo representado pelo Estado Novo. Compartilho do entendimento da autora no que se refere à combinação entre o movimento de “resposta ao chamado do Estado” e recorrentes processos de adesão/afastamento, entusiasmo/recusa ao regime estabelecido. BOMENY, Helena. **Constelação Capanema:** intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 15-17. Posição análoga é assumida por Angela de Casto Gomes, ao investigar “como a política cultural gerenciada por Capanema conseguiu produzir entre os intelectuais, mas não apenas entre eles, a imagem de um espaço distinto do restante do aparelho de Estado, este sim muito mais identificado com a opressão física e simbólica de um regime autoritário. O território de Capanema, segundo seus contemporâneos e também muitos de seus analistas, era arejado em sua heterogeneidade e ousadia de ideias”. GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema:** o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 14. Soma-se a essa premissa, a compreensão de que o grupo de intelectuais que se lançou à vida política não traiu, mas, ao contrário, cumpriu sua vocação ao empreender projetos e mudanças a despeito de um projeto político nem sempre assentido por todos. BOMENY, Helena; COSTA, Vanda; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra/ FGV, 2000, p. 46. Roberto Barbato Júnior ressalta que “os homens de cultura supostamente cooptados pelo aparelho do Estado, em meados dos anos 30, não tiveram necessariamente que reproduzir ou mesmo apoiar as diretrizes autoritárias que se colocavam no momento”. BARBATO JR., Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular:** os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004, p. 108. Exemplo citado pelo autor (também mencionado em “Tempos de Capanema”) seria a relação mantida entre Carlos Drummond de Andrade e o Ministério de Capanema. De acordo com Helena Bomeny, as entrevistas concedidas por Drummond anos depois de sua passagem pelo Ministério transpareciam “inquietação por ser identificado como funcionário do governo Vargas, como possível cúmplice do regime de exceção”. BOMENY, Helena. **Guardiães da razão:** modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994, p. 123.

Magalhães Pinto¹³¹, personagens apontados por Judith Martins como amigos que assiduamente frequentavam o gabinete de Rodrigo.

Retomando o processo de constituição da instituição, é indiscutível que uma disputa ocorreu e que poucos dos antigos “donos da área”, ligados ao Movimento Neocolonial, foram incorporados à nova instituição, a despeito de seus esforços anteriores. O Modernismo é o grande protagonista da narrativa do IPHAN sobre sua fundação. A redação do anteprojeto de criação da instituição por Mário de Andrade, em 1936, é apenas um dos pontos dessa associação entre “agentes do Patrimônio” e o referido movimento. Ressalte-se que, conforme Bomeny, não existem indícios documentais de qualquer identificação de Capanema com os “objetivos mais profundos do movimento modernista”, presentes, por exemplo, na perspectiva de Mário de Andrade. As variantes desse movimento, entretanto, foram suficientemente amplas e ambíguas para permitir diferenças, não se colocando em contradição com o programa do Ministério da Educação e Saúde.¹³² Rodrigo posicionou-se, em entrevista ao “Diário Carioca” de maio de 1952, como sendo da “maior simpatia pelo movimento”, considerando-o “nitidamente necessário, uma vez que vinha alterar, dar um novo sentido àquilo que era, a toda evidência, uma pasmaceira”.¹³³ Na matéria, que se destinava a comemorar o trigésimo aniversário da Semana de Arte Moderna de 1922, ele ainda menciona sua participação, em 1930, na convocação de “importantes figuras do modernismo brasileiro para que trabalhassem visando o problema cultural e educacional”, referindo-se especialmente a Lucio Costa e Mário de Andrade. Curiosamente, entretanto, não menciona qualquer relação do Modernismo com a criação e ação do Instituto.

No site do IPHAN, o texto sobre a criação da instituição inicia enfatizando a ligação desse acontecimento com o Modernismo:

A criação do organismo federal de proteção ao patrimônio, ao final dos anos 30, foi confiada a intelectuais e artistas brasileiros vinculados

¹³¹ FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João Del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007, p. 154.

¹³² BOMENY, Helena; COSTA, Vanda; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra/ FGV, 2000, p. 97-98.

¹³³ PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 237.

ao movimento modernista. A semana de Arte Moderna de 1922 traz à cena cultural novos valores e concepções estéticas e culturais. O resgate de um Brasil de feição mestiça e apartado dos padrões europeus inicia uma nova síntese cultural que procura abarcar as múltiplas faces da brasilidade, para produzir uma cultura e arte genuinamente nacional. Promove-se uma notável ressignificação da herança cultural, valorizando-a e estabelecendo um diálogo com a modernidade e com as manifestações e referências populares. Trata-se de reinventar o País, a partir da valorização de um passado até então desprezado.

[...]

Rodrigo Melo Franco de Andrade contou com a colaboração de outros brasileiros ilustres [além de Mário de Andrade] como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade.¹³⁴

De antemão, vale reconhecer que o conceito de Modernismo referenciado pelo texto está intimamente ligado aos acontecimentos da Semana de Arte Moderna de 1922 (na versão que omite a exposição de um projeto de arquitetura neocolonial no evento), respondendo a uma síntese historiográfica mais ou menos hegemônica.¹³⁵ Merece atenção a referência aos brasileiros ilustres que colaboraram com Rodrigo M. F. de Andrade na tarefa preservacionista: uma lista imbatível de nomes que valoriza os colaboradores “modernistas” em detrimento de um considerável repertório conservador de personalidades envolvidas com o IPHAN, a exemplo dos autores convidados para escrever artigos destinados à publicação na “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.¹³⁶ Como bem observou Raul Lanari, Rodrigo buscava aproveitar as colaborações de diferentes grupos de intelectuais quando esses contribuíssem aos estudos e confluíssem com os conceitos afirmados pela instituição. Exemplo disso é a participação

¹³⁴ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sobre o IPHAN.**

Disponível em: <

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

¹³⁵ Monica Pimenta Velloso, a partir de estudo de Heloísa Pontes, indica essa laboriosa construção em estudo intitulado “Modernismo & História”. De acordo com a autora, a narrativa hegemônica do Modernismo foi uma edificação empreendida pelas vanguardas paulistas, em especial pela Faculdade de Filosofia e Letras da USP, por jornais como a “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”, além da participação das revistas “Anhembi” e “Clima” e editoras como a “Nacional” e “Martins”. VELLOSO, Monica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 23.

¹³⁶ A dissertação de Cíntia Mayumi de Carli Silva contribui com um estudo detalhado a respeito da Revista do Patrimônio. SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio**: editor, autores e temas. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2010. No que se refere ao Conselho Consultivo, o Anexo 2, “Quadro geral de autores, membros do Conselho Consultivo e/ou técnicos do SPHAN (1930 – 1940)”, presente na obra de Márcia Chuva, é de grande valia. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 423-442.

de Affonso D'Escragnolle Taunay, “considerado por Mário de Andrade como ‘sinecurista’, ‘passadista’ e ‘pouco dedicado’, mas que contribuiu com pesquisas, artigos publicados na Revista do SPHAN e com um volume das Publicações do SPHAN”. Taunay integrou, inclusive, o Conselho Consultivo do órgão.¹³⁷ No mesmo sentido, ainda conforme Lanari, a aproximação entre o órgão do patrimônio e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não foi superficial:

Rodrigo Melo Franco de Andrade, atuando como um “intelectual dos bastidores”, foi extremamente pragmático na escolha dos colaboradores do SPHAN, visando às instituições dotadas de maior legitimidade, a despeito da visão referente ao passado que elas veiculavam. A aproximação entre a instituição e o IHGB, nesse sentido, é bastante elucidativa das estratégias discursivas adotadas na consolidação do SPHAN. Mesmo podendo ser enquadrada dentro da categoria “passadista” tão criticada nas correspondências e na imprensa, a produção do IHGB foi, quando relativa aos assuntos de interesse do SPHAN, largamente considerada, estando presente em muitos artigos da *Revista do SPHAN*, principalmente nos resumos bibliográficos organizados.¹³⁸

Apesar disso, a narrativa do IPHAN sobre sua trajetória prioriza, quase que exclusivamente, a ligação com os modernistas. A busca de um Brasil autêntico, pautado pela salvaguarda de bens da arquitetura “tradicional” brasileira é o foco do extrato textual dedicado à conexão entre a criação do órgão e o movimento. Em 2012, durante a realização de uma pesquisa sobre o uso do Modernismo como categoria explicativa da história do IPHAN¹³⁹, consultei o site da instituição e nele constava a seguinte afirmação:

A criação do organismo federal de proteção ao patrimônio, ao final dos anos 30, foi confiada a intelectuais e artistas brasileiros ligados ao

¹³⁷ LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 108. A partir da pesquisa realizada por Cíntia Mayumi de Carli Silva, verifica-se que, dos 16 autores considerados como assíduos na Revista, seis eram membros de Institutos Históricos e Geográficos. Esses escreveram 68 artigos, de um total de 150, sendo responsáveis por mais de 45% de tudo o que foi publicado entre 1937 e 1967. São eles: Artur César Ferreira Reis, Francisco Agenor Noronha Santos, Francisco Marques dos Santos, Joaquim de Souza Leão Filho, Cônego Raimundo Otávio Trindade e Salomão de Vasconcelos. SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio: editor, autores e temas**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2010, p. 100-107.

¹³⁸ LANARI, Raul Amaro de Oliveira. Op. Cit. p. 124.

¹³⁹ BAUER, Leticia. Patrimônio cultural ou escrita da História? Considerações sobre a trajetória brasileira. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural - Escritas da História: ver, sentir, narrar**. Teresina, Piauí, 2012. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimpósio/anais/Leticia%20Bauer.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

Modernismo. Era o início do despertar de uma vontade que datava do século XVII em proteger os monumentos históricos.¹⁴⁰

No texto atualmente apresentado, antes transcrito, foram realizadas alterações, a exemplo da mudança do termo “Modernismo” para “Movimento Modernista”. Independentemente dessa constatação, é possível identificar a supressão de um trecho que considero importante. Trata-se da “vontade” de preservar, mencionada no texto de 2012. Essa “vontade do século XVII” é, na verdade, provavelmente, uma referência ao século XVIII, e parece corresponder a uma carta enviada pelo Conde de Galveias ao Governador de Pernambuco em 1742, na qual o primeiro lamenta o possível arruinamento do Palácio das Duas Torres e, com isso, de uma “memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania”. Os vestígios seriam, para Galveias, “livros que falam, sem que seja necessário o lê-los”.¹⁴¹ De acordo com Rodrigo, aliás, o Conde teve a “honra de ter sido o pioneiro da defesa do patrimônio histórico” no país.¹⁴² Enfatizo que, segundo a apresentação então disponibilizada no site da instituição, foram os modernistas que viabilizaram a execução de um desejo preservacionista marcado no tempo, reforçando o lado “vitorioso” do movimento em relação aos adeptos do Neocolonial, uma vez mais subsumidos na narrativa.

A partir do texto do site configura-se uma sequência baseada nos seguintes pontos fundamentais: *intelectuais* (Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade)¹⁴³, associados a um *movimento cultural* (o Modernismo), levaram a cabo a criação e atuação de uma *instituição pública federal* engajada em definir e proteger o patrimônio histórico e artístico brasileiro. Maria Cecília Londres Fonseca chega a afirmar, em consonância com tal cadeia explicativa, que a hegemonia modernista já havia se consolidado no meio intelectual naquele momento,

¹⁴⁰ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sobre a instituição.** Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginaIphan>> Acesso: 29 ago. 2011.

¹⁴¹ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil:** uma trajetória. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 61.

¹⁴² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil:** monumentos históricos e arqueológicos. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952, p. 11.

¹⁴³ Importa ressaltar que a participação desses intelectuais é bastante variável. Oswald de Andrade, até o momento, não foi identificado nem como frequentador da repartição, nem como consultor ou autor a ela ligado.

principalmente na área do patrimônio, sendo que a reação ao trabalho do IPHAN era “em geral, de pleno apoio e entusiasmo” ou “pelo menos de aceitação passiva”.¹⁴⁴

O uso desse movimento cultural como parte decisiva da explicação construída sobre a criação do IPHAN lança mão do que se poderia chamar de carga semântica ‘implícita’ ao Modernismo. Coerência e interesses comuns estão entre as características destacadas para estabelecer a relação entre os intelectuais modernistas e a repartição pública por eles ocupada. Em certos momentos, a historiografia do Patrimônio parece sofrer do que Luís Augusto Fisher denominou, referindo-se não especificamente a esse tema, de “modernistolatria” ou, ainda, “modernismocentrismo”, uma perspectiva na qual “o modernismo passou a ser a régua de medição de tudo”.¹⁴⁵ O IPHAN, nessa perspectiva, mais do que se alinhar com uma tendência, a produziu. Nesse sentido aponta Ruth Levy:

Apesar de [...] existir interesse pelo patrimônio por parte da geração de arquitetos cariocas dos anos 20, o que ficou consignado na historiografia oficial é que foi com a geração de modernistas que a busca pelas raízes se deu. O próprio Lúcio Costa afirmaria que ‘ao contrário do que ocorreu na maioria dos países, no Brasil foram justamente aqueles poucos que lutaram pela abertura para o mundo moderno, os que mergulharam no país à procura de suas raízes, da tradição, tanto em São Paulo nos anos 20, como no Rio, Minas, sul e nordeste nos anos 30, enfatizando inclusive a diferença de uma década que acabou sendo consagrada entre São Paulo e Rio de Janeiro no tocante ao interesse pelo passado.’¹⁴⁶

Foi numa conjuntura de conflitos e disputas ou, melhor, de batalhas discursivas¹⁴⁷, que a criação do IPHAN e a escolha de Rodrigo tiveram lugar. Tais ações são itens de uma contenda que foi redimensionada ao longo dos anos. É partir da retomada crítica dos anos anteriores à gestão de Rodrigo e à luz de tais disputas que proponho a segunda parte do capítulo.

¹⁴⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 119.

¹⁴⁵ FISHER, Luís Augusto. Reféns da modernistolatria. **Piauí**, n. 80, maio 2013. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-80/questoes-de-literatura-cultura/refens-da-modernistolatria>. Acesso: 4 jun. 2013.

¹⁴⁶ LEVY, Ruth. **A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: EBA/ UFRJ, 2010, p. 114.

¹⁴⁷ Valho-me da definição de Michel Foucault, para quem uma batalha discursiva configura-se como uma batalha de discursos através de discursos. FOUCAULT, Michael. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. São Paulo: Graal, 2003, p. 12.

1.2 “Quando o destino de Rodrigo ainda estava por se precipitar”¹⁴⁸: a escolha do primeiro diretor

São poucas as informações sobre o processo de escolha de Rodrigo para o cargo de diretor do IPHAN. Nos textos institucionais, por exemplo, é possível encontrar referência a uma indicação de Mário de Andrade¹⁴⁹ que, por vezes, é somada a uma intervenção de Manuel Bandeira¹⁵⁰, mas pouco se explora sobre possíveis repercussões acerca de sua nomeação. Nesse sentido, parece interessante buscá-las, destacando um período em que a escolha de Rodrigo ainda era um dado em suspenso, ou melhor, uma possibilidade. Tal opção investigativa mostra-se trabalhosa, na medida em que localizar esse tipo de dado é um esforço ativo de investimento de valor em trechos muito específicos de um conjunto narrativo que foi progressivamente dotado de coerência e legitimidade. A tentativa, ao isolar esse subcapítulo, é o de ressaltar brechas, ou, mais especificamente, pontos na narrativa onde se reconhece alguma estranheza na associação de Rodrigo ao cargo.

A declaração de Gustavo Capanema sobre a criação do IPHAN, contida em “A lição de Rodrigo”, pode ser considerada fundamental dentre os documentos/monumentos formadores da imagem de nosso personagem. De acordo com o então Ministro, Mário de Andrade havia mencionado a importância de escolher um diretor apto para a tarefa, “trazendo alguns nomes que lhe pareciam à altura do cargo. Vinha entre eles o de Rodrigo Mello Franco de Andrade”.¹⁵¹ Disse Capanema:

Não me foi difícil escolher. Optei pelo nome de Rodrigo. Mineiro ambos, eu o conhecia de perto e de longa data. Aos meus olhos, êle estaria, em tais circunstâncias, em primeiro lugar, fôsse qual fôsse o paralelo. Não apenas por ser homem de rara cultura, jornalista e escritor de primeira ordem, nem por estar militando no exercício de uma advocacia do mais alto nível intelectual e moral, nem por já ter dado prova da maior aptidão como gestor das coisas públicas. Para nós, da sua geração mineira, a figura de Rodrigo, com aquela alma a um tempo mansa e severa, delicada e positiva, risonha e inflexível, com aquele seu tom sábio e conclusivo, com aquela sua capacidade de

¹⁴⁸ DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 91.

¹⁴⁹ A exemplo de “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil”. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 23.

¹⁵⁰ Menciona a dupla sugestão a publicação “Rodrigo e seus tempos”. Id. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 19.

¹⁵¹ CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Op. Cit. p. 42.

compreender, de raciocinar e de julgar, passou a ser a de um mentor, no mais alto sentido da palavra, em tôdas as circunstâncias e problemas da nossa vida particular ou pública.¹⁵²

Justificado pelos critérios de uma amizade de longa data, cultura e aptidão à vida pública, o momento da nomeação de Rodrigo para a direção do IPHAN tornou-se instante breve, quase inexistente, embora inflexível, na sua biografia. Alguns fragmentos dispersos, entretanto, dão a ver certa estranheza daqueles que então se relacionavam com o tema do patrimônio histórico e artístico, bem como de conhecidos de Rodrigo. Nesse sentido, um dos primeiros a ser citado é “aquele Lima não sei quê”, conforme depoimento de Lucio Costa transcrito no início do capítulo.

Este “Lima” é, muito provavelmente, o mineiro Augusto Lima Júnior. Bacharel em Direito, mudou-se para o Rio de Janeiro e seguiu carreira militar. Foi incumbido pelo governo Vargas da transferência dos despojos mortais dos inconfidentes para Minas Gerais, finalizada em 1936.¹⁵³ Publicou o livro “O Aleijadinho e a Arte Colonial” em 1942.¹⁵⁴ Na obra, questionou a pioneira monografia de Rodrigo José Ferreira Bretas (coincidentemente, ou não, bisavô paterno de Rodrigo Melo Franco de Andrade), intitulada “Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de O Aleijadinho” e publicada em 1858. De acordo com a instigante pesquisa de Guiomar de Grammont, o questionamento da obra de Bretas foi iniciado por José Mariano Filho e Feu de Carvalho¹⁵⁵, teve seguimento com Augusto Lima Júnior e, posteriormente, acabou consolidado por Dalton Sala em trabalho de 1996. Tal questionamento não era irrelevante e instaurou o que a autora denomina de “mistério Aleijadinho”: o artista teria existido ou era uma invenção de Bretas? A polêmica impulsionou um esforço obstinado de pesquisa em

¹⁵² CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 42.

¹⁵³ FERREIRA, Camila Kézia R. A polêmica na narrativa histórica nas obras de Augusto de Lima Júnior. **Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais**: Nossas Letras na História da Educação. Universidade Federal de Ouro Preto. 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/ic24.pdf>>. Acesso: 21 maio 2014.

¹⁵⁴ LIMA JÚNIOR, Augusto. **O Aleijadinho e a Arte Colonial**. Rio de Janeiro: [s.e], 1942.

¹⁵⁵ O mineiro Theophilo Feu de Carvalho (1842-1946) foi diretor e funcionário do Arquivo Público Mineiro e publicou, entre outras obras, “O Aleijadinho – polêmica e miscelâneas históricas”. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=216 >. Acesso: 7 set. 2015.

arquivos para encontrar evidências e foi tarefa primordial do IPHAN recém-criado.¹⁵⁶ A pesquisa de Grammont menciona, entre outros documentos, um artigo denominado “O Aleijadinho é uma farsa”, publicado como matéria exclusiva na revista “O Cruzeiro” de 1966. Nele, descreve a autora, “com muitas fotos de Lima Jr. em seu escritório, em Ouro Preto e Congonhas, esse pesquisador afirma, basicamente, que o texto de Bretas não passou de uma criação do próprio Bretas, sem evidências mais numerosas que comprovassem sua teoria”.¹⁵⁷ Lima Júnior também acusou Rodrigo Bretas de ter forjado documentos, além de valer-se da relação familiar entre esse e Rodrigo M. F. de Andrade para fazer insinuações contra o diretor do IPHAN.¹⁵⁸

A rivalidade, em maior ou em menor grau, foi mantida por ambas as partes ao longo da gestão de Rodrigo e, até mesmo, depois de sua aposentadoria. Em 1969, Lima Júnior valeu-se do espaço do jornal “O Globo” pra difamar, abertamente, o IPHAN, seus funcionários e colaboradores e, especialmente, seu primeiro diretor. Dizia ter, inicialmente, se animado com a criação da instituição, mas, na ocasião, declarava-se decepcionado: “O Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, sabendo de minha intransigência, no tocante ao respeito das coisas sérias de minha pátria, passou a me mover uma guerra de morte”.¹⁵⁹ O artigo que contém essa declaração, de autoria não mencionada, dedica-se, em grande parte, a alertar os leitores para o tráfico ilícito de bens culturais das antigas igrejas brasileiras. Lima Júnior, entretanto, aproveitou-se do espaço para desfilhar uma série de reclamações e denúncias: “Enquanto as igrejas tinham gameleiras¹⁶⁰ crescendo nos telhados, os tais do Patrimônio instalaram a famosa Casa da Baronesa¹⁶¹” em antiga residência local, “onde passaram a se hospedar os convidados

¹⁵⁶ GRAMMONT, Guiomar. **Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 90-91.

¹⁵⁷ Id. Ibid. p.126-127.

¹⁵⁸ A dissertação de Camila Ferreira explora as polêmicas protagonizadas por Augusto de Lima Júnior em relação à política patrimonial dos anos 1930 a 1960. Conforme a autora, Lima Júnior fez referência aos “absurdos que o professor Bretas cometeu” e “que tem enriquecido tanta gente, graças à dedicação do seu bisneto Rodrigo M. F. Bretas de Andrade, diretor da SPHAN”. FERREIRA, Camila Kézia Ribeiro. **A polêmica como patrimônio: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates da política patrimonial (1930- 1966)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014, p. 162.

¹⁵⁹ MINAS DESCOBRIU O VALOR DE SEUS OBJETOS DE ARTE QUANDO OS PERDEU. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1969, p. 20. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011A P0012.

¹⁶⁰ Espécie de árvore também conhecida como figueira mata-pau ou figueira branca.

¹⁶¹ Residência pertencente à família do Barão de Camargos, doada ao IPHAN em 1941.

do Dr. Rodrigo e de seu auxiliar de confiança, arquiteto Sílvio de Vasconcelos”.¹⁶² Quando hospedados no Grande Hotel de Ouro Preto, segundo sua investigação pessoal, “as contas de refeição e bebida (...) pagas pelo Patrimônio atingiam a cifras enormes”.¹⁶³ Antes de seguir com as acusações, Lima Júnior sentenciou: “a orgia continua”.¹⁶⁴ Além disso, sugeriu roubos por parte de certo funcionário do IPHAN, não explicitado, “conhecido pela sua voracidade pelo alheio” no Santuário de Bom Jesus¹⁶⁵, bem como na Capela do Carmo, em Ouro Preto. Denunciou, ainda, que dois serviços de jantar de louças da Companhia das Índias estavam “desaparecidos depois de terem passado pelas orgias da Casa da Baronesa e por uma certa residência na Rua Direita, aliás construída com verba do SPHAN”.¹⁶⁶ Para finalizar, polemizou: “Seria muito longo especificar as ladroeiras do SPHAN”.¹⁶⁷

Rodrigo rebateu, uma a uma, treze acusações de Lima Júnior, solicitando a publicação de sua resposta no mesmo periódico, conforme é possível depreender de carta arquivada no Arquivo Central do IPHAN. Em especial, detalhou valores e números de escritura da tal casa da Rua Direita, que se tratava, na verdade, de um imóvel adquirido por Rodrigo numa das principais ruas de Ouro Preto.¹⁶⁸ Paulo Santos, ao ler as acusações de Lima Júnior no “Jornal do Brasil”, escreveu a Rodrigo, afirmando que as calúnias nem mereceriam resposta, uma vez que pareciam produto “de doença mental”. Na sequência da carta, é possível depreender a representatividade gozada pelo denunciante na área, uma vez que Santos confessou ter tido “apreço e admiração” por ele na década de 1940.¹⁶⁹ De acordo com declaração de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, então prefeito de Ouro Preto, Lima Júnior queria, na realidade, ser diretor do IPHAN desde sua criação:

¹⁶² MINAS DESCOBRIU O VALOR DE SEUS OBJETOS DE ARTE QUANDO OS PERDEU. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1969, p. 20. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011A P0012.

¹⁶³ Id. Ibid. Loc. Cit.

¹⁶⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

¹⁶⁵ Provavelmente Lima Júnior se refere ao Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, no estado de Minas Gerais.

¹⁶⁶ Id. Ibid. Loc. Cit.

¹⁶⁷ Id. Ibid. Loc. Cit.

¹⁶⁸ O projeto de reconstrução foi de autoria de Lucio Costa, com execução de Paulo Barreto, desenhos de Max Grossmann, supervisão de obra por Sylvio de Vasconcellos e Eduardo Tecles, e mural de Alberto Guignard. **Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para M. F. do Nascimento**. 24 jan. 1969. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX08 P04.

¹⁶⁹ **Carta de Paulo Santos para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 31 jan. 1969. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

o desentendimento foi de natureza ideológica, com alguns traços de personalismo da parte de Lima Júnior. Ele gostaria de ter sido diretor do Iphan. Por isso começou a atribuir a valorização de Aleijadinho a uma mera arrogância de Melo Franco, que queria valorizar a memória do avô, Rodrigo Bretas.¹⁷⁰

Era, portanto, um dos “donos da área” ignorados pela equipe de Gustavo Capanema. Augusto de Lima Júnior, entretanto, não parece ter sido o único a ambicionar o cargo de diretor do IPHAN sem obter o sucesso esperado. Em depoimento do arquiteto José de Souza Reis¹⁷¹, é possível identificar outro desses “donos”, já mencionado anteriormente: trata-se de José Mariano Filho. Souza Reis, ao narrar um encontro de Rodrigo e Mariano numa loja de antiguidades, comentou:

Lembro-me de uma conversa dos dois, na sobreloja dessa lojinha. Mariano chegou – Mariano, naturalmente, já vivia um pouco ressentido porque não foi o escolhido para dirigir o órgão, sendo a figura mais conhecida nessa área -, e estavam trocando idéias e a conversa [foi ficando] assim um [tanto] amarga. Mais tarde as relações [entre ambos] tornaram-se bem tensas, porque o João Camilo de Oliveira Neto, que era um dos nossos intelectuais frequentadores, fez umas conferências sobre arte antiga, Aleijadinho, etc.¹⁷²

Novamente, a escolha de Rodrigo surge como argumento para explicar ressentimentos de “especialistas na área”. Mariano Filho já havia se manifestado contrário ao anteprojeto elaborado por Mário de Andrade. Em 1936, ele escreveu a Rodrigo e a Capanema criticando a estrutura proposta pelo literato por considerá-la muito complicada. Afirmou então:

Não tenho nenhum prazer, Rodrigo, que vocês errem. Meu interesse espiritual na questão é muito sério. Eu não posso ser afastado de uma questão que só foi ventilada devido ao meu esforço pessoal, contínuo e obstinado.

(...)

¹⁷⁰ LIMA, Vivi Fernandes de. Nas pistas do Barroco: Aleijadinho deixou marcas nas ruas, nas igrejas e no imaginário dos católicos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Disponível em:

< <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/nas-pistas-do-barroco>>. Acesso: 07 jul. 2014.

¹⁷¹ José de Souza Reis (1909-1986) graduou-se como engenheiro-arquiteto em 1929 pela ENBA. Em 1938, foi contratado para trabalhar no IPHAN e, entre 1946 e 1963, foi Chefe da Seção de Projetos da Divisão de Conservação e Restauração, ocupando, posteriormente, a direção da Divisão. Entre 1975 e 1980, foi assessor geral do IPHAN e, a partir de 1980, da FNpM. Também projetou edifícios para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), entre diversas outras atividades no Brasil e exterior. THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010, p. 220.

¹⁷² **Entrevista de José de Souza Reis para Teresinha Marinho**, realizada em 7 dez. 1982. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Creia na sinceridade com que lhe falo. O projeto de Mário de Andrade é perigosamente complicado e dispendioso. Não vá você supor que eu seja inimigo de Mário de Andrade.¹⁷³

Em 1941, o tom cordial de Mariano foi radicalmente modificado. Permito-me reproduzir na íntegra uma missiva que expressa essa mudança:

Rodrigo

Por cinco fontes diferentes fui avisado de que v. havia deliberado – com a ajuda da guarda de ferro que constitui o corpo de conselheiros do SPHAN as delícias de zelador remunerado do patrimônio de arte da nação – assumpto pelo qual v jamais devotara a mais leve e ingenua curiosidade. Sob o pseudônimo de Nair, aparece v. convenientemente resguardado pelos [ilegível] de uma senhora a me endereçar picuinhas covardes. Dentro do proprio Serviço sabe se abertamente que v [ilegível], corrige, apara e remenda os artigos de seus colaboradores.

Quero que fique certo de que estou disposto a enfrentar sozinho o seu despeito, embaçado [ilegível] dissimulado, venha de onde ele vier. Até agora, só generosas razões sentimentais me fizeram adiar o dever de demonstrar ao publico os efeitos calamitosos de sua desastrada gestão. Vaidoso e incompetente, obrigado por ignorância a servir de instrumento ao ódio de comunistas infiltrados no serviço do patrimônio a [ilegível] sacrificado o programma pelo qual me bati durante vinte annos. Aceito portanto a luva, mas eu não sei lutar de emboscada quero vel-o de viseira erguida diante de mim, e não escondido debaixo das saias de suas auxiliares obrigadas a servir de instrumento ao seu despeito [onipotente]. Tenho sobre v. a superioridade de não ter tido jamais interesse material pela causa que defendo, enquanto v. é apenas um profiteur do trabalho alheio.¹⁷⁴

É importante notar que Mariano enfatiza sua experiência na área e desqualifica Rodrigo ao afirmar que ele jamais havia demonstrado sequer curiosidade pelo assunto, ao contrário dele, que manteria relação com o tema há vinte anos. Mais do que isso, ataca pessoalmente o Diretor, chamando-o de vaidoso, covarde, interesseiro e incompetente. Não bastasse isso, em pleno Estado Novo, menciona comunistas infiltrados no IPHAN, muito provavelmente referindo-se a Carlos Drummond de Andrade ou, mesmo, Oscar Niemeyer. Cinco anos haviam se passado desde a criação da instituição e José Mariano Filho seguia disputando o domínio *da área*. Anos antes, em 1936, havia escrito sua opinião sobre a criação do IPHAN, alegando que desejaria

¹⁷³ **Carta de José Mariano Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 31 maio 1936. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

¹⁷⁴ **Carta de José Mariano Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** Ago. 1941. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

conversar com Capanema “sobre certos aspectos dessa questão que me interessa desde 1921”.¹⁷⁵ Em 1939, escreveu novamente ao Ministro criticando a construção de um hotel “de cimento armado” em Ouro Preto:

Estou cumprindo o dever – condizente com a minha atitude – de protestar contra esse atentado. Se o Serviço do Patrimônio que está infelizmente sofrendo a influencia de um elemento pernicioso perfiar na malsinada ideia, não terá de então por diante força moral para [ilegível] em defesa do patrimônio da nação. Será o fracasso da ideia pela qual me bato desassombadamente durante vinte anos.¹⁷⁶

Sem dúvida, José Mariano Filho estava muito inconformado com a inexpressividade de seus vinte anos de experiência aos olhos do Ministro Capanema, preteridos em favor Rodrigo, novato na seara da preservação patrimonial.

Além da atitude desses “competidores”, vale ressaltar, também, a estranheza inicial de um amigo muito próximo de nosso personagem. Trata-se de Pedro Dantas, pseudônimo de Prudente de Moraes Neto.¹⁷⁷ Ele afirmou que, antes mesmo de Rodrigo, teria ficado sabendo que esse seria convidado para dirigir a instituição ao pegar uma carona com Gustavo Capanema. Tal aporte cotidiano, afastado de uma comunicação meramente burocrática, deu o tom ao início da narrativa de Dantas, que descreveu da seguinte maneira parte da conversa mantida com o Ministro: “Para concretizá-lo [o projeto de criação do IPHAN], só um nome lhe ocorria: Rodrigo, uma vez que não poderia trazer, de São Paulo, Mário de Andrade, tirando-o do seu Departamento de Cultura”.¹⁷⁸ As opções, na descrição de Pedro Dantas, eram restritas: ou Mário, ou Rodrigo, sendo o último a única opção disponível. O que mais interessa no depoimento, entretanto, é sua reação à escolha de Rodrigo:

¹⁷⁵ **Carta de José Mariano Filho para Gustavo Capanema.** Maio 1936. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas/ GCg1936.03.24/2.

¹⁷⁶ **Carta de José Mariano Filho para Gustavo Capanema.** Maio 1939. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas/ GCg1936.03.24/2.

¹⁷⁷ Prudente de Moraes Neto (1904-1977), carioca, formado em Direito, atuou como jornalista, poeta, contista, cronista, crítico literário, de cinema, de artes plásticas e de música. Lançou a “Revista Estética” com Sérgio Buarque de Holanda e foi secretário da “Revista do Brasil”. Trabalhou no jornal paulista “A Manhã” e, sob o pseudônimo de Pedro Dantas, iniciou colaboração para o jornal “A Província do Recife”, então dirigido por Gilberto Freire. Atuou como representante do MEC na Comissão de Censura de Cinema do Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo. Também trabalhou na “Folha Carioca”, no “Diário Carioca”, foi delegado no I Congresso Brasileiro de Escritores, redator – chefe do “Diário de Notícias” e colaborador de “O Estado de São Paulo”. Apoiou o golpe civil-militar de 1964, atuando tempos depois a favor da liberdade de imprensa. Foi diretor da Associação Brasileira de Imprensa e membro do IHGB.

Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso: 1º set. 2015.

¹⁷⁸ DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo.** Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 89.

Quanto a mim, por mais que me esforçasse, confesso que não conseguia participar do entusiasmo do Ministro. Separamo-nos – êle eufórico, eu lançado em perplexidade. Não via muito bem a função como adequada a Rodrigo, capaz de proporcionar-lhe o campo que faltava à sua devida realização. Muito importante que fosse, a missão de inventariar e restaurar monumentos não me parecia satisfatória para a figura admirável, que excelsas virtudes de cidadão antes indicavam para as responsabilidades de uma carreira de homem de Estado.¹⁷⁹

Entretanto, ainda de acordo com o amigo – que, aliás, trabalhou durante algum tempo junto ao diretor no início do funcionamento da instituição –, Rodrigo “atravessava um período depressivo, por incoercível enfaro aos ‘provarás’”. Aludindo ao trabalho como advogado, parecia a Dantas “que o cargo poderia ser, para êle, uma solução transitória, menos solução do que alívio”.¹⁸⁰ O “processo de fixação e transubstanciação, que uniu o homem e cargo numa simbiose perfeita” faria o depoente concluir, contudo, pela inexistência de razão para sua perplexidade inicial, quando o “destino de Rodrigo ainda estava por se precipitar”.¹⁸¹

Também é preciso ressaltar que a trajetória profissional anterior de Rodrigo M. F. de Andrade não indicava vínculo direto com o tema da preservação do patrimônio material brasileiro. Conforme a nota biográfica redigida por Teresinha Marinho em 1986, ele ocupou diversos cargos, situação comum para a época. Formou-se bacharel em Direito¹⁸² e, durante seus estudos, trabalhou como bancário em São Paulo. Em 1919, foi nomeado oficial de gabinete do diretor da Inspetoria de Obras contra as Secas, permanecendo no cargo por oito anos. Em 1921, iniciou suas atividades jornalísticas como redator de “O Dia”¹⁸³ e, no ano de 1924, passou a integrar a equipe de “O

¹⁷⁹ DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 89.

¹⁸⁰ Id. Ibid. p. 89-90.

¹⁸¹ Id. Ibid. p. 91.

¹⁸² Não deixa de ser curioso o fato de que nas fontes pesquisadas não são mencionadas as datas precisas de sua formação. Além disto, Rodrigo estudou Direito em diferentes cidades. A biografia assinada por Renard Perez em “A lição de Rodrigo” menciona as “constantes transferências que foi obrigado a fazer”, cursando o primeiro e o quinto anos no Rio de Janeiro, o segundo e o quarto em Belo Horizonte e o terceiro em São Paulo. Formou-se na extinta Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro que, em 1920, fundiu-se com a Faculdade Livre de Direito dando origem à Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sabe-se que, em 1919, já estava formado. PEREZ, Renard. Rodrigo M. F. de Andrade. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Op. Cit. p.158. Os resumos biográficos localizados no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro CX0011B P0014 também não acrescentam informações mais precisas sobre sua formação.

¹⁸³ Diário político matutino dirigido por Virgílio de Mello Franco, primo de Rodrigo, Azevedo do Amaral e Tristão Cunha Filho. Foi fundado no Rio de Janeiro em 1921 com o objetivo de defender a candidatura de Arthur Bernardes à presidência no ano seguinte. Com a vitória deste, o jornal perdeu importância e foi fechado no mesmo ano por falta de verbas. FERRO, Flávia Salles. **Virgílio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929 – 1948)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 20.

Jornal”¹⁸⁴, sendo seu diretor-presidente entre 1928 e 1930. Em 1926, foi redator-chefe da “Revista do Brasil”.¹⁸⁵ Paralelamente a sua “militância jornalística”, conforme expressão da pesquisadora, Rodrigo trabalhou no escritório de advocacia de seus tios. Em 1930, assumiu a chefia de gabinete de Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, ficando somente cinco meses no cargo e ocupando, em seguida, a chefia de gabinete do secretário-geral de Viação e Obras da prefeitura do Rio de Janeiro.¹⁸⁶ Em 1936, publicou seu único livro de contos, intitulado “Velórios”. Foi neste momento, então com 38 anos, que assumiu a direção do IPHAN. Nessa síntese da trajetória profissional de Rodrigo, contida na referida nota biográfica de “Rodrigo e seus tempos”, é possível identificar uma provável “ilusão biográfica”, entendida aqui nos termos de Bourdieu.¹⁸⁷ Ao comentar sobre viagem realizada a Ouro Preto e Diamantina na companhia de Virgílio de Melo Franco e Rodrigo, em 1915, Alceu Amoroso Lima declarou: “Mal sabia eu, então, que ao jovem adolescente nosso companheiro de uma dessas nostálgicas peregrinações, estava reservado o papel histórico de vir a ser o maior defensor do nosso passado estético”.¹⁸⁸

¹⁸⁴ Diário carioca fundado em 1919 por Renato Toledo Lopes. Foi adquirido em 1924 por Assis Chateaubriand, tornado-se órgão líder na cadeira dos Diários Associados. Nesse período, promoveu campanha contra o governo de Arthur Bernardes. A linha editorial de “O Jornal” defendia o favorecimento do capital estrangeiro, o antinacionalismo e, já na fase de Rodrigo, alinhou-se como apoiador da Revolução de 1930. LEAL, Carlos Eduardo. **O Jornal**. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL,%20O.pdf>>. Acesso: 2 set. 2015. De acordo com Tânia de Luca, Rodrigo ajudou Chateaubriand a levantar fundos para a compra de “O Jornal” e do paulista “Diário da Noite”. LUCA, Tânia Regina de. Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliane de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 319.

¹⁸⁵ A “Revista do Brasil” teve diversas fases, sendo adquirida por Assis Chateaubriand em 1926. Em sua segunda fase, entre os anos de 1926 e 1927, foi dirigida oficialmente por Plínio Barreto, Afrânio Peixoto, Alfredo Pujol e Pandiá Calógeras. Entretanto, de acordo com Tânia de Luca, os responsáveis de fato foram Rodrigo M. F. de Andrade, como editor-chefe, e Prudente de Moraes Neto, como secretário *ad hoc*. Rodrigo e Prudente publicavam autores modernistas, gozando de autonomia relativa na medida em que Chateaubriand e Calógeras não partilhavam do interesse no movimento, configurando uma linha qualificada como conservadora em relação à modernista de Andrade e Prudente de Moraes. Id. *Ibid.* Loc. Cit.

¹⁸⁶ MARINHO, Teresinha. Notícia biográfica. In: SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 17-36.

¹⁸⁷ Entende-se por ilusão biográfica a elaboração/confirmação de uma coerência seletiva e *a posteriori* à vida narrada, criando-se um todo lógico, unitário e coerente que confere sentido à existência de um indivíduo. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 184.

¹⁸⁸ Trecho referido na nota biográfica de Teresinha Marinho e publicado, originalmente, em LIMA, Alceu Amoroso. **O nosso Rodrigo**. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 17.

Interessante notar que Sérgio Miceli vale-se da biografia de Rodrigo para exemplificar o domínio dos “administradores da cultura e cia.”, no qual “inúmeros intelectuais tenderam a monopolizar aqueles cargos em cujo desempenho podiam fazer valer, em alguma medida, seu cabedal de saber especializado”.¹⁸⁹ Rodrigo, entretanto, não possuía saber especializado quando nomeado para o IPHAN. Conforme observado por Maria Lúcia Bressan Pinheiro, em entrevista de 1936, ele deixou transparecer sua “incipiência dos conhecimentos então disponíveis sobre arquitetura brasileira” ao caracterizar erroneamente a Igreja do Rosário como de estilo românico e dotada de ornatos de Aleijadinho.¹⁹⁰

Enfim, Rodrigo Melo Franco de Andrade era uma opção possível se enquadrado nas redes que o ligavam a Mário de Andrade e Capanema, mas não uma opção provável do ponto de vista dos especialistas da área. A estranheza inicial, entretanto, foi progressivamente apagada, como veremos nos capítulos subsequentes. Proponho, como última parte deste primeiro capítulo, uma aproximação com as redes formadas em torno do “Patrimônio” de Rodrigo, expressão recorrente na fala de funcionários e colaboradores para identificar o IPHAN.

1.3 “Sempre as portas abertas”¹⁹¹: a formação de uma rede de funcionários, colaboradores e “frequentadores”

A sede do IPHAN, localizada no Rio de Janeiro, funcionou primeiramente no Edifício Nilomex, situado na Avenida Nilo Peçanha, sendo transferida para o prédio do Ministério da Educação e Saúde¹⁹², na Rua da Imprensa, em 1945. A estrutura da

¹⁸⁹ MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 213.

¹⁹⁰ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011, p. 25. A observação da autora advém de uma matéria publicada no “Diário da Noite”, em 19 de maio de 1936, onde Rodrigo refere a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada em Ouro Preto. De acordo com informação existente no sistema de busca de bens tombados pelo IPHAN disponibilizado no Arquivo Noronha Santos (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro), a Igreja do Rosário é considerada por especialistas como o exemplo máximo do barroco colonial mineiro. Sobre os artífices, não consta menção direta a Aleijadinho, havendo apenas especulação sobre a participação de seu meio-irmão Antônio Félix Lisbôa, sendo que, mesmo assim, a informação carece de fontes. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ans/>>. Acesso: 6 set. 2015.

¹⁹¹ SANTOS, Paulo. Inspirador e criador. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 86.

¹⁹² A construção da sede do Ministério da Educação e Saúde foi realizada por meio de concurso público, em 1935. O projeto vencedor, de autoria de Archimedes Memória e Francisque Couchet, foi premiado mas não executado. Para substituir a proposta, em estilo marajoara, Gustavo Capanema encomendou

instituição organizou-se, inicialmente, em torno de cinco representações regionais (com sedes nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo) e uma seção técnica, também sediada no Rio de Janeiro. Por meio de uma equipe de formação diversificada, com proeminência dos arquitetos, foi realizado um esmerado trabalho de identificação e documentação dos possíveis bens a serem protegidos nas diferentes regiões brasileiras.

Judith Martins, uma das primeiras funcionárias do Serviço, foi contratada em abril de 1936 como datilógrafa de Rodrigo Melo Franco de Andrade. De acordo com seu depoimento, soube da criação do Serviço por meio de um amigo em comum com nosso personagem. Procurou-o então no escritório de advocacia que dividia com seu tio, João de Melo Franco, e pediu um emprego. Rodrigo, na ocasião, teria definido o IPHAN como uma “repartição que não tem sede, não tem verba, não tem nada”.¹⁹³ Sem experiência, Judith “treinou” datilografia “batendo o catatau do Mário de Andrade”¹⁹⁴, a saber, o anteprojeto de criação do IPHAN. Ela acompanhou Rodrigo na busca da sede para o escritório, na compra dos primeiros móveis e na procura dos primeiros funcionários: “no caso ele como diretor, mais um secretário, duas datilógrafas e dois serventes”.¹⁹⁵ Acompanhou, ainda, os ajustes e adequações realizadas no projeto de Mário e passou, pouco tempo depois, a atuar como secretária do diretor. A estrutura sumária da repartição em fase de criação é um marco alimentado e reproduzido sistematicamente, fornecendo um dos pilares da narrativa vinculada à denominação de “fase heroica” do órgão federal. Somam-se a essa caracterização a falta de verbas, as viagens a lugares de difícil acesso e as relações, por vezes conturbadas, entre moradores e técnicos do IPHAN. Edgar Jacintho, ao narrar as dificuldades encontradas no trabalho em São João del Rey em meados de 1940, considera o período a primeira fase de um

novo projeto a Lucio Costa, tendo o arquiteto formado uma equipe com Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos e Oscar Niemeyer. A iniciativa contou com a orientação do franco-suíço Le Corbusier, renomado arquiteto modernista que havia desenvolvido princípios para uma “nova arquitetura”, programa baseado em cinco pontos: uso de pilotis, planta livre, terraço-jardim, fachada livre e janelas horizontais. Todas essas diretrizes foram aplicadas ao projeto da sede do MES, inaugurada em 1945. Para análise crítica do processo é possível citar LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 49-71.

¹⁹³ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Depoimento de Judith Martins**. Rio de Janeiro: SPHAN/ FNPM, 1987, p. 1.

¹⁹⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

¹⁹⁵ Id. Ibid. p. 2.

“batismo de fogo” do Patrimônio.¹⁹⁶ Mais do que derivar para as condutas dos técnicos em relação aos moradores, importa ressaltar a expressão marcante, uma remetência simbólica a um ritual de passagem, um dos indícios de uma repartição pautada pelo devotamente pessoal, como ser verá adiante.

O IPHAN contou com a colaboração de uma variedade interessante de pessoas na tarefa de inventariar, documentar e intervir no manejo dos bens tombados no período. Os representantes regionais (ou delegados do SPHAN, como denominou Rodrigo) eram designados por portaria do ministro¹⁹⁷ e a grande maioria dos trabalhos era contratada por meio da prestação de serviços. Até o início de 1967, haviam sido tombados bens isolados e conjuntos urbanos¹⁹⁸, criados museus regionais¹⁹⁹, realizados inventários e fotografias, bem como pesquisas em cartórios e arquivos eclesiásticos e civis de diferentes estados, com vistas ao estudo da vida e obra de artistas coloniais. Também foi criada a “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” e publicada uma série de monografias especializadas. Rodrigo Melo Franco de Andrade, em palestra proferida no ano de 1961, sintetizou, retrospectivamente, a perspectiva que pautou a ação da instituição durante sua gestão:

O que constitui o Brasil não é apenas seu território [...], nem esse território acrescido da população nacional, que o tem ocupado através dos tempos. Para que a nação brasileira seja identificada, terá de considerar-se a obra da civilização realizada nesse país.

¹⁹⁶ A entrevista de Edgard Jacintho descreve uma dessas situações, ocorrida em São João del Rey em função do embargo da demolição de um sobrado: a placa de obras foi perfurada a tiros, arrancada e cravada na “Ponte da Cadeia”, e a casa onde estavam hospedados os técnicos foi apedrejada. Finalmente, os cidadãos incomodados atraíram uma “leva de doentes de lepra” para o referido sobrado “com o propósito, obviamente, de infectar a quem se dispusesse a entrar lá”. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Depoimento de Edgard Jacintho**. Rio de Janeiro: SPHAN/ FNPM, Rio de Janeiro: SPHAN/ FNPM, 1988, p. 6-7.

¹⁹⁷ Id. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 123.

¹⁹⁸ Até o início de 1967, haviam sido tombados cerca de 716 bens materiais, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e 12 conjuntos arquitetônicos. Em artigo específico, Sérgio Miceli observa que o IPHAN é um capítulo da história das elites contemporâneas, “uma amostra requintada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado”. MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 360. Esse inventário eminentemente “branco e católico” aponta para uma “narrativa material” da história do Brasil. O trabalho de Silvana Rubino mapeia os tombamentos realizados durante a gestão de Rodrigo e sugere uma configuração geral dos bens selecionados para proteção. RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

¹⁹⁹ Foram criados os seguintes museus regionais sob responsabilidade do IPHAN: Museu do Diamante, em Diamantina/MG (1954); Museu da Inconfidência, em Ouro Preto/MG (1937); Museu das Missões, em Santo Ângelo/RS (1940); Museu do Ouro, em Sabará/MG (1945); Casa de Victor Meirelles, em Florianópolis/SC (1946); Casa dos Ottoni, no Serro/MG (1949); Museu Histórico [Regional] de São João del Rey, em São João del Rey (1958); Museu da Abolição, em Recife (1957).

[...]

O acervo dessas produções da sucessão já longa de nossos predecessores é que, ligando os brasileiros de hoje às populações que os antecederam [...] em verdade autêntica e afirma a existência do Brasil.

O que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito relevante e expressiva do acervo aludido, por ser o espólio dos bens materiais móveis e imóveis, aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país. São documentos de identidade da nação brasileira.²⁰⁰

Os valores de “documento de identidade” e de “autenticação”, representados pelos bens móveis e imóveis a serem protegidos da destruição e do tráfico ilícito de obras de arte²⁰¹, permearam todo o processo de trabalho do IPHAN. A repartição foi local de discussão sobre temas bastante amplos e complexos que sempre se relacionaram direta ou indiretamente com o “conjunto de bens representativos de uma nação”.²⁰² Por meio de matérias de jornal, publicações de monografias e números da “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, o IPHAN conseguiu produzir uma versão coerente e bastante adequada de sua “missão” do ponto de vista do grande projeto empreendido pelo MES.

Entretanto, é na rotina dessa repartição que proponho localizar o lugar ocupado (e atribuído) a Rodrigo. Importa ressaltar que os depoimentos utilizados especialmente nesse momento da tese foram produzidos em momentos posteriores ao trabalho na instituição. Tal constatação possibilita inferir limites e possibilidades. Por um lado, o distanciamento temporal poderá ter permitido algumas afirmações que talvez não tivessem encontrado espaço se realizadas na época dos acontecimentos. Por outro, é possível perceber que o “período de Rodrigo” padece de uma temporalidade cuja cronologia é de difícil identificação. Basta observar que o título da publicação “Rodrigo e o SPHAN” faz referência à primeira nomenclatura da instituição, apesar desta ter sido

²⁰⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de Andrade. O Patrimônio histórico e artístico nacional. Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga, São Paulo, em 29 nov. 1961. In: SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 56-57.

²⁰¹ Nesta perspectiva, as “provas” de um Brasil real e unificado estavam ameaçadas pelo tráfico ilícito de bens culturais, associado a roubos de colecionadores e antiquários. “Obras preciosas e imprescindíveis como elementos assinaladores de sucessivas etapas de nossa evolução cultural eram remetidas para o estrangeiro”, alertava um periódico de 1940. DEFESA DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO, **A Batalha**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1940, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 787 PXXII.

²⁰² Id. Ibid. Loc. Cit.

modificada 10 anos após a criação do órgão. A maior parte da gestão de Rodrigo deu-se, portanto, sob a denominação de DPHAN. Conforme observa Analucia Thompson,

A leitura dessas entrevistas permite reconhecer um tipo de narrativa, que se refere às origens do trabalho de preservação, trazendo, assim, elementos que podem ser encontrados também em narrativas míticas [...]. Por exemplo: a criação de algo novo e fundamental em oposição ao caos existente; o enfrentamento de dificuldades, exemplificadas, dentre outras, pela cobiça de certos proprietários e empreiteiros, ou pela falta de verbas e infraestrutura de trabalho; a exaltação da ação extraordinária de indivíduos, como a do primeiro dirigente do Órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade; e, por fim, a vitória sobre as diversidades, o “ter valido a pena”.²⁰³

De qualquer maneira, levando-se em conta seu contexto de produção, esses depoimentos permitem um acesso a informações e representações que podem auxiliar na reconfiguração parcial do espaço (efetivo e simbólico) ocupado por Rodrigo no 8º andar do MES. Em entrevista concedida no ano de 1983, declarou o arquiteto Alcides Rocha Miranda: “nós não podemos falar do Patrimônio sem falar de Rodrigo – porque ele foi a alma de tudo e foi um herói que se dedicou inteiramente a essa causa”.²⁰⁴ Um dos traços característicos das descrições de Rodrigo (e, por conseguinte, dos funcionários da instituição) relaciona-se a uma espécie de devotamento pessoal ao trabalho no “Patrimônio”. Essa adesão pode ser entendida por meio da noção de engajamento ou, mais especificamente, de empenho na “causa” ou “missão”. Nesse sentido, José Bento Faria Ferraz, ao rememorar sua atuação na regional de São Paulo, comentava da seguinte maneira o envolvimento do arquiteto Luiz Saia na “causa do patrimônio”:

Era um moço ativo, muito consciente da importância do patrimônio – isto deve-se dizer com justiça: o Saia foi mordido pela mosca azul, como todos nós que trabalhamos no Patrimônio fomos mordidos pela mosca azul. E quem transmitiu este veneno da mosca azul foi não só Mário de Andrade como Rodrigo Melo F. de Andrade.²⁰⁵

Não encontrei referência mais precisa sobre a “mosca azul”, exceto a lembrança de ter ouvido a mesma referência nos anos 2000, quando fui estagiária da 12ª Superintendência do IPHAN. A expressão, que emprestou título a um livro de Frei

²⁰³ THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009, p. 19.

²⁰⁴ **Entrevista de Alcides Rocha Miranda para Teresinha Marinho**, realizada em 22 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²⁰⁵ **Entrevista de José Bento Faria Ferraz para Teresinha Marinho com a presença de Jaelson Bitran**, realizada em 20-21 set. 1985. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Betto²⁰⁶, é evocada na gíria política para definir o encantamento pelo poder, dizendo-se que determinado indivíduo foi “picado pela mosca azul”. Aparentemente a relação pareceu-me estranha, tendo em vista o caráter laudatório da declaração de José Bento. Cheguei então ao poema de Machado de Assis, publicado em 1901, e que poderia se relacionar à expressão:

Era uma mosca azul, asas de ouro e granada,
(...)

Um poleá que a viu, espantado e tristonho,
Um poleá lhe perguntou:
— "Mosca, esse refulgir, que mais parece um sonho,
Dize, quem foi que to ensinou?"

Então ela, voando e revoando, disse:
— "Eu sou a vida, eu sou a flor
Das graças, o padrão da eterna meninice,
E mais a glória, e mais o amor".

E ele deixou-se estar a contemplá-la, mudo
E tranqüilo, como um faquir,
Como alguém que ficou deslembado de tudo,
Sem comparar, nem refletir.
(...)

Então ele, estendendo a mão calosa e tosca.
Afeita a só carpintejar,
Com um gesto pegou na fulgurante mosca,
Curioso de a examinar.

Quis vê-la, quis saber a causa do mistério.
E, fechando-a na mão, sorriu
De contente, ao pensar que ali tinha um império,
E para casa se partiu.

Alvorçado chega, examina, e parece
Que se houve nessa ocupação
Miudamente, como um homem que quisesse
Dissecar a sua ilusão.

Dissecou-a, a tal ponto, e com tal arte, que ela,
Rota, baça, nojenta, vil
Sucumbiu; e com isto esvaiu-se-lhe aquela
Visão fantástica e sutil.

Hoje quando ele aí cai, de áloe e cardamomo
Na cabeça, com ar tãful

²⁰⁶ Trata-se de “A mosca azul: reflexão sobre o poder”, editado pela Rocco em 2006.

Dizem que ensandeceu e que não sabe como
Perdeu a sua mosca azul.²⁰⁷

É fato que o poema pode inspirar reflexões sobre a riqueza e o distanciamento da realidade. Aquele que é picado pela mosca azul tende a esquecer de suas origens e deslumbrar-se com o poder.²⁰⁸ Entretanto, outras derivações são possíveis e acredito que a “mosca azul do patrimônio” tenha outro tipo de significação. No poema, o poleá²⁰⁹ ficou extasiado com a mosca, que se definiu como vida, graça e amor. Ele não conseguiu distanciar-se dela e, menos ainda, de tudo o que ela passou a representar. Ao aprisionar e dissecar a mosca, o poleá perdeu-a. Conclusão: o fantástico, nesse sentido, pode ser contemplado e vivido, mas não analisado e dissecado, sob o risco de desaparecer. Seguindo essa interpretação, a fascinação pelo patrimônio não poderia ser explicada e, tampouco, analisada, mas apenas vivida.

²⁰⁷ Cito o poema completo: “Era uma mosca azul, asas de ouro e granada,/Filha da China ou do Indostão./Que entre as folhas brotou de uma rosa encarnada./Em certa noite de verão./E zumbia, e voava, e voava, e zumbia./Refulgindo ao clarão do sol/E da lua — melhor do que refulgiria/Um brilhante do Grão-Mogol./Um poleá que a viu, espantado e tristonho,/Um poleá lhe perguntou:/— “Mosca, esse refulgir, que mais parece um sonho,/ Dize, quem foi que te ensinou?”/Então ela, voando e revoando, disse:/— “Eu sou a vida, eu sou a flor/Das graças, o padrão da eterna meninice,/E mais a glória, e mais o amor”./E ele deixou-se estar a contemplá-la, mudo/E tranqüilo, como um faquir,/Como alguém que ficou deslembado de tudo,/Sem comparar, nem refletir./Entre as asas do inseto a voltear no espaço,/Uma coisa me pareceu/Que surdia, com todo o resplendor de um paço,/Eu vi um rosto que era o seu./Era ele, era um rei, o rei de Cachemira,/Que tinha sobre o colo nu/Um imenso colar de opala, e uma safira/Tirada ao corpo de Vixnu./Cem mulheres em flor, cem nairas superfinas./Aos pés dele, no liso chão./Espreguiçam sorrindo as suas graças finas,/E todo o amor que têm lhe dão./Mudos, graves, de pé, cem etíopes feios,/Com grandes leques de avestruz,/Refrescam-lhes de manso os aromados seios./ Voluptuosamente nus./Vinha a glória depois; — quatorze reis vencidos,/E enfim as páreas triunfais/De trezentas nações, e os parabéns unidos/Das coroas ocidentais./Mas o melhor de tudo é que no rosto aberto/Das mulheres e dos varões,/Como em água que deixa o fundo descoberto,/Via limpos os corações./Então ele, estendendo a mão calosa e tosca./Afeita a só carpintejar,/Com um gesto pegou na fulgurante mosca,/Curioso de a examinar./Quis vê-la, quis saber a causa do mistério./E, fechando-a na mão, sorriu/De contente, ao pensar que ali tinha um império,/E para casa se partiu./Alvorçado chega, examina, e parece/Que se houve nessa ocupação/Miudamente, como um homem que quisesse/Dissecar a sua ilusão./Dissecou-a, a tal ponto, e com tal arte, que ela,/Rota, baça, nojenta, vil/Sucumbiu; e com isto esvaiu-se-lhe aquela/Visão fantástica e sutil./Hoje quando ele aí cai, de áloe e cardamomo/Na cabeça, com ar taful/Dizem que ensandeceu e que não sabe como/Perdeu a sua mosca azul.” ASSIS, Machado de. **Poesias completas**. Rio de Janeiro: Garnier, 1901. Disponível em: < <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/poesia/maps05.pdf>>. Acesso: 23 ago. 2015.

²⁰⁸ Como exemplos recentes do uso da expressão, cito a manchete do “Diário de Pernambuco”: “Eduardo Campos foi mordido pela mosca azul”, dispara Ciro Gomes”. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/05/23/interna_politica,440920/eduardo-campos-foi-mordido-pela-mosca-azul-dispara-ciro-gomes.shtml>. Ou nos esportes, no comentário de Antero Greco sobre o Fluminense e a Copa Libertadores da América: “Quando era garoto, ouvia com frequência dizer que alguém tinha sido ‘picado pela mosca azul’ para justificar postura auto-suficiente, arrogante ou fora da realidade”. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,a-mosca-azul,200478>>. Acesso: 09 set. 2015.

²⁰⁹ Homem de casta considerada inferior na Índia.

De uma forma ou de outra, seja de José Bento ou de Machado de Assis, a “mosca azul do patrimônio” é um bom recurso para refletir sobre a (auto)representação das relações mantidas com a causa do patrimônio para além de um dever estritamente profissional por parte dos servidores/“missionários” do órgão recém-criado. Rodrigo e Mário teriam empreendido uma forma de “contágio” de certa consciência da importância do patrimônio histórico e artístico entre os “pioneiros”. Rodrigo, nesse cenário, foi o transmissor vitalício de tal sentimento ao se manter na instituição por mais de 30 anos. Os “contaminados” pela mosca azul, eram, primeiramente, funcionários e colaboradores. O grupo do “Patrimônio” possuiu, entretanto, contornos variáveis. Para além desses indivíduos diretamente vinculados à instituição por meio da prestação de serviços concretos, importa mencionar a figura do “intelectual frequentador”.²¹⁰

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que a repartição pública chefiada por Rodrigo privou de uma configuração interessante. Como disse, além da equipe diretamente relacionada aos serviços técnicos e burocráticos do IPHAN, uma série de personalidades circulava pela 8º andar do MES, constituindo o que poderia se definir como um espaço de sociabilidade intelectual²¹¹ mediado por nosso personagem. Antonio Candido, em depoimento publicado no ano 2000, caracterizou da seguinte maneira sua relação com a instituição:

Para mim o Patrimônio Histórico foi sobretudo uma questão de amizade, a partir dum grupo de pessoas integradas em certa atmosfera e certo modo de ser, que comecei a descobrir meio de longe ali por 1940, quando, por causa dum curso de Roger Bastide sobre Sociologia Estética, entrei em contato com o restaurado convento de Embu e o jovem Luís Saia. Através dele tomei conhecimento do pessoal do SPHAN, na sua luta difícil para preservar acervos cujo valor era ignorado ou desprezado [...].²¹²

²¹⁰ Em consonância com Leclerc, reconheço que “o intelectual isolado não existe”. Nesse sentido, parto do pressuposto de que funcionários e colaboradores do IPHAN pertenciam “conscientemente e de alguma maneira à coletividade dos pares”, configurando um grupo passível de identificação. LECLERC, Gerard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, p. 73.

²¹¹ Angela de Castro Gomes dedicou-se ao estudo da sociabilidade, definindo-a como “um conjunto de formas de conviver com os pares, como um ‘domínio intermediário’ entre a família e a comunidade cívica obrigatória”. A partir da autora, e em consenso com Sirinelli, ressalto duas considerações fundamentais: as estruturas de sociabilidade (associadas aqui à noção de rede) constituem um espaço de aprendizagem e de trocas intelectuais, e o espaço de sociabilidade é geográfico e afetivo (em referência à noção de microclima). GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos históricos**, v. 6, n. 11, 1996, p. 65.

²¹² CANDIDO, Antonio. Patrimônio interior. In: CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2000, p. 207.

O contato de Antonio Candido com o IPHAN deu-se nos primeiros anos de funcionamento da instituição, quando as ações de inventário, tombamento e restauração estavam em pleno processo. Candido detalha sua frequência na continuidade do depoimento, referindo-se a Rodrigo Melo Franco de Andrade:

Sempre que ia ao Rio eu dava um pulo até o seu amplo escritório no Ministério da Educação, onde encontrava gente como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Prudente de Moraes Neto. Rodrigo mostrava processos das lutas em curso, fotografias de santos e prédios, e dava números da preciosa revista, que teve na minha geração um papel iluminador. Em torno dele, da sua energia e seu raro encanto, gravitava o Patrimônio, empenhado num trabalho sério de gente disposta a fazer as coisas com ânimo salvador e a maior competência.²¹³

A recorrência das visitas à sede do IPHAN associa-se, no depoimento, à “questão de amizade” que ligava Antonio Candido à repartição pública e seus integrantes.²¹⁴ Esta amizade parece ter se pautado pela crença na importância de ações laboriosas em prol da preservação das antiguidades brasileiras. Nesse sentido, um tom cotidiano e informal toma fôlego quando o narrador enumera alguns indivíduos presentes na repartição: “gente como” Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Prudente de Moraes Neto.

De acordo com Cássia Silveira, a amizade pode ajudar a contar a história de personagens, auxiliando a compreender como pensaram a si mesmos. Ao estudar a organização de um grupo específico de escritores, a autora buscou as diferentes razões que levaram indivíduos ligados à produção literária a escolherem seus vínculos. As amizades, nesse sentido, “definiram o modo como cada um, e como todos eles enquanto membros de um grupo, vivenciaram não apenas um, mas um certo número de eventos-chave de suas vidas”.²¹⁵ Além disso, ela ressalta a importância dos espaços de convivência cotidiana, no nosso caso representado pelo escritório de Rodrigo na repartição pública. Nas palavras de Silveira, esses espaços “ganham, assim, uma dimensão simbólica que ultrapassa o simples ponto de encontro. Eles unificam

²¹³ CANDIDO, Antonio. Patrimônio interior. In: CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2000, p. 208.

²¹⁴ Em carta de 1947, Candido faz menção, inclusive, à rima do nome Rodrigo com a palavra amigo. **Carta de Antonio Candido para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 13 mar. 1947. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

²¹⁵ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, p. 10.

indivíduos ligados por amizade e por interesses em comum e dão uma feição concreta a grupos assim instituídos”.²¹⁶ Não é por acaso que a coletânea de textos sobre o trabalho do IPHAN, organizada por Lauro Cavalcanti e publicada em 2000, intitula-se “Modernistas na repartição”.

Apesar de Rodrigo ter nomeado representantes regionais em diversos estados brasileiros, a sede do IPHAN no Rio de Janeiro era investida de um valor diretamente associado ao prestígio dos intelectuais que lá atuavam e/ou circulavam. José Bento Faria Ferraz, ao comentar sobre sua experiência na regional de São Paulo, enfatizou essa diferença de maneira peculiar:

Não sei, é diferente, porque é uma repartição técnica. Nós não tínhamos aquele élan que tinha o Rio de Janeiro, que tinha a figura de um Rodrigo M. F. de Andrade, de um Capanema, de um Carlos Drummond... Lá estava a plêiade dos chefes. Lúcio Costa... Niemeyer...²¹⁷

O “élan” mencionado por José Bento acrescenta à importância “real” das figuras de chefia um fator subjetivo, pessoal, intangível; um certo charme associado aos indivíduos mais conhecidos do meio intelectual da época. O que pode ser interessante investigar é o quanto a menção a esses nomes considerados representativos, que agregam valor ao quadro do IPHAN, corresponde a um dedicado trabalho de enquadramento de memórias²¹⁸, o qual apaga a multiplicidade dos colaboradores e funcionários da instituição, afinal, não foram apenas esses os funcionários do Serviço e, tampouco, todos partilhavam de opiniões idênticas.²¹⁹

Para Antonio Candido, frequentar o IPHAN também significava partilhar uma “certa atmosfera” e tomar contato com um “certo modo de ser”, dotando a repartição

²¹⁶ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, p. 53.

²¹⁷ **Entrevista de José Bento Faria Ferraz para Teresinha Marinho com a presença de Jaelson Bitran**, realizada em 20-21 set. 1985. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²¹⁸ No sentido definido por POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

²¹⁹ Conforme afirma Silvana Rubino, “A eficácia e a durabilidade do SPHAN, assim como a permanência de seu diretor por 31 anos só foram viáveis pela construção de uma intersecção, de um espaço de possibilidades entre os modernismos de Mário, de Rodrigo, de Capanema, dos arquitetos, dos grupos ligados aos CIAM, do tradicionalismo parnasiano de Godofredo Filho e de outros funcionários, da hegemonia, pretensa ou não, do Museu Nacional.” RUBINO, Silvana. **As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 196.

pública de uma especificidade social, intelectual e afetiva. Segundo ele, os encontros com Rodrigo eram instruídos pela rotina da instituição marcada por “lutas em curso” na defesa do patrimônio nacional. Concluiu Candido: “Depois, percebi que o Patrimônio era antes de mais ninguém Rodrigo Melo Franco de Andrade”.²²⁰ É possível perceber em sua fala um indício do que já havia sido mencionado por Pedro Dantas: trata-se do processo de “transubstanciação” entre homem e instituição ou, como pretendo demonstrar ao longo do trabalho, um processo ativo de “sinonimização”, criação arbitrária que utilizo aqui para caracterizar o sistemático esforço empreendido na equiparação entre Rodrigo e o “Patrimônio”, mencionados como sinônimos um do outro.

Em entrevista realizada no ano de 1982, José de Souza Reis corroborou, em diversos pontos, com o depoimento de Antonio Candido. Afirmou o arquiteto:

eu encontrei no Patrimônio, um ambiente que não conhecia ainda. [Rodrigo] conseguiu reunir em torno de sua direção os melhores intelectuais da época. Nós, então, por assim dizer, subíamos de turma, porque encontrávamos quase que diariamente no Patrimônio pessoas como Prudente de Moraes, que aliás secretariou Rodrigo durante algum tempo, Sérgio Buarque de Holanda, nesse tempo ainda residente no Rio, Mário de Andrade, [que] frequentemente também visitava Rodrigo, mais tarde Joaquim Cardoso, que nós trouxemos do Norte, naquela viagem [feita] anteriormente, e Luís Jardim. Enfim, era um verdadeiro enriquecimento intelectual para nós.²²¹

José de Souza Reis elenca, a partir de sua apreciação pessoal, intelectuais que propiciariam uma atmosfera de enriquecimento cultural. Mais do que isso, dá a entender a existência de uma rede de visitas centralizada na figura de Rodrigo. Esse hábito também é mencionado por Judith Martins, em entrevista realizada no ano de 1982 na sede do IPHAN. Perguntada sobre seu contato com Mário de Andrade, afirmou:

Vinha muito aqui. Mormente depois que se mudou para o Rio de Janeiro, frequentava muito este gabinete. Isto aqui vivia cheio de visitas que, às vezes, perturbavam o trabalho. Eu chegava a reclamar com o Dr. Rodrigo, dizendo que parecia um botequim da Lapa. Não se podia fazer nada, só se trabalhava depois das cinco horas, e eu chegava em casa muito tarde...²²²

²²⁰ CANDIDO, Antonio. Patrimônio interior. In: CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2000, p. 207.

²²¹ **Entrevista de José de Souza Reis para Teresinha Marinho**, realizada em 7 dez. 1982. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²²² SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Depoimento de Judith Martins**. Rio de Janeiro: SPHAN/ FNPM, 1987, p. 7.

A entrevistadora perguntou-lhe mais sobre os frequentadores da repartição, ao que Judith Martins respondeu:

Vinham às vezes por interesses de patrimônio e às vezes por interesses outros, não sei. Vinha muito o Prudente de Moraes, vinha muito um deputado cujo nome não me lembro mais, Magalhães Pinto²²³ aparecia aqui, o Milton Campos²²⁴ vinha muito... e todo interessado que chegava aqui e quisesse falar com o Dr. Rodrigo, ele mandava abrir a porta. A porta era aberta.²²⁵

É possível afirmar, portanto, que a repartição liderada por Rodrigo constituía um espaço de aprendizagem e troca, permeado por relações de afinidade profissional e pessoal. Ao afirmar que a repartição assemelhava-se a “um botequim da Lapa”, Judith Martins desloca a sede do IPHAN para além de um lugar exclusivamente técnico, denotando certa informalidade da repartição pública. Esse hábito também foi referido por Paulo Santos. Segundo ele, Rodrigo mantinha

sempre as portas abertas, das primeiras horas da manhã até o anoitecer, sem um oficial de gabinete, uma secretária, ou sequer um *boy* que formalizasse a recepção dos que o procuravam, feita pelo próprio chefe com uma palavra de estímulo e um sorriso acolhedor para cada um.²²⁶

É difícil precisar em que medida a frequência ao 8º andar do MES era pautada por amizade ou dever. Mais provavelmente, o interesse comum à causa da preservação contaminou amizades e vice-versa. Rodrigo, ao “deixar a porta aberta”, submetia, de certa forma, a repartição burocrática à sua rede de relações pessoais. Esse espaço foi dotado, portanto, de atribuições complementares: um lugar de pesquisa, de ações em defesa dos bens culturais brasileiros, mas, também, um local que se frequentava “por

²²³ José de Magalhães Pinto (1909-1996), banqueiro mineiro vinculado a União Democrática Nacional (UDN), foi signatário do Manifesto dos Mineiros contra o Estado Novo. Foi eleito pela UDN, tornando-se presidente do partido em Minas Gerais no ano de 1958 e, em 1959, seu presidente nacional. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/magalhaes_pinto>. Acesso: 3 set. 2015.

²²⁴ Milton Soares Campos (1900 – 1972) frequentou a Faculdade de Direito de Belo Horizonte, sendo amigo desde a juventude de Gustavo Capanema, Gabriel Passos, Francisco Negrão de Lima, Mário Casassanta, Abgar Renault, João Alphonsus, Ciro dos Anjos, Afonso Arinos de Melo Franco e, em particular, de Emílio Moura, Pedro Nava, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Atuou como jornalista a partir de 1925, quando se tornou diretor da sucursal de “O Jornal”, em Belo Horizonte, e colaborador de “O Estado de Minas”, do “Diário de Minas” e de “A Revista”, editada por seus amigos adeptos do modernismo. Teve ativa participação na política brasileira, sendo presidente da regional mineira do comitê nacional da UDN. Apoiou o movimento de 1930, fez oposição ao Estado Novo e participou ativamente do golpe de 1964. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso: 11 out. 2015.

²²⁵ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Depoimento de Judith Martins**. Rio de Janeiro: SPHAN/ FNPM, 1987, p. 8.

²²⁶ SANTOS, Paulo. Inspirador e criador. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 86.

motivos outros”. Assim havia sintetizado Antonio Candido: “o Patrimônio para mim foi sobretudo uma questão de amizade e afeto, uma oportunidade de convivência e conhecimentos devidos a bons amigos”.²²⁷ A partir de depoimento de Antonio Bento, é possível perceber uma relação quase familiar entre alguns funcionários, na qual se imiscuíam rotinas profissionais e pessoais:

Com o Rodrigo a gente trabalhava até 8, 9 horas da noite, ele fechava o prédio, praticamente. A gente saía dali, ia tomar um chopinho na rua da Imprensa. Então eu tomava meu chopinho. [...] Eu ainda não tinha me casado, era eu que sustentava a casa, praticamente, com aquele ordenadinho do SPHAN. E recebia uma ajuda de custo no Rio, que o Rodrigo me dava, então o Rodrigo sabia das minhas agruras, numa pensão muito chulé [sic], na rua Benjamin Constant, perto da igreja positivista ali. Então o Rodrigo e a Judite me davam o almoço – extraordinário.²²⁸

De forma semelhante, Antônio Joaquim de Almeida, responsável pela organização do Museu do Ouro e seu primeiro diretor, assim expressava sua compreensão sobre o IPHAN:

Depois que ingressei no ‘Sphan’ passei a compreender que o segredo do milagroso funcionamento de nossa repartição (embora o nosso diretor manifeste opinião contrária à esta consideração) era o de ser o Sphan uma organização que possuía uma estrutura puramente (ou principalmente) afetiva, independentemente de todas as teorias ou interpretações com que os técnicos ou críticos procuram analisa-la.²²⁹

As narrativas acerca da equipe técnica do IPHAN tendem a apontar uma coesão esmerada, um espírito de equipe muito ajustado e solidário. Rodrigo foi mencionado por Lygia Martins Costa como o “grande maestro dessa orquestra”²³⁰ que seria o Instituto. Para Lucio Costa, “o Patrimônio era o Rodrigo. Todos os outros que estavam aqui trabalhando também eram um pouco”.²³¹ Entretanto, é possível localizar algumas (pequenas) brechas nesse discurso, algo que poderia ser aproximado do que Pollak,

²²⁷ CANDIDO, Antonio. Patrimônio interior. In: CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2000, p. 210.

²²⁸ **Entrevista de José Bento Faria Ferraz para Teresinha Marinho**, com a presença de Jaelson Bitran Trindade 9ª SR, realizada em 20-21 set. 1985. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²²⁹ **Carta de Antônio Joaquim de Almeida para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 26 abr. 1966. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

²³⁰ **Entrevista de Lygia Costa para Dora Alcântara, Maria Augusta Coelho, Lelia Frota e Teresinha Marinho**, [s.d]. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²³¹ **Entrevista de Lucio Costa para Teresinha Marinho e Pedro Alcântara**, realizada em 18 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

como vimos, definiu como “memórias subterrâneas”. Conforme mencionado anteriormente, o uso das entrevistas realizadas pelo projeto de História Oral na década de 1980 tornou possível o acesso a dados menos sistematizados – “enquadrados” ainda citando Pollak –, do ponto de vista da narrativa institucional do “Patrimônio”. Mesmo que impregnadas de certo discurso edificante quanto ao papel de Rodrigo e o pioneirismo da instituição, algumas das falas apresentam breves trechos dissonantes, menções, ainda que diminutas, a uma imagem do personagem menos exemplar e ideal. Diferentemente da postura de José Mariano Filho ou Augusto de Lima Júnior, esses depoimentos foram dados por colaboradores “de dentro” da instituição. Memórias praticamente de exceção dentro do grande conjunto documental pesquisado para esta tese. Quando reunidas, essas narrativas apontam para um temperamento forte e uma conduta severa por parte do diretor.

Em entrevista realizada no ano de 1982, afirmou o arquiteto José Souza Reis: “Eu [distinguiria] na figura do Rodrigo dois Rodrigos um pouco diferentes um do outro. Um, o amigo fraterno, paternal, para todas as horas, principalmente as mais difíceis, como tive experiência própria. Outro, o diretor, também amigo, mas muito severo”.²³² Essa severidade de Rodrigo para com o trabalho foi exemplificada pela descrição de um episódio ocorrido na comemoração dos 20 anos da repartição, quando o diretor repreendeu a todos pelo pouco rendimento:

ele nos convocou para uma reunião na sala da diretoria e nos passou um verdadeiro sabão, exceto quanto a duas pessoas: o Renato Soeiro, que foi o seu substituto na direção, e o Eduardo Tecles, um profissional de uma dedicação fora de série e que foi o produtor das moldagens dos profetas do Aleijadinho e das portadas mineiras. [Excetquando] esses dois, Rodrigo nos disse francamente que nós não merecíamos o que ganhávamos. O curioso é que, tempos depois, eu soube que isso teve uma reação do Lucio Costa, que escreveu uma carta ao Rodrigo se queixando.²³³

Essa cena também foi descrita por Carlos Drummond de Andrade e por Rubem Braga e é interessante aproveitar a existência de três versões para o mesmo fato a fim de perceber ênfases e omissões. No texto de Drummond, Rodrigo assumiu falhas e deficiências em relação ao que se deixara de fazer e solicitou a ajuda dos funcionários para suprir deficiências pessoais: “Quando acabou, o pequeno grupo de servidores,

²³² **Entrevista de José de Souza Reis para Teresinha Marinho**, realizada em 7 dez. 1982. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²³³ **Entrevista de José de Souza Reis para Teresinha Marinho**, realizada em 7 dez. 1982. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

comovido, não sabia o que fazer: se abraçá-lo com admiração pela obra realizada, e de que êle tão honestamente prestava contas, se protestar perante Rodrigo contra a injustiça que êle fizera a si mesmo”²³⁴. Já na descrição de Rubem Braga, os funcionários ouviram “um grande e delicado ‘pito’ e uma apelo” para que trabalhassem mais. No final, “todos ficaram comovidos porque o funcionário que Rodrigo mais censurou foi êle mesmo, o chefe”²³⁵.

Na descrição de Souza Reis sobre o acontecido, um tom menos fraternal: Rodrigo afirmando que os funcionários não mereciam o salário que recebiam e a reação formal de Lucio Costa, gesto um tanto diferente da autocrítica, da delicadeza e do abraço evocados por Drummond e por Braga. O depoimento de Lucio Costa, aliás, menciona outros momentos de tensão com o diretor:

é difícil eu contar [esse fato] porque o Rodrigo me passou uma rasteira em mim! Eu andava fazendo um estudo – eu sou muito lento – e ele querendo essa coisa extraordinária da Revista do Patrimônio em tempo, ele querendo cobrar esse trabalho de colaboração. E eu estava muito interessado em fazer um artigo sobre essas casas. Mas o Rodrigo foi perdendo a paciência e certo dia eu vi que estava tudo em mãos do [Joaquim] Cardoso. Isso parece que resultou num bom trabalho pro [Joaquim] Cardoso, mas eu fiquei um pouco magoado, porque me senti roubado.²³⁶

Em 1968, no Suplemento Literário do jornal “Minas Gerais”, outro depoimento interessante. Nele, Fritz Teixeira de Salles²³⁷ narra um episódio no qual nosso personagem aparece desestruturado, desprovido da diplomacia que frequentemente lhe é atribuída. O texto intitula-se “Pequeno fato passado” e narra uma visita a Ouro Preto realizada em companhia do diretor no início dos serviços de Salles no IPHAN:

na manhã seguinte, bem cedo, fomos ao Museu da Inconfidência. Rodrigo falava pouco, mas sempre com rara precisão, adivinhando minhas dúvidas.

²³⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. Imagens exemplares – Na balança. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

²³⁵ BRAGA, Rubem. Rodrigo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

²³⁶ **Entrevista de Lucio Costa para Teresinha Marinho e Pedro Alcântara**, realizada em 18 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²³⁷ Fritz Teixeira de Salles (1916-1981) nasceu na região metropolitana de Belo Horizonte. Foi poeta, ensaísta, historiador e professor, e colaborou com o IPHAN. Lecionou na Universidade Brasília (UnB) na década de 1960, sendo um dos demissionários voluntários em função da ditadura militar. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/memorias-de-belo-horizonte-e-seus-personagens>>. Acesso: 28 maio 2013.

De repente, estacou, olhar pregado no espaldar de grande poltrona D. João V, em jacarandá e couro lavrado. Caminhou resolutamente contra a peça e olhou mais de perto. Depois observou as outras do conjunto: o cartão com os dizeres havia sido pregado com alfinete, mesma [sic] na parte superior do espaldar de tão belo recorte rococó. Eram muitas cadeiras, camas e mesas devidamente alfinetadas. A irritação de Rodrigo foi algo que me assustou. Pensei que ele iria ter uma síncope. Saiu pela sala rasgando cartõezinhos e etiquetas e jogando os pedaços no chão. Os adjetivos saíam aos saltos, aos pinchos, e voz soturna e sofrida.

Os guardas vieram assustados. Depois fez-se grande silêncio. Ele se assentou num banco qualquer cansado e com sua habitual sobriedade, pediu-me desculpas pela virulência da reação.²³⁸

Essa *performance* de Rodrigo no Museu da Inconfidência parece distante de sua habitual imagem de sobriedade e mais próxima da breve descrição de Souza Reis, transcrita acima, formulada a partir de uma oposição ao perfil de Prudente de Moraes Neto: “Prudente era uma figura, se bem que muito afinada com Rodrigo, de temperamento muito diverso, quase oposto: muito calmo, muito ponderado, muito sossegado”.²³⁹

Para Lucio Costa, Rodrigo tinha uma relação oscilante com os funcionários conforme o rendimento desses:

Ele às vezes ficava amargurado. Você sentia que ele estava tenso, chocado, assim, com a falta de espírito de apoio. Então às vezes baixava o tratamento. O Rodrigo era assim. O tratamento era mais carinhoso, menos carinhoso, mais aberto, mais acolhedor, conforme a... De modo que começava aquilo a esfriar.²⁴⁰

Ou seja, a adesão pessoal à “causa” parecia ser a condição essencial para a o reconhecimento profissional dos subordinados. Entretanto, contrariando a potência dos discursos que imputam a Rodrigo aura incansável e devotada, uma carta a Drummond, de 1944, expressa seu desejo de sair da instituição:

Cada dia mais estou absorvido pela mediocridade da tarefa quotidiana, já tendo renunciado desde muito tempo às veleidades literárias e forenses anteriores. E o pior é a depressão, o acabrunhamento,

²³⁸ TEIXEIRA, Fritz. Pequeno fato passado. **Jornal Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out, p. 12. 1968. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013. Essa citação será retomada no segundo capítulo.

²³⁹ **Entrevista de José de Souza Reis para Teresinha Marinho**, realizada em 7 dez. 1982. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

²⁴⁰ **Entrevista de Lucio Costa para Teresinha Marinho e Pedro Alcântara**, realizada em 18 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

produzidos pelos aborrecimentos, as decepções, os litígios que se reproduzem indefinidamente.

Por isso mesmo, já adiantei ao nosso caro Ministro que preciso muito deixar o cargo público a que, a cada semana, vou servindo menos satisfatoriamente. Tenho necessidade imperiosa de passar o S.P.H.A.N a alguém com mais energia e prestígio, afim da repartição exercer melhor a sua missão e eu próprio sossegar um pouco, em função menos aflitiva.²⁴¹

No trecho, Rodrigo parece referir-se ao abandono da atividade literária não por escolha, mas por contingência do acúmulo de atividades na repartição. Aflito, já havia, inclusive, comunicado a Capanema sua vontade de deixar o cargo de direção, por considerar-se pouco adequado ao posto. A carta foi escrita um dia depois do aniversário do remetente e a instituição já havia completado oito anos de existência.

Estas pequenas brechas são quase raridades, investidas de força nessa etapa inicial do trabalho, uma vez que, a seguir, uma forma oposta à memória subterrânea encontrará lugar preponderante. É à análise da constituição dessa memória monumentalizadora por excelência que o capítulo seguinte dedica-se.

²⁴¹ **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Carlos Drummond de Andrade.** 18 ago. 1944. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

2

Rodrigo é Patrimônio: a formação do homem-monumento

*Como melhor precisar
Esta palavra amizade?
Nomeando o amigo exemplar:
Rodrigo M. F. de Andrade*

(Manuel Bandeira, *Mafuá do Malungo*)²⁴²

A década de 1960 foi pródiga em homenagens ao diretor do IPHAN. Comemorações dedicadas a uma figura que, aparentemente, não comemorava nem promovia a si mesma. Entretanto, já em fins da década de 1950, Carlos Drummond de Andrade havia publicado um artigo no *Correio da Manhã* da cidade do Rio de Janeiro sob o título “Imagens exemplares – Na balança”. Partindo deste texto, a divisão por décadas não parece ser a mais adequada para investigar a construção da imagem de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Optando por uma divisão arbitrária, necessariamente, defino os anos compreendidos entre 1956 e 1969 como centrais na formação e consolidação da imagem de Rodrigo. Essas balizas são definidas pela comemoração dos

²⁴² BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 279.

20 anos de criação da instituição, ocorrida em 1956, e pelo falecimento de Rodrigo, em 1969. Note-se que um dos marcos é institucional, o outro, pessoal. Essa interferência que observo entre tais esferas será, neste trabalho, investigada e tensionada. Neste capítulo, serão abordadas, mais especificamente, as comemorações de 20, 25 e 30 anos de existência do IPHAN, além da concessão de três títulos *Doutor Honoris Causa* e um título *Professor Honoris Causa* a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Além destes, dois Suplementos Literários dedicados ao personagem na celebração de seus 70 anos, comemorados em 1968.

O que significa comemorar, senão definir e solidificar marcos, cristalizando memórias coletivas? De acordo com Helenice Rodrigues da Silva, “Comemorar significa (...) reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal”.²⁴³ Ao estudar as comemorações em torno dos 500 anos da “descoberta do Brasil”, afirmou a autora:

As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica.

Apagando divergências e contradições, as comemorações em torno de criação do IPHAN retomam, sistematicamente, os marcos fundamentais que formam a instituição e, também, a imagem de seu primeiro diretor. Não se celebra apenas a criação da instituição federal, em 1936, mas “o Patrimônio” de Rodrigo. Como advertiu Antônio Sá, “a comemoração torna-se mais real e mais intensa que o comemorado e o passado revivido torna-se mais atual do que o passado em si”.²⁴⁴

²⁴³ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, vol.22, n.44, 2002, p. 425-438.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>>. Acesso: 15 set. 2015.

²⁴⁴ SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História e memória na era das comemorações. **Cadernos do CEOM**, ano 16, n. 17, Chapecó, 2015, p. 142.

Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2194/1280>>. Acesso: 10 out.2015.

2.1 Os 20 anos do IPHAN

O artigo de Carlos Drummond de Andrade ao qual me referi pesava as conquistas da defesa do patrimônio cultural na celebração dos 20 anos de criação da instituição em uma balança desequilibrada pela autocrítica do diretor da instituição:

Mestre Rodrigo M. F. de Andrade preferiu comemorar a sua maneira o 20º aniversário da repartição que dirige: fez correr um recado escrito entre os funcionários, convidando-os para uma conversa em seu gabinete. Sem uma flor, um sino tocando, uma notinha fogueteira nos jornais. E reunidos todos, naquele tom grave e singelo que Deus lhe deu, contou a história da DPHAN (...). Ao resumir o resultado desses 20 anos de trabalho, Rodrigo admitiu que se fizera alguma coisa, mas indicou também o que se deixara de fazer, atribuindo a responsabilidade dessas falhas a deficiências do “indivíduo chamado a dirigir esta repartição”. Solicitou por último que continuassem a ajudá-lo, suprindo essas deficiências pessoais. Quando acabou, o pequeno grupo de servidores, comovido, não sabia o que fazer: se abraçá-lo com admiração pela obra realizada, e de que êle tão honestamente prestava contas, se protestar perante Rodrigo contra a injustiça que êle fizera a si mesmo.²⁴⁵

A narrativa segue enfatizando sua abdicação à advocacia e à literatura: “renunciou por assim dizer à vida particular, e de então para cá não teve outro pensamento que não fôsse em benefício da DPHAN”.²⁴⁶ Suas alegrias, afirma Drummond, passaram a ser as conquistas da instituição. Sua autocrítica, motivo de solidariedade. Para o autor, seu amigo Rodrigo seria um dos raros casos no qual a expressão *servidor público* teria sentido concreto e positivo.²⁴⁷

A consciência total de seus deveres torna Rodrigo uma personalidade “quase absurda”. E êle a pratica sem ênfase, no mais discreto anonimato, juntando-lhe grande dose de tolerância, paciência e compreensão, que o habilita não só a aturar os mais atrozes cacetes como a remover as dificuldades mais ásperas, sem que transpareça sacrifício – quando êsse sacrifício, na realidade, vai à própria saúde.²⁴⁸

²⁴⁵ ANDRADE, Carlos Drummond de. Imagens exemplares – Na balança. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1956, [s.p]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

²⁴⁶ Id. Ibid. Loc. cit.

²⁴⁷ Id. Ibid. Loc. cit.

²⁴⁸ Id. Ibid. Loc. cit.

Encerra o poeta: “Defendamos Rodrigo contra a crítica de Rodrigo”.²⁴⁹ Sacrifício e renúncia pautam a construção de Drummond sobre o diretor em finais da década de 1950. Esse *sacrifício*, ênfase, subtrai-lhe os prazeres pessoais em benefício da instituição federal, como será possível detectar em outros textos ao longo dos anos. Mais do que isso, importa enfatizar que a configuração de sua imagem é *pública*, tanto por meio de sua divulgação exaustiva como sinônimo da instituição, como por sua devoção à *causa*. O avanço na apreciação da documentação sugere uma afirmação que, apesar de interessante, ainda merece ser mais explorada: Drummond parece ter sido um dos mais assíduos editores da figura de Rodrigo ao longo dos anos. Seu depoimento sobre o aniversário da instituição, juntamente com o poema “Velho amor” e o texto “Rendição de guarda”, foram reeditados em “A lição de Rodrigo”, de 1969, como veremos no Capítulo 3. A narrativa sobre a comemoração discreta, carregada de autocensura por parte do diretor, compõe um dos marcos que positivou a imagem de Rodrigo e que foi utilizada (a partir de numerosas variações) para defini-lo ao longo dos anos.

No capítulo anterior, comparei três descrições da “comemoração” realizada por Rodrigo no 20º aniversário do IPHAN como meio para apontar as edições empreendidas a partir de diferentes pontos de vista sobre o mesmo acontecimento. Proponho, neste momento, reunir as descrições de Drummond e de Rubem Braga com a de Manuel Bandeira sob outra perspectiva: a da exaltação e da exemplaridade.

Sobre o evento, o texto de Manuel Bandeira intitulado “Que idade risonha e bela”, publicado no carioca *Jornal do Brasil* três dias após o de Drummond. A idade em questão é a dos referidos 20 anos da instituição e o texto retoma dois pontos essenciais do artigo do poeta: a lista de atividades realizadas sob o comando de Rodrigo e sua dedicação extremada. Bandeira afirma: “Há vinte anos que Rodrigo não vive senão em função do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O amor que êle dá à sua repartição é um prolongamento do amor que dá à família, daquele amor reflorescido agora na

²⁴⁹ ANDRADE, Carlos Drummond de. Imagens exemplares – Na balança. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1956, [s.p]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

peessoa de seu netinho”.²⁵⁰ Família e repartição figuram equânimes na leitura de Bandeira sobre as atenções do diretor. Pessoal e profissional: âmbitos difíceis de isolar ao se tratar de um *homem público*. Ao se observar o acervo do Arquivo Central do IPHAN é possível identificar documentos de cunho eminentemente privado: além da documentação burocrática da repartição pública, o arquivo abriga cartas e bilhetes de felicitação assinados por parentes e amigos que frequentavam a sala de Rodrigo como extensão de sua casa e dispunham de sua amizade para solicitar favores particulares.

Nos discursos e falas que o constroem como homem público há uma marca muito clara que delimita Rodrigo como funcionário exemplar, o qual soube, como ninguém, exercer suas atribuições. Entretanto, talvez essa marca tenha sido borrada algumas vezes. Penso em uma carta de D. Judith, funcionária do IPHAN por 37 anos e que assumiu a Diretoria em algumas ausências de Rodrigo. Escrita em papel timbrado do serviço público, Judith encaminhava diversas questões ao diretor então em Ouro Preto. Enviava folhetos, disposições do Código Penal, informava sobre o andamento dos trabalhos e solicitava o regresso do diretor tão logo quanto possível. Junto às pendências dirimidas figura, na margem da primeira folha, horizontalmente à esquerda, o seguinte informe: “Segue também junto o projeto da instalação elétrica de sua cozinha aí”.²⁵¹ Tratava-se de uma casa que Rodrigo havia adquirido em Ouro Preto e cujo projeto de adequação tinha sido realizado por Lucio Costa.

Rubem Braga também se manifestou sobre os 20 anos do IPHAN, como vimos anteriormente. A exemplaridade é citada já no início do texto: Rodrigo é o amigo e *funcionário público exemplar do Brasil*.²⁵² O título de Manuel Bandeira (que inaugura este capítulo) foi utilizado, adaptado e apropriado das mais diferentes maneiras em uma repetição que se torna quase tangível em “A lição de Rodrigo”. Ele será o exemplo de amigo, de funcionário público, de colega, de diretor. Como vimos, Rubem Braga, tal qual Drummond, descreveu a singularidade da comemoração dos 20 anos por parte de Rodrigo.

²⁵⁰ BANDEIRA, Manuel. Que idade risonha e bela. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

²⁵¹ **Carta de Judith Martins para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 3 ago. 1945. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 11B P16.

²⁵² BRAGA, Rubem. Rodrigo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

A repetição dessa narrativa sobre a autocensura de Rodrigo na comemoração dos 20 anos do IPHAN, também mencionada por Drummond, aproxima-se de um interessante aspecto identificado por Rebeca Gontijo em sua pesquisa sobre Capistrano de Abreu. A autora elencou núcleos de breves narrativas de episódios utilizados, com frequência, para acionar supostas facetas de Capistrano enfatizadas pelos criadores de suas biografias. Observa a autora:

Tais casos narram, com toques de nostalgia e humor, acontecimentos relativos ao personagem principal (ocorridos ou não), que sintetizam e evidenciam aspectos de sua personalidade ou do seu modo de ser, considerados significativos e, portanto, capazes de auxiliar na composição de uma imagem singular do indivíduo focalizado. A marca da oralidade está presente nessas histórias, comumente contadas como algo que foi dito por alguém, nem sempre identificado. Outro ponto relevante diz respeito à ausência de registro temporal. Os pequenos casos geralmente não são datados, ainda que o local dos acontecimentos e os nomes daqueles que os presenciaram possam ser lembrados.²⁵³

No mesmo sentido, identificamos anedotas e episódios ocorridos na repartição pública que auxiliam, pedagogicamente, na edificação do personagem Rodrigo.

Além disto, para Rubem Braga, Rodrigo mostra, com *seu exemplo*, que a “coisa pública” pode ser objeto de paixão: “Essa paixão consumiu nêlo, o jornalismo, o crítico e o excelente, o maravilhoso contista de ‘Velórios’, e consome também sua vista e sua saúde, mas não sua inesgotável paciência, sua encantadora simplicidade, sua espantosa modéstia”.²⁵⁴ Essa paixão modificadora, transmitida, teria transformado diferentes técnicos em funcionários excelentes. Rubem Braga encerra seu texto com uma anedota, supostamente revelada por um dos funcionários: “Quando Rodrigo nos manda fazer uma coisa e a gente demora, sabe qual é a vingança dele? Êle faz, e fica quieto”.²⁵⁵

Para completar o breve inventário de descrições publicadas em relação aos 20 anos do IPHAN, proponho a escrita de Manuel Diégues Júnior.²⁵⁶ Segundo ele, Rodrigo

²⁵³ GONTIJO, Rebeca. O "cruzado da inteligência": Capistrano de Abreu, memória e biografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.41-76, dez. 2007, p. 44.

²⁵⁴ BRAGA, Rubem. Rodrigo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

²⁵⁵ Id. Ibid. Loc. Cit.

²⁵⁶ De acordo com as informações disponibilizadas pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), Manuel Diégues Júnior (1912 – 2012) atuou como sociólogo, antropólogo e folclorista e teve como amigos e parceiros Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo. Em 1945

dirigia a instituição num “silêncio de Trapista”, uma alusão à ordem monástica, realizando as tarefas “quase sem ruído, sem incomodar ninguém, sem fazer barulho”²⁵⁷.

Ação silenciosa, constante, hábil. Uma ação que exige *sacrifício*:

Poucos saberão, de certo, o que vale uma obra como essa de preservar velharias que muitos querem destruir como arcaicas, desnecessárias, tomando espaços que poderiam ser para arranha-céus, para boites ou para cinemas: o trabalho de defender êsse patrimônio, ainda nem sempre bem cuidado, é uma função de sacrifício, que só pode exercer com entusiasmo, com dedicação, com amor. E tais qualidades que se reuniram em Rodrigo Melo Franco de Andrade – e de tal forma que êle pôde formar uma equipe de alto nível – e que vem tornando possível, num país como o nosso, uma obra eficiente, valiosa, expressiva como a que realiza o SPHAN.²⁵⁸

Esses quatro textos caracterizam o período comemorativo da figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Os 20 anos do IPHAN também foram os 20 anos de direção de um único homem. Se não constitui condição fundamental, a duração de Rodrigo na direção da instituição é recurso favorável ao uso da repetição. Afirmo isso a partir da reedição sistemática do *exemplo do diretor* na apreciação de sua imagem. A exemplaridade determinou durante muito tempo a relação com o passado. É o que aborda Koselleck ao dedicar-se à análise do *topos historia magistra vitae*. Nessa perspectiva, o passado é entendido, antes de tudo, a partir de sua capacidade pedagógica. Pelos modelos de outrora seria possível preparar o futuro.²⁵⁹

mudou-se para o Rio de Janeiro. Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e fez parte da *American Anthropological Association* e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Presidiu a Associação Latino Americana de Sociologia e foi membro da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências/Unesco. Em 1958 participou do Grupo de Trabalho que criou a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, hoje CNFCP. Em 1997 a instituição criou, no âmbito da Mostra Internacional do Filme Etnográfico, o Prêmio Manuel Diégues Júnior, para estimular a produção recente de documentários nacionais sobre o universo das culturas populares. CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR.

Disponível em: < http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=285>. Acesso: 26 abr. 2013.

²⁵⁷ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Patrimônio Histórico e Artístico. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 maio 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

²⁵⁸ Id. Ibid. Loc. Cit.

²⁵⁹ As mudanças no reconhecimento do passado como fonte de exemplos são associadas, pelo autor, ao período pós-Revolução Francesa, quando o entendimento do tempo pretérito afasta-se progressivamente da tradição e prepara-se para um futuro distante da repetição. Esse *topos* adquiriu nuances variadas, modificando-se lentamente e alterando as relações entre passado, presente e futuro. Contemporâneo ao fortalecimento da filosofia da história, o enfraquecimento da *historia magistra vitae* partilhou com aquela “a destruição da ideia do caráter modelar dos acontecimentos passados, para perseguir em lugar disso a

O caráter modelar dos feitos individuais foi reposicionado, como bem indica Glória Oliveira ao tratar do gênero biográfico, no Brasil dos anos 1800.²⁶⁰ O *grande homem*, afirma a autora, progressivamente laicizado, humanizado e civilizado, passou a se contrapor ao herói guerreiro por suas qualidades pessoais e serviços prestados ao bem público e à humanidade²⁶¹. Ao investigar a criação de uma galeria biográfica pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, Oliveira observa o projeto de escrita de uma história nacional, afirmando que:

Não obstante a evocação recorrente do modelo de exemplaridade plutarquiano a noção-chave implícita na formação do pantheon brasileiro será a do grande homem das Luzes, louvado por personificar a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo dotado de virtudes exemplares como servidor do Estado.²⁶²

Esse empreendimento historiográfico do IHGB recebeu atenção de diversos pesquisadores. Ao analisar o discurso de Januário da Cunha Barbosa²⁶³ em 1839, Temístocles Cezar ressalta a pertinência histórica do projeto no momento em que foi proposto. Por meio do discurso, afirma o autor, “Barbosa mostra como funciona a máquina produtora dos grandes homens: pela imitação. [...] Para ativar esse procedimento reflexivo, nada mais útil do que ter arquétipos”.²⁶⁴ Para o orador, a história brasileira, mesmo que aguardando sua redação científica adequada, abundava em modelos de virtudes. Vultos que, mesmo existentes, jaziam na obscuridade. Trata-se dos *homens ilustres*, formadores de uma “república de talentos” e distantes do herói singular, conforme aponta Armelle Enders.²⁶⁵ A difusão das vidas exemplares ocupa papel singular na historiografia do Oitocentos e é à luz dessa perspectiva do *exemplo*

singularidade dos processos históricos e a possibilidade de sua progressão” KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006, p. 54.

²⁶⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

²⁶¹ Id. Ibid. p. 13.

²⁶² Id. Ibid. p. 16.

²⁶³ O cônego Januário da Cunha Barbosa foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo seu primeiro secretário perpétuo, atuando entre 1839 e 1846. Participou do processo de independência do Brasil por meio da atividade jornalística e foi eleito deputado após 1822. Id. Ibid., p. 34-39.

²⁶⁴ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História, Historiografia e Nação no Brasil do Século XIX. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004, p. 26.

²⁶⁵ ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000, p. 41-61, p. 43.

que sugiro perceber a construção da imagem de Rodrigo Melo Franco de Andrade, mesmo que se trate de um período posterior.²⁶⁶

Sua devoção à causa pública implica abdicação do âmbito particular por meio de um *sacrifício* laborioso. A ação de Rodrigo é *devotada*. Sua autocensura, motivo de admiração. Entretanto, deve-se levar em consideração que Rodrigo é o *exemplo vivo*. Ao contrário das galerias biográficas do empreendimento plutarquiano do Oitocentos, Rodrigo é o *exemplo em ação*. É força motriz da causa pública a ser seguida no momento em que é percebido e oferecido à imitação por seus “construtores” contemporâneos. No capítulo seguinte retomarei essa caracterização.

2.2 Os títulos honoríficos

Em 1957, Rodrigo Melo Franco de Andrade recebeu o primeiro dos três títulos de *Doutor Honoris Causa* que seriam a ele concedidos ao longo dos anos, em uma iniciativa da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife.²⁶⁷ Consta na documentação uma recusa sua à concessão desse título pela Universidade de Pernambuco em 1956²⁶⁸. De acordo com carta enviada a Ayrton Carvalho²⁶⁹, representante do IPHAN na região, Rodrigo solicitou a desistência do propósito:

²⁶⁶ Reconheço, por meio da observação de François Hartog, que inexistiu um regime de historicidade em estado puro. Utilizo esse *topos* como lente para uma interpretação da documentação. HARTOG, François. O tempo desorientado: Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 7-28, 1997, p. 10.

²⁶⁷ A ESCOLA DE BELAS ARTES DO RECIFE CONCEDE TÍTULO “HONORIS CAUSA” A RODRIGO M. F. DE ANDRADE. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1957, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011A P0012. Rodrigo recebeu três títulos *Doutor Honoris Causa* e um título *Professor Honoris Causa*, concedido pela Universidade Federal da Bahia.

²⁶⁸ Ao que tudo indica Universidade de Pernambuco e Universidade do Recife não são variações de nomenclatura de uma instituição. Entretanto, de acordo com o histórico disponível nos respectivos sites institucionais, a Universidade de Pernambuco foi fundada somente em 1965.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.upe.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=162&Itemid=2> Acesso: 01 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=176> Acesso: 01 fev. 2013.

²⁶⁹ Ayrton de Almeida Carvalho foi engenheiro, professor no curso de Arquitetura e chefe do 1º Distrito Regional do IPHAN, responsável pelos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. De acordo com Juliana Melo Pereira, autora da dissertação “Admiráveis Insensatos: Ayrton Carvalho,

venho a apelar para sua amizade e a do José Maria a fim de renunciarem a uma iniciativa que, favorecendo embora a Diretoria de nossa repartição com uma honra insigne, constituiria pessoalmente para mim constrangimento aflitivo, pois o único título que poderia ser alegado para me recomendar à benevolência da Universidade de Pernambuco seria apenas o de servidor público zeloso, fundamento sem a menor dúvida descabido para habilitar quem quer que seja a um doutorado Honoris Causa. A escassês e a mediocridade dos trabalhos que tenho publicado, assim como a contribuição discreta que tenho podido dar a algumas atividades culturais em nosso país, não legitimariam, absolutamente, a distinção desproporcionada que a generosidade de vocês os induziu a pleitear em meu favor.²⁷⁰

É interessante notar que a justificativa de Rodrigo foi construída sobre contrapontos. Ao mesmo tempo em que reconheceu o favorecimento da instituição, posicionou-se, pessoalmente, contra o que considerou um constrangimento. É possível inferir que o merecimento, de acordo com sua declaração, localiza-se justamente na função de *servidor público zeloso*, de discreto contribuinte às atividades culturais do país. Rodrigo Melo Franco de Andrade também recebeu o título *Doutor Honoris Causa* da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, em agosto de 1961, e da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em dezembro de 1962.

Drummond mencionou a homenagem da universidade mineira. De acordo com ele, Rodrigo “o mais discretamente possível, meteu-se no avião e foi a Belo Horizonte”. No discurso, mencionou os colegas de 25 anos de trabalho na repartição. Afirmou o poeta: se o diploma falasse, diria “Não adianta te esquivares, é a ti que procuro: a ti que nem sei mais se te chamas Rodrigo ou Patrimônio Histórico e Artístico, de tal modo que os dois vos identificastes”.²⁷¹ O que é dito aqui importa, e muito! Se tomarmos como

Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil”, Carvalho formou-se em 1939, pela Escola Livre de Engenharia de Pernambuco e ingressou no IPHAN como Assistente Técnico de 3º classe, responsável por fiscalizar e coordenar as obras em andamento. Realizou tombamentos, restaurações, inventários, pesquisas, cursos e outros trabalhos voltados para a conservação do patrimônio. Permaneceu como representante do IPHAN durante 42 anos. PEREIRA, Juliana Melo. Ayrton Carvalho e a disseminação do campo da conservação no Brasil. In: **A conservação d patrimônio no Brasi: teoria e prática – 1º Seminário da Rede de Conservação BR**. 2012, Olinda, p. 1-5. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/ceci-br/component/content/article/609.html>>. Acesso: 18 maio 2013.

²⁷⁰ **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Ayrton Carvalho**. 13 jan. 1956. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX07 P02. É provável que tal apelo tenha sido atendido, pois inexistem referências a este título de *Doutor Honoris Causa* nos registros que encontrei.

²⁷¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. Fala Rodrigo. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 27 ago. 1961, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011B P0014.

certo que, de uma forma ou de outra, a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a instituição por ele dirigida acompanham-se discursivamente, sugiro avançarmos à admissão que tal instituição personaliza-se e a pessoa institucionaliza-se. Não me parece acertado caracterizar essa relação como de sobreposição; tampouco, de substituição de uma figura pela outra. O que parece formar-se é uma composição imaginária, que não é acionada de acordo com a conveniência individual, mas empreendida de maneira compartilhada e quase irrefutável.

Drummond dedica-se a Rodrigo de maneira prolixa. Ao comentar sobre o discurso do diretor, ressalta que o escritor de “Velórios”, subsumido pelo funcionário público, permanecia, tal a qualidade literária de seu discurso. Sob o título de “Preservar o Brasil de Ontem para o Brasil de Amanhã”, é a Vida de Rodrigo, o *Correio Paulistano*²⁷² comentou a concessão do título ao diretor do IPHAN. Já no início da reportagem, faz-se menção ao abandono da advocacia, do jornalismo e da literatura para uma consagração de toda uma “vida, inteligência e coração à preservação e defesa das relíquias históricas do país”.²⁷³ Ele teria deixado tudo, aliás, porque tinha, “diante de si a razão de sua vida: o trabalho árduo, paciente e constante de descobrir e reconstituir estátuas e peças danificadas pelo tempo, pelo cupim ou por mãos pretensiosas ou ingênuas”.²⁷⁴ Preservar é a vida de Rodrigo. Como veremos ao longo da tese, as posições de escritor, jornalista, crítico literário, político e advogado não são colocadas em evidência como facetas de um mesmo indivíduo acessíveis a seus contemporâneos. O que gostaria de chamar atenção ao longo dos documentos que selecionei é a menção ao caráter pretérito destas atividades. Dito de outra forma, tais “versões” são posicionadas num passado evocado pela memória e inoperantes frente ao homem-instituição formado no presente. Elas foram subsumidas e substituídas pelo *exemplo*.

Conforme Manuel Bandeira, que também menciona a concessão do título na imprensa, Rodrigo tentou “inutilmente mediocrizar a sua fôlha de serviço à testa da

²⁷² PRESERVAR O BRASIL DE ONTEM PARA O BRASIL DE AMANHÃ, É A VIDA DE RODRIGO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 ago. 1961, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011B P0014.

²⁷³ Id. Ibid. Loc. Cit.

²⁷⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

repartição que dirige desde a sua fundação”.²⁷⁵ De fato, o discurso do homenageado iniciou marcando a desproporção entre a eminência do título conferido e a mediocridade de sua folha de serviços:

[Se a desproporção] não me causa constrangimento, é porque considero a alta distinção conferida não ao indivíduo nominalmente beneficiado, mas aos lidadores da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, comigo empenhados há mais de 25 anos na dura campanha visando a proteção dos monumentos representativos da evolução do povo brasileiro.²⁷⁶

São duas as possíveis inferências sobre a declaração de Rodrigo Melo Franco de Andrade na cerimônia mineira. A motivação para indicá-las aqui não é sua exclusividade, mas, ao contrário, sua repetição nas declarações de amigos e admiradores do primeiro diretor do IPHAN. A primeira diz respeito ao processo de *coletivização* que Rodrigo promove. Se antes, na recusa à concessão do título *Doutor Honoris Causa* por parte da universidade pernambucana, ele justificou-se censurando a representatividade de seus serviços pessoais em relação à importância da Diretoria, na homenagem mineira foi justamente essa a explicação que lhe permitiu aceitar o título. Apesar de “nominalmente beneficiado”, Rodrigo absorveu a coletividade da instituição, deixando-se, da mesma forma, ser absorvido por ela. Essa amálgama entre homem e instituição cede espaço à segunda consideração: Rodrigo constitui-se por meio da *modéstia*. Mais do que uma reflexão simplista que teria por objetivo afirmar o contrário - “Rodrigo não era modesto” -, importa perceber como esse recurso é utilizado tanto por ele quanto por aqueles que se valem dele para comentar sua personalidade. De maneira semelhante, Rebeca Gontijo, ao explorar as variações biográficas de Capistrano de Abreu, assinalou que a modéstia foi um dos recursos utilizados para marcar sua personalidade. A autora aponta para o uso dessa qualidade sob dois prismas: por um lado, a modéstia das vestimentas e hábitos e, por outro, a modéstia intelectual. Esta última aproxima-se, e muito, da construção de Rodrigo. Igor Sacramento, por sua vez, deteve-se sobre as construções autobiográficas de Dias Gomes e também localizou na modéstia um emprego retórico valioso. Ao analisar a autobiografia “Apenas um subversivo”,

²⁷⁵ BANDEIRA, Manuel. Condôminos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 out. 1961, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011B P0014.

²⁷⁶ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 169.

publicada em 1998, Sacramento sinaliza o uso da modéstia como uma forma de valorização. Ser identificado ou identificar-se como subversivo constituiu valor positivo para Dias Gomes.²⁷⁷ Essa abordagem aproxima-se do que Ubirajara Araújo Moreira denomina *exórdio modesto*²⁷⁸ em sua análise sobre a obra de Adélia Prado. Por meio deste recurso o interessado refere com humildade às próprias deficiências e despreparo visando conciliar simpatia e benevolência dos ouvintes.²⁷⁹

Esse recurso é utilizado à exaustão no que refere à imagem de Rodrigo. Basta relembra o caso da comemoração dos 20 anos da instituição e a censura do diretor a sua própria gestão. No que se refere ao emprego sistemático da atribuição de Manuel Bandeira à *exemplaridade do amigo Rodrigo*, encontrei a referência relativa à origem do termo somente em um dos documentos que utilizaram tal recurso.

Aos amigos, a modéstia excessiva de Rodrigo constituía um traço marcante de sua personalidade. De outra maneira, podemos pensar que, de certa forma, o diretor construiu sua imagem em negativo ao refutar sua projeção pessoal. Se, por um lado, são escassos os depoimentos dele sobre si, por outro temos um excesso modelar a ele imputado a respeito do qual, em certa medida, ele cala.

Ao receber o reconhecimento mineiro, após considerações sobre os trabalhos de preservação e o papel da Universidade nesse processo, Rodrigo encerrou o discurso da

²⁷⁷ Afirma o autor: “No caso da autobiografia de Dias Gomes, legitimidade e legibilidade já se apresentam na capa do livro. Já sabemos que ele classificou a sua vida como a de ‘apenas um subversivo’ e, assim, classificou a si mesmo. A assinatura e o título procuraram estabelecer com o interlocutor um vínculo. A palavra ‘apenas’ corresponde a uma ideia de exclusão e significa exclusivamente, unicamente, somente e só. Para além desse sentido denotativo de exclusividade, a palavra, em expressões coloquiais, designa também alguma modéstia. Isso se dá pelo sentido ambíguo do advérbio ‘apenas’. Ele corresponde tanto a algo comum como a algo especial. Na frase ‘apenas um subversivo’, o sentido corriqueiro foi reforçado pelo artigo indefinido ‘um’, que não o singulariza e o torna mais um entre os subversivos. Por outro lado, ‘apenas’ pode ter o sentido oposto ao de ‘além’ e de ‘mais que’. Sendo assim, reforça a singularidade, a exclusividade e a restrição. Se entendermos ‘um’ como numeral, a caracterização de Dias Gomes como o único subversivo ganha mais densidade. Afinal, só existiria um único subversivo, e ele era Dias Gomes. Sendo assim, ele pôde se definir como sendo nada mais do que um subversivo entre muitos outros. No entanto, essa modéstia, na verdade, é uma forma de valorização”. SACRAMENTO, Igor. A retórica autobiográfica em Dias Gomes: apenas um subversivo? *Mosaico*, Rio de Janeiro, n. 4, ano II, 2011, p. 2. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=editorial/edi%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-4-ano-ii>>. Acesso: 26 abr. 2013.

²⁷⁸ Por exórdio compreende-se o preâmbulo de um discurso. O autor vale-se das considerações de Ernst-Robert Curtius acerca da literatura.

²⁷⁹ MOREIRA, Ubirajara Araújo. Adélia Prado: um modo poético. *UniLetras*, Ponta Grossa, v. 24, n. 1, 2002, p. 38.

seguinte maneira: “O título excepcionalmente honroso conferido pelo egrégio Conselho Universitário ao cansado veterano dessa tropa de choque significa, mais do que uma condecoração por serviço em posto arriscado, - a segurança de reforço potente para a vitória da causa nacional”.²⁸⁰

O discurso proferido por Aogar Renault²⁸¹ na cerimônia de entrega do título foi publicado na íntegra no *Correio Paulistano* e também reproduzido em “A lição de Rodrigo”. Repleto de descrições e figuras de linguagem, tal discurso ofereceu ao público, na apreciação de Renault, os traços constitutivos da personalidade do homenageado. Os adjetivos a ele atribuídos são numerosos: sedução fidalga e simples, serena indulgência, gentileza inata, doçura, força austera e dominadora, generosidade, graça discreta, gentileza e humor. Rodrigo era “de um permanente estender a mão”, de “um generoso abrir de portas”, um “espírito sem lantejoulas”.²⁸² Diz Renault ainda, ao enfatizar o espírito público de Rodrigo: “Não sei de exemplo mais vivo de consagração de um caráter, de uma inteligência e de uma cultura a um serviço público do que a consagração da vossa vida ao exercício de qualquer função ou ao cumprimento de qualquer tarefa confiada a vós”.²⁸³ Rodrigo é, pois, o modelo para os que vêm e para aqueles que “já lhe atingiram o ápice, mas ainda podem – e devem – aprender coisas sem as quais a vida particular ou pública é pobre mistificação”.²⁸⁴ A transmissão de valores edificantes foi uma das forças motrizes do gênero biográfico desde a

²⁸⁰ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 172.

²⁸¹ Aogar de Castro Araújo Renault (1901 – 1995) nasceu em Barbacena (MG). Formou-se em Direito e estudou, também, Pedagogia e Língua e Literatura inglesas. Foi bastante próximo do movimento modernista mineiro. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1934 e exerceu diversos cargos públicos, assumindo a direção do Departamento Nacional de Educação e Cultura do Distrito Federal. Foi delegado no I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, evento conhecido por se posicionar contra o Estado Novo. Participou da criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula e na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafaiete. Integrou o Conselho Federal de Educação (CFE) a partir de 1962 e foi presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1993. Teve 17 obras publicadas. Faleceu em 1995, sendo considerado “o último modernista vivo”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso: 29 abr. 2013.

²⁸² PRESERVAR O BRASIL DE ONTEM PARA O BRASIL DE AMANHÃ, É A VIDA DE RODRIGO. *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 ago. 1961, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011B P0014.

²⁸³ Id. Ibid. Loc. Cit.

²⁸⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

Antiguidade. François Dosse percorreu a trajetória da escrita biográfica, ressaltando o poder da exemplaridade do *heroi* e, posteriormente, dos *grandes homens*. Trate-se de um poder pedagógico que ora se aproxima, ora se afasta da produção historiográfica. A construção da imagem de Rodrigo parece situar-se entre a figura do *heroi* e a do *grande homem*. Por um lado, sua personalidade é enfatizada pelo modo como vence as adversidades por meio do sacrifício pessoal e, até mesmo, pelo sofrimento.²⁸⁵ Rodrigo sacrifica sua vida particular e sua saúde, enfrenta as adversidades, discutindo com qualquer indivíduo que seja contrário à ação de preservação do patrimônio eleito pela instituição. Luta contra a falta de verbas, falta de apoio, falta de compreensão da sociedade brasileira. Por outro, sua exemplaridade baseia-se em suas virtudes morais (e todos os adjetivos presentes na documentação citada nesse capítulo indicam abundantemente suas supostas qualidades). Ao se referir à crise da figura do heroi no século XVIII, afirma Dosse:

os êxitos militares nos campos de batalha surgem como um legado efêmero em comparação com a solidez das obras e descobertas dos grandes homens, cujo trabalho pela humanidade é mais construtivo na edificação de um patrimônio cultural comum. Insiste-se, no Século das Luzes, sobre os méritos pessoais, associados à sua capacidade universalizante.²⁸⁶

Rodrigo é construído em uma dobra entre heroi e grande homem por meio de notas jornalísticas, reportagens, depoimentos e homenagens. As categorias explicativas identificadas por Dosse referem-se, evidentemente, a cortes temporais identificados e delimitados pelo autor em seu trabalho. Entretanto, suponho serem instrumentos viáveis para analisar criações e derivações da imagem de Rodrigo por seus contemporâneos. Mais do que isso, unem-se para iluminar leituras possíveis sobre essas construções que conjugam variações e constâncias num esforço criativo. Em 1962, Rodrigo recebeu o *Professor Honoris Causa* da Universidade da Bahia, no ano em que o IPHAN completou 25 anos de funcionamento. Em carta endereçada a Admar Guimarães, ao agradecer a homenagem, queixou-se:

Ao cabo de mais de 26 anos de labuta em defesa do acervo histórico e artístico do país e de mais de 35 de serviço em diversos cargos administrativos, principiei a experimentar uma impressão crescente de

²⁸⁵ DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: USP, 2009, p. 152.

²⁸⁶ Id. Ibid. p. 167.

inabilidade do esforço realizado. E se esse estado de espírito importa em depressão, e por me vir compenetrado de que o resultado negativo verificado tem decorrido, não de fatores estranhos adversos, mas quase exclusivamente de minhas próprias deficiências.²⁸⁷

Na solenidade, o seu discurso foi curto e voltado para a questão dos museus no Brasil. Nomeado também professor honorário da Faculdade de Arquitetura, Rodrigo advogou em favor da homenagem à causa por ele representada.²⁸⁸ No pronunciamento de Guimarães, erudito e repleto de citações em francês, um Rodrigo exemplar figura como o “cavaleiro de uma nova Cruzada”.²⁸⁹ Nas palavras do orador, o diretor estaria consagrando à obra de preservação e defesa do patrimônio

A maior e melhor parte de vossa vida, com uma devoção que eu diria religiosa se não temesse que, convertida em Religião essa paixão pela coisa pública de que estais possuído, e tantas oportunidades vos tem proporcionado de ter exaltadas ou superadas as fraquezas e impurezas próprias das paixões humanas, não ficassem os fiéis da nascente divindade, em razão talvez do caráter sagrado do seu culto, à mercê das mais perigosas idolatrias.²⁹⁰

Além de cavaleiro cruzado, Rodrigo é “operário consciencioso e discreto”, edificante exemplo, veterano intemerato e infatigável de um “destacamento avançado em área hostil”²⁹¹, aproximando-se da imagem já utilizada por Rodrigo na cerimônia de recebimento do *Doutor Honoris Causa* em Minas Gerais. No final do discurso, Admar Guimarães classifica o conjunto da vida de Rodrigo: “A vida dêsse modelar operário da cultura brasileira, que hoje aqui nos reunimos para homenagear, é a preciosa obra de arte que esta Universidade oferece doravante à contemplação e à imitação de todos nós”.²⁹² Rodrigo é, pois, o operário modelo. O trabalhador abnegado que, com devoção quase religiosa, consome sua vida na dedicação à causa pública. Mas sua vida, motivo da homenagem, é obra de arte. Obra esta já em processo de monumentalização.

²⁸⁷ **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Admar Guimarães.** 20 jul. 1962. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX07 P03.

²⁸⁸ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN:** coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 172.

²⁸⁹ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo.** Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 15.

²⁹⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

²⁹¹ Id. Ibid. Loc. Cit.

²⁹² Id. Ibid. p. 16.

Nos 25 anos da instituição Rodrigo ganhou formas precisas pela primeira vez. Uma carta de Godofredo Filho, representante do IPHAN na Bahia, comunicou uma homenagem ao aniversário da instituição. Informou a colocação de um quadro pintado por José Rescala (Figura 1) no gabinete da repartição baiana: “Sei o quanto lhe constrangerá, no caso, a exteriorização do respeito e estima que todos lhe votamos. Mas êsse quarto de século comemorado nos excusará pelo atrevimento”, desculpou-se o remetente²⁹³.

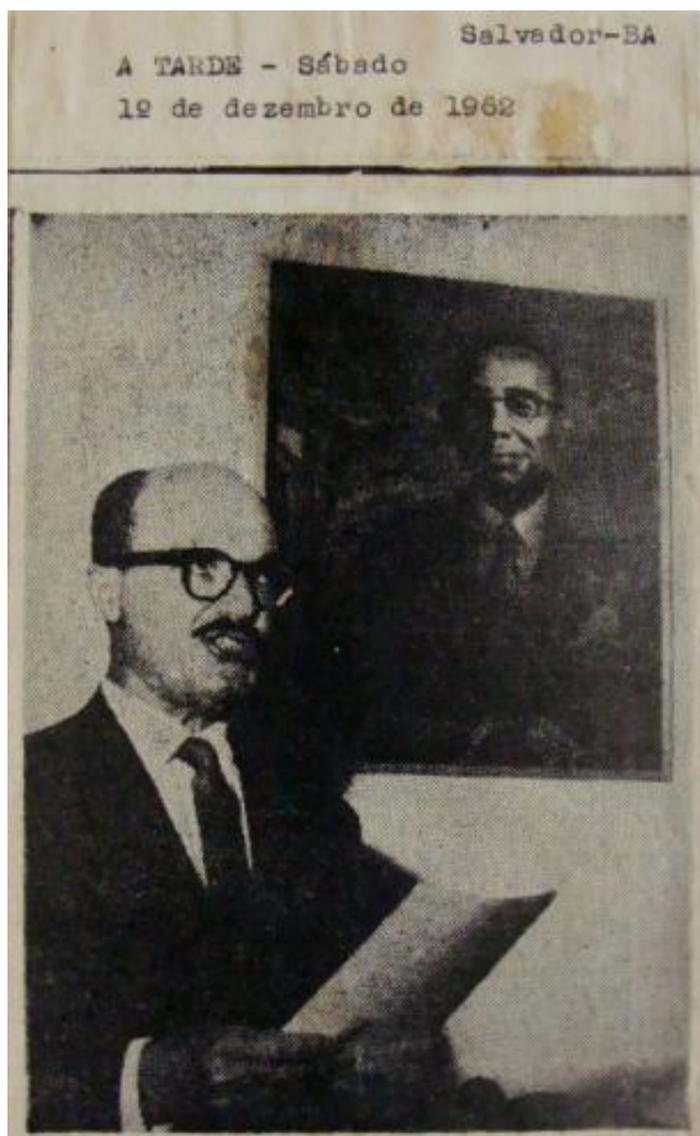


Figura 1. Retrato de Rodrigo Melo Franco de Andrade inaugurado na Bahia. **A Tarde**, Salvador, 1º dez. 1962. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX07P03.

²⁹³ **Carta de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 30 nov. 1962. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX07 P03.

Posto estava o retrato de Rodrigo, com um leve sorriso, olhar fixo no horizonte, fixado nas tintas de João José Rescala, um já consagrado pintor.²⁹⁴ No início da década de 1950, Rescala já havia prestado serviços de conservação de obras de arte religiosas ao IPHAN nos estados da Bahia, Pernambuco e Goiás. Já possuía, portanto, uma trajetória ligada à instituição federal quando atendeu a encomenda de Godofredo Filho para a homenagem.

Além desta obra, Rodrigo Melo Franco de Andrade teve seu retrato executado por Vicente do Rêgo Monteiro (Figura 2) em uma encomenda da representação do IPHAN na cidade de Recife para a comemoração aos 30 anos da instituição²⁹⁵.

²⁹⁴ João José Rescala (1910-1986) foi pintor, ilustrador, desenhista, restaurador e professor. Realizou sua formação no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e na Escola Nacional de Belas Artes. Mudou-se para Salvador em 1956, quando foi aprovado no concurso para professor catedrático de teoria, conservação e restauração de pinturas da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Quanto ao seu trabalho, de acordo com a *Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais*, a pintura de Rescala é de temática regionalista, privilegiando cenas de gênero e paisagens locais, com ênfase nas cores fortes e luminosidade da Bahia. Dedicou-se, também, a trabalhos que mesclam “símbolos católicos e do candomblé, arquitetura religiosa brasileira, conchas, árvores e ondas, dentre outros elementos, em espaços surreais, com cores rebaixadas e contornos arredondados”. Rescala realizou exposições individuais em Chicago e Nova York (1945), Madrid (1959) e uma retrospectiva em Salvador (1968). ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTES VISUAIS. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3136&cd_item=2&cd_idioma=28555>. Acesso: 18 maio 2013.

²⁹⁵ Rêgo Monteiro (1899 – 1970) teve algumas de suas obras expostas na Semana de 22, evento instituído em grande parte da historiografia brasileira como marco do Movimento Modernista no Brasil. Ficou conhecido por seu trabalho como pintor, escultor, desenhista, ilustrador e artista gráfico. Iniciou sua formação na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, estudando, também, na França. Recifense de nascimento, teve uma produtiva carreira artística, estabelecendo contato direto com Anita Malfatti, Di Cavalcanti e Victor Brecheret entre outros pintores brasileiros. Em 1957, tornou-se professor de pintura na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). De acordo com a crítica de Nelson Aguilar, Vicente do Rêgo Monteiro, Victor Brecheret e Antonio Gomide “mostram em suas produções a sintonização não apenas com o movimento moderno, mas com um estilo específico. Alinham-se ao art déco pela estruturação dos elementos florais procedentes do art nouveau, em curvas que buscam uma elegante regularidade geométrica”. ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTES VISUAIS. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3136&cd_item=2&cd_idioma=28555>. Acesso: 18 maio 2013.



Figura 2. Retrato de Rodrigo Melo Franco de Andrade inaugurado em Recife. **Jornal do Comércio**, Recife, 23 abr. 1966, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011B P0014.

Interessante mencionar um depoimento do pintor realizado em 1969 para o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Nele, entre outros assuntos, Rêgo Monteiro aborda o tema do retrato:

Eu tive tendências diversas. Eu gostei do retrato. No retrato eu sempre procurei fazer a aparência física do espírito. Traduzia o espírito também do retrato. Fiz o retrato de Gilberto Freire. Estava em Paris em 1922. Fiz o retrato de Alberto Cavalcanti e da senhora mãe dele, uma senhora francesa, Mme... e o retrato das irmãs Martel. Esses quadros, alguns foram expostos no Salão dos Independentes em 22 e 23. Mais adiante eu fui me tornando mais cubista, deixando o retrato. Achei uma certa dificuldade de convencer, de encontrar o público que fizesse como Van Dongen, que para fazer o retrato ia com a freguesa a um grande costureiro, escolhia uma roupa de 20 mil francos. Naturalmente o retrato poderia ser pago na proporção de quatro cinco vezes o preço do vestido. A minha técnica era muito simples, não dava para ganhar. Eu preferia fazer pintura simples, simplesmente a composição.²⁹⁶

O depoimento de Monteiro foi concedido três anos depois da execução do retrato de Rodrigo. Não encontrei, até o momento, outras informações sobre a obra. Sua

²⁹⁶ Depoimento a Walmir Ayala e Ricardo Cravo Albim, para o Ciclo de Artes Plásticas do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, em 27. 10. 1969. ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTES VISUAIS.

Disponível em:

<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_depoimento_s&cd_verbete=3494&cd_item=16&cd_idioma=28555>. Acesso: 21 maio 2013.

reprodução em baixa qualidade no jornal impede uma análise iconográfica mais detida. Chama a atenção a representação de Rodrigo com um livro aberto em atividade de escrita (seria de pesquisa?), diferentemente da obra de Rescala, onde o semblante sorridente do diretor é iluminado no centro da composição. Valdi Coutinho, em “A lição de Rodrigo”, menciona a obra, sugerindo que o retrato

revela muito mais do que a aparência física de Rodrigo Mello Franco de Andrade – a gente sente naquela aparência mansa de burocrata míope, tímido, com ar de quem pede desculpa por se deixar retratar, o caráter de um homem de espírito, capaz de compreender, mas, também, de resistir.²⁹⁷

Entretanto, seus retratos mais conhecidos são os fotográficos. Um dos mais reproduzidos foi realizado pelo fotógrafo Marcel Gautherot.²⁹⁸ Sem data no arquivo, apresenta um Rodrigo jovem, ainda sem as espessas lentes que caracterizaram seus demais retratos (Figura 3). É um dos retratos de Gautherot que ilustra o número 17 da Revista do Patrimônio, publicada em 1969, após a morte do primeiro diretor. Outro retrato emblemático produzido em 1968, cujo autor não consta nos originais do IPHAN, revela um Rodrigo bem mais velho (Figura 4). É essa a imagem que inaugura a homenagem póstuma “A lição de Rodrigo”.

²⁹⁷ COUTINHO, Valdi. Rodrigo Mello Franco de Andrade não sabe que ficou na história. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 163.

²⁹⁸ Marcel André Felix Gautherot (1910 – 1996) nasceu em Paris. Chegou ao Brasil em 1939 e trabalhou como fotógrafo para o SPHAN. Suas fotografias serviram de apoio para os dossiês de tombamento de bens culturais e publicações institucionais. Gautherot também foi fotógrafo da Comissão Nacional do Folclore, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Museu de Folclore Edison Carneiro. DODEBEI, Vera. Marcel Gautherot e o patrimônio cultural brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2012, Niterói. **Anais eletrônicos**. ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012. Disponível em: < <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT03%20Mem%F3ria%20e%20patrim%F4nio/MARCEL%20GAUTHEROT%20E%20O%20PATRIM%20D4NIO%20CULTURAL%20BRASILEIRO%20-%20Trabalho%20completo.pdf>>. Acesso: 12 jun. 2013.

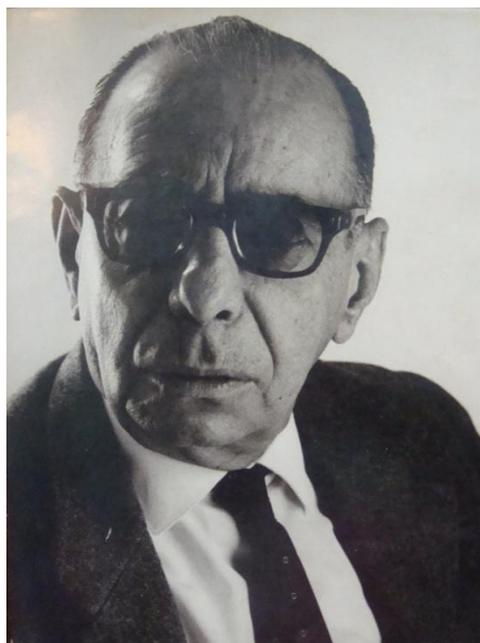


Figura 3 (à esquerda). Rodrigo Melo Franco de Andrade por Marcel Gautherot [s.d.]
Figura 4 (à direita). Rodrigo Melo Franco de Andrade por autor desconhecido em 1968.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX011B P0015.

Em 1965, Rodrigo foi reconhecido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB – Seção Guanabara) como “Personalidade do ano”, sobre o que se manifestou no jornal carioca *Correio da Manhã* nos seguintes termos:

O único motivo que poderá ter justificado o título honroso concedido pela Seção Guanabara do Instituto dos Arquitetos do Brasil a um servidor público de tão pouco destaque em nosso meio, terá sido o de manifestar a solidariedade da classe com a causa da proteção do patrimônio histórico e artístico do País, à qual êle se dedicou há quase 30 anos, disse o professor Rodrigo Melo Franco de Andrade (...) ao tomar conhecimento, ontem, de que fôra agraciado pelo IAB com o título de Personalidade do Ano.²⁹⁹

Ao encerrar seu depoimento na cerimônia, Rodrigo afirmou aguardar ressonância do pronunciamento do IAB em favor da causa do patrimônio. Ao mesmo tempo, desmerecia-se como de costume, afirmando que o Instituto valia-se de sua pessoa, “muito longe de ser figura representativa”.³⁰⁰ Em uma notícia de jornal cujo

²⁹⁹ ARQUITETO INDICA PERSONALIDADE: RODRIGO DO DPHAN. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1965, [s. p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁰⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

nome não foi identificado, a escolha de Rodrigo como personalidade do ano pelo IAB é mais detalhada e incide sobre o deslocamento que o diretor do IPHAN efetua ao transmitir à instituição as homenagens a ele prestadas: “Rodrigo, que se preocupa mais com o DPHAN do que com sua pessoa, procura atribuir o título ao trabalho que vem desenvolvendo naquela repartição”.³⁰¹

Há uma declaração de Oscar Niemeyer na reportagem que enfatiza sua dedicação constante, correção exemplar e amizade que dispensava aos colegas de trabalho. Ele cita, entre outras coisas, a recorrente declaração sobre o amigo exemplar: “Foi Manuel Bandeira, se não me engano, quem o classificou como ‘o amigo perfeito’. Nada mais certo e daí a nossa estima e o nosso respeito”³⁰². O jornal menciona, também, o abandono do Direito e da Literatura: “não tinha jeito nem gosto para nenhuma das duas”, reproduz o texto como se fosse uma fala do diretor. Sua conversa preferida: o IPHAN. Sobre ele, pouco: “Sobre o homem Rodrigo M. F. de Andrade, podem falar seus amigos: êle não. Indagado, dirá sem disfarçar a vaidade que tem cinco netos”³⁰³.

A declaração de Maurício Roberto, então presidente do IAB Seção Guanabara, esclarece de maneira pouco comum a relação entre homem e instituição. Afirma ele: “Escolhemos o homem e não, como a proverbial modéstia de Rodrigo quer deixar transparecer o órgão que ele dirige. Se o Patrimônio ainda existe, deve-se ao espírito de sacrifício, à inteligência e à visão de Rodrigo Melo Franco de Andrade”³⁰⁴.

Entretanto, em matéria de jornal não identificado de 1965, um título modelar anuncia-se: “Rodrigo é Patrimônio que Vela Nossos Tesouros”. Rodrigo é patrimônio, tesouro da arte brasileira. Veterano, cruzado, operário laborioso, funcionário público exemplar, que, dia e noite, há quase 30 anos, vela pelo patrimônio brasileiro contra a ameaça eminente. Contrapondo timidez e tenacidade, é descrito como um homem acanhado, mas capaz da maior firmeza na tarefa que assumiu:

³⁰¹ JORNAL NÃO IDENTIFICADO. Dez. 1965, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011A P0012.

³⁰² Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁰³ Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁰⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

– Embora não pareça, eu sou um bocado acanhado. Parece, e o fato não constitui segrêdo ou novidade para todos os que têm o privilégio de conviver com êsse homem admirável, de sensibilidade incomum “o amigo perfeito” conforme lhe chamou o poeta Manuel Bandeira. Rodrigo declara-se constantemente vigilante “a gente tem que ficar 24 horas por dia atento. Às vezes, no meio da noite, chega a notícia de alguma ameaça contra alguma obra tombada pelo Patrimônio: você pensa que a gente pode esperar? Tem que começar logo a ir-se mexendo, senão pode ser tarde. Não é brincadeira, não.³⁰⁵

Conforme afirmei, pretendo abordar a construção da imagem de Rodrigo Melo Franco de Andrade a partir de um entendimento pautado na noção de monumentalização. Se, por um lado, pode parecer evidente que a instituição monumentalizadora por excelência tenha seu próprio monumento, por outro, tudo indica que estamos diante de um jogo de inversões e reimpressões entre a instituição e a pessoa de seu diretor. Não fosse um trabalho esmerado, seria quase um trocadilho, uma metalinguagem (que é, quase sempre, irônica): Rodrigo, ao monumentalizar o patrimônio brasileiro é, também ele, monumentalizado. Mas, como ser o operador da descontinuidade, conforme alerta Foucault³⁰⁶, numa documentação organizada para enfatizar o sentido contínuo? Como investigar esse conjunto de enunciados³⁰⁷ do discurso?

Ao construir a definição de *homem-monumento* considero segura e prudente a referência, constantemente evocada, de Jacques Le Goff na *Enciclopédia Einaudi*. O historiador inicia o verbete “Documento/ Monumento” associando o primeiro a uma escolha do historiador e o segundo a uma herança do passado. Ambos seriam, nas palavras de Le Goff, materiais da memória.³⁰⁸ A partir da origem latina da palavra, monumento é aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação, e caracteriza-se por sua ligação ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, como legado à memória coletiva.³⁰⁹ É interessante notar que o autor persegue no texto as aproximações

³⁰⁵ JORNAL NÃO IDENTIFICADO. Dez. 1965, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011A P0012.

³⁰⁶ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 9.

³⁰⁷ Como enunciado compreende-se “uma proposição ou uma frase considerada desde o ponto de vista de suas condições de existência”. CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 136. Entende-se, ainda, a enunciação com algo singular, não repetível, e o enunciado como forma passível de repetição.

³⁰⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In : ROMANO, Ruggiero (Coord.). **Enciclopédia Einaudi**. Volume 1 – História – Memória. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 95.

³⁰⁹ Id. Ibid. Loc. Cit.

que documentos e monumentos tiveram ao longo do tempo.³¹⁰ Ao mapear a trajetória percorrida pelas definições de monumento e documento, Le Goff define, a partir de Paul Zumthor, a transformação de documento em monumento a partir de sua utilização pelo poder.³¹¹

A essa referência incontornável gostaria de associar as considerações de Michel Foucault no que elas têm de específico em relação ao monumento. Segundo o autor:

em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.³¹²

Estas considerações de Michel Foucault sobre documento e monumento têm dupla incidência sobre o presente trabalho. Busco levar em conta tal percepção no que diz respeito à massa documental com a qual trabalho ao estabelecer séries e investigá-las intrinsecamente. Nesse sentido, segundo Foucault, os documentos são compreendidos não como signos de outra coisa, mas como prática.³¹³ Ao mesmo tempo, se Foucault retira do documento seu estatuto de “revelador do real”, ele investe o monumento de possibilidades ao entendê-lo como uma construção histórica e discursiva.

Levando em conta essas reflexões, pode-se dizer que não há identidade de Rodrigo construída ou definida. Há, nas palavras de Albuquerque Júnior, “o fruto de um jogo permanente, jogo de esconde-esconde, uma brincadeira de máscaras, num carnaval

³¹⁰ De acordo com o autor, “O termo ‘monumentos’ será ainda correntemente usado no século XIX para as grandes coleções de documentos”. LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In : ROMANO, Ruggiero (Coord.). **Enciclopédia Einaudi**. Volume 1 – História – Memória. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 96.

³¹¹ Id. Ibid. p. 102.

³¹² FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 8.

³¹³ CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 41.

organizado e submetido a um emaranhado de regras”.³¹⁴ *Rodrigo-monumento* é edificado no que há de potente e exemplar ao longo do processo de monumentalização. Os documentos que até então foram inquiridos criam Rodrigo como sujeito-instituição. O vazio preenchido por sua versão monumental impõe uma imagem sob cuja constância nada se esconde. Não é o objetivo aqui separar camadas discursivas com o intuito de achar um original sobre o qual se construíram variações. Nem, por outro lado, tomar a versão monumental de Rodrigo como uma representação do real. Nesse sentido, buscar a origem da monumentalização de Rodrigo, mapeando a primeira menção ou a primeira repetição pode ser um acréscimo, mas não o determinante. Ou, para valer-me mais uma vez de Foucault, não é intuito buscar a “essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo”.³¹⁵ Ao dedicar-se à genealogia como possibilidade de pesquisa, em contraposição à busca equivocada das origens, Foucault ressalta: não encontraremos um segredo essencial das coisas, “mas o segredo de que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”³¹⁶. Uma sentença adequada para pensarmos nas construções da imagem de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

2.3 “O casal Rodrigo – PHAN”: 30 anos de(do) serviço

Em 1966, o IPHAN completou 30 anos de existência. Em 1967, Rodrigo aniversariou 70 anos de vida. Em 1968, aposentou-se. Em 1969, faleceu. Essa sucessão de fatos e comemorações moldou e firmou uma imagem sua que vinha sendo delineada desde as décadas passadas. Não é à toa que a grande maioria da documentação arquivada acessada durante a pesquisa refere-se a esses quatro eventos.

Os 30 anos do IPHAN também significaram os 30 anos de direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. As parabenizações e agradecimentos trocados entre colaboradores, admiradores, prefeitos e representantes de diferentes instituições brasileiras e o diretor mesclam referências à instituição com aquelas que dizem respeito

³¹⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.79-100, jan./dez. 2004, p. 93.

³¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012, p. 58.

³¹⁶ Id. Ibid. Loc. Cit.

à gestão de Rodrigo. Na maioria dos documentos arquivados, Rodrigo agradece “pelo transcurso do 30º ano de minha gestão nesta Diretoria”;³¹⁷ ou pelos “30 anos de minha permanência à testa de nossa repartição”;³¹⁸ ou ainda “pelo 30º ano de minha permanência numa função pública que tanto você quanto outros ilustres confrades de Pernambuco teriam certamente exercido melhor”.³¹⁹

A imprensa noticiou o trigésimo aniversário do órgão evidenciando a personalidade do perene diretor. Sob o título “RMFA conserva hoje o Brasil de ontem para o de amanhã”, o *Diário de São Paulo* vale-se da ideia de herança e enfatiza a personalidade de Rodrigo já no início do texto: “Há trinta anos este mineiro noturno, algo pessimista em relação a si mesmo, cheio de bondade, deixou o jornalismo, a advocacia e a literatura para dedicar-se, com toda a sua inteligência e todo o seu coração, a esse sacerdócio”.³²⁰

Um artigo de Gilberto Freyre, publicado na revista *O Cruzeiro*, menciona a data comemorativa da instituição e, por conseguinte, do homem-instituição. É neste texto, reeditado em “A lição de Rodrigo”, que o autor alude ao “rodriguismo”:

Rodrigo Mello Franco de Andrade [...] é, talvez, a mais alta expressão de espírito público no Brasil do nosso tempo. Ninguém com mais nítida vocação para servir ao seu país sem servir-se dêle. Ninguém mais escrupuloso no desempenho dos seus deveres.

Há mesmo um rodriguismo semelhante ao já célebre caxiísmo. Um rodriguismo de que Rodrigo vem sendo, nestes trinta anos, exemplo constante e vivo, sem pretensão alguma, de sua parte, de ser modelo ou padrão: a virtude irradia dêle sem êle se aperceber de que é exemplarmente virtuoso. Virtuoso no melhor sentido da expressão. Virtuoso como pessoa. Virtuoso como diretor de serviço público. Virtuoso como brasileiro cuja vida tem sido tôda de dedicação ao seu país.³²¹

³¹⁷ **Ofício 785 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Mauro Motta.** 11 maio 1966. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

³¹⁸ **Carta 165 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Sebastião Figueiredo.** 9 maio 1966. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

³¹⁹ **Carta 178 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Fernando Pio.** 9 maio 1966. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

³²⁰ RMFA CONSERVA HOJE O BRASIL DE ONTEM PARA O DE AMANHÃ. *Diário de São Paulo*, 14 abr. 1966, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

³²¹ FREYRE, Gilberto. Mestre Rodrigo. *O Cruzeiro*. 25 set. 1966, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

Rodrigo, aos moldes do Duque de Caxias³²², iluminaria um modo de ser. O *caxiismo*, derivado da construção de um modelo de conduta forjado a partir deste militar do século XIX, ainda hoje é usado como sinônimo de retidão e de correção nos modos. Sua biografia divulgada pelo Exército Brasileiro enfatiza, também, sua falta de vaidade e ambição. Caxias seria, em seu tempo, um patriota dedicado e desprovido de interesses em benefício próprio, sendo exemplar em sua atuação na máquina pública. Um *homem ilustre* no sentido mais instrumental da expressão. É provável que dessa conduta, associada ao militar imortalizado pelo Exército, derive a expressão “ser Caxias”. No paralelo estabelecido por Gilberto Freyre, o *rodriguisimo* funda-se como modelo baseado na virtude: Rodrigo é virtuoso como pessoa, como diretor de serviço público, como brasileiro dedicado ao país. Sua vocação é servir sem servir-se. Tal e qual Caxias. Tal e qual um bom modelo patriótico.

É também relacionado aos 30 anos da instituição o poema “Velho Amor”, de autoria de Carlos Drummond de Andrade, publicado tanto em “A lição de Rodrigo” como em “Antologia Poética”:

Mestre Rodrigo, o da DPHAN,
que me perdoe se neste canto
hoje canto a gentil balzaca
de seus encantos e quebrantos,
aquela que, noite após noite,
e dia após dia, inclusive
os domingos – outrora livres!
os feriados – antes gozados!
êle leva consigo como
a laranja leva no gomo

³²² Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1803 – 1880) é patrono do Exército Brasileiro e em sua data natalícia comemora-se o Dia do Soldado. Segundo Olyntho Pillar “Caxias foi militar íntegro, estadista modelar, sem jamais haver revelado a mínima ambição pelas invulgares honrarias que lhe foram concedidas por seus reais méritos. As sumas dignidades que conquistou e os mais altos postos da hierarquia a que ascende não alteraram a formação magnífica de homem probo, sereno, bravo, bondoso, altivo, justo, crente, patriota, educado, esposo e pai amantíssimo, como havia sido filho dedicado e respeitador”.

Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/o-cidadao?p_p_id=noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_r6Qm&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_r6Qm_journalArticleId=1192506&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_r6Qm_struts.portlet.action=%2Fview%2Farquivo%21viewJournalArticle&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_r6Qm_struts.portlet.mode=view>. Acesso: 27 maio 2013.

sua doce razão de ser,
ou senão, como o peixe leva
em seu volteio pelas águas
a arte e ciência de nadar
(no seu caso, é a arte de amar).
Oh, como vai nosso Rodrigo
M. F. de Andrade, atento
ao que possa fazer o vento,
intempérie, maldade, acaso,
a seu amor, e como luta,
bravo e sutil, em campo raso,
contra a solércia do inimigo!
Aqui vence um capoeira, adiante
um cartola, e outros, centenas
de investidas contra as serenas
feições e formas do seu love!
Merendava, de repente ouve
guai lancinante: “Aqui-del-rei!”
Corre presto a São Luís, Bahia,
São José ou São João del-Rei,
Parati – ao Brasil inteiro –
pois essa bela (quem diria)
por tôda parte anda, e nem sempre
há a devida cortesia
nem o extasiado respeito
à dama que reina³²³ em seu peito.
De outro amante assim tão gamado
juro não sei, que êste encanece
sem azedume em face à sorte
que tanto exige de ternura
e de defesa contra a morte
- morte, ruína, eterna ameaça
a pairar sôbre sua amada.
Em velho paço, úmido beco,
numa igreja desmoronada
ou no pico de serra agreste,
ei-la que recebe a flechada,
o mortal insulto, mas chega
Rodrigo para defende-la,
salvá-la, de carinho ungi-la.
E como sabe restituir-lhe
o viço perdido, a espontânea
graça do berço, sem disfarce!
“Batom não uses, minha filha,
que teus lábios ao natural
têm o desenho de uma ilha
feita do mais vivo coral.
Tira êste excesso de pintura,

³²³ Na *Antologia Poética* de Drummond e na reprodução do poema em “A lição de Rodrigo”, a frase “à dama que reina em seu peito” foi modificada para “à dama que mora em seu peito”. Os pontos de exclamação da 7ª e 8ª linhas foram substituídos por vírgulas.

fruto de visível engano,
pois a original formosura
mais resplende a cada nôvo ano.
Nada de truques bossa-nova,
iê-iê-iê e pop-art, querida.
Nunca mais dormirei tranqüilo
nem terá gôsto minha vida
se adotares um falso estilo.”
Assim diz Rodrigo, e convoca
os mais argutos, credenciados
companheiros para o serviço
do seu bem, e todos acodem
a essa amável intimação:
Por D. Rodrigo e sua dama!
Por aquela que êle mais ama
e a quem, entre naves e in-fólios,
deu a própria luz de seus olhos.
Alguém pergunta-me: “É paixão
que inflama e passa?” e eu lhe respondo:
Dura há trint’anos bem contados,
hoje completos, tão repletos
que, pensando bem, são três séculos.
Já que pequei por indiscreto,
darei todo o serviço: o nome
da namorada rodriguiana,
essa imarcescível Roxana,
é a Arte antiga do Brasil,
que com seu diadema de História
no dia 23 de abril
há trint’anos nêle encontrou
o mais fiel e humilde escudeiro,
o que não aspira a maior glória
senão ir à Glória do Outeiro.
São trint’anos de luta vã?
Não e nunca, pois amanhã
todo o país, agradecido,
saberá louvar, por inteiro,
êste casal Rodrigo-PHAN.³²⁴

Esse poema urde uma rica narrativa sobre Rodrigo. Drummond inicia saudando a Diretoria, a *gentil balzaca* que completava 30 anos e consumia o tempo de Rodrigo dentro e fora do trabalho. Entretanto, apesar de consumir seus *domingos*, *outrora livres*, e seus *feriados*, *antes gozados*, Rodrigo sustentaria tal dedicação à instituição como algo inerente a si mesmo. A imagem do soldado, já mencionada pelo diretor no seu

³²⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. Velho amor. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1966, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

discurso em Minas Gerais e retomada por Admar Guimarães em cerimônia na Bahia, foi utilizada sob dupla significação no poema: Rodrigo lutava, *bravo e sutil*, contra as forças da natureza, seja *vento, intempérie* ou *acaso* mas, também, contra a *maldade*. Combatia, *em campo raso*, contra as investidas às *feições e formas do seu love*, ou seja, contra perigo da descaracterização da *Arte antiga do Brasil*, identificada somente no final do poema. Lutava contra prefeitos, religiosos e toda sorte de empreendimentos e modernizações que, aos olhos do corpo técnico do IPHAN, afetavam estilos e formas da arquitetura tradicional. No poema são citados estados com numerosos exemplares do estilo barroco colonial que se tornaram protagonistas na preservação empreendida pela instituição, ainda que se faça ressalva ao fato de que *a bela* de Rodrigo estivesse por todo o país e não recebesse o respeito e a cortesia merecidos. Rodrigo envelhecia defendendo *sua amada* contra a ameaça da destruição, da ruína, talvez o mais temido dos riscos a que eram expostos os exemplares protegidos pela instituição federal. O desaparecimento significa a morte e o tempo da destruição é o tempo da preservação, conforme aponta Reginaldo Gonçalves.³²⁵ Vigilante apaixonado, Rodrigo é heroico, pronto para acudir sua amada *flechada por mortal insulto*, e restituir *o viço perdido, a espontânea graça do berço*. Drummond reproduz entre aspas o que seria uma declaração de Rodrigo a sua amada: “Tira êste excesso de pintura,/ fruto de visível engano,/ pois a original formosura/ mais resplende a cada nôvo ano./ Nada de truques bossa-nova,/ iê-iê-iê e pop-art, querida./ Nunca mais dormirei tranqüilo/ nem terá gôsto minha vida/ se adotares um falso estilo”.³²⁶ A arte original contrapõe-se ao falso estilo. Falso estilo esse produzido por uma modernização consonante às novidades estéticas da arte dos anos 1960 que poderiam tirar o sono e o gosto da vida de Rodrigo. À sua advertência atenderia uma equipe técnica, formada pelos mais *argutos e credenciados companheiros*. A perda da visão de Rodrigo, problema clínico que se tornou progressivamente mais severo, figura no poema como resultado da sua extrema atenção para com a amada. Drummond triplica, no poema, o tempo de dedicação e existência da IPHAN, alargando sua duração como medida de intensidade do trabalho. A arte antiga do Brasil, namorada de Rodrigo, é remetida à figura de Roxana, esposa de Alexandre

³²⁵ GONÇALVES, Reginaldo. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996, p. 32.

³²⁶ ANDRADE, Carlos Drummond de. Velho amor. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1966, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

Magno. Comparação nada modesta ao aproximá-lo de um dos mais conhecidos conquistadores da antiguidade. Interessante notar que, para encerrar o poema, Drummond mencionou o casal *Rodrigo – PHAN*. Com isso, o poeta retira de cena a Diretoria, mencionada no início, para enfatizar a relação de Rodrigo com o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O poema foi publicado um ano antes de sua saída do IPHAN e mencionado, tal qual o recurso do *amigo exemplar*, em diversos outros textos subsequentes.

No início de 1967, Rodrigo providenciou as tramitações para sua aposentadoria, alegando 40 anos de serviço público. Pleiteava seus direitos, receando que fosse colocado em dúvida “seu direito à aposentadoria pretendida, por motivo de não ser titular de nenhum cargo efetivo no serviço público federal e ocupar apenas o cargo em comissão de Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.³²⁷ O funcionário público exemplar, diretor da mesma repartição por 30 anos, nunca fora funcionário público!

Sua aposentadoria foi obtida em 28 de fevereiro de 1967 e em 6 de março do mesmo ano Rodrigo indicou ao Ministro da Educação e Cultura o nome de Renato Soeiro para substituí-lo. Talvez a única menção clara de que Rodrigo valeu-se de seu prestígio no âmbito da máquina estatal foi na indicação de seu substituto: “Se, portanto, os longos anos de trabalho que devotei à causa do patrimônio histórico e artístico do país e ao serviço da União me valerem algum crédito junto às autoridades superiores [...] permito-me confiar em que o presente apêlo não deixará de ser atendido”.³²⁸ Ele deixou claro na carta que a indicação lógica para sua sucessão seria Lucio Costa mas que, devido à suposta aversão do arquiteto à burocracia, Soeiro configurava o nome mais acertado. A indicação foi aceita. O exemplo seria seguido.

O texto “Imagem num sábado - Rendição de guarda” foi publicado no carioca *Correio da Manhã* em junho de 1967. De autoria de Carlos Drummond de Andrade, a narração da saída de Rodrigo do IPHAN ganhou tom épico. Esse é o terceiro texto que compõe a tríade de Drummond em “A lição de Rodrigo”. Descreve o poeta:

³²⁷ **Ofício 41 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Ministro da Educação e Cultura**. 9 jan. 1967. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 07 P02.

³²⁸ Id. Ibid. Loc. Cit.

Sábado pela manhã, Rodrigo M. F. de Andrade ajeitou os óculos, sacou do bôlso pequena fôlha de papel, leu algumas palavras sem ênfase, perante uns raros ouvintes, e despediu-se da vida pública. O lugar era o Ministério da Educação. Não havia fotografos nem TV. No mesmo instante, Renato Soeiro tomava posse no cargo que Rodrigo exerceu por 62 anos. Digo 62 porque, trabalhando êle o dobro do tempo normal do expediente, êsse foi, na realidade, o seu tempo de serviço na DPHAN, sem contar uns quebrados anteriores em outras agências administrativas.³²⁹

Note-se que, uma vez mais, Drummond multiplica o tempo de trabalho de Rodrigo. O início do SPHAN foi rememorado: “Duas ou três mesas e cadeiras, um arquivo de aço, dinheiro nenhum, e muita coragem silenciosa para agir em têrmos nacionais, pesquisando, descobrindo, inventariando e resuperando o acervo disperso, oculto, desfigurado, em ruínas”³³⁰. Drummond segue falando de Rodrigo:

Rodrigo foi o herói sem dragonas dêsse combate. Sua única arma eram umas leis desconhecidas ou desprezadas por todo mundo, diplomacia e, finalmente, a Justiça. Perdeu algumas batalhas. Na maioria, ganhou. A DPHAN existe, e goza de conceito internacional, embora em alguma cidade do interior de Minas ou da Bahia o sr. Prefeito Fulustruca dos Bigodes teime em desprezpear a ação do Patrimônio.³³¹

Os 31 anos da direção agregaram à imagem de Rodrigo a solidez da experiência. Formaram-se constâncias e repetições que traçaram um modelo biográfico a ser enfatizado e aludido, de maneira quase irrefutável. Conforme Durval de Albuquerque Júnior, “O nome do biografado é quase sempre um nome de morte, de alguém que já não pode contestar as imagens que dele se construíram; mas a morte é a única possibilidade de esta imagem se estabilizar, quando um sujeito absoluto é apresentado no lugar de um sujeito possível”.³³² Se Rodrigo Melo ainda não havia falecido, o que ocorreria dois anos depois, fato é que sua presença na ação do patrimônio experimentava um fim. Esse fim, a meu ver, aciona uma maneira diversa de construção

³²⁹ ANDRADE, Carlos Drummond de. Imagem num sábado - Rendição de guarda. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1967, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

³³⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

³³¹ Id. Ibid. Loc. Cit.

³³² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007, p. 117.

discursiva, revestida da “beleza do morto”, ainda que com variada conotação da sugerida por Certeau.³³³

2.4 Os 70 anos e os Suplementos Literários

A celebração dos 70 anos de Rodrigo Melo Franco de Andrade ocorreu um ano após sua aposentadoria. Dentre as diversas homenagens realizadas ao diretor, gostaria de explorar duas especialmente. Trata-se do Suplemento Literário do jornal *Minas Gerais* (Figura 5), lançado em 26 de outubro de 1968³³⁴, e do Suplemento Literário do *Jornal do Commercio*, publicado em 16 de novembro do mesmo ano.



Figura 5. Suplemento Literário. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, Belo Horizonte, 26 out. 1968. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

O Suplemento do jornal *Minas Gerais* perfaz 20 páginas saturadas de Rodrigo Melo Franco de Andrade. A contracapa é assinada por Sylvio de Vasconcellos, sob o título de “Rodrigo e a Arte Nacional”. Após apresentar ao leitor a trajetória de formação

³³³ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 55-85.

³³⁴ Comissão de redação composta por Murilo Rubião, Laís Corrêa de Araújo e Rui Mourão.

do IPHAN o autor passa a comentar escolha de Rodrigo para a direção da repartição pública:

Não teria sido fácil a escolha; teria de ser um homem quase capaz de ouvir e entender estrêlas. Com suficiente afoiteza para dedicar-se ao trabalho com a pressa requerida pelo atraso com o qual se iniciara, mas com também, a necessária prudência para não se permitir desatinos. Com alto nível cultural que geralmente exclui a capacidade pragmática administrativa, mas, também, com esta última em alta dose, suficiente para a montagem integral de uma nova máquina burocrática.

Êste homem foi Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Costuma-se dizer que ninguém é insubstituível. No caso, parece que uma exceção confirma a regra geral porque dificilmente outra figura teria correspondido tão integralmente à difícilíssima tarefa que lhe foi proposta.³³⁵

Vasconcellos enfatiza a habilidade de Rodrigo, capaz de formar e manter uma equipe de intelectuais com “incompatibilidades naturais”: divergências de pontos de vista, chamadas ciumadas, diferentes formações culturais. Entretanto, por meio de Rodrigo, afirma Vasconcellos, criou-se pelo Brasil um “espírito de Irmandade, de confraria ou de corporação. Eram todos irmãos; no afeto mútuo e no amor aos valores tradicionais brasileiros”.³³⁶ O antigo diretor realizou todo o trabalho, como é sempre repetido, “com uma discrição que jamais se permitiu a exploração demagógica da glória, com a só finalidade de alcançar o belo sentimento do dever bem cumprido”.³³⁷ Mais que isso, Vasconcellos atribuiu a Rodrigo a edificação de um monumento nacional, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “Discretamente, como entrou e como permaneceu, retirou-se”.³³⁸ A aposentadoria discreta parecia fazer todo o sentido com a imagem do diretor.

No Suplemento também é reproduzido um artigo da revista *Visão*, de 1959. Não assinado, intitula-se “O homem do patrimônio” e é carregado de adjetivos, caracterizações pessoais e profissionais de Rodrigo. Segundo o texto, ele “largou tudo”

³³⁵ VASCONCELLOS, Sylvio de. Rodrigo e a Arte Nacional. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, contracapa. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

³³⁶ Id. Ibid. Loc. Cit.

³³⁷ Id. Ibid. Loc. Cit.

³³⁸ Id. Ibid. Loc. Cit.

assumindo o “seu querido Patrimônio”, fazendo da direção do IPHAN um “sacerdócio”, sendo um “funcionário público exemplar”, “dedicado, amigo de seus colaboradores”, “exigente com todos e para consigo mesmo”.³³⁹ Mais que isso, a contrabalancear com o profissionalismo, “Homem de ar geralmente soturno, muito pessimista no trato dos seus problemas particulares, e alma bondosa”.³⁴⁰

São também reeditados no Suplemento o poema “Velho amor” e o texto “Rendição da Guarda”, já mencionados anteriormente. Na seção “Poemas dedicados a Rodrigo”, trechos de Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Odylo Costa Filho, Murilo Mendes e Pedro Nava ora dirigem-se diretamente do diretor do IPHAN, ora remetem ao patrimônio de maneira indireta. Em comum, a mesma intenção: todos foram escritos sobre ou para Rodrigo.

No “Soneto de Rodrigo M. F. de Andrade”, Odylo Costa Filho faz de sua poesia porta-voz de uma materialidade preservada:

Queria ter para ofertar-te agora
um gosto de cal nova e velho muro,
onde parasse para sempre esta hora,
petrificando o sentimento puro.
Salvador de cidades, muito embora
não tenham voz a pedra e o barro impuro
- mesmo transfigurados pela aurora
em sobrados fantásticos – procuro

falar por eles neste verso duro
e te trazer, em nome das ladeiras
peregrinas, das portas, das capelas,

dos profetas sonhando à luz das velas,
dos telhados à sombra das mangueiras,
um gosto de cal nova e velho muro.³⁴¹

Odylo Costa fala em nome de *ladeiras*, *portas* e *capelas* e expressa o desejo de ofertar *gosto de cal nova e velho muro* ao amigo. Duas inferências, complementares,

³³⁹ O HOMEM DO PATRIMÔNIO. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

³⁴⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁴¹ COSTA FILHO, Odylo. Soneto de Rodrigo M. F. de Andrade. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 8. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

parecem possíveis. De uma parte, a relação entre a utilização da caliação nas obras de restauração e a renovação da arquitetura tradicional. A cal é utilizada por suas propriedades, ainda hoje, como revestimento de bens arquitetônicos protegidos pelo IPHAN. Sua cobertura proporciona “respiração” entre a superfície e o meio externo, evitando degradação em função de retenção de umidade, ao mesmo tempo em que protege e consolida as estruturas. De outra parte, importa observar que o poema foi escrito em julho de 1967, pouco tempo depois da aposentadoria de Rodrigo da direção da instituição. Odylo Costa, ao expressar seu desejo de *parar a hora e petrificar o sentimento puro*, parece manifestar seu desejo de permanência de Rodrigo, retendo o tempo por meio da ação da cal nova. Seria, dessa maneira, uma forma de consolo ao recém-retirado diretor, um desejo de, uma vez mais, aproximar o trabalho de seu entusiasta.

Em “Pequenos poemas de Ouro Preto”, Cecília Meireles faz uso de uma cena cotidiana oferecendo ao leitor uma casa de Ouro Preto. Materialidade preservada que reserva algum sentimento ao espaço externo repleto de saudade. Fontes, pontes e bancos antigos aludem a vozes perdidas no tempo:

1
Quem é a dona que toca?
Fechai os olhos, não vi.
Que nunca se abra a cortina
quando eu passar por aqui.
Sonho seus longos cabelos
como harpa, na escuridão;
seus olhos de prata, esquivos,
e uma pérola nublosa
no nácar de sua mão.

O que a dona vai tocando?
Que importa? Seja o que fôr.
Tudo aqui fora é saudade.
Lá dentro seria amor.
O piano que a dona toca,
de onde, de que tempo vem?
E o que eu penso, enquanto a escuto,
ela o pensará também?

2
Cavalo branco
de crinas de ouro
buscando o trevo
entre as margaridas.

Enquanto as fontes
contam histórias
belas e tristes
mas já muito antigas.

O rio, a ponte,
os bancos de pedra,
a cruz, os santos,
sabem de outras vidas.

Atrás dos muros
as lavadeiras
dizem às águas
maguadas cantigas.

Cavalo branco,
fontes sem pausa,
paisagem mansa
e vozes perdidas.³⁴²

Cecília Meireles enfatiza, por meio dos versos, o caráter de testemunha que a materialidade poderia assumir. Fontes contam histórias antigas, rio, ponte, bancos de pedra, cruzeiros e santos sabem de outras vidas, sabem de um passado evocado pela materialidade que impõe ao espectador a existência de um tempo que já passou. Ambos os textos remetem à nostalgia, à saudade e às experiências vividas. Esse grupo de poetas, em diferentes épocas, relacionou Rodrigo ao tempo decorrido e aos processos de certa maneira melancólicos de um passado impresso em casas e muros, mas sempre passível de desaparecimento.

A biografia de Rodrigo no Suplemento Literário é assinada pelo escritor Renard Perez.³⁴³ O autor divide a vida do personagem em “primeiros estudos”, “faculdade de direito”, “advocacia – no Serviço do Patrimônio”, “Velórios” e “A história do livro”. O que permeia todo o texto, entretanto, é o recurso ao Rodrigo-escritor. É o sujeito escritor que atua em todas as outras esferas, como se guardasse essa qualidade sobre as outras.

³⁴² MEIRELES, Cecília. Pequenos poemas de Ouro Preto. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 8. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

³⁴³ Escritor nascido em Macaíba (RN) no ano de 1928, formou-se em Direito no Rio de Janeiro. Além de sua produção literária, Renard Perez publicou dois compêndios editados pela Civilização Brasileira na década de 1960 sobre escritores brasileiros contemporâneos, sendo conhecido pela redação de notas biográficas de diversos escritores brasileiros, incluindo Machado de Assis, Guimarães Rosa e Jorge Amado. LYRA, Anderson Tavares de. **Renard Perez – escritor**. Disponível em: < <http://www.historiaegeologia.com/2010/09/renard-perez-escritor.html> >. Acesso: 3 jun. 2013.

Estaria esta retomada do escritor, que antes havia sido desativado pelo homem do patrimônio, relacionada ao afastamento de Rodrigo do IPHAN?

Percebe-se no Suplemento Literário mineiro uma ênfase considerável na relação de Rodrigo com a literatura. Nesse sentido, consta a reprodução do conto “Seu Magalhães suicidou-se”, publicado em “Velórios”. Também é apresentada a reprodução de uma carta de Mário de Andrade a Rodrigo sobre o livro de contos desse último, juntamente com críticas positivas de Manuel Bandeira e Sérgio Buarque de Holanda.³⁴⁴ Mas não é somente a quantidade de críticas positivas ao livro que sugere mudanças. A posição de Rodrigo como escritor moderno parece aludir à escolha de uma parte de seu passado para ser homenageada, quase como uma lembrança à fase que poderia ter sido iniciada (e não o foi devido a uma *escolha*). O patrimônio, desse ponto de vista, seria um grande hiato na vida literária de Rodrigo. Sua aposentadoria, um provável reinício.

Nas últimas páginas do Suplemento Literário figura um depoimento da filha, Clara de Andrade Alvim, sobre o pai. Assinado por Zilah Corrêa de Araújo, o depoimento é construído com base em perguntas e respostas e aberto por um texto que chama a atenção:

É difícil compreender R.M.F.A. aposentado do “DPHAN”, a que deu o melhor da sua vida, tal a sua identificação com o mesmo. Consolador seria, porém, se, com essa aposentadoria, viéssemos a contar com êle de novo na ficção, não só na republicação de “Velórios”, como apresentando-nos novos contos, que certamente os terá e muitos, entre as suas preciosas pesquisas sôbre o nosso colonial, de que Minas, como é natural, tem levado a melhor parte. Diz sua filha ser êle extremado em sua crítica pessoal, mas não poderia ela, como filha, atenuar esta sua severidade, estimulando-o e convencendo-o? Estaria, sem dúvida, contribuindo para vultoso acréscimo de nossas letras, especialmente mineiras. E não é à toa que há muito “tombamos” Rodrigo para nós, patrimônio nosso...³⁴⁵

Reproduzo, a seguir, algumas das perguntas e trechos das respostas da entrevista de Clara Alvim:

³⁴⁴ Ambos os textos, de Bandeira e de Buarque de Holanda, foram publicados na fortuna crítica que acompanha a edição de “Velórios” realizada em 2004 pela Cosac & Naify.

³⁴⁵ ARAÚJO, Zilah Corrêa de. Rodrigo Melo Franco de Andrade no depoimento de sua filha Clara de Andrade Alvim. **Jornal Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 15. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

2) De onde vem, para R.M.F.A., o seu gosto pelo “antigo”?

R. O gosto do meu pai pelo antigo se explica da mesma maneira que seu gosto pelo moderno: parece-me que se fundamentam ambos na sua sensibilidade para a arte e na sua admiração pela inteligência. É possível que já na primeira infância passada em Ouro Preto, cidade da sua família materna, a atmosfera do “antigo” o houvesse impressionado.

[...]

O interesse maior pelo colonial brasileiro se revelou quando, identificado com as aspirações e convicções dos intelectuais modernistas, muitos dos quais seus amigos fraternos, empenhou-se, através de uma intensa atividade jornalística, em despertar o interesse dos brasileiros para os nossos valores esquecidos, em vias de serem destruídos e em que os intelectuais modernistas localizavam importantes raízes de nossa cultura.

[...]

4) Foi o escritor de “Velórios” absorvido pelo Diretor do Patrimônio?

R. Não diria que a personalidade de escritor de ficção, em meu pai, tenha sido absorvida pela do funcionário público. Seu espírito criador continua vivo e, quer-me parecer, conserva ainda a feição característica que marcou a composição dos “Velórios”; é o que revela sua sensibilidade para o aspecto literário do cotidiano e dos episódios passados e presentes que gosta de narrar. Quanto às atividades efetivas no campo da literatura de ficção, estas, sim, foram realmente preteridas pelas do Diretor do Patrimônio.

[...]

5) Acha que depois de aposentado, seu pai virá a escrever um outro “Velórios”?

R. Meu pai é um homem extremamente severo consigo mesmo, como demonstra o fato de haver recolhido a primeira e única edição dos “Velórios”, mais ou menos um mês depois de distribuída às livrarias.

[...]

6) Qual o responsável pelo seu abandono do jornalismo e da advocacia?

R. Certo desgosto com a prática da advocacia e a impossibilidade de manter a família com o que ganhava como jornalista, somados ao seu interesse espontâneo pela história e arte do Brasil, fizeram-no encontrar-se disponível para o convite que lhe fez seu amigo dileto, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para dirigir o SPHAN.

[...]

7) É verdade que, no exercício de Diretor do SPHAN, R. M. F. A. jamais teve uma falta e foi o mais assíduo dos seus funcionários?

R. Algumas vezes êle adoeceu, outras viajou; que não tenha faltado nunca, durante tantos anos de labuta, é, pois, exagêro.

9) Como é seu pai com os amigos? E em casa, com a família?

R. Manuel Bandeira escreveu para êle, no *Mafuá do Malungo*, uma quadra chamando-o “o amigo exemplar”.

Na verdade, é êle amigo de fidelidade rara e feroz. De pequenos, nós, os filhos, nos acostumados a chamar “bumbas” (de bumba – meu boi, tal o estardalhaço) os rompantes que antes nos atemorizavam e a que ainda hoje assistimos, entre assustados e divertidos, motivados pelo menor reparo que se faça a qualquer dos amigos seus. Ao que pude perceber até hoje, seus amigos lhe retribuem a amizade na mesma moeda. O calor que êstes abraçam “os filhos do Rodrigo”, quando nos encontram, deixa transparecer o carinho que sentem pelo amigo e que é intenso bastante para envolver seus descendentes.

[...]

13) Depois de aposentado, em que lugar preferiria morar, Guanabara ou Ouro Preto?

[...] Êle e minha mãe possuem uma casinha na Rua Direita, número 13, que compraram, faz mais de 20 anos, quando estavam de pé apenas as fachadas e as paredes laterais. Depois, o seu amigo Lúcio Costa fêz o projeto para a reconstrução do interior e, pronta, a casinha ficou uma delícia, *quase* o ideal para meu pai descansar, depois de aposentado; é que, mesmo nada tendo a ver oficialmente com o Serviço do Patrimônio, êle não deixará de se preocupar com os problemas do SPHAN, sempre mais graves e prementes numa cidade como Ouro Preto.³⁴⁶

As respostas parecem oscilar entre o esperado e o inusitado. Além da relação com o Movimento Modernista, a entrevistada atribui *o gosto pelo antigo* por parte de seu pai à atmosfera de Ouro Preto experimentada na primeira infância. Menciona, também, um *interesse espontâneo pela História e pela Arte*. Esses seriam recursos comuns à “ilusão biográfica”, tomada no sentido atribuído por Pierre Bourdieu conforme definição explicitada no Capítulo 1. Nesse sentido, haveria a elaboração de uma coerência seletiva na vida narrada, criando-se um todo lógico e coerente que conferiria sentido à trajetória associada de um indivíduo.³⁴⁷ Por outro lado, essa mesma “ilusão” é confrontada, mesmo que sutilmente: seu interesse espontâneo pela história e

³⁴⁶ ARAÚJO, Zilah Corrêa de. Rodrigo Melo Franco de Andrade no depoimento de sua filha Clara de Andrade Alvim. **Jornal Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 15. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

³⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 184.

arte brasileiras teria somado-se a certo “desgosto com a prática da advocacia” e à “impossibilidade de manter a família com o que ganhava como jornalista” para sua nomeação à direção do IPHAN. No mesmo sentido age a negação de Clara Alvim sobre a exagerada afirmação de que o diretor não teria faltado um único dia de trabalho.

A *absorção* de Rodrigo pelas atividades do patrimônio é indicada como parcial: do ponto de vista prático ele parara de escrever, mas seu espírito criador ainda estava presente. É interessante ressaltar que o escritor tem destaque nas perguntas em relação às ocupações de jornalista e advogado. Mas se a intenção de reconduzir Rodrigo à literatura fica aparente, esta é invalidada pela clara percepção de que ele não se afastaria, ao menos em pensamento, da repartição. Ele permaneceria, pois, o anfitrião, o consultor, o perene ocupante do final do corredor do 8º andar do prédio do Ministério. Mais do que isso, sua ida para Ouro Preto durante a aposentadoria já era pressentida pela filha como continuidade em relação ao trabalho na IPHAN.

Com abordagem totalmente diferente, o Suplemento Literário do Jornal do Commercio (Figura 6) foi lançado em 16 de novembro de 1968 também homenageando os 70 anos de Rodrigo Melo Franco de Andrade.



Figura 6. Suplemento Literário. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

Num pequeno quadro à direita, a inscrição: “Êste Suplemento é dedicado a Rodrigo M. F. de Andrade, defensor perpétuo do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional”.³⁴⁸ Rodrigo, o guardião de tesouros da edição, é saudado na capa com um poema de Carlos Drummond de Andrade:

Como o herói lendário Rodrigo
à bravura junta a lealdade,
mas, com ser brando e ser amigo
sua fôrça vem da amizade.

Sabê-lo, quero, pois, comigo,

³⁴⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p.1. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

seja no campo ou na cidade,
no instante de brinco ou perigo,
a êsse puro e exemplar Andrade.³⁴⁹

No Suplemento do *Jornal do Commercio*, Pedro Dantas denominou Rodrigo como defensor perpétuo do patrimônio e também escolheu o elogio à amizade como tema de sua narrativa:

O estilo de vida, o estilo humano de Rodrigo – escolhido por Manuel Bandeira para símbolo da Amizade - não é menos admirável na transposição, para o plano moral, das características do seu espírito. [...] Sua amizade é das melhores recompensas que se podem alcançar na vida. É apoio moral, é esclarecimento, é solidariedade, é conforto, é segurança e também, sendo necessário, é conselho, é análise, é crítica. Um prêmio inestimável. Digamos: o prêmio de viagem ao lendário país da dignidade, da sensibilidade, da finura, da lealdade, da correção da afetividade – país onde é preciso ir aprender com êsse Mestre o sêgrêdo das dedicações inexauríveis.³⁵⁰

Ambos entrelaçam amizade com a personalidade de Rodrigo, enfatizando uma perspectiva pessoal do *exemplo*.

Já Afonso Arinos de Melo Franco³⁵¹ descreve-o com a proximidade dos laços familiares que os uniam. Menciona a amizade, o carinho pelos amigos e dá aporte pessoal ao trato da imagem de Rodrigo:

³⁴⁹ ANDRADE, Carlos Drummond de. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p 1. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁵⁰ DANTAS, Pedro. O prêmio da amizade. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁵¹ Afonso Arinos de Melo Franco (1905 - 1990) nasceu em Belo Horizonte. Era primo de Rodrigo Melo Franco de Andrade e formou-se em Direito em 1927. Escreveu para *O Jornal*, de Francisco de Assis Chateaubriand, e para a *Revista do Brasil*, dirigida por Rodrigo. Em 1935 assumiu a chefia da cadeira de História do Brasil da Universidade do Distrito Federal, recém-fundada por Anísio Teixeira. Em 1938, realizou um curso sobre história econômica e política do Brasil na Universidade de Montevidéu e pronunciou uma série de conferências no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1939, por indicação do conselho da Universidade do Brasil, deu um curso sobre cultura brasileira na Sorbonne, em Paris. Participou do Manifesto dos Mineiros, oposição ao Estado Novo. Esteve em janeiro de 1945 no I Congresso Brasileiro de Escritores, reunido em São Paulo. Foi um dos líderes da União Democrática Nacional (UDN), fazendo oposição ao Governo Vargas até 1954. Apesar de participar da fundação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), posicionou-se criticamente em relação à ditadura. Sua atuação política foi intensa durante toda a vida. Arinos tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Academia Nacional de Educação, da Academia de Ciência Jurídicas e da Academia Nacional de História. Foi duas vezes premiado pela Academia Brasileira de Letras, além de receber o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro; o Juca Pato, concedido pela União Brasileira de Escritores ao “intelectual do ano”; o Prêmio Nacional de Literatura, do Ministério da Educação e Cultura,

Sua total indiferença pelo dinheiro e as honrarias, o despojamento de sua vida, não se confunde com negligência, nem abandono. Sua casa é limpa, seu canto de leitura atraente, seu whisky não falta, seus trajes, sem ostentação nem procura, são apurados. Nunca o vi lambão, de barba por fazer, circulando em pijamas erradias. [...] O sofrimento moral o atinge rapidamente, talvez exageradamente, mas não o desmantela. A morte da mãe e de alguns amigos queridos, os aborrecimentos da vida, êle os enfrenta com sólido pessimismo. Pessimismo talvez mais da razão do que do sentimento, pois o perigo do pessimismo é quando êle se apossa do sentimento sôbre a razão. Rodrigo é um pessimista forte.³⁵²

Essa caracterização afetiva, repleta de carinho familiar, é seguida por outra, de Rachel de Queiroz, que incita à reflexão. Tal círculo de relações é pautado, como fica claro nos documentos consultados e aqui reproduzidos, pela amizade e pela literatura. Como não seguir esse indício? Com o título de “Rei morto, Rei posto”, a escritora traça um paralelo entre Manuel Bandeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade:

na nossa saudade e na nossa falta, fomos acorrendo para o outro, talvez o mais sentido de todos com a perda do Poeta, o mais parecido com êle, - um parecido diferente, é verdade, que só os iniciados sabem reconhecer. E constatamos então que o movimento em redor de Rodrigo já era antigo e que a herança de agora apenas o confirma. [...] Ah, Rodrigo, por favor, não desdenhe a investidura. Agora só nos resta você para querer e admirar, dorlotar, escutar, celebrar. Você é o sucessor natural, é homem da mesma linhagem especial. [...]

Ah, morreu Manuel, rei dos nossos corações. Viva o Rei Rodrigo.³⁵³

Bandeira havia falecido no mês anterior à publicação do Suplemento Literário e Rachel de Queiroz associa os dois amigos em uma sucessão de honrarias. Propõe-se, na edição dos 70 anos de Rodrigo, “a fazer o registro de uma sucessão ou transferência de coroa, vaga por morte de seu ocupante: quem agora assenta no trono dos nossos amôres, que Manuel partindo deixara vazio, é Rodrigo”. À falta de Manuel, a presença de Rodrigo, sujeito a ser coroado no desejo da escritora.

relativo ao conjunto da obra; a medalha Teixeira de Freitas, do IAB; e o Golfinho de Ouro, na área de ciências políticas, concedido pelo governo do estado da Guanabara em 1978. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso: 28 maio 2013.

³⁵² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rodrigo: aspectos do homem. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁵³ QUEIROZ, Rachel de. Rei morto, Rei pôsto. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

Desta edição do *Jornal do Commercio*, é importante citar, também, a publicação de “Trechos do diário de Rodrigo, escrito durante a viagem, feita a cavalo, de Pirapora a Paracatu, em companhia de Afrânio Melo Franco Filho, Jorge Guerra e Mário Santos, há mais de quarenta anos”.³⁵⁴ Talvez essa seja uma das poucas referências à intimidade de Rodrigo anterior a sua construção como homem público, denotando uma preocupação da edição em abranger diferentes períodos da vida do homenageado.

O que considero marcante e diferencial em relação ao jornal mineiro é o esforço do Suplemento Literário do *Jornal do Commercio* de pormenorizar Rodrigo a partir de uma perspectiva menos institucional, mas, nem por isso, menos oficial. Trechos de seu diário, descrições de cunho pessoal e familiar, apelos a seu cotidiano... No *Jornal do Commercio* experimentamos a sensação de proximidade com o personagem em relação a quem fomos habituados como *monumento público*.

Por outro lado, ambos os Suplementos Literários constroem a imagem de Rodrigo a partir de uma trajetória já encerrada. Os 31 anos de direção passam a configurar uma dobradura, para valer-me de uma figura de linguagem. As diferentes dobras possíveis reenviarão ao exemplo no que ele possui de constante. Arestas serão aparadas quando dobradas sobre si mesmas. O trabalho de memória referente a Rodrigo avança. Um trabalho constante e organizado. De acordo com Pollak: “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.³⁵⁵ A este trabalho de organização, de acordo com o mesmo autor, vincula-se também o sentimento de identidade do grupo que o realiza³⁵⁶ e o *trabalho de enquadramento* da memória.³⁵⁷ Esse trabalho implica, conforme alerta Schmidt³⁵⁸, na participação ativa dos personagens sociais, num exercício de intervenção

³⁵⁴ TRECHOS DO DIÁRIO DE RODRIGO, ESCRITO DURANTE A VIAGEM, FEITA A CAVALO, DE PIRAPORA A PARACATU, EM COMPANHIA DE AFRÂNIO MELO FRANCO FILHO, JORGE GUERRA E MÁRIO SANTOS, HÁ MAIS DE QUARENTA ANOS. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p. 3. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁵⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 4-5.

³⁵⁶ Id. Ibid. p. 5.

³⁵⁷ Id. Ibid. p. 7.

³⁵⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. “Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 156.

que constitui e *formaliza* as recordações. Rodrigo, o amigo exemplar de Manuel Bandeira, o funcionário modelo de que nos fala Drummond, o Rei Posto de Rachel de Queiroz, o monumento, construído e reconstruído...

O número 17 da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicado no ano de 1969, foi solene. Logo após o sumário, uma foto de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Vira-se a página. Na apresentação, Renato Duarte de Azevedo Soeiro, então diretor da instituição, inicia um texto discreto que discorre sobre o homenageado. Tratava-se do primeiro número da Revista publicado após a morte do primeiro diretor da instituição. Abrindo a seleção, consta uma palestra proferida por Rodrigo em 1968, na cidade de Ouro Preto, um de seus últimos trabalhos. Das primeiras páginas da *Revista* emerge a fala daquele que havia sido transformado em modelo na (e da) instituição.³⁵⁹ Também em 1969 foi publicada “A lição de Rodrigo”, formulação e sedimentação da imagem do *homem-monumento* que tomaria proporções definidoras ao logo dos anos.

Até o momento, explorei a construção de Rodrigo Melo Franco de Andrade por seus contemporâneos durante sua gestão frente ao IPHAN. Propus articular este construto em torno da imagem do *homem-monumento*, que no caso do personagem em questão, derivou para a figura do *homem-instituição*. Por meio das homenagens prestadas entre 1956 e 1969 ao perene diretor da repartição, tentei identificar narrativas entrecruzadas que borraram, progressivamente, os limites entre o âmbito pessoal e profissional. Dessa maneira, busquei iluminar a formação de um *homem público* que, entre *heroi* e *homem ilustre*, passou a personificar uma instituição por ele personalizada. Essa imagem, mais do que um jogo de palavras, é a construção que sugiro ao leitor como instrumento para perceber *o exemplo* forjado nas páginas laudatórias dedicadas a um Rodrigo monumentalizado em vida. No capítulo seguinte, exploro uma nova configuração, organizada, em um primeiro momento, em torno da morte de Rodrigo e, em seguida, a partir de três documentos-monumentos publicados pela SPHAN/ FNpM na década de 1980.

³⁵⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 17, 1969, p. 1-9.

3

O grande desaparecido

*Et n'est rien de quoi je m'informe
si volontiers que de la mort des hommes.*

(Michel de Montaigne apud Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936)³⁶⁰

Rodrigo Melo Franco de Andrade faleceu em 11 de maio de 1969, na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de complicações cirúrgicas. Foi velado em sua casa, na Rua Nascimento Silva, 190, em Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o *Jornal do Brasil*, “Todo o mundo literário e diplomático da Guanabara” havia comparecido ao velório³⁶¹, seguido do sepultamento no Cemitério São João Batista. A família, discreta e geralmente representada pelo filho, o cineasta Joaquim Pedro de Andrade, teve papel praticamente inexistente nas narrativas dedicadas à morte de

³⁶⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Velórios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 14.

³⁶¹ No *Jornal do Brasil* foi destacada a presença de Pedro Calmon, Oscar Niemeyer, Austregésilo de Ataíde, então presidente da ABL, além do deputado Nelson Carneiro, do governador do Amazonas Artur Reis, do senador Mem de Sá, de Oto Maria Carpeaux, do Ministro Magalhães Pinto e de diversos cineastas amigos de Joaquim Pedro. RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE DESCE À SEPULTURA ACOMPANHADO POR AMIGOS E INTELECTUAIS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012. O *Correio da Manhã* mencionou a presença de Lucio Costa, Milton Campos, dos embaixadores Maurício Nabuco, Afrânio de Melo Franco e Vasco Leitão da Cunha, de Peregrino Júnior, João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade e Antônio Bento, além dos artistas plásticos Alfredo Ceschiatti, Carlos Scliar e Glauco Rodrigues. RODRIGO ANDRADE SEPULTADO NO RIO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

Rodrigo publicadas em diferentes jornais. Seus amigos e colegas, por outro lado, ocuparam o lugar de porta-vozes da perda.

O presente capítulo tem a morte de Rodrigo como marco inicial. Se, nas seções anteriores, a análise da monumentalização do primeiro diretor “do Patrimônio” desenvolveu-se a partir das comemorações em vida a ele dedicadas, nesta agrega-se o traço da perda, do desaparecimento.

Com a frase de Montaigne, transcrita no início do capítulo, Rodrigo inaugurou “Velórios”, seu tão elogiado livro de contos, publicado em 1936. Pedro Dantas, na nota-prefácio escrita para a segunda edição da obra, lançada em 1974 pela editora José Olympio, afirmou que a fixação pelo tema, sugerida pelo título e explicada pela epígrafe, não era suficiente para definir o tema do livro. De acordo com Dantas, em “Velórios”, “o que mais importa não é a morte dos homens, é a sua vida”.³⁶² Valho-me dessa consideração como ponte para delinear a primeira parte do capítulo. Quais aspectos de Rodrigo foram selecionados para figurar nas falas sobre sua vida na hora de sua morte? Quais imagens foram privilegiadas e, principalmente, fortalecidas nesse momento?

Inicialmente, dedico-me às notícias e depoimentos diretamente associados a sua morte. Pesquisei 33 textos que orbitam em torno do ocorrido, publicados por diferentes autores em veículos de comunicação de diversos estados brasileiros. Em seguida, proponho uma análise centrada em “A lição de Rodrigo”, livro publicado no mês de agosto do mesmo ano e composto por 46 textos, em sua maioria depoimentos, dedicados exclusivamente a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Essa obra, idealizada como homenagem ao primeiro diretor em vida, tornou-se celebração póstuma ao “grande morto”.³⁶³ Mais que isso, conformou-se como a primeira referência formalizada sobre Rodrigo, servindo como fonte para trabalhos posteriores. Essa primeira parte, portanto, se refere, aproximadamente, ao ano de 1969.

Na segunda parte do capítulo, proponho avançar cronologicamente até a década de 1980. Durante esse período foram publicados outros dois livros, verdadeiros “documentos-monumentos”, dedicados especificamente a Rodrigo M. F. de Andrade,

³⁶² DANTAS, Pedro. Velórios: A vida dos homens. Nota-prefácio. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de Andrade. **Velórios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 9.

³⁶³ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. VI.

produzidas pelo Núcleo de Editoração da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/ FNpM). O Núcleo, criado na gestão de Aloísio Magalhães,³⁶⁴ foi responsável pela publicação de importante bibliografia para o estudo da constituição do campo do patrimônio no Brasil: “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”,³⁶⁵ publicado em 1980, e “Mário de Andrade: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945)”,³⁶⁶ de 1981, seguidos de “Rodrigo e seus tempos”,³⁶⁷ e de “Rodrigo e o SPHAN”,³⁶⁸ lançados, respectivamente, em 1986 e 1987. Neste ano, foi criado o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade que, em 2015, chegou a sua 28ª edição. Serão abordados, em especial, os dois últimos livros, juntamente com o projeto “Memória Oral SPHAN/ Pró-Memória”. Este, também iniciado durante a década de 1980, promoveu a realização de entrevistas com antigos funcionários da instituição, em sua grande maioria contemporâneos da “fase heroica”. Proponho, portanto, investigar tais iniciativas retrospectivas, buscando compreender de que maneira essas publicações e, em especial, as duas sobre Rodrigo, fundamentam a imagem do diretor a partir de uma perspectiva institucional.

3.1 A presença ausente: repercussões e notas de falecimento

Rodrigo Melo Franco de Andrade foi hospitalizado no dia 10 de maio de 1969 para realizar uma cirurgia no intestino, onde havia sido detectado um adenocarcinoma. Dirigiu-se à clínica “com aparência normal”, razão pela qual alguns amigos não foram

³⁶⁴ Aloísio Magalhães (1927 – 1982) foi diretor da SPHAN/FNpM entre 1979 e 1982. Recifense, formado advogado, destacou-se na área do design. Frequentou aulas de museologia na Escola do Louvre e o ateliê de Stanley Hayter graças a uma bolsa do governo francês entre 1951 e 1953. Em 1956, por meio de uma bolsa do governo norte-americano, estudou artes gráficas e programação visual. Fundou a oficina de artes gráficas “O Gráfico Amador”, juntamente com Gastão de Holanda, José Laurênio de Melo e Orlando Ferreira. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10144/aloisio-magalh%C3%A3es>. Acesso: 1º dez. 2014.

³⁶⁵ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980.

³⁶⁶ Id. **Mário de Andrade: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945)**. Brasília: SPHAN/ FNpM, 1981.

³⁶⁷ Id. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

³⁶⁸ Id. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

avisados de que se submeteria a uma operação.³⁶⁹ No dia seguinte ao procedimento, apresentou problemas de pressão, complicações renais e pulmonares e não resistiu. Segundo seu filho, Joaquim Pedro, apresentava quadro hematológico insatisfatório. Mesmo assim, considerava o acontecimento um tanto súbito pois, segundo ele, “ninguém previa, nem os médicos, que viria a falecer assim”.³⁷⁰ A equipe havia feito todo o possível, sem sucesso.

Dom Marcos Barbosa³⁷¹, incumbido de rezar a missa antes do enterro, assim descreveu o velório de Rodrigo nas páginas do *Jornal do Brasil*:

Lá estava Rodrigo na sua mesa de jantar, segundo os clássicos *Velórios* que êle descreveu com tanta ironia e cuja reedição já não pode mais impedir. Ali estávamos nós todos, divididos entre a morte e a vida, nos defendendo contra o morto. Mas, dessa vez, não por egoísmo. Ou, ao contrário, por um supremo egoísmo. O de querermos guardá-lo vivo – e cotidiano, e presente – na nossa vida comum. Não havia ali coroas com saudades eternas de tantos cruzeiros, mas apenas, sobre velha arca, o crucifixo da casa entre os castiçais da casa, cujas velas os filhos renovavam... E a dor discreta, comedida, polida, da família, quase pedindo desculpa a todos; e que era em alguns a força de uma fé profunda, e em outros, a própria herança de Rodrigo.³⁷²

A cena que envolve o velório reveste-se, na narrativa de Dom Barbosa, de uma *discrição extrema*, creditada ora à fé, ora ao próprio Rodrigo. Carlos Drummond de Andrade, da mesma maneira, manifestou-se sobre o falecimento do amigo no carioca *Folha da Manhã*, sob o emblemático título de “Lição de bem morrer”. Para o poeta, que escreveu a partir das visitas a Rodrigo “nos últimos dias de sua vida”, havia algo de nobre na sua relação com a morte. Face à seriedade e possíveis riscos do tratamento, “Rodrigo preparou-se para a eventualidade da morte com o esmêro de quem faz uma toalete cuidada”, comentou Drummond. Havia exigido dos médicos e familiares que não lhe ocultassem a verdade, ficando ciente dos riscos que o tratamento oferecia. Negava palavras de esperança e evitava comiseração. Falava sobre sua doença “com

³⁶⁹ Oscar Niemeyer, por exemplo, soube do falecimento ao ver o carro funerário em frente ao prédio do amigo, a quem tinha ido visitar. RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE MORRE APÓS OPERADO. *Jornal não identificado*. [s.l.], 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁷⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁷¹ Monge beneditino, cujo nome civil é Lauro de Araújo Barbosa (1915-1997). Foi poeta, tradutor e secretário pessoal de Alceu de Amoroso Lima. Integrou, durante alguns anos, o Conselho Federal de Cultura.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=614&sid=188>>. Acesso: 19 out. 2014.

³⁷² BARBOSA, Dom Marcos. Comunicantes e ruminantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

distanciamento, como se tratasse de terceira pessoa”.³⁷³ Bem morrer, frisou Drummond, foi a “última e estupenda lição de Rodrigo”.³⁷⁴ Ao mesmo tempo em que lamentava a futura perda, Drummond percebia, no amigo, um espírito “terrivelmente lúcido e liberto da miséria existencial”.³⁷⁵ Evocou uma passagem relativa ao relacionamento entre Sócrates e Apolodoro para indicar uma perda pessoal: “como deplorar em público a privação que dele começo a sentir, sem escutar, de longe e de manso, a sua voz a advertir-me: ‘Querido, fique calmo, evite a falta de medida...’”.³⁷⁶ A discrição de Rodrigo com a morte também foi enfatizada por Vinícius de Moraes. Mais de um mês após o falecimento, escreveu longo texto no *Jornal do Brasil*, dirigindo-se ao amigo recentemente desaparecido: “você morrendo sua morte com essa discrição que, melhor que uma prova de refinamento, era uma decorrência normal da sua integridade como homem”.³⁷⁷

As circunstâncias nas quais se dá o falecimento de um indivíduo influenciam, direta ou indiretamente, na memória que se formaliza em torno do mesmo. Bibiana Dias, em trabalho sobre a mitificação *post-mortem* de Getúlio Vargas, apontou para a “inovação” que o suicídio representou no processo de construção do mito do então presidente, diferenciando-se nitidamente dos artifícios empregados quando ainda vivo. Segundo a autora, é possível observar a mutação para o “mito trágico” em função do derramamento de sangue.³⁷⁸ Bernardette Bensaude-Vincent, ao investigar as comemorações em torno do bicentenário da morte do francês Antoine Lavoisier, dedicou-se a pontuar os diferentes momentos que formaram a memória da comunidade científica em relação ao cientista. Lavoisier foi guilhotinado em 1794, no quadro de execuções ocorridas durante a Revolução Francesa. Sua morte, entretanto, nada teve a ver com suas atividades como químico. Lavoisier havia atuado junto à *Ferme Générale*, instituição responsável pela coleta de impostos durante o Antigo Regime. O que

³⁷³ ANDRADE, Carlos Drummond de. Lição de bem morrer, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁷⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁷⁵ Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁷⁶ Segundo Drummond, “Sócrates, prestes a morrer, diante das lágrimas de Apolodoro, advertiu-o: ‘Fique calmo, evite a perda de medida’”. Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁷⁷ MORAES, Vinícius. O amigo exemplar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29-30 jun. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁷⁸ DIAS, Bibiana Soldera. **A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de mitificação post-mortem no jornal Correio do Povo de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 140.

interessa notar é que sua execução, independentemente do quadro político ao qual se relacionou, deu início a um culto póstumo marcado pelo traço do sacrifício associado a sua morte.³⁷⁹ Observando tais estudos, cabe enfatizar a narrativa tecida em torno do falecimento de Rodrigo. Sua morte, tal como sua vida, foi marcada pela discrição extremada, pela medida exata que não permitia, mesmo no fim, a autopromoção. Rodrigo foi cuidadoso, meticuloso nos últimos dias, prudente ao não alertar parte dos amigos sobre a cirurgia. Faleceu no hospital e foi velado em sua residência, sem pompas. Sua morte resultou de uma situação passível de preparação, espaço para a toalete bem cuidada idealizada por Drummond. Sua morte foi, praticamente, um dado a mais na lista de discrições e diplomacias levadas pela vida toda.

Phillipe Ariès chamou atenção para as modificações na relação do homem ocidental com a morte ao longo do tempo. Suas reflexões sobre o que denomina “morte interdita”, característica estrutural da civilização contemporânea, auxiliam na leitura da discrição e do silêncio que rondaram tanto os derradeiros dias de Rodrigo, ciente da doença que o acometia, como os ritos fúnebres a ele dedicados. Essa conduta parece ultrapassar a discrição habitualmente creditada ao recém-desaparecido. Segundo Ariès, a sociedade ocidental contemporânea tende a tratar a morte como algo dissimulado e escamoteado. O doente, nessa perspectiva, é privado de seus direitos e passa a ser tutelado pelos parentes próximos e, principalmente, pelos médicos. De modo a evitar uma morte ruidosa e embaraçosa, oculta-se do doente seu real estado. Mas, adverte o autor, “no fundo o que importa é menos o fato que o doente saiba ou não, e sim o de que, caso ele saiba, tenha a elegância e a coragem de ser discreto”.³⁸⁰ Rodrigo, avisado, comentava seu quadro clínico, portando-se impecavelmente dentro da lógica da discrição. Essa conduta também é exigida dos parentes durante o luto. De acordo com o autor, a sociedade requer dos familiares um autocontrole que corresponde à decência ou à dignidade igualmente imposta ao moribundo.³⁸¹ Como frisou Dom Marcos Barbosa, a dor da família era discreta, comedida, polida, quase mediada por um pedido de desculpas.

³⁷⁹ BENSUAUDE-VINCENT, Bernardette. Lavoisier par documents et monuments: réflexions sur deux cents ans de commémorations. In: ABIR-AM, Pnina G. **La mise en mémoire de la science:** pour une ethnographie des rites commémoratifs. Amsterdam: Éditions des Archives Contemporaines, 1998, p. 267-268.

³⁸⁰ ARIÈS, Phillipe. **História da morte no ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 225.

³⁸¹ Id. Ibid. p. 241.

Além da discricção em vida (e, também na morte), outro ponto destacado nas fontes é o *sacrifício* e a *devoção* que marcaram a conduta do diretor ao longo de sua tarefa. Sua morte não se revestiu do traço sacrificial, mas sua vida, sem dúvida, sim. Para Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo constituía lição necessária aos “moços de hoje e os de amanhã”, destinatários de um legado deixado por aquele que havia desempenhado suas funções “agarrado à sua mesa de trabalho como um santo à sua forma de sacrifício e autodestruição”.³⁸² Para Gilberto Freyre, Rodrigo “dedicou a maior parte de sua vida à defesa quase religiosa do patrimônio histórico e artístico do seu e nosso país”.³⁸³ Devoção que, aliás, foi mencionada por Drummond sob a forma de sinomização³⁸⁴, um recurso também utilizado por Mário de Andrade.³⁸⁵

O sacrifício de Rodrigo teria sido silencioso e contínuo, ligando-se, imediatamente, à noção de *renúncia*. Em *O Estado de S. Paulo*, as renúncias, “não sem expressão”³⁸⁶, são diretamente associadas com o caso de amor que Carlos Drummond de Andrade havia fabulado para a comemoração dos 30 anos do IPHAN³⁸⁷, contingências inerentes a todo tipo de amor. As palavras são fortes e, em sequência, conferem a Rodrigo ação certa nas opções: “abandonou” a advocacia, “deixou” o jornalismo e “renunciou” à literatura.³⁸⁸ Na seção “Gazetilha” do *Jornal do Commercio*, o tempo verbal condicional dá o tom às escolhas: muitos “poderia” antecedem a narração de sua devoção e paixão pelo IPHAN. Rodrigo poderia ter sido escritor, diplomata, jornalista, crítico literário ou Ministro do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Preferiu, entretanto, o patrimônio histórico e artístico nacional.³⁸⁹ Trata-se de um reforço posterior que destoa, por exemplo, do “desgosto com a prática da advocacia” e da impossibilidade de “manter a família com o que ganhava como

³⁸² ANDRADE, Carlos Drummond de. Lição de bem morrer, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁸³ FREYRE, Gilberto. Rodrigo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁸⁴ “Sua devoção à tarefa identificou-o de tal modo com ela, que Rodrigo passou a ser sinônimo de DPHAN.” ANDRADE, Carlos Drummond de. Op. Cit. [s.p.].

³⁸⁵ De acordo com notícia publicada em 13 de maio, Mário de Andrade não saberia distinguir a instituição criada para proteger o patrimônio cultural brasileira da “pessoa a quem coube a indicação de organizá-lo e dirigi-lo”. RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE MORRE APÓS OPERADO. **Jornal não identificado**. [s.l.], 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁸⁶ MORRE NO RIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. **O Estado de S. Paulo**, 13 maio 1969, p. 10. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁸⁷ Refiro-me ao poema “Velho Amor”, já mencionado anteriormente.

³⁸⁸ Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁸⁹ RODRIGO M. F. DE ANDRADE. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

jornalista”³⁹⁰, mencionados por Clara Alvim em entrevista, ou, mesmo, da depressão “por incoercível enfaro aos ‘provarás’”³⁹¹ advinda de sua atividade como advogado, lembrada por Pedro Dantas.

Vinícius de Moraes mencionou a renúncia de Rodrigo à atividade de escritor. Mais que isso, a sua juventude. O “grande e puro leão de chácara do nosso humilde patrimônio histórico e artístico”, responsável por evitar, juntamente com sua equipe, que a obra de Aleijadinho estivesse “coberta de palavrões de mictório”³⁹², havia privilegiado a “missão” em detrimento de si:

Você, em benefício dessa missão, não só abdicou de uma vocação de escritor, para a qual era dotado dos instrumentos mais aptos, como se deixou envelhecer antes do tempo, vitimado por uma sobrecarga de aborrecimentos inúteis, quais os que lhe eram diariamente despejados em cima pelo natural mau gosto arquitetônico da classe média em ascensão, desservida pela desonestidade profissional de arquitetos de araque ou pela politicagem de alguns prefeitos do interior mais interessados em votos do que em ex-votos.³⁹³

O *talento para a ficção*, evocado por meio da menção ao livro “Velórios”, figurava, para Danton Jobim, numa relação de culpa e protagonismo: “Parece, entretanto, que se apercebeu de haver cometido um pecado, nessa diversão que o afastava de sua grande missão”.³⁹⁴ Quase inevitável lembrar o conto “O Príncipe dos Prosadores”, incluído no livro de Rodrigo, no qual o defunto mencionado na narrativa havia desviado da literatura em função de suas atividades profissionais.³⁹⁵

O fato de Rodrigo ter escrito um livro de contos cujo tema central relacionava-se com a morte não passou incólume a associações. No *Estado de S. Paulo*, “Velórios” e “Velho Amor” uniam-se para expressar, a partir da literatura, a separação física que então acontecia entre homem e instituição: “Nos contos de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o tema da morte funciona como princípio unificador. Para o País, para o

³⁹⁰ ARAÚJO, Zilah Corrêa de. Rodrigo Melo Franco de Andrade no depoimento de sua filha Clara de Andrade Alvim. **Jornal Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 15. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

³⁹¹ DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 89-90.

³⁹² MORAES, Vinícius. O amigo exemplar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, [29-30] jun. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁹³ Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁹⁴ JOBIM, Danton. Direitos da Inteligência. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁹⁵ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. O príncipe dos prosadores. **Velórios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 89-92.

Patrimônio Histórico, a morte dele significou o contrário, o rompimento de uma união que durava há 36 anos”.³⁹⁶ O poema “Velho amor”, de Drummond, foi evocado para exemplificar a relação de Rodrigo com o IPHAN: “eram, então, 30 anos dedicados á [sic] instituição. Foram, ao todo, 36. ‘Velho amor’ que teve início com a própria fundação da entidade e amor de fato que surgiu com o nascimento do objeto do amor, para terminar com a morte de quem amou”.³⁹⁷ O “casal Rodrigo – IPHAN” legava ao país um viúvo: “o Patrimônio”. Esta matéria também possui interessantes intertítulos, organizando o texto da retranscrição jornalística³⁹⁸, “Um verdadeiro amigo” a partir da tríade “O Objeto”, “O Sujeito” e “O Complemento”, dedicados, respectivamente, a fornecer informações sobre o IPHAN, sobre a biografia do diretor e sobre sua personalidade e feitos. Esse último trecho é aberto pela quadrinha “Amigo exemplar”, de Manuel Bandeira, e acrescido da menção a sua “discreta participação” no Modernismo.³⁹⁹ Rodrigo teria colocado em prática a relação entre tempos, atuando verdadeiramente como um *homem moderno*, herdeiro competente e engajado do movimento dos anos 1920.

O abandono da atividade de escritor também foi citado e justificado por Josué Montello.⁴⁰⁰ Segundo ele, a função pública havia proporcionado a Rodrigo a plena realização, apesar do silêncio de sua atividade como escritor: “O que êle tinha de combativo, como imposição natural de sua inteligência vigilante, e o que ele possuía de sensível, como decorrência de sua cultura, e de sua inclinação artística, conciliavam-se no exercício do cargo burocrático”, contando com a assistência de “companheiros

³⁹⁶ MORRE NO RIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. **O Estado de S. Paulo**, 13 maio 1969, p. 10. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

³⁹⁷ Id. Ibid. Loc. Cit.

³⁹⁸ Espécie de subtítulo em matérias jornalísticas. Nesse caso, corresponde a um texto menor, inserido na matéria.

³⁹⁹ Id. Ibid. Loc. Cit. Para Mário Barata, Rodrigo sempre foi um “protótipo do ser moderno, um representante da cultura moderna se esforçando pela generalização do modernismo, a bem do Brasil”. Segundo o museólogo, a atuação de Rodrigo M. F. de Andrade permitiria ao “historiador do futuro” localizá-lo na história das estruturas culturais do país por sua ação de unificar “a compreensão do passado à renovação do presente”. BARATA, Mário. Rodrigo M. F. de Andrade: ser exemplar. **Jornal do Commercio**, 25 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴⁰⁰ Josué Montello (1917-2006), maranhense, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1936. Foi autor de livros de história, educação, romances, ensaios, novelas, peças teatrais, crônicas e livros para o público infante-juvenil, sendo eleito, em 1954, para a Cadeira nº 29 da Academia Brasileira de Letras. Escreveu artigos, crítica teatral e matérias variadas para diversos jornais, a exemplo do *Diário de Notícias* e *Jornal do Commercio*, tendo sido colaborador permanente do *Jornal do Brasil*. Foi, também, diretor da Biblioteca Nacional, do Museu Histórico Nacional, do Museu da República e do Serviço Nacional de Teatro. Exerceu o cargo de subchefe da Casa Civil da Presidência da República, em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek. GASPARG, Lúcia. Josué Montello. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso: 3 out. 2015.

perfeitos” como Drummond, Lucio Costa e Renato Soeiro.⁴⁰¹ O equilíbrio entre ação e intelecto parece ser a essência perfeita do homem público personificado por Rodrigo M. F. de Andrade.

A persistência na missão também esteve presente nas notícias. A manutenção da ligação de Rodrigo com o IPHAN, mesmo depois de sua aposentadoria, foi mencionada mais de uma vez. Renato Soeiro, seu substituto na direção da instituição, afirmou que “o Patrimônio havia sido a casa de Rodrigo até 1967, quando se aposentou”. Mesmo assim, “ele não abandonou o Patrimônio. Talvez nunca pudesse fazê-lo”.⁴⁰² A luta em defesa do patrimônio também era levada para casa, dela participando sua esposa, filhos e amigos mais próximos⁴⁰³, segundo palavras de Vinícius de Moraes. Na notícia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a frequência de Rodrigo à repartição também foi salientada: “mesmo aposentado, ia à repartição diariamente, orientar e ajudar os funcionários”.⁴⁰⁴ De certa forma, manteve uma relação estreita com sucessores (diretos ou indiretos) “cujo maior orgulho é, tenho a certeza, se considerarem seus seguidores e seus discípulos”⁴⁰⁵, afirmou Rachel de Queiroz. A persistência de Rodrigo se sobressaía, apesar de seu afastamento da instituição: “Mesmo depois de aposentado, não soube ficar afastado da entidade e de suas atividades. Só a morte o venceu”.⁴⁰⁶ Para o *Jornal do Commercio*, sua presença no “setor” da cultura deu-se por meio de sua participação no Conselho Federal de Cultura⁴⁰⁷ e por sua frequência ao MEC, que “não

⁴⁰¹ MONTELLO, Josué. O outro Rodrigo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴⁰² RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE MORRE APÓS OPERADO. **Jornal não identificado**. [s.l.], 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴⁰³ MORAES, Vinícius. O amigo exemplar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, [29-30] jun. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴⁰⁴ MORRE NO RIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. **O Estado de S. Paulo**, 13 maio 1969, p. 10. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴⁰⁵ QUEIROZ, Rachel. Rodrigo. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1º jun. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴⁰⁶ MORRE NO RIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. *Op. Cit.*, p. 10.

⁴⁰⁷ O Conselho Federal de Cultura foi instituído pelo presidente Humberto Castello Branco, em 1966, com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Cultura e coordenar as atividades culturais do MEC. Foi organizado por Josué Montello e contou com quatro Câmaras: Ciências Humanas, Letras, Artes e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. De acordo com a pesquisa de Tatyana Maia, o CFC privilegiou as ações em defesa do patrimônio cultural, incorporando e ampliando o modelo de preservação levado a cabo pelo IPHAN até então. Os intelectuais que ocuparam os postos de conselheiros, ressalta Maia, integravam a elite intelectual brasileira e tinham larga presença no cenário cultural e político do país desde muito. MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012, p. 39-44. Rodrigo M. F. de Andrade teve participação desde a formação da comissão inicial, mantendo-se no CFC após sua aposentadoria. A Comissão, presidida por Montello, foi composta por Adonias Filho, Augusto Meyer, Rodrigo M. F. de Andrade e Américo Jacobina Lacombe. MAIA, Tatyana de Amaral. **A**

dispensava seus constantes pareceres e conselhos”.⁴⁰⁸ Rodrigo permaneceu na direção do IPHAN, ininterruptamente. Assumiu o cargo um ano antes do golpe do Estado Novo e aposentou-se durante a ditadura civil-militar. Permaneceu “tranquilo, incólume e respeitado no seu pôsto”⁴⁰⁹, valendo-me das palavras de Danton Jobim. No governo de Jânio Quadros, inclusive, protagonizou um episódio polêmico que se tornou exemplo de sua “credibilidade inabalável”. Esse fato, mencionado na matéria do *Estado de S. Paulo*⁴¹⁰, diz respeito a uma discordância entre Rodrigo e o então presidente. Na situação, Rodrigo pediu exoneração e Jânio voltou atrás na decisão.⁴¹¹

O “ser mineiro” foi enfatizado em dois textos de Tristão de Athayde referentes ao falecimento de Rodrigo. Este foi qualificado como “um típico filho de Minas”, num texto repleto de adjetivos e figuras de linguagem que situava o recém-falecido entre o povo e a aristocracia:

êsse filho da gleba mineira, tão povo, tão fruto do seu *meio físico*, era também homem do tempo, da tradição, da estirpe, e portanto um aristocrata, no mais alto sentido da expressão, isto é, o oposto do *aristocrateiro*. Com o seu amor pelo passado foi o oposto do passadismo.⁴¹² [grifos no original]

De acordo com Helena Bomeny, a versão de Alceu Amoroso Lima foi determinante na configuração de uma definição para “mineiridade”. Segundo a autora, a categoria, ainda que pouco precisa, foi sintetizada em “Voz de Minas”, inventário ordenado e sistemático das características atribuídas aos mineiros: “a Minas Gerais de

construção do “senado da cultura nacional” em tempos autoritários (1967-1975). Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ FBN/ MinC, 2011, p. 28. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Tatyana_Maia.pdf>. Acesso: 27 nov. 2014.

⁴⁰⁸ RODRIGO M. F. DE ANDRADE. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴⁰⁹ JOBIM, Danton. *Direitos da Inteligência. Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴¹⁰ MORRE NO RIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 maio 1969, p. 10. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴¹¹ No episódio, Jânio Quadros tentou cancelar o tombamento da Santa Casa de Misericórdia de Campos/SP, efetuado em 1956. Além disso, o então presidente havia decidido, também, cancelar a interdição de uma construção no entorno do convento de Santo Antônio, em João Pessoa/PB. Como resposta à argumentação de Rodrigo, Jânio teria emitido um “cumpra-se a minha ordem”. O diretor escreveu ao Ministro sugerindo sua exoneração. O fato teve repercussão, sendo noticiado nos jornais *Diário de São Paulo*, *O Globo*, o *Estado de S. Paulo* e no *Diário Carioca*, onde um recado diretamente dirigido ao presidente terminava da seguinte maneira: “Assim, Excelência, Vossa Excelência poderia tratar os seus ministros de Estado, coitados. Nunca, porém, homens como Rodrigo Melo Franco de Andrade. Porque não é com pontapés que se trata a Inteligência”. BILHETINHOS A JÂNIO. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1961, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

⁴¹² ATHAYDE, Tristão de. Êste outro que se vai. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

Alceu passa a ser a Suíça brasileira. Na paisagem, na constituição corográfica, na vida econômica, e ainda na sua psicologia, na cultura e na missão social”.⁴¹³ Tal como Genebra, Minas possuiu papel de compensação, equilíbrio e moderação. O mineiro, conforme o modelo de Amoroso Lima, é discreto, econômico e moderado; teme o exagero e a exuberância; relaciona-se com o tempo equilibrando eterno e moderno. Essa opção pelo eterno, frisa Bomeny, não implica apego ao passado: “A mentalidade moderna é por natureza temporal, e o que vai distinguir o mineiro é a vocação de eternidade, no que se refere à intemporalidade, à permanência”.⁴¹⁴ Importa ao mineiro a manutenção da tradição por meio do filão clássico que, nas palavras da autora, tem função “controladora dos excessos, aparadora dos impulsos, ordenadora do caos com que o moderno vem associado”.⁴¹⁵ Rodrigo, nesse particular, tem sua procedência geográfica delimitada e afirmada pela *mineiridade* de Alceu Amoroso Lima, conjugando sua filiação típica de Minas às habilidades no trato social e especificidades na mediação entre o tradicional e o moderno na sua missão preservacionista.

No dia seguinte, em outro texto, a dualidade entre povo e aristocracia reapareceu: Rodrigo era povo por sua “psicologia sem ambiguidades”, “seu desprendimento pecuniário” e sua “firmeza de caráter” e, ao mesmo tempo, era “patricial como todos os Melo Franco pela sua tradição de família e sua refinada cultura”. Sua dedicação era a uma obra a ser “feita”, não a ser escrita. Assim, “o escritor foi sendo sacrificado ao homem de ação e de administração”.⁴¹⁶ Tristão via semelhança entre Osvaldo Cruz e Rodrigo, tendo esse último livrado o país da febre depredatória, “que destruiu nossos monumentos e sepultava nossa tradição estética”.⁴¹⁷ Gilberto Freyre também mencionou certa dualidade, ao afirmar que Rodrigo era um homem de estudo e ação.⁴¹⁸ Era, afinal, um homem de ideias engajado em uma causa. Para o autor, o diretor possuía uma visão de conjunto fundamental a uma instituição como o IPHAN, habilidade sem a qual a direção implicaria em “um serviço manco”.⁴¹⁹ Sua atuação

⁴¹³ BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: Modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994, p. 18.

⁴¹⁴ Alceu Amoroso Lima apud BOMENY, Helena. Id. Ibid. p. 19.

⁴¹⁵ Id. Ibid. p. 18.

⁴¹⁶ ATHAYDE, Tristão de. Êste outro Osvaldo Cruz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴¹⁷ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁴¹⁸ FREYRE, Gilberto. Rodrigo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴¹⁹ Id. Ibid. Loc. Cit.

como “técnico em idéias gerais” associava-se a uma produtiva relação entre local e global:

Do seu brasileirismo se pode afirmar que foi inteligentemente inter-regional sem deixar nunca de ser pan-brasileiro. Sem deixar nunca, o seu gosto pela defesa dos barrocos brasileiros, de levá-lo à admiração por outros barrocos. Por outras artes de igreja. Por outras artes. Por outras expressões além de artísticas, humanísticas de cultura.⁴²⁰

A simplicidade trazida do interior de Minas também foi evocada por Tristão de Athayde. Num tom de proximidade, narrou prováveis anedotas do jovem Rodrigo: ao ver o mar pela primeira vez, o então adolescente teria exclamado: “Êta capinzal bonito”. O mesmo personagem, quando levado a um café parisiense pela tia, teria quase derrubado a mesa com “gestos ainda descontrolados de menino!” Concluiu: “Nunca se deu bem com tudo que era falso, artificial, inautêntico”.⁴²¹ Retomou, uma vez mais, a lembrança da viagem a Ouro Preto, realizada em 1916, prenúncio da atividade que levaria Rodrigo “a tudo sacrificar na vida – postos, advocacia, empregos, ordenados altos e até mesmo a sua inequívoca vocação de escritor, para se entregar de corpo e alma ao corpo e à alma das tradições brasileiras”.⁴²² Sacrifício e predestinação de um autêntico mineiro, eis a configuração enfática cunhada por Alceu Amoroso Lima.

Para além do título da retranscrição jornalística de *O Estado de S. Paulo*, a amizade foi lembrada e teorizada pelos “herdeiros” da quadrinha de Manuel Bandeira. A perda do “amigo exemplar” não foi lamentada apenas por Drummond. De acordo com Gilberto Freyre, “A virtude de saber ser amigo foi talvez a maior, a mais bela, a mais cristã, ao mesmo tempo a menos brasileira” das virtudes de Rodrigo.⁴²³ Assim teorizou Freyre:

Não somos, os brasileiros, notáveis pela capacidade de ser amigos. Somos quase sempre bons pais bons filhos, bons esposos, bons irmãos, bons tios, bons sobrinhos, bons avôs, bons netos. Somos fáceis e exuberantes nas camaradagens de rua, de café, de praia. Mas raramente somos sólidos, profundos, duradouros nas amizades.⁴²⁴

⁴²⁰ FREYRE, Gilberto. Rodrigo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴²¹ ATHAYDE, Tristão de. Êste outro Osvaldo Cruz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴²² Id. Ibid. Loc. Cit.

⁴²³ FREYRE, Gilberto. Op. Cit. [s.p.].

⁴²⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

A arte da amizade, antipública, nas palavras de Gilberto Freyre, era uma habilidade de um dos mais completos homens públicos do Brasil⁴²⁵, uma capacidade reconhecida e louvada no amigo diretor. Sua revestiu-se dos caracteres pessoais daquele que, sempre de portas abertas, constituiu uma repartição pública com viés personalizado.

Um relato de saudade, com trechos bastante pessoais, caracterizou o texto de Vinícius de Moraes. O poeta descreve os encontros realizados “toda quarta-feira” na casa de Rodrigo, juntamente com Manuel Bandeira, Pedro Nava, às vezes acompanhados de Afonso Arinos e Prudente de Moraes:

A conversa era inteligente, bem escandida, não isenta de humor negro, no qual, como bom mineiro, você não deixava de se comprazer. Nem faltava, tampouco, lirismo – um tanto macabro, é certo – não fôssemos nós, como diria seu também amigo Oto Lara Resende, inquilinos vitalícios da morte, sempre carregando o eterno Defunto (de Pedro Nava) em nosso cotidiano mais fisiológico. Você ria sua risada levemente dispnéica, passando a mão felpuda rosto abaixo e balançando a cabeça de cabelos ralos mas impecavelmente penteados, a cada novo sutil achado de Nava ou de Prudente...⁴²⁶

O texto de Vinícius, cujo título é “O amigo exemplar” trouxe à tona, no momento da perda, a rede de amizade que unia frequentadores e colaboradores do IPHAN chefiado por Rodrigo. A rememoração dos encontros, entretanto, já é mencionada sem um marco temporal específico, alçando-os à memória rediviva.

Ao final do texto, Vinícius de Moraes reafirmou a imagem do amigo exemplar de Manuel Bandeira:

Mas sei que vou chorar, e só então você se incorporará definitivamente ao bôca-livre permanente que mantenho em casa para os meus mortos. Onde você chegará, querido retardatário, me pedindo perdão pelo atraso – quando eu é que lhe devia pedir perdão de ainda não ter podido chorar -; e ficará contente de ver tantos amigos comuns que se anteciparam a você: Zé Cláudio, Zé Lins, Gastão Cruis, Mário de Andrade, Jaime Ovale, Graciliano, Portinari, Anibal... tôda essa linda **curriola**. E sobretudo – penúltimo a chegar e primeira em precedência em nosso coração – seu muito amado Manula, meu paizinho Manuel Bandeira, que um dia se perguntou como melhor precisar esta palavra amizade. E sem hesitação respondeu: nomeando

⁴²⁵ FREYRE, Gilberto. Rodrigo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴²⁶ MORAES, Vinícius. O amigo exemplar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29-30 jun. 1969, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

o amigo exemplar – Rodrigo M. F. de Andrade. Falou e disse.⁴²⁷ [grifo no original]

O carioca *Jornal do Commercio* prestou homenagem a Rodrigo em seu Suplemento Dominical. O título em destaque “...êsse puro e exemplar Andrade”, corresponde à última frase do poema “Companhia”, assinado por Drummond e que já havia sido publicado no Suplemento Literário do *Jornal do Commercio* dedicado aos 70 anos de Rodrigo, conforme apresentado em capítulo anterior. Além deste, constam na capa do suplemento o “Soneto de Rodrigo”, de Odylo Costa⁴²⁸, e a quadrinha “Amizade”, de Manuel Bandeira, ambos citados anteriormente, juntamente com declaração de Pedro Dantas, intitulada “Rodrigo, presença ausente”:

Rodrigo - é a amizade de tôda a vida que se foi. Sua ausência nos deixa perdidos no vazio. Falta o ponto de apoio, falta o ponto de referência, falta o essencial à análise e à crítica de nossas experiências. Idéias, devaneios, condutas, não encontram a quem se reportar, e isso nos descontrola. Entra em colapso todo o sistema sôbre o qual se equilibrava, mais ou menos, a vida. Êsse equilíbriô, para quem o pedia habitualmente a Rodrigo, só a sua presença podia proporcionar.⁴²⁹

Juntamente com a declaração de Prudente de Moraes Neto, foram citados trechos do livro “A lição de Rodrigo” – então ainda inédito - escritos por Renato Soeiro, Sergio Buarque de Holanda, Oscar Niemeyer, Rachel de Queiroz, Joaquim Cardozo, Alceu de Amoroso Lima, Antonio Candido, Djanira e Pedro Nava. Um retrato a bico de pena creditado a Luis Jardim e uma declaração de Gilberto Amado completaram a organização. Este último, inclusive, aproxima Rodrigo de uma santidade: “Nenhum de nós, por maior que seja, se eleva até a Pureza Unica em que respira o mais humano dos santos – Rodrigo Mello Franco de Andrade”.⁴³⁰ De acordo com Mário Barata, “Rodrigo sabia, praticamente sem possibilidade de êrro, onde se achava o certo em matéria de comportamento. Sua grandeza, nesse particular, atingia as raias do sobrehumano”.⁴³¹

Valendo-me das notícias em torno de seu falecimento, busquei destacar características e descrições que foram empregadas para formar (e informar) a imagem do *homem-instituição*: *discrição, sacrifício, renúncia, persistência, mineiridade* e

⁴²⁷ MORAES, Vinícius. O amigo exemplar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1969, p.2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴²⁸ Apresentado, no Capítulo 3, sob o título “Soneto de Rodrigo M. F. de Andrade”.

⁴²⁹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 25 maio 1969, [s.p]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

⁴³⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁴³¹ BARATA, Mário. Rodrigo M. F. de Andrade: ser exemplar. **Jornal do Commercio**, 25 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

amizade são traços recorrentes nos discursos dedicados ao recém-ausente. Seu desaparecimento, nesse particular, tornou-se um marco cronológico fundamental no processo de monumentalização. Além de sua permanência na memória de amigos e colaboradores, uma iniciativa oficializou, especialmente, um repertório de narrativas. Em artigo dedicado a discutir os rituais de comemoração dos aniversários de morte de Euclides da Cunha e Clarice Lispector, Regina Abreu afirma que alguns exemplos de histórias de vida são repetidos diversas vezes com o intuito de reinterar determinada visão a respeito do/a falecido/a.⁴³² No caso de Rodrigo, é possível identificar o uso recorrente da narrativa da viagem a Ouro Preto, realizada por Alceu Amoroso Lima, somada à quadrinha de Manuel Bandeira e ao poema “Velho Amor”, de Drummond. Conforme Abreu, “o ritual celebrativo (...) é também um ritual narrativo com uma comunidade de narradores e uma comunidade de ouvintes que interage e escuta as mesmas histórias todas os anos”.⁴³³ Além da *exemplaridade*, a recorrência à ideia de *lição* já encontrava espaço antes mesmo do falecimento de Rodrigo. Três meses depois ela foi formalizada por meio da primeira publicação dedicada ao diretor do IPHAN, lançada pouco depois de sua morte. É para ela que conduzo o leitor a partir de agora, lembrando a advertência de Regina Abreu: “a ‘história de vida’ de um morto comparativamente com a de um vivo aparece como um produto mais bem acabado e talvez por isso mais valorizado”.⁴³⁴ Mais valorizado *ainda*, como poderemos ver.

3.2 A lição de Rodrigo

O livro “A lição de Rodrigo” foi publicado em agosto de 1969, em Pernambuco. É composto por 177 páginas preenchidas por 46 textos - na grande maioria depoimentos sobre Rodrigo M. F. de Andrade. Foi idealizado como uma homenagem a ser prestada ao primeiro diretor da instituição pelos “Amigos da DPHAN”, ligados ao 1º Distrito, com sede em Recife. De acordo com o texto de abertura, a publicação reuniu depoimentos da “mais alta inteligência brasileira”, reveladores da vida de “um homem simples, inteligente, culto e bom”, credor das louvações prestadas.⁴³⁵ O livro buscava

⁴³² ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 218.

⁴³³ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁴³⁴ Id. Ibid. p. 209.

⁴³⁵ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. I.

revestir-se de “dimensão nacional”, tendo em vista “pronunciamentos de valores intelectuais de várias regiões do país, analisando e louvando a obra desse ilustre mineiro”.⁴³⁶ Após a conclusão volume, os organizadores tinham como objetivo levar Rodrigo a Recife para, numa solenidade, entregar-lhe o livro “escrito e composto com admiração e carinho”.⁴³⁷

Após a apresentação geral da obra, entretanto, o leitor é surpreendido pelo *In-memoriam* que precede a nota biográfica. Durante a elaboração da obra, Rodrigo Melo Franco de Andrade faleceu e a publicação-homenagem acabou sendo finalizada pelo elogio fúnebre proferido em sua missa de sétimo dia, celebrada na Igreja Matriz de Santo Antônio, em Recife. A explicação sobre o acontecido foi colocada em itálico, diferenciando-a, inserindo-a na homenagem de forma quase estrangeira:

Infelizmente, Rodrigo Mello Franco de Andrade é, hoje, o grande desaparecido; não lhe chegaram aos ouvidos as palavras aqui contidas, de respeito, de amizade, de justa interpretação da sua personalidade marcante, no campo da história e da arte; de fixação da sua silenciosa, esgotante e corajosa tarefa, qual a de preservar o patrimônio cultural do país, numa de suas mais difíceis modalidades.⁴³⁸

O documentário, como também é chamado o livro na nota de esclarecimento, visava a fixar “os vários e múltiplos ângulos da personalidade de Rodrigo Mello Franco de Andrade”.⁴³⁹ Tal volume, que seria “um alegre e belo coroamento, embora modesto”, tornou-se um “saudoso *in-Memoriam*, mas sempre o registro do que foi a sua obra e a sua vida nos depoimentos dos vultos mais lúcidos da cultura brasileira”.⁴⁴⁰ O livro, antes homenagem “presencial”, passou então a se dedicar ao *grande morto*:

o seu desaparecimento ainda mais justifica o título deste livro, fixado bem antes de sua morte. Aqui fica, é verdade, registrada u’a [sic] homenagem a Rodrigo Mello Franco de Andrade; aqui fica, porém, ainda mais, o exemplo de sua vida. Defendendo os nossos monumentos históricos e artísticos êle edificou, êle próprio, o mais belo monumento, que é a sua vida, aberta à respeitosa admiração dos brasileiros.⁴⁴¹

⁴³⁶ DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. I.

⁴³⁷ Id. Ibid. p. V.

⁴³⁸ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁴³⁹ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁴⁴⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁴⁴¹ Id. Ibid. p. VI.

O projeto gráfico da publicação foi desenvolvido por Gastão de Holanda, ex-integrante de “O Gráfico Amador”, grupo pernambucano extinto em 1961, e contou com ilustrações de Cecília Jucá. “O Gráfico Amador” já havia realizado dois trabalhos para os “Amigos da DPHAN” em 1959: o primeiro e o terceiro números de “Cadernos de Arte do Nordeste”, dedicados, respectivamente, à “Capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira” e aos “Azulejos holandeses no Convento de Santo Antônio do Recife”. Ayrton de Carvalho, no texto de abertura do primeiro número da publicação, saudava o “entusiasmo do mais novo dos ‘Amigos’ - Gastão de Holanda – um dos dirigentes de O GRÁFICO AMADOR”.⁴⁴²

Holanda e Jucá realizaram diversos projetos juntos, sendo sócios no escritório de design gráfico Minigraf. Na década de 1970, trabalharam com José Mindlin em concepções ousadas, consideradas experimentais tanto na diagramação como na tipografia. É possível perceber que os recursos utilizados em “A lição de Rodrigo” possuem semelhanças interessantes com os projetos subsequentes de Gastão e Cecília. Exemplo disso é “Lito’70”, uma edição de arte, e “1ª Paca”, livro de poemas de uma série intitulada “As três pacas – Três Pragas Nordestinas: Cheia, Seca, e RHAAHR”. Ambos foram publicados em Recife, em 1970.⁴⁴³ Como é possível perceber abaixo, a capa do projeto gráfico de “A lição de Rodrigo” assemelha-se ao de “1ª Paca”:

⁴⁴² LIMA, Guilherme Cunha. **O Gráfico Amador**: as origens da moderna tipografia brasileira. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2014, p. 137.

⁴⁴³ KIKUCHI, Tereza. **José Mindlin, editor**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 29.

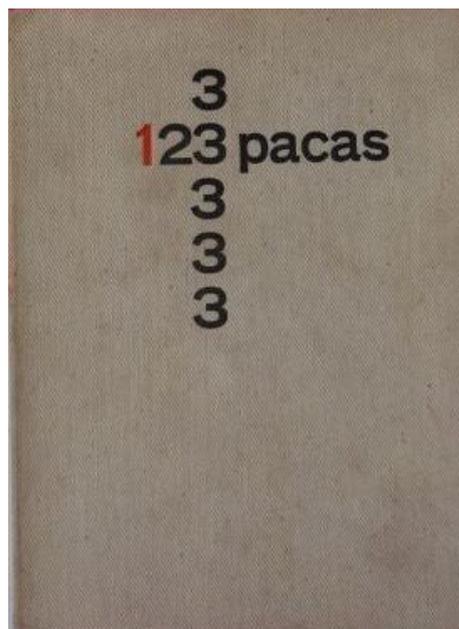
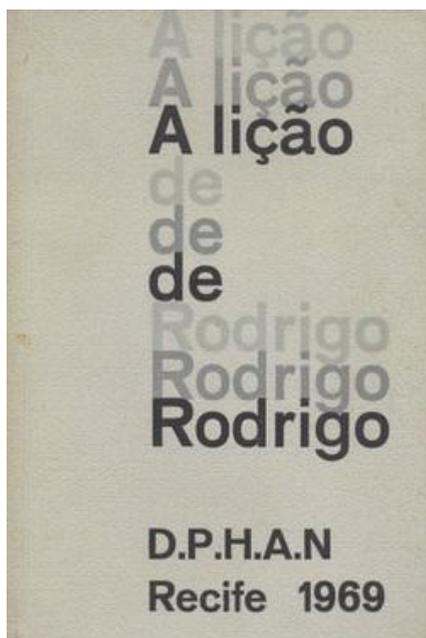


Figura 7 (à esquerda). Capa de “A lição de Rodrigo” [ago. 1969]. 2013.

Figura 8 (à direita). Capa de “1ª Paca” [nov. 1970]. Disponível em: <http://espacoarteseleiloes.net.br/peca.asp?ID=10993&ctd=181&tot=238>. Acesso: 30 out.2014.

O objetivo principal de um livro é transmitir conhecimento. Ainda assim, o suporte possui suas especificidades. De acordo com Luís Henrique Nobre de Miranda, “o design gráfico se mostrou como campo de ação importante no sentido de abrir caminho para outras interações e não apenas da leitura do texto”, potencializando conhecimento com imagens e vice-versa.⁴⁴⁴ Elementos que não estão no texto podem provocar indagações estéticas, a exemplo da escolha do papel, da tipografia, da encadernação, do formato, da inserção das ilustrações e da diagramação.⁴⁴⁵

Levando-se em conta o renome de Cecília Jucá e Gastão de Holanda na área do design gráfico, é possível inferir que o livro, enquanto objeto, merece alguma atenção. A diagramação do título relativo a Rodrigo pode remeter a uma ideia de movimento ou, ainda, a uma perspectiva de passagem do tempo, na medida em que o título vai ficando mais forte a cada repetição. Internamente, os títulos localizam-se na porção superior da página, sempre antecedidos por cinco linhas do texto, aproximando-se da diagramação

⁴⁴⁴ MIRANDA, Luís Henrique Nobre de. **Livros-Objeto, Fala-Forma**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 17.

⁴⁴⁵ Id. Ibid. p. 18.

de “Lito’70” ou, ainda que de maneira menos ousada, à experimentação gráfica de “1ª Paca”.

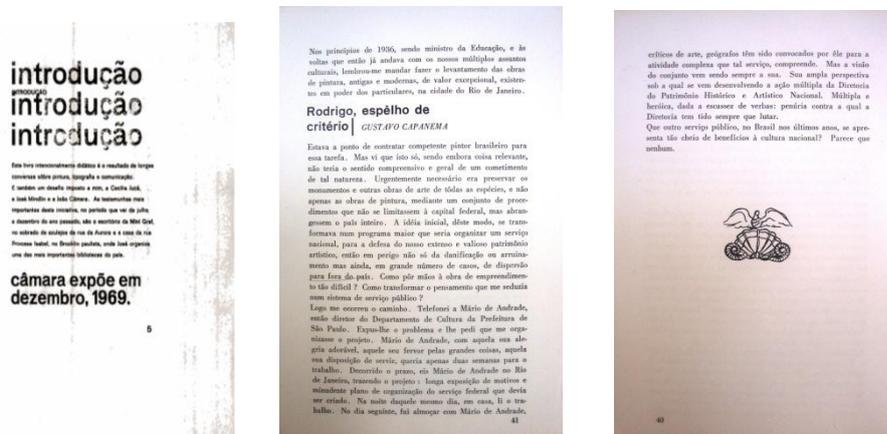


Figura 9 (à esquerda). Diagramação do miolo de “Lito’70” [abr. 1970].
In: KIKUCHI, Tereza. **José Mindlin, editor.** São Paulo: Edusp, 2004, p. 24.

Figura 10 e 11 (no centro e à direita). Diagramação do miolo de “A lição de Rodrigo” [ago. 1969]. Fotografia da autora. 2013.

A impressão de “Lito’70” foi realizada na Oficina Gráfica da Escola de Artes da UFPE, com a Intertype da Tipografia Marista⁴⁴⁶, de maneira idêntica à “A lição de Rodrigo”. A relação com esses outros projetos enriquece a apreciação da obra, na medida em que se percebe a preocupação com um projeto gráfico vanguardista. Dessa maneira, tal livro pode ser reconhecido tanto pelos objetivos de seu texto, quanto pela força de sua visualidade, em alguma medida preconizadora dos livros de arte que se notabilizaram na carreira de Holanda e Jucá. De acordo com Guilherme Cunha Lima,

O Gráfico Amador não tem ligação sequencial direta com as chamadas vanguardas europeias. Entretanto, em seu arcabouço encontram-se os mesmos elementos formadores desses movimentos modernos – em outras palavras, o entrelaçamento da literatura com as artes plásticas e o design, visando equacionar uma nova forma de expressar os sentimentos de uma nova sociedade. Apesar da distância temporal com relação a esses movimentos europeus, era o mesmo espírito norteador do grupo do Recife.⁴⁴⁷

⁴⁴⁶ KIKUCHI, Tereza. **José Mindlin, editor.** São Paulo: Edusp, 2004, p. 22.

⁴⁴⁷ LIMA, Guilherme Cunha. **O Gráfico Amador: as origens da moderna tipografia brasileira.** Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2014, p. 17.

Foi justamente essa combinação “moderna” entre texto e visualidade que mereceu a escolha de Ayrton de Carvalho para dar forma à publicação da regional da DPHAN em Recife e, por conseguinte, à publicação-homenagem dedicada ao primeiro diretor da instituição.

O livro é composto por grande número de depoimentos, o que constitui, por si, algo sedutor em relação a outras narrativas. O tom coloquial de alguns textos, às vezes com “reprodução” de diálogos, sinaliza para certa intimidade com o homenageado, aproximando-nos de uma conotação mais pessoal do “servidor público exemplar”. Esses autores privaram, em algum momento, da presença de Rodrigo. Narraram, como testemunhas oculares, certos momentos da vida do diretor. Esse é o caso do texto de Alceu Amoroso Lima, que menciona (novamente) a viagem a Ouro Preto com Rodrigo ainda adolescente;⁴⁴⁸ da narrativa de Antônio Candido, ao citar um diálogo bem humorado com Rodrigo sobre Otávio Tarquínio;⁴⁴⁹ do texto de Drummond (reeditado), ao narrar a saída de Rodrigo da direção;⁴⁵⁰ da apresentação pessoal que Hélio Viana fez de Rodrigo a um Ministro de Educação e Cultura que não o conhecia, bem como ao seu cunhado, o então presidente Castelo Branco;⁴⁵¹ da amizade descrita pelo pesquisador Robert Smith;⁴⁵² da recordação da convivência diária ou quase diária no bar que ficava embaixo do escritório de advocacia de Rodrigo, evocada por Marques Rebêlo ou, ainda, de sua descrição como torcedor do Botafogo⁴⁵³; do testemunho de Rubem Braga, no já

⁴⁴⁸ “A Ouro Preto me levou o velho senador Virgílio, pai de Arinos, e em nossa companhia, se bem me lembro, ia um jovem adolescente, bem mais moço que eu, a quem Arinos queria como ao filho que a Providência lhe negara”. LIMA, Alceu Amoroso. O nosso Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 17.

⁴⁴⁹ “- Tem visto Otávio Tarquínio? – perguntei-lhe faz muitos anos.

- Meu querido (respondeu), não lhe digo nada. Outro dia fui encontrar o nosso preclaro Ministro nas garras de uma gripe, profundamente acoelhado, tomado do maior nojo de tudo e de todos!”. CANDIDO, Antônio. A prosa do grande amigo. In: Id. Ibid. p. 23.

⁴⁵⁰ “Sábado pela manhã, Rodrigo M. F de Andrade ajeitou os óculos, sacou do bolso pequena folha de papel, leu algumas palavras sem ênfase, perante raros ouvintes, e despediu-se da vida pública. O lugar era o Ministério da Educação. Não havia fotografos nem TV”. ANDRADE, Carlos Drummond de. Rodrigo, em três crônicas. In: Id. Ibid. p. 32.

⁴⁵¹ “Quando chegamos junto ao novo titular da Educação e Cultura, apresentei-o em tom incisivo:

- ‘Este é o homem que criou o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rodrigo Mello Franco de Andrade’.

Quando subi à Presidência da República meu cunhado, o Marechal Castello Branco, limitei-me a informá-lo:

- ‘Entre os *inalienáveis* do Ministério da Educação está o Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde a sua fundação’”. VIANA, Hélio. Rodrigo. In: Id. Ibid. p. 45.

⁴⁵² “‘O senhor, que conhece a arte portuguesa, pode ser-nos útil aqui no Brasil’, disse-me o Doutor Rodrigo, naquela primeira entrevista”. SMITH, Robert C. Depoimento. In: Id. Ibid. p. 57.

⁴⁵³ “A convivência passou a ser diária, ou quase diária, de preferência em mesa do bar da extinta Casa Heim, e Rodrigo mantinha escritório de advocacia em andar de cima, participando duma rodinha

mencionado discurso de 20 anos da instituição; da lembrança do primeiro encontro de Sérgio Buarque de Holanda⁴⁵⁴; da descrição (reeditada) de Afonso Arinos de Mello Franco, quando comenta sobre a intimidade de Rodrigo, sua casa, seu canto de leitura, seu whisky, seu cuidado com o asseio pessoal; da narração de Josué Montello de uma sessão do Conselho Consultivo, quando Rodrigo leu um parecer⁴⁵⁵.

Além disso, nos depoimentos, figuram descrições físicas do “ilustre desaparecido”. Djanira, por exemplo, assim descreveu seu primeiro contato pessoal com Rodrigo: “Recordo a impressão do primeiro contacto, sua firmeza amena enunciada numa voz de moenda mineira, de seu humor detergente”⁴⁵⁶. Marques Rebêlo rememorou seu sorriso “algo irônico e gozador”⁴⁵⁷. A maneira de falar do homenageado chamou a atenção de Gilberto Ferrez. Segundo ele, Rodrigo, um “homem franzino”, falava “baixo, simples, apagado”⁴⁵⁸. Para Odylo Costa Filho, sua fala era devagar “como se estivesse enfiando as palavras umas junto às outras num rosário indivisível”⁴⁵⁹. Arthur Cesar Ferreira Reis, conjecturando sobre a personalidade do diretor, afirmou: “Rodrigo Mello Franco de Andrade, ao primeiro contacto, dá a impressão de um homem tímido, inseguro de si mesmo, indeciso”⁴⁶⁰.

Essa suposta “proximidade” do personagem faz relembrar a advertência de Angela de Castro Gomes acerca do encanto dos arquivos privados. Segundo a autora, o acesso a documentos pessoais tende a seduzir pela “espontaneidade”, “autenticidade” e

vesperal...”. Ou ainda, a descrição de uma cena na rua: “Um belo domingo, Rodrigo voltava de torcer para o Botafogo, quando deu com Tristão da Cunha, de monóculo, colarinho duro, gravata preta, grave, impecável, olhando o esplendor da tarde da janela da sua casa. Cumprimentaram-se, Rodrigo parou, pegaram um ligeiro colóquio – doutor Tristão para cá, doutor Rodrigo para lá – louvando a côr do mar, a côr do céu, a bela e lírica tarde, etc. O torcedor lembrou-se, então, de perguntar se não gostaria o amigo de dar um pequeno passeio para gozar uma tarde tão bela, ao que Tristão calmamente respondeu: - Não doutor Rodrigo. Devemos deixar o domingo ao povo”. REBÊLO, Marques. Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 75-76.

⁴⁵⁴ “Tenho a vaga impressão de que meu contacto inicial com Rodrigo se deu na casa de um conhecido comum, talvez a de Olegário Mariano, mas é uma impressão, não uma certeza e, se ela for exata não importa muito aqui, pois também posso assegurar que não ficamos amigos à primeira vista. Quem conheça Rodrigo sabe que, à primeira vista, ainda quando jovial e sem reservas, sempre se mostra de uma cortezia perfeita que já requer distância”. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Há mais de 40 anos. In: Id. Ibid. p. 106.

⁴⁵⁵ “Manoel Bandeira, que estava ao meu lado, tinha levado a mão à concha da orelha, comprimindo o aparelho para ouvir melhor, e havia um silêncio concentrado em tôda sala, para que cada um de nós, ali presentes, nada perdêsse do parecer cristalino”. MONTELLO, Josué. Mestre Rodrigo. In: Id. Ibid. p. 140.

⁴⁵⁶ DJANIRA. Continuidade afetiva. In: Id. Ibid. p. 35.

⁴⁵⁷ REBÊLO, Marques. Rodrigo In: Id. Ibid. p. 75.

⁴⁵⁸ FERREZ, Gilberto. Do fundo do coração In: Id. Ibid. p. 37.

⁴⁵⁹ COSTA FILHO, Odylo. Rodrigo. In: Id. Ibid. p. 155.

⁴⁶⁰ REIS, Arthur Cesar Ferreira. Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: Id. Ibid. p. 121.

“verdade”.⁴⁶¹ Em certa medida, a reprodução de diálogos e a narração de episódios com algum ponto de vista pessoal sobre o personagem poderiam igualmente conduzir ao feitiço da espontaneidade. Por tratar-se de um livro de depoimentos, “A lição de Rodrigo” não referencia nenhuma fonte, nenhuma narrativa externa além das descrições contidas nos próprios textos. Deste modo, a força do depoimento constitui uma das principais peculiaridades do livro, uma vez que, como vimos, as descrições em primeira pessoa nele se fazem presentes. A obra configura-se, portanto, como uma publicação constituída de testemunhos, entendidos aqui como portadores da memória de Rodrigo, conforme sentido empregado por François Hartog⁴⁶², ainda que não se definam estritamente, do ponto de vista do registro, a partir de falas que foram ditas, transcritas, reescritas, gravadas ou filmadas.

A testemunha, assinala Hartog, está em primeiro plano nos dias de hoje, eliminando a necessidade de intermediários.⁴⁶³ É essa eliminação que também empodera, de certa maneira, os depoimentos contidos em “A lição de Rodrigo”, os quais, quando tomados isoladamente, acabam por tornar-se um desafio do ponto de vista historiográfico. Soma-se a isso o fato de que os narradores, contemporâneos de Rodrigo, privam da autoridade de terem compartilhado a cena narrada. Conforme observa Paul Ricoeur, a “especificidade do testemunho consiste no fato de que a asserção da realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. Desse acoplamento procede a fórmula típica do testemunho: eu estava lá”.⁴⁶⁴ No caso do livro-homenagem a Rodrigo, é possível perceber, também, a importância da reputação dos envolvidos. Neste sentido, ainda de acordo com Ricoeur, os méritos pessoais da testemunha “fazem com que se costume acreditar nela.”⁴⁶⁵ Consideração relevante ao pensarmos no crédito conferido aos autores de “A lição de Rodrigo”: tratam-se, nada menos, do que depoimentos da *mais alta inteligência brasileira*.

As figuras de linguagem também são abundantes para definir o homenageado: além do já citado discurso de Admar Guimarães, onde constam as definições “cavaleiro

⁴⁶¹ GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, n. 21, Rio de Janeiro, p. 121-127. 1998, p. 126.

⁴⁶² HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 204.

⁴⁶³ Id. Ibid. p. 208-210.

⁴⁶⁴ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 172.

⁴⁶⁵ Id. Ibid. p. 173.

‘sans peur et sans reproche’ de uma nova Cruzada”, “operário consciencioso e discreto” e “modelar operário da cultura brasileira”, e da definição de “funcionário público exemplar do Brasil”, conforme Rubem Braga, Alceu Amoroso define-o como o “único legado perfeito do Estado Nôvo”, um “herói silencioso”, o “Che Guevara de nossas guerrilhas estéticas”, uma “flor de humanidade”.⁴⁶⁶ Um “herói sem dragonas”, definição utilizada por Carlos Drummond de Andrade e também por J. M. dos Reis Júnior;⁴⁶⁷ uma “dádiva de ouro das Minas Gerais”, para Djanira;⁴⁶⁸ um “bemfeitor da Pátria” e “insigne salvador de Ouro Preto”, segundo Robert Smith;⁴⁶⁹ um “soldado, paladino, herói obscuro”, conforme notas de Valdi Coutinho.⁴⁷⁰ Nota-se um predomínio das imagens que remetem ao trabalho, à luta e ao heroísmo.

A lista de elogios é longa, como seria esperado de um livro de homenagem. Conforme Pedro Nava,

O caminho mais simples para falar bem do nosso Rodrigo é seguramente o do venerável lugar comum. O da enunciação pura e simples de suas qualidades. Para isto, basta abrir um dicionário de sinônimos e tomar como ponto de partida as analogias nascidas dos verbetes com que podemos definir sua personalidade: bondade, caráter, altruísmo, espírito, talento, sensibilidade...

Podemos seguir por aí, certos de não encontrar palavra-predicado que não seja uma das facetas desse homem admirável. Melhor do que tudo isto é sua capacidade de ser amigo. Amigo perfeito, amigo técnico, amigo profissional.⁴⁷¹

Ao analisar os títulos dos depoimentos, é possível perceber o uso recorrente da noção de exemplo, lição e/ou à liderança de Rodrigo:

⁴⁶⁶ LIMA, Alceu Amoroso. O nosso Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 17-18.

⁴⁶⁷ REIS JÚNIOR, J. M. O amigo dos artistas. In: Id. Ibid. p. 137.

⁴⁶⁸ DJANIRA. Continuidade afetiva. In: Id. Ibid. p. 35.

⁴⁶⁹ SMITH, Robert C. Depoimento. In: Id. Ibid. p. 57.

⁴⁷⁰ COUTINHO, Valdi. Rodrigo Mello Franco de Andrade não sabe que ficou na história. In: Id. Ibid. p.164.

⁴⁷¹ NAVA, Pedro. Mestre Rodrigo. In: Id. Ibid. p. 93.

Título	Autor
Mestre Rodrigo	Gilberto Freyre
O exemplo	Luiz Jardim
O mestre e o discípulo	Luiz Delgado
Exemplaridade de uma ação	Mário Barata
Inspirador e criador	Paulo F. Santos
A lição de Rodrigo	Pedro Dantas
Mestre Rodrigo	Pedro Nava
O exemplo não envelhece	Berguedof Elliot
Mestre Rodrigo	Josué Montello

O amigo exemplar de Manuel Bandeira é mencionado diretamente por Renato Soeiro e Rubem Braga. Em outros textos, Rodrigo é “modelo para os que vem”,⁴⁷² é símbolo para a juventude,⁴⁷³ é o “exemplar perfeito da espécie humana que construímos no Brasil”.⁴⁷⁴ Rodrigo padecia de uma modéstia exemplar,⁴⁷⁵ era “exemplaridade em todos os significados da palavra”.⁴⁷⁶ Rodrigo se mostra, enfim, como o *exemplo feito gente* que figura no depoimento de Luiz Jardim.⁴⁷⁷ Na oração fúnebre, a imagem de Manuel Bandeira é mencionada, por meio da saudade dos amigos “que nele tinham o ‘amigo exemplar’”,⁴⁷⁸ valendo-se de recurso já explorado no capítulo 2 em relação ao caráter modelar do primeiro diretor.

Importa também reforçar a ideia de repetição. Dos 46 textos, 16 haviam sido publicados em outras ocasiões e foram reeditados no livro. São eles:

⁴⁷² RENAULT, Abgar. Perfil moral e intelectual do administrador Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *A lição de Rodrigo*. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969, p. 7.

⁴⁷³ TORRES, Heloísa Alberto. Testemunho. In: Id. Ibid. p. 49.

⁴⁷⁴ REIS, Arthur Cesar Ferreira. Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: Id. Ibid. p. 123.

⁴⁷⁵ LIMA, Alceu Amoroso. O nosso Rodrigo. In: Id. Ibid. p. 18.

⁴⁷⁶ BARATA, Mário. Exemplaridade de uma ação. In: Id. Ibid. p. 77.

⁴⁷⁷ JARDIM, Luiz. O exemplo. In: Id. Ibid. p. 67.

⁴⁷⁸ NOGUEIRA, Monsenhor Severino. Oração fúnebre. In: Id. Ibid. p. 177.

Autor	Evento relacionado	Veículo de divulgação
Abgar Renault	Discurso na entrega do título Doutor <i>Honoris Causa</i> da Universidade de Minas Gerais	
Admar Guimarães	Discurso na entrega do título Professor <i>Honoris Causa</i> da Universidade da Bahia	
Carlos Drummond de Andrade	20 anos do IPHAN	Correio da Manhã, 22 abr. 1956.
	30 anos do IPHAN	Correio da Manhã, 24 abr. 1966.
	Aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade	Correio da Manhã, 25 jun. 1967.
Gilberto Freyre	30 anos do IPHAN	O Cruzeiro, 25 set. 1966.
Lourival Gomes Machado	Demissão/ Jânio Quadros	O Estado de S. Paulo, jun. 1961.
Manuel Bandeira	20 anos do IPHAN	Jornal do Brasil, 25 abr. 1956.
Odylo Costa, Filho	70 anos de Rodrigo	Suplemento Literário jornal Minas Gerais, 26 out. 1968.
Rubem Braga	20 anos do IPHAN	Diário de Notícias, 25 abr. 1956.
Afonso Arinos de Mello Franco	70 anos de Rodrigo	Suplemento Literário do Jornal do Commercio, 16 e 17 nov. 1968.
Francisco Iglesias	70 anos de Rodrigo	Suplemento Literário jornal Minas Gerais, 26 out. 1968.
J. M. dos Reis Junior	70 anos de Rodrigo	Suplemento Literário do Jornal do Commercio, 16 e 17 nov. 1968.
José Montello	70 anos de Rodrigo	Suplemento Literário do Jornal do Commercio, 16 e 17 nov. 1968.

Dom Marcos Barbosa	70 anos de Rodrigo	Jornal do Commercio, 24 nov. 1968.
Odylo Costa, Filho	70 anos de Rodrigo	Suplemento Literário do Jornal do Commercio, 16 e 17 nov. 1968.
Renard Perez	70 anos de Rodrigo	Suplemento Literário jornal Minas Gerais, 26 out. 1968.
Valdi Coutinho	70 anos de Rodrigo	Diário de Pernambuco, 25 ago. 1968

Se a imagem de Rodrigo já era tecida cuidadosamente ao longo de sua vida, por meio de jornais e homenagens, “A lição de Rodrigo” é o primeiro meio dedicado a unificar e oficializar tais recursos. Reuniu textos recorrentemente citados, a exemplo dos de Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga e Gilberto Freyre, ao mesmo tempo em que ofereceu outros depoimentos. Além disso, “A lição de Rodrigo” contém o *documento-monumento* de Gustavo Capanema, por meio do qual a escolha de Rodrigo é naturalizada e justificada, como foi possível demonstrar no primeiro capítulo. O livro surgiu e tornou-se fonte, documento singular e fundador de uma imagem *a posteriori* do grande morto, contribuindo decisivamente para sua monumentalização.

A *lição*, em referência ao título, foi explorada diretamente em dois depoimentos: no de Lucio Costa, que figura como introdução, e no de Pedro Dantas. No caso de Lucio, ela relaciona-se ao que seria um lema de Rodrigo: “Fazer o melhor possível, nas circunstâncias, aquilo que nos compete”.⁴⁷⁹ Para o arquiteto,

Seja qual for a ideologia, o que importa é cada um fazer o melhor possível, aquilo que nos compete, e isto depende apenas da nossa vontade. Dessa concentrada aplicação individual visando o acerto de cada coisa, resulta a articulação das partes e o entrosamento do todo. Esta a lição de Rodrigo Mello Franco de Andrade.⁴⁸⁰

No depoimento de Pedro Dantas, a estreita relação entre homem e instituição fica bastante evidente. Dantas credita a Rodrigo “estupendo trabalho de modelagem”,

⁴⁷⁹ COSTA, Lucio. A lição de Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 1.

⁴⁸⁰ Id. Ibid. Loc. Cit.

responsável por dar forma e sentido ao Serviço “como ninguém mais lhe poderia dar”. Forma e sentido que, “com Rodrigo, graças a Rodrigo”, seriam decorrência do exercício de suas atribuições, do recrutamento de pessoal (constituído graças ao seu carisma e prestígio) e da criação de “um ‘espírito’ do Serviço”. Sua integração “no espírito da missão recebida” levou-o a transmitir-lhe “muito de si mesmo”. Para Dantas, “Nunca um homem e um cargo se terão conjugado mais ajustadamente”.⁴⁸¹ Também é importante frisar a noção de legado mencionada pelo autor:

Imprimiu ao Serviço (depois, Departamento) a marca de sua orientação e do seu estímulo. Criou-o à sua imagem, insuflando-lhe um pouco da própria vida. E tão profundamente o marcou, tanto lhe deu de si, que lhe traçou rumos definitivos, mesmo à futura trajetória. Imortalizou-se nele, como acontece em todo o legado e transmissão de vida. Reciprocamente, o Patrimônio o marcou também, para sempre, com a fixação de um ângulo visual, de um prisma que êle fez os óculos que são sua segunda natureza, complemento indispensável à configuração do mundo e ao dimensionamento de seus valores. Rodrigo, possuído do espírito do Patrimônio, que êle enformou, é a expressão de uma correspondência privilegiada, que a muito poucos eleitos pode reservar a vida.⁴⁸²

A lição de Rodrigo, para Pedro Dantas, é justamente a capacidade de sintetizar qualidades pessoais e feitos profissionais no exercício de sua função:

Nenhuma outra atividade, nenhum outro tipo de função, por mais prestigiosa, lhe teria facultado realizar-se no universo permanente, como se realizou. Nenhuma outra missão lhe permitiria organizar em constelação o elenco de suas virtudes, seus interesses espirituais mais profundos, sua visão panorâmica dos fatos culturais – que não exclui a respectiva e oportuna microscopia – numa aliança particularmente feliz e fecunda do nacional com o universal, do passado com o presente e o futuro, do mais puro espírito público com o mais agudo, alertado e sensível espírito crítico.

Essa, a extraordinária, a admirável, a perene lição de Rodrigo.⁴⁸³

O homem-monumento/homem-instituição tem como atributo principal servir como modelo aos que virão. Formalizar esse legado e “naturalizar” tal ação integra o processo de monumentalização empreendido para com Rodrigo M. F de Andrade. Em perspectiva semelhante, ao analisar a obra de Jean-Baptiste Dumas, responsável pela publicação das “Obras completas” de Lavoisier, observa Bensaude-Vincent:

⁴⁸¹ DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969, p. 90.

⁴⁸² Id. Ibid. p. 91.

⁴⁸³ Id. Ibid. p. 91-92.

Lavoisier était pour lui non seulement un père fondateur infallible mais encore un modèle de méthode, de prudence épistémologique à l'égard des hypothèses. Lavoisier est ainsi un patron pour les chimistes, au double sens du terme: à la fois un modèle, un guide et une puissance tutélaire, protectrice. Pour suivre un modèle, il faut bien connaître, faire publier ses œuvres et l'étudier. Pour vénérer un saint patron, en revanche, il faut plus qu'un livre, un lieu de mémoire, une statue.⁴⁸⁴

À semelhança da análise da autora, Rodrigo também figura como pai fundador do IPHAN. Tanto vale a observação que, muitas vezes, Rodrigo é apresentado como o fundador ou criador do órgão público, a despeito de todo o processo burocrático envolvido. A década de 1960 legou um Rodrigo-modelo, um “santo padroeiro”, valendo-me da expressão da autora. Para segui-lo, é preciso *conhecer, publicar e estudar*, observa Bensaude-Vincent. Essa tarefa foi cumprida, ainda que de maneira diversa, pela SPHAN/ FNpM ao longo da década de 1980, como veremos a seguir.

3.3 A produção do Núcleo de Editoração da SPHAN/ FNpM

Os livros “Rodrigo e seus tempos” e “Rodrigo e o SPHAN” foram lançados em 1986⁴⁸⁵ e 1987, respectivamente, pelo Núcleo de Editoração da então SPHAN/FNpM. Ainda que a análise das duas obras exclusivamente sobre Rodrigo seja o objetivo central desta etapa do trabalho, mostra-se importante inseri-las no conjunto de publicações do Núcleo. Antes disso, é fundamental esclarecer ao leitor as significativas mudanças que ocorreram na instituição a partir do golpe de 1964. Para tanto, proponho um breve retorno na cronologia até então estabelecida.

De acordo com Natália Fernandes, foram evidentes três linhas de atuação na área da cultura no período da ditadura civil-militar: a censura à produção cultural considerada subversiva e o estímulo à produção considerada apropriada pelos militares; investimentos em infraestrutura, em especial nas telecomunicações; criação de órgãos governamentais para regulamentar e organizar a produção e distribuição cultural no

⁴⁸⁴ BENSAUDE-VINCENT, Bernardette. Lavoisier par documents et monuments: réflexions sur deux cents ans de commémorations. In.: ABIR-AM, Pnina G. **La mise en mémoire de la science**: pour une ethnographie des rites commémoratifs. Amsterdam: Éditions des Archives Contemporaines, 1998, p. 272.

⁴⁸⁵ “Rodrigo e seus tempos” possui o ano de 1986 na ficha catalográfica, apesar de seu *copyright* ser de 1985.

país.⁴⁸⁶ É neste último item que se insere a criação de instituições⁴⁸⁷ significativas para os rumos do IPHAN, como veremos a seguir.

Rodrigo M. F. de Andrade ainda dirigia a instituição quando teve início a ditadura civil-militar. Em 1964, sob o presidência do Marechal Castello Branco, foram dados os primeiros passos na relação de cooperação entre o IPHAN e a UNESCO por meio da realização de missões de especialistas estrangeiros. A preocupação com a gestão dos centros urbanos tombados, em um contexto de crescimento e industrialização, tornou-se uma questão central nas ações de preservação do patrimônio cultural.

Os contatos com a UNESCO tiveram início com a ida de Rodrigo M. F. de Andrade à Europa, em 1963. Rodrigo foi a Portugal como representante brasileiro ao V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Na mesma viagem foi à Bélgica, estabelecendo contato com Paul Coremans, diretor do *Institut Royal du Patrimoine Artistique*. Na época, Afrânio de Mello Franco, seu sobrinho, era embaixador do Brasil em Bruxelas. Uma série de intervenções diplomáticas propiciaram a vinda de Coremans ao Brasil durante uma semana em 1964, em missão associada a uma viagem do especialista ao México e ao Peru, com atenção específica voltada para Ouro Preto. Já neste primeiro contato o tema da indústria turística foi mencionado, conforme carta de Lourival Gomes Machado, diretor de atividades culturais da UNESCO, a Rodrigo M. F. de Andrade.⁴⁸⁸

A relação entre o diretor e a instituição não passou despercebida aos especialistas. No relatório, Coremans ressaltou a centralidade da figura de Rodrigo na instituição: “le jour où le M. Andrade laisserait tomber les bras, l’organisation entière

⁴⁸⁶ FERNANDES, Natália Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 173-192, 2013, p. 175.

⁴⁸⁷ Durante a ditadura civil-militar, foram criados: Instituto Nacional de Cinema (1966); Conselho Federal de Cultura (1966); Embrafilme (1969); Departamento de Assuntos Culturais (1970); Conselho Nacional de Direto Autoral (1973); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); Fundação Nacional de Arte (1975); Conselho Nacional de Cinema (1976); Fundação Nacional Pró-Memória (1979). Foram organizados: Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973); Programa de Ação Cultural (1973); Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975); Política Nacional de Cultura (1975); Seminário Nacional de Artes Cênicas (1979). MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012, p. 39.

⁴⁸⁸ **Carta 12/ 130/ 1181 de Lourival Gomes Machado para Rodrigo M. F. de Andrade**. 15 jan. 1964. Archives de l’UNESCO, Paris.

pourrait s'écouler et avec elle toute la protection du patrimoine national".⁴⁸⁹ Uma semana foi suficiente para que o técnico tivesse contato com o homem-instituição. A segunda missão, eminentemente voltada para o desenvolvimento turístico e econômico em cidades com bens tombados, foi realizada por Michel Parent⁴⁹⁰, inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França.⁴⁹¹ A viagem abarcou os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Parent assim se referiu ao diretor do IPHAN:

Le "Directoria do Patrimonio Historico o Artístico Nacional" [sic] (D.P.H.A.N) plus couramment désigné sous le nom de "Patrimônio" a été fondé en 1936. Son promoteur, M. Rodrigo Mello Franco de Andrade en est resté jusqu'en 1967 le directeur. Il en fut l'ouvrier infatigable et l'âme. Il en reste la conscience exemplaire. Ayant pris sa retraite, M. Rodrigo de Andrade a pour successeur son plus intime collaborateur, l'architecte Renato Soeiro.⁴⁹²

Na descrição de Michel Parent, temos uma síntese potente de Rodrigo: operário incansável, a alma do "Patrimônio", o exemplo seguido pelo herdeiro oficial. Renato Soeiro dirigiu o IPHAN entre 1967 e 1979. Foram 12 anos de gestão que ainda permanecem pouco citados e estudados pelos pesquisadores do patrimônio. Quando mencionado, Soeiro é apresentado como continuador das diretrizes de Rodrigo.⁴⁹³

⁴⁸⁹ COREMANS, Paul. **Brésil – La préservation du patrimoine culturel**. Paris, jun. 1964, p. 5. Archives de l'Unesco, Paris. BMS – Reports Division/ Brazil/ Reports from Field experts Mr. Paul Coremans/ Preservation of Cultural Heritage.

⁴⁹⁰ A primeira etapa da missão de Michel Parent foi realizada entre 24 de novembro de 1966 e 8 de janeiro de 1967 e, a segunda, entre 19 de abril e 1º de junho de 1967.

⁴⁹¹ Recentemente as missões de cooperação entre o IPHAN e a UNESCO começaram a ser pesquisadas na instituição. Ver LEAL, Cláudia Baeta (Org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

⁴⁹² PARENT, Michel. **Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique**. Paris, mar. 1968, p. 27. Archives de l'Unesco, Paris. BMS – Rapports Division (Consultant 1966 & 1967) Reports from field experts Mr. Parent/ Brazil/ Preservation of Cultural Heritage – Economic dev. & Tourism.

⁴⁹³ A exemplo de: GONÇALVES, Reginaldo. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996, p. 51. FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 141. Sob o significativo título de "Nem heroico, nem moderno", Júlia Wagner Pereira dedicou-se a estudar os processos de tombamento ocorridos durante a gestão de Renato Soeiro, buscando, entre outros objetivos, questionar a visão de sua gestão como "intermediária" sustentada pela história institucional. De acordo com a autora, a maior parte da bibliografia sobre o IPHAN não aborda o contexto histórico no qual o arquiteto assumiu a direção da instituição, marcado pela industrialização e urbanização. Com o crescimento da indústria automobilística, medidas como a abertura de vias largas, estradas e necessidade de espaços mais amplos entraram em choque com a prática preservacionista do órgão. No período também entraram em discussão o "valor" de edificações ecléticas, até então menosprezadas pelo Instituto, bem como as possibilidades proporcionadas pela indústria do turismo. PEREIRA, Julia Wagner. Nem

A partir de 1970, uma sucessão de mudanças marcou a trajetória da instituição. Neste mesmo ano, a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passou a denominar-se Instituto. Em 1973, foi criado o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), destinado, em linhas gerais, a integrar preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento econômico, atendendo inicialmente ao Nordeste e, a partir de 1977, aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Neste período, o turismo começou a tornar-se proeminente como alternativa ao desenvolvimento socioeconômico regional. Em 1979, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República transferiu a responsabilidade do PCH para o IPHAN.

Em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), instituição-chave para a compreensão das modificações conceituais operadas a partir de então. O Centro, ligado ao Ministério da Indústria e Comércio, foi dirigido por Aloísio Magalhães. De acordo com Márcia Chuva, o CNRC “não trabalhava com a noção de patrimônio cultural, mas sim de bem cultural; nem com a ideia de folclore, mas de cultura popular”. Colocava-se, inclusive, reticente com relação à prática de preservação do patrimônio histórico e artístico conduzida pelo IPHAN.⁴⁹⁴ Em 1979, Aloísio Magalhães assumiu a direção da recém-criada Fundação Nacional Pró-Memória que, integrando o quadro Ministério da Educação e Cultura, atuava como braço executivo do IPHAN, novamente renomeado e tornado uma Secretaria. Em 1980, Magalhães assumiu a direção de ambas as instituições, permanecendo no cargo até seu falecimento, em 1982. Conforme observação de Márcia Chuva, Aloísio Magalhães conseguiu articular-se politicamente, assumindo a presidência da SPHAN/FNpM e levando todos os projetos e equipe do CNRC.⁴⁹⁵ A política instaurada por Magalhães e equipe marcou a trajetória do IPHAN de maneira tão intensa quanto a de Rodrigo M. F. de Andrade. De acordo com Cecília Londres da Fonseca, Renato Soeiro, ainda que considerado “legítimo sucessor” de Rodrigo, não gozava do mesmo prestígio, não possuía o mesmo trânsito entre autoridades e personalidades, nem fora “ungido com a mesma aura”.
Comenta a autora:

Quando o Sphan ficou privado da figura carismática de Rodrigo M. F. de Andrade, evidenciou-se o caráter fraco da autonomia do órgão, na

heroico, nem moderno. In.: IPHAN/ MinC. **Patrimônio: práticas e reflexões**. Programa de especialização em Patrimônio – Artigos (2005 e 2006). Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2009.

⁴⁹⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2011, p. 158.

⁴⁹⁵ Id. Ibid. p. 159.

medida em que dependia de líderes para conduzi-lo e torná-lo visível, tanto no interior da burocracia quanto junto à sociedade. Não foi por acaso, aliás, que o ressurgimento da questão do patrimônio como tema de interesse político nos anos 70 esteve associado a outra figura carismática: Aloísio Magalhães.⁴⁹⁶

Na gestão de Aloísio Magalhães a noção de patrimônio cultural tornou-se mais abrangente, introduzindo a ideia de *bem cultural*⁴⁹⁷ em um campo que privilegiara, até então, o *bem patrimonial*, notadamente correspondente a exemplares arquitetônicos. O conceito de *diversidade de expressões culturais* foi progressivamente assumindo o protagonismo do discurso institucional. Evidentemente que tais modificações, aqui esboçadas de forma breve, não ocorreram sem conflitos e disputas. A unificação conceitual entre *material* e *imaterial*, institucionalmente representada pela junção entre CNRC e IPHAN, foi caracterizada por Márcia Chuva como artificial.⁴⁹⁸ A nova equipe trazida por Aloísio Magalhães passou a dividir espaço e poder com contemporâneos e/ou herdeiros de Rodrigo M. F. de Andrade e é nesse quadro que as publicações do Núcleo de Editoração se inserem.

Movida pela curiosidade acerca das duas publicações, entrei em contato com João de Souza Leite,⁴⁹⁹ nome que figura nos créditos de ambos os livros como supervisor ou coordenador. Meu interesse maior era investigar o porquê de duas obras dedicadas a Rodrigo e, especialmente, o que tinha motivado a divisão em dois volumes. Além disso, alguns dos profissionais envolvidos com o projeto haviam participado de outra iniciativa relevante, responsável pela realização de entrevistas com os funcionários mais antigos da instituição. Assim, entrevistei Leite em sua residência, na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 2012. A entrevista foi chave para compreender a proposta executada pelo Núcleo em sua relação com as atividades da instituição nos anos 1980.

⁴⁹⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 141.

⁴⁹⁷ Em texto de 1979, Aloísio Magalhães esclareceu os elementos que integravam sua percepção sobre os bens culturais. Ameaça da cultura de massa e os avanços tecnológicos, desenvolvimento econômico e manutenção das peculiaridades culturais, proteção dos fazeres populares e dinâmicas culturais inseridas no cotidiano são algumas das chaves para a compreensão do conceito. MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 40-44, [1979] 1984.

⁴⁹⁸ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história a noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2011, p. 161.

⁴⁹⁹ João de Souza Leite é designer, formado pela Escola Superior de Design Industrial/UERJ em 1974. Iniciou sua vida profissional em 1966, como assistente de Aloísio Magalhães.

O primeiro livro publicado pelo Núcleo foi “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, lançado em 1980. Esse livro, de acordo com sua apresentação, buscava oferecer uma “visão panorâmica – atual e retrospectiva – da questão do patrimônio cultural no país”. Segundo João de Souza Leite, era necessário “botar a legislação na rua” e, dessa demanda, surgiu o “livrinho amarelo”.⁵⁰⁰

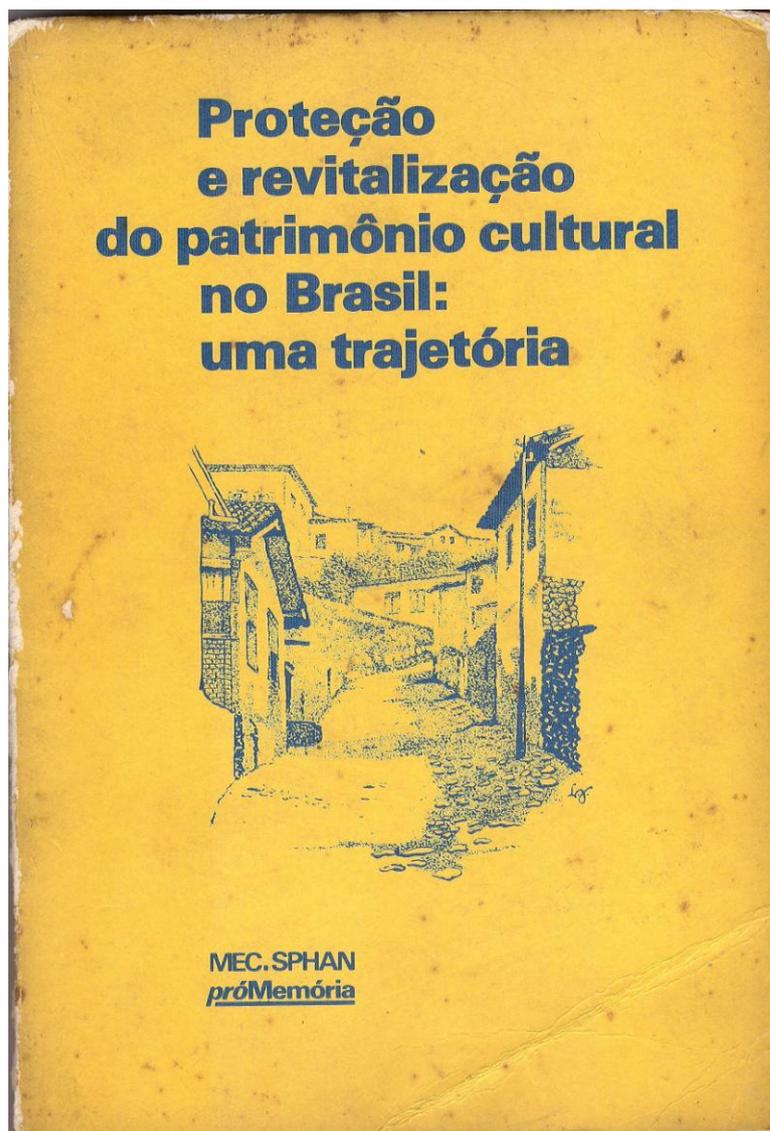


Figura 12. Capa de “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, [1980]. Fotografia da autora. 2014.

O projeto gráfico foi realizado por João de Souza Leite e a imagem reproduzida na capa é de Luís Jardim. O desenho, centralizado, reproduz a subida de uma rua calçada de pedras, ladeada por casario colonial. Seria uma referência à trajetória do IPHAN?

⁵⁰⁰ Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

O livro é composto por uma compilação da legislação acerca da preservação do patrimônio cultural no país, incluindo iniciativas anteriores à criação do IPHAN, a exemplo das propostas de Luiz Cedro, Jair Lins e José Wanderley de Araújo Pinho. Um breve texto comenta tais iniciativas, seguido pelo item “SPHAN: o início da proteção”. O primeiro documento citado é, justamente, o depoimento de Gustavo Capanema sobre a escolha do diretor, contido em “A lição de Rodrigo”. Ainda sobre o início da proteção, um item intitulado “A fase heróica” vale-se da relação de Rodrigo e o IPHAN:

Essa fase corresponde exatamente aos primeiros trinta anos da instituição e é usualmente conhecida como “a fase heroica”, adjetivo que parece corresponder à realidade do trabalho que se levou a efeito nesse período.

Não é por acaso que ela é a mesma em que Rodrigo Mello Franco de Andrade esteve à frente da instituição, pois, na verdade, chegou a ser tal o envolvimento entre a pessoa e o serviço que, para muitos analistas, torna-se difícil ou quase impossível entender o Patrimônio sem conhecer e compreender a personalidade e a atuação de Rodrigo Mello Franco de Andrade. (A propósito, consultem-se os diversos depoimentos contidos em A lição de Rodrigo, Recife, Amigos da DPHAN, 1969.).⁵⁰¹

Note-se que “A lição de Rodrigo” seguiu servindo de base à ideia de uma definição recíproca entre homem e instituição. Também dando sustentação à argumentação, foi utilizado o artigo de Luís Saia, escrito pelo arquiteto em 1972 e publicado em 1977 na revista *CJ Arquitetura*. O número intitula-se “40 anos do Patrimônio Histórico” e o texto de Saia foi publicado após sua morte, ocorrida em 1975. O título do artigo, emblematicamente, chama-se “Até os 35 anos, a Fase Heróica”. Em 1972, ano de escritura do artigo, a instituição completava 35 anos de atividade, então sob a direção do arquiteto Renato Soeiro. Apesar do cálculo contido no título, segundo Saia, “Os primeiros trinta anos do IPHAN (...) foram consumidos nessa fase heróica e nenhuma homenagem a Rodrigo M. F. de Andrade será suficiente e completa se lhe preste, tamanho foi seu esforço e tão importantes os resultados que alcançou”.⁵⁰² Esse período, segue a explicação, compreende o “legado de uma gestação de trinta anos que justifica ter a literatura brasileira perdido um dos seus homens mais capazes”.⁵⁰³ Para o arquiteto, entretanto, apesar de a instituição não ter abandonado “as diretrizes traçadas

⁵⁰¹ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 28.

⁵⁰² SAIA, Luís. Até os 35 anos, a Fase Heróica. *CJ. Arquitetura*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 16-21, 1977, p. 17.

⁵⁰³ Id. Ibid. Loc. Cit.

por R. M. F. de Andrade”, tudo levava a “acreditar que a fase propriamente heróica do IPHAN” já estivesse ultrapassada.⁵⁰⁴ Saia finalizou o artigo mencionando uma “superação natural da fase heróica do IPHAN”.⁵⁰⁵

De acordo com “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, à primeira fase, “reconhecidamente heróica”, correspondeu a preservação de edificações civis e religiosas, bem como a sensibilização da população quanto ao “valor e importância do acervo cultural”, além de diversas iniciativas educacionais e culturais.⁵⁰⁶ “Foi assim então”, segue o texto, “o espírito dessa primeira fase que termina em 1967”, dando início à “segunda fase”, correspondente à gestão de Renato Soeiro, ocorrida entre 1967 e 1979.⁵⁰⁷ Note-se que a periodicidade estabelecida tanto por Saia, quanto pela instituição, baseia-se na duração da gestão de seu diretor. Este livro é considerado por Chuva um marco na consolidação de um *histórico* da instituição, uma vez que afirmaria continuidade entre as ideias contidas no anteprojeto de Mário de Andrade e a política cultural defendida pelo grupo de Aloísio Magalhães, forjando uma aparente unidade entre diferentes frentes de ação do Estado.⁵⁰⁸

Na segunda publicação do Núcleo, “Mário de Andrade: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945)”, tal intenção fica ainda mais clara. O livro conta com introdução de Lélia Coelho Frota, funcionária que também participou das duas publicações sobre Rodrigo e que foi “levada” à instituição por Aloísio Magalhães. Na introdução, a publicação das cartas é justificada pela discussão nelas estabelecida acerca de questões pertinentes à “organização e estabilização de um Serviço destinado a proteger e estimular a manutenção e divulgação dos bens culturais brasileiros”.⁵⁰⁹ No texto, Mário é ressaltado como o autor do

⁵⁰⁴ SAIA, Luís. Até os 35 anos, a Fase Heróica. **CJ. Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 16-21, 1977, p. 19.

⁵⁰⁵ Id. Ibid. p. 20.

⁵⁰⁶ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980, p. 31.

⁵⁰⁷ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁵⁰⁸ Valendo-se da leitura de Sérgio Miceli, a autora refere-se à frente executiva, representada pela Funarte, e à frente patrimonial, correspondente ao IPHAN. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história a noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2011, p. 160.

⁵⁰⁹ Foram publicadas somente as cartas de Mário para Rodrigo, em função da solicitação do primeiro, em testamento, para que as cartas a ele dirigidas fossem disponibilizadas 50 anos após seu falecimento. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Mário de Andrade: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945)**. Brasília: SPHAN/FNpM, 1981, p. 21.

anteprojeto de criação do IPHAN, estando “entranhadamente ligado à vida desta instituição pelo resto de sua vida, e até mesmo depois de morto, pois beneficiou o SPHAN em seu testamento com o sítio de Santo Antônio em São Roque”.⁵¹⁰ Na narrativa dos tempos heroicos do SPHAN, é uma viagem de Mário ao interior paulista que serve como exemplo.⁵¹¹ Na entrevista, José Souza Leite mencionou o início das publicações:

Logo em seguida editamos um outro também, e era tudo feito com muito dificuldade porque naquela época todo o processo de editoração era um processo ainda muito trabalhoso e oneroso. Essa coisa que você senta na frente do computador com a [inaudível] e tudo facilitou muito a vida né? Mas eu não peguei isso assim, no grosso da produção do IPHAN nada. E aí... e aí surgiu, começaram a surgir ideias, né? A primeira publicação para dar sustentação às ideias do Aloísio retomando Mário foi aquele pequeno livrinho Cartas de Trabalho, você sabe qual é?⁵¹²

É possível perceber um trabalho de justificação: as mudanças propostas por Aloísio Magalhães no que se refere, principalmente, à noção de bem cultural, são buscadas na origem da instituição, mais especialmente no mentor do anteprojeto. A pesquisa, segundo o entrevistado, foi realizada no arquivo do IPHAN e no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Na sequência dessa publicação surgiu a possibilidade de um livro sobre Lucio Costa e um sobre Rodrigo. Afirmou o entrevistado:

Em seguida, aí surgiram duas ideias, logo de cara. Uma que seria... tinha umas outras coisas, umas publicações de um seminário, enfim, umas outras coisas assim, mas... e alguns livros mais de arte, que eu fazia por lá. Mas, dentro desse... dessa ideia do institucional mesmo surgiram logo algumas ideias. Uma delas era fazer uma coletânea de pareceres do Lucio que depois o Zé Pessoa veio fazer muitos anos mais tarde⁵¹³. Nenhum de nós pegou aquilo pra valer e depois o Zé veio a fazer. Mas uma das coisas que surgiu logo era a necessidade de dar, quer dizer, dar seguimento àquele primeiro livro do Mário com o Rodrigo com outro livro, uma outra publicação sobre o próprio Rodrigo, né?⁵¹⁴

⁵¹⁰ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Mário de Andrade**: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945). Brasília: SPHAN/FNpM, 1981, p. 21.

⁵¹¹ Id. Ibid. p. 30.

⁵¹² **Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer**, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

⁵¹³ O livro com os pareceres de Lucio Costa foi publicado pelo IPHAN em 2004 por José Simões de Belmont Pessoa, arquiteto e professor-associado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Pessoa foi servidor do IPHAN entre 1983 e 2002.

⁵¹⁴ **Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer**, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

Foram então lançados, com diferença de um ano, “Rodrigo e seus tempos” e “Rodrigo e o SPHAN”, inseridos na série “Memória da Instituição”, cujo objetivo era “registrar e divulgar o trabalho desenvolvido na área de preservação e restauração dos bens que constituem o patrimônio cultural do país”.⁵¹⁵

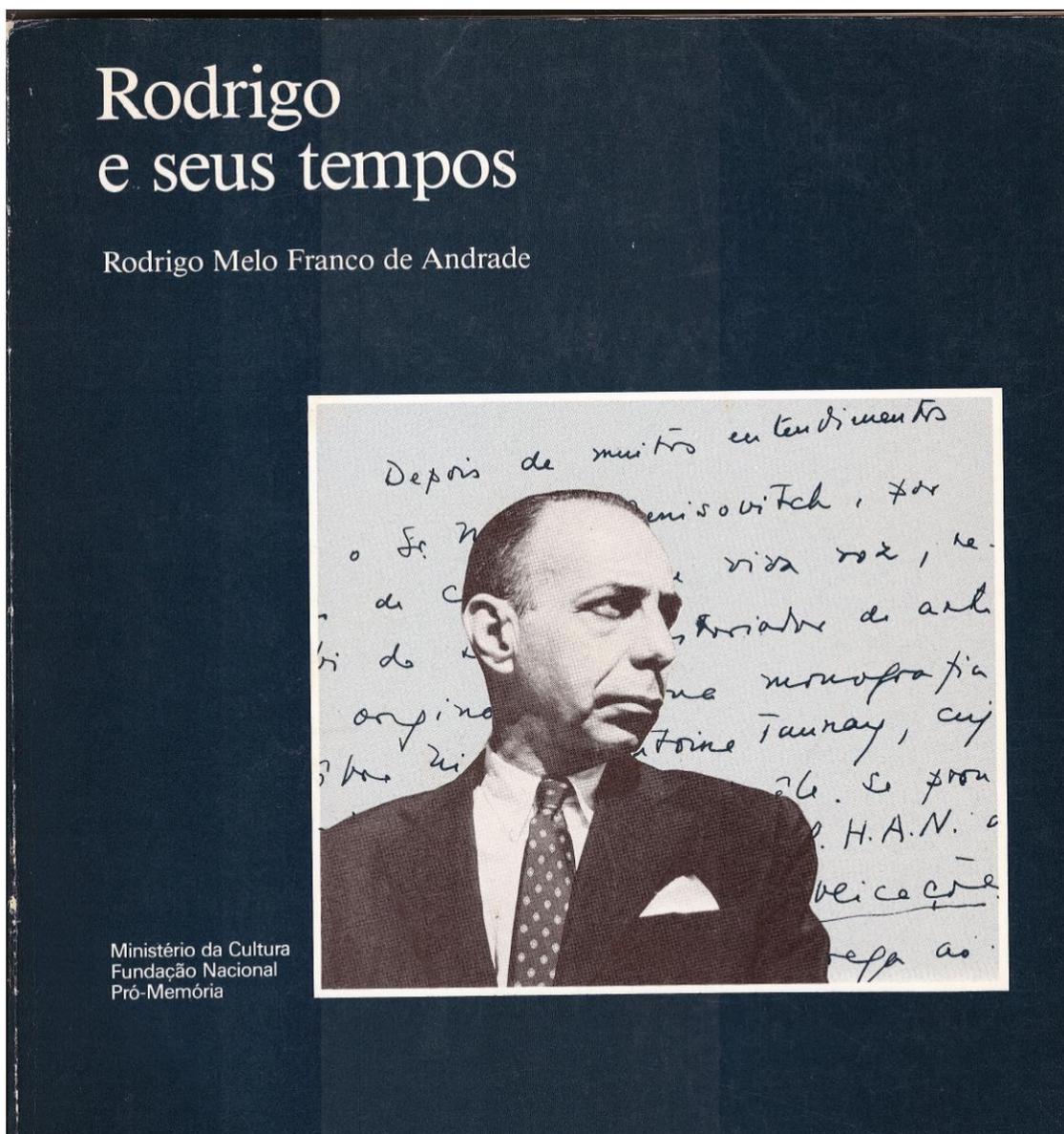


Figura 13. Capa de “Rodrigo e seus tempos”, 1986.

⁵¹⁵ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, [contracapa].



Figura 14. Capa de “Rodrigo e o SPHAN”, 1987.

As capas, similares, seguem o padrão da publicação da correspondência de Mário de Andrade. Em “Rodrigo e seus tempos”, um fundo liso azul marinho contém quadro/janela com a foto de Rodrigo de autoria de Gautherot colocada sobre trecho de um manuscrito do “diretor”, onde é possível identificar o nome de Nicolas-Antoine Taunay e parte da sigla “P.H.A.N”. Internamente, são apresentadas fotografias em preto e branco de bens tombados e de diferentes momentos da vida de Rodrigo, incluindo fotos de família. Em “Rodrigo e o SPHAN”, repete-se o padrão, apesar de o fundo ser composto por um detalhe do telhado da casa do Sítio do Padre Inácio, localizado em

Cotia/SP e tombado pela instituição em 1951.⁵¹⁶ No quadro/janela, uma foto do beiral dessa mesma casa, de autoria de Victor Dubugras. No miolo, além dos textos, fotografias de Rodrigo em diferentes eventos, sempre acompanhado de colaboradores e autoridades. Também se apresenta a reprodução fac-símile de documentos. De acordo com o esclarecimento em nota de abertura, os desenhos inseridos na publicação foram realizados por Alcides Rocha Miranda, a pedido de Rodrigo, para ilustrar o livro “Artistas Coloniais”, publicado pelo MEC em 1958.

O livro “Rodrigo e seus tempos” é uma coletânea de artigos redigidos por Rodrigo⁵¹⁷ sobre diferentes temas, divididos em seções: “Arte colonial” (arquitetura, pintura e escultura), “As letras também” (crítica literária), “Contemporaneidade” (textos variados), “Textos introdutórios em livros” (apresentações, prólogos e prefácios) e “Outras incursões ao passado” (artigos sobre “temas antigos”)⁵¹⁸, perfazendo um total de 87 textos. Conta ainda com um prefácio de Lucio Costa, uma nota explicativa sobre a pesquisa e uma notícia biográfica, redigida por Teresinha Marinho. Ao começar a estudar as duas publicações, tive de imediato a curiosidade sobre o título no plural. Por que Rodrigo e “seus tempos”? A seguir, a resposta de João Souza Leite:

JL – Porque a coletânea não era simplesmente sobre a ação do Rodrigo, institucional, mas era também... ele falava sobre literatura, ele falava sobre coisas mais contemporâneas, ele falava sobre o passado, século XVII, século XVIII, século XVIII sobretudo, então daí essa ideia, porque é muito habitual você ter títulos fulano de tal e seu tempo, mas não era o tempo dele, em vida, eram vários tempos que eram visitados por ele e analisados.

(...)

JL – Então a ideia foi essa. Foi “Rodrigo e seus tempos”, pra mim era tão lógico isso...⁵¹⁹

Teresinha Marinho foi responsável pela pesquisa, seleção, organização, notas e edição de texto, conforme os créditos da publicação. De acordo com João de Souza

⁵¹⁶ Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso: 1 dez. 2014.

⁵¹⁷ Com exceção de uma reportagem do Diário Carioca sobre os 30 anos da Semana de Arte Moderna, publicada em 11 de maio de 1952. O texto não é de autoria de Rodrigo mas reproduz longos trechos de suas declarações. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 237-239.

⁵¹⁸ Id. Ibid. p. 16.

⁵¹⁹ **Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer**, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

Leite, “Foi ela que fez e certamente passava para mim e a gente... mas praticamente o trabalho deve ser totalmente consignado a ela, porque ela era de uma obsessão atroz”⁵²⁰:

LB – [...] Para aquele do Rodrigo e o SPHAN então a pesquisa foi feita pela Teresinha nos arquivos.

JL – Pela Teresinha nos arquivos. Sempre nos arquivos.

LB – Fiquei curiosa pra saber qual foi a seleção, qual foi o critério de seleção dos documentos?

JL – Olha, eu poderia te dizer o seguinte: ela reuniu tudo o que ela encontrou, entendeu?

LB – A nota biográfica que tem também foi redigida por vocês?

JL – A nota biográfica foi redigida por ela. Ela que entrou em contato com... não, foi a Lélia [Coelho Frota] que entrou em contato com o pessoal de São Paulo. Mas aqui, nesses dois [“Rodrigo e seus tempos” e “Rodrigo e o SPHAN”], foi totalmente dentro do patrimônio.

LB – Do arquivo, que era o Noronha Santos, agora é o arquivo central... E uma outra coisa, agora que tu estavas falando eu pensei, foi feito algum contato com a família do Rodrigo?

JL – A gente tinha contato o tempo todo.

LB – É?

JL – Eu ia pra Ouro Preto e ficava na casa da Dona Graciema. (...) eu me lembro uma vez eu passei uma semana na casa dela lá em Ouro Preto. Enfim, ela, o negócio com ela era de outro... E Clarinha também, por vários motivos tinha ligação tanto com Joaquim quanto com Clarinha, né? E... e com Dona Graciema também, mas nunca teve busca de material junto a eles...

LB – Com a família...

JL – Porque na verdade não tinha, na verdade teve contatos nesse sentido mas não tinha nada. Ele era um homem de gabinete, não é...⁵²¹

A definição de Rodrigo como um “homem de gabinete” reforça a percepção da preponderância da vida pública sobre a esfera privada. Entretanto, como apresentei na introdução, sua família doou à Fundação Casa de Rui Barbosa diversos documentos pessoais, em 2003.

⁵²⁰ Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

⁵²¹ Id. Ibid.

Teresinha Marinho, repetidamente citada, formou-se em Educação Física e em Letras, no estado de Pernambuco. Especializou-se em língua portuguesa e crítica textual. Participou da elaboração do Dicionário Aurélio e da Enciclopédia Mirador Internacional e entrou na SPHAN/FNpM em 1982.⁵²² A pesquisa foi esmerada, denotando preocupação com as transcrições, normas e fontes. Conforme a nota explicativa contida no volume, durou dois anos e foi realizada no arquivo da instituição, bem como na seção de periódicos da Biblioteca Nacional, na biblioteca da Faculdade de Letras⁵²³, em coleções particulares e junto à família de Rodrigo, diferentemente do que recorda Leite. Pretendia-se, com isso, “mostrar a versatilidade, agudeza, honestidade e sensibilidade do espírito de Rodrigo”.⁵²⁴ Interessante notar a explicação para a reunião de textos, contida na nota:

Os textos que ora são publicados revelam a *personalidade de Rodrigo*, a atuação desenvolvida enquanto esteve à frente do “*seu*” Serviço, parte de suas atividades jornalísticas anteriores a esse período, a produção realizada no campo da crítica literária, o conhecimento que possuía da arte em geral, sua preocupação com o homem e sua produção, e a grandeza humana que o caracterizava, aspecto sempre lembrado por todos com quem conviveu.⁵²⁵ [grifos meus]

Gostaria de chamar a atenção para dois aspectos do trecho citado. Em primeiro lugar, a ênfase na relação indissociável entre indivíduo e trabalho, tendo em vista que a personalidade de Rodrigo poderia ser depreendida a partir de seus textos publicados. Além disto, indica caminhos “abortados” em função da vida pública do “Patrimônio: o jornalismo e a literatura. Em segundo lugar, a utilização do pronome possessivo “seu” Serviço, uma reafirmação da relação estreita entre homem e instituição. Essa expressão é também empregada na “Notícia biográfica”.⁵²⁶

O prefácio assinado por Lucio Costa possui dados interessantes. O arquiteto iniciou seu texto advertindo o leitor sobre o que se propunha a fazer:

Ao contrário do que seria apropriado, não me proponho comentar neste prefácio a contribuição crítica e divulgadora dos textos aqui reunidos, nem tratar da obra “ministerial”, digamos assim, do Rodrigo

⁵²² THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010, p. 304.

⁵²³ A instituição não é especificada.

⁵²⁴ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 15.

⁵²⁵ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁵²⁶ Id. Ibid. p. 19.

no sentido da sua incisiva e constante ação atualizadora da legislação defensiva do nosso patrimônio histórico e artístico, mas tão-só relacionar e relembrar as pessoas e personalidades que, no SPHAN, com ele conviveram e atuaram, tendo principalmente presente a sua querida e singular figura encarada de um ponto de vista estritamente pessoal.⁵²⁷

E é precisamente esse o teor do prefácio. A descrição é afetiva⁵²⁸ e articulada com detalhes dos colaboradores e anedotas. Narra, por exemplo, o que denominou de “atitude meio marota” de Rodrigo, quando o diretor, “apesar de sua congênita compostura”, enviou o fotógrafo Erich Hess a Petrópolis com uma carta de apresentação em nome de “Eurico Eça” em função da hostilidade antigermânica durante a Segunda Guerra Mundial.⁵²⁹ No texto, Lucio associou a Rodrigo certo sarcasmo e pessimismo visceral, ainda que inspirasse, nos outros, fé nos valores e esperança.⁵³⁰ Nomeou funcionários na época do edifício Nilomex, mencionando, com bom humor, a “corte de moças” que cercava Rodrigo, secretárias que passaram a desenvolver estudos e elaborar “trabalhos sugeridos e orientados pessoalmente por ele”.⁵³¹

Costa também lembrou sua relação pessoal com o diretor, mencionando a “traição” de Rodrigo, quando esse passou um trabalho que estava sob sua responsabilidade a Joaquim Cardoso, bem como o sistema de alegrias e decepções que regia as simpatias do homenageado para com a equipe.⁵³² Os dois episódios citados no livro também são marcantes na entrevista que Lucio Costa concedeu em 1983 e já foram referidos no primeiro capítulo. No prefácio, Lucio consolida a imagem de Rodrigo como personagem centralizador, atribuindo sempre a ele a orientação, os estudos e as pesquisas, mesmo quando nomeado diretor da Divisão de Estudos e Tombamento:

⁵²⁷ COSTA, Lucio. Prefácio. In: SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 5.

⁵²⁸ Lucio Costa encerrou seu texto narrando seu primeiro encontro com Rodrigo, antes do primeiro contato oficial entre os dois, quando da sua nomeação para a Escola Nacional de Belas Artes: “Naquele nosso primeiro encontro no Ministério, eu o havia reconhecido como o rapaz que, num ônibus dos anos 20, viajava em circunspecta confabulação amorosa num banco à minha frente, e cuja figura de amante apaixonado me ficou gravada porque no Mourisco, onde a moça saltou, ele se virou para acompanhar-lhe, insistente, a graciosa figura que sumia na multidão, - Graciema”. Id. Ibid. p. 10.

⁵²⁹ Id. Ibid. p. 9.

⁵³⁰ Id. Ibid. p. 10.

⁵³¹ Id. Ibid. p. 6.

⁵³² “Éramos todos ao mesmo tempo dedicados e relapsos, e o peso maior da carga recaía no sempre presente diretor, que se criou uma espécie de bolsa particular de valores onde registrava, no trato, a cotação periódica de cada um. E era comovente de ver-se como, depois de semanas e meses negativos, bastava o mínimo favor de um curto período de interesse e dedicação, e a cotação registrava logo uma espetacular ascensão”. Id. Ibid. p. 6.

Mesmo quando reestruturado o Serviço fui “pro forma” feito diretor da Divisão de Estudos e Tombamento, me tranquilizou: “ficará tudo na mesma, como você quer”. Assim a direção efetiva da Divisão continuou, tal como vinha sendo, da alçada do diretor-geral, ou seja, do próprio Rodrigo.⁵³³

Para Lucio Costa, com Rodrigo, “o clima no Patrimônio era universitário. Ele orientava, atraía, os colaboradores mais qualificados, editava revistas, estimulava vocações. As portas estavam sempre abertas, acolhia a todos, era o *reitor*”.⁵³⁴

A notícia biográfica redigida por Teresinha Marinho percorre toda a trajetória de Rodrigo, desde seu nascimento. Elenca seus estudos, amigos e cita os empregos anteriores ao IPHAN. A grande maioria do texto, entretanto, constrói uma narrativa calcada em sua atuação na instituição ao longo dos anos, na medida em que “o espírito plural que se vinha apresentando concentra-se num só objetivo: defender o patrimônio histórico e artístico nacional”.⁵³⁵ Essa notícia diferencia-se em relação à apresentada em “A lição de Rodrigo” principalmente pela citação de fontes. Ao contrário da publicação de 1969, Marinho entremeia o texto com a citação direta de documentos oriundos de sua pesquisa. O plano geral do texto é cronológico, com o inventário dos trabalhos efetuados, homenagens recebidas e viagens realizadas. Menciona, também, situações onde a pessoa ou autoridade de Rodrigo foram questionadas, a exemplo da sua indicação malsucedida para ocupar a posição de Ministro do Tribunal de Contas de Minas Gerais ou a desavença com Jânio Quadros.

Entretanto, o que chama mais atenção na notícia biográfica, em relação aos outros registros até então explorados, é a utilização de documentos nos quais Rodrigo transparece cansaço. Esse é o caso da citação de sua resposta à carta de solidariedade à questão ocorrida com Jânio, recebida do prior do Mosteiro de São Bento em Olinda, onde afirmou que “ficaria aliviado com o afastamento de uma função que exerço há mais de 25 anos, naturalmente cada vez pior à medida do desgaste e do envelhecimento”⁵³⁶. Mais adiante, outra citação, desta vez da carta endereçada a Admar Guimarães acerca da concessão do título Doutor *Honoris Causa*, quando Rodrigo afirmou ter começado a experimentar “uma impressão crescente de inabilidade do

⁵³³ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 5.

⁵³⁴ Id. Ibid. p. 7-8.

⁵³⁵ Id. Ibid. p. 20.

⁵³⁶ Id. Ibid. p. 28.

esforço realizado”, culpando-se, por fim, ao associar o suposto resultado negativo a suas próprias deficiências.⁵³⁷ Também há a reprodução de uma carta a um amigo, relativa aos 30 anos do IPHAN, onde Rodrigo, “já cansado de problemas a enfrentar”, refere-se a sua gestão como “sofrida”.⁵³⁸ Finalmente, consta a transcrição de uma missiva encaminhada pelo diretor sobre seu processo de aposentadoria, dificultado por sua permanência como cargo em comissão: “Pelo teor do ofício”, comenta Teresinha Marinho, “verifica-se que Rodrigo enfrentava dificuldades em obter sua aposentadoria, apesar de ter-se dedicado com o maior afinco à causa do patrimônio por tantos anos”.⁵³⁹ Marinho apresenta ao leitor um homem público intenso, dedicado, humanizado pelo cansaço e injustiçado no final da vida. Fissuras no monumento? Talvez. Mais que isso, um personagem pronto para receber a simpatia, solidariedade e adesão do leitor.

“Rodrigo e o SPHAN”, por sua vez, tem como objetivo central apresentar uma coletânea de textos diretamente ligados a sua atuação como diretor do órgão. É uma continuação da publicação anterior, dividindo-se nas seguintes seções: “Entrevistas e textos sobre o patrimônio histórico e artístico nacional”, “Textos introdutórios em publicações”, “Cartas a Mário de Andrade” (então autorizadas pelo IEB, completando o conjunto de cartas de Mário publicadas separadamente), “Museus” e “Discursos em atos oficiais”, num total de 48 textos, além das cartas.

A publicação, conforme a nota de esclarecimento, busca *completar* a imagem de um homem “arguto e sensível”, mostrada em “Rodrigo e seus tempos”, com a atuação do chefe de uma reduzida equipe atuante em todo o país.⁵⁴⁰ Pela primeira vez, são citados os depoimentos de antigos colaboradores sobre o início do funcionamento da instituição, a “fase a que Mário de Andrade chamou de heróica”.⁵⁴¹ Esses depoimentos são o resultado das entrevistas realizadas entre 1982 e 1983 pelo projeto de história oral do Núcleo de Editoração⁵⁴².

⁵³⁷ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 29.

⁵³⁸ Id. Ibid. p. 31.

⁵³⁹ Id. Ibid. Loc Cit.

⁵⁴⁰ Id. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 19.

⁵⁴¹ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁵⁴² Id. Ibid. Loc. Cit. As entrevistas mencionadas, acompanhadas do ano de realização, são as de: Alcides Rocha Miranda (1983), João José Rescala (1983), Edgar Jacinto (1983), José de Souza Reis (1982) e Lucio Costa (1983).

Ao comentar o dia-a-dia do diretor, Teresinha Marinho optou por combinar uma figura combativa e resistente com a do amigo para todas as horas:

Dificuldades, incompreensões e lutas na preservação dos bens patrimoniais do país estavam presentes no dia-a-dia do diretor do SPHAN, exigindo-lhe dedicação integral à função que desempenhava. Amigo fiel daqueles com quem trabalhava, fazia-se presente também nas horas difíceis da vida particular de cada um. É essa a figura do condutor dos destinos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que ressalta os textos aqui reunidos...⁵⁴³

Gostaria de chamar a atenção para a relação entre os marcos cronológicos mencionados pelo texto introdutório e os textos selecionados. Segundo a nota de esclarecimento, os textos reunidos “tratam de matéria especificamente ligada à sua atuação como diretor do órgão”, função exercida entre 1936 e 1967.⁵⁴⁴ Entretanto, consultando individualmente os documentos transcritos, nota-se, imediatamente, que eles abarcam, também, os dois anos em que Rodrigo já estava aposentado. São três textos de 1968 e quatro de 1969. Entre eles, a defesa de Rodrigo às acusações feitas por Augusto Lima Júnior⁵⁴⁵, texto incluído na seção “Entrevistas sobre o patrimônio histórico e artístico nacional”, uma palestra proferida em Ouro Preto⁵⁴⁶ e um artigo de maio de 1969 sobre a contribuição de Mário Chicó para a criação de cursos de museologia no Brasil.⁵⁴⁷ Este último, inclusive, vem acompanhado da nota que reproduz comentário presente na publicação original: “Ainda poucos dias de sua morte, Rodrigo continuava produzindo relatórios e estudos culturais. O trabalho que apresentamos a seguir foi o derradeiro”⁵⁴⁸. O texto foi publicado pelo *Jornal do Commercio* duas semanas após o falecimento de Rodrigo.

Parece-me possível observar esse detalhe aparentemente insignificante sob dois pontos de vista. O primeiro, mais evidente, diz respeito ao que poderia se chamar de “publicações retroativas”, ou seja, apesar do corte temporal imposto pela aposentadoria, os textos ainda teriam alguma relação com a atuação do diretor. Mesmo assim, gostaria de acrescentar um ingrediente mais sutil, relacionado com estreita relação

⁵⁴³ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 19.

⁵⁴⁴ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁵⁴⁵ Id. Ibid. p. 41-44. A notícia foi publicada em janeiro de 1969, sendo que a resposta datilografada de Rodrigo encontra-se no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Personalidade CX 08 P04.

⁵⁴⁶ Id. Ibid. p. 73-80.

⁵⁴⁷ Id. Ibid. p. 158-159.

⁵⁴⁸ Id. Ibid. p. 159.

progressivamente reforçada entre a vida de Rodrigo e a existência do IPHAN. Como se pôde perceber nas notícias sobre o falecimento do diretor, foram recorrentes as afirmações sobre a permanência de Rodrigo nas atividades relacionadas à instituição. A continuidade de sua atuação não é vista, aparentemente, como intromissão ou excesso de participação. A repartição, afinal, foi a sua casa, recordando as palavras de Renato Soeiro. Se a missão de Rodrigo ultrapassou o cargo, nada mais lógico do que ultrapassar também o limite de duração do mesmo. A publicação sinaliza, para a posteridade, que Rodrigo “foi o IPHAN” até sua morte.

Outro aspecto que merece destaque é o título do livro. O IPHAN mudou de nomenclatura seis vezes desde sua criação. Sua primeira denominação, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vigorou 10 anos, sendo modificado em 1946 para Diretoria e assim permanecendo até 1970. Tomando esse cálculo como parâmetro, durante a maior parte da gestão de Rodrigo, a instituição respondeu como DPHAN, sendo 21 anos com a mesma denominação. Por que, então, o título escolhido remete ao Serviço?

Em 1987, quando o livro foi publicado, a instituição articulava-se por meio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja sigla era idêntica à época do Serviço, e a Fundação Nacional Pró-Memória. Essa nomenclatura perdurou de 1979 até 1990. Na apresentação, assinada por Marcos Antônio Vilaça, e no texto seguinte, “SPHAN, cinquenta anos de Rodrigo”, escrito por Angelo Oswaldo de Araújo Santos, “a” SPHAN e “o” SPHAN aparecem diferenciados pelo artigo na grande maioria das menções. O título da publicação é claro: “Rodrigo e o SPHAN”. Valendo-se do artigo masculino, remete imediatamente ao Serviço e os textos, por sua vez, correspondem a toda a gestão de Rodrigo, compreendida por 10 anos de SPHAN e 21 anos de DPHAN.

O final dessa equação, ao que tudo indica, é produto da fase heroica. A leitura da gestão de Rodrigo é diretamente filtrada e hipervalorizada pelas origens da instituição, reforçada pela noção de ruptura com a trajetória anterior no campo do patrimônio no Brasil. Todos os textos de Rodrigo, nesse sentido, são unificados pela instituição original e respondem, mesmo que anacronicamente, ao “Serviço de Rodrigo”.

A apresentação de Marcos Vilaça⁵⁴⁹ também possibilita outra consideração: a identificação do Serviço com “o Patrimônio”, ou seja, a transformação do objeto de interesse na própria instituição por meio de uma fórmula que se tornou consistente graças à repetição. Na apresentação de “Rodrigo e o SPHAN”, assim Vilaça se refere à instituição e ao diretor:

Refiro-me, naturalmente, à hoje chamada SPHAN, que foi DPHAN e também IPHAN, além de também já ter sido noutra vez SPHAN, não como Subsecretaria ou Secretaria, mas como Serviço. Mais intimamente, melhor dizer que se trata do “Patrimônio”. O Patrimônio Histórico de Capanema, de Mário, de Afonso Arinos, de Drummond, de Lúcio, de Godofredo, de Saia, de Airton, de Soeiro, de Ferrão, de Oscar, de Silva Teles e de tantos outros ao longo destes anos. Mas, principalmente, o “Patrimônio” de Rodrigo. A ele talvez se deva esta peculiaridade da administração pública brasileira, a permanência de um projeto de trabalho que se desdobra e se prolonga pelo tempo, numa continuidade que, ao mesmo tempo, se renova e permanece.⁵⁵⁰

O “Patrimônio” de Rodrigo, esse a que corresponde o Serviço, já parece ser um contínuo no tempo. Valendo-se da criação do “rodriguismo”, de autoria de Gilberto Freyre, o autor define:

Rodriguismo é, portanto, esta fantástica força de uma personalidade que se projeta ao longo dos anos, a ponto de contaminar todos aqueles que se deixam tomar pela mística da defesa de nosso patrimônio cultural e a esta tarefa se entregam de maneira total e absoluta. Há qualquer coisa de paixão nisto, paixão que faz com que, após tantos anos, gerações que sequer conheceram Rodrigo se engajem neste apostolado de forma tão inteira.⁵⁵¹

A projeção da personalidade de Rodrigo pauta permanências, ao mesmo tempo em que se renova com novos agentes nos quais Vilaça inclui-se: “Não imaginava, evidentemente, que pouco tempo depois, pelos insuspeitos imperativos do destino, seria eu quem estaria à frente desta instituição e, mais que isto, encarregado da desafiadora tarefa de dar continuidade à ‘lição de Rodrigo’”.⁵⁵² O livro “A lição de Rodrigo”, além de fonte da citação sobre o “rodriguismo”, no texto de Vilaça, é assumida como guia. Ainda que Aloísio Magalhães seja identificado como outra “figura exemplar”, é à lição

⁵⁴⁹ Em 1981, foi criada a Secretaria de Cultura (SEC), no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. A SPHAN passou a funcionar como Subsecretaria da SEC. Marcos Vilaça foi diretor da SEC entre 1982 e 1985, quando essa foi extinta e, na sequência, criado o Ministério da Cultura.

⁵⁵⁰ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 5.

⁵⁵¹ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁵⁵² Id. Ibid. p. 6.

de *Rodrigo* que o autor se relaciona e se apresenta como continuidade, como integrante de um apostolado perpetuado e seguido mesmo por aqueles que “sequer conheceram” o modelo.

Finalmente, algumas considerações sobre “Sphan, cinqüenta anos de Rodrigo”, texto assinado por Angelo Oswaldo de Araújo Santos, diretor da Secretaria entre 1985 e 1987. O título do texto já traz um dado interessante. O ano de 1987 significou uma data “redonda” de comemoração da instituição, pois se completavam 50 anos da oficialização do Serviço por Gustavo Capanema. O título é dúbio, em vários sentidos. Pode tratar do Serviço ou da Secretaria, em primeiro lugar. Tudo leva a crer que se trata do primeiro, tendo em vista que, na metade do texto Angelo Oswaldo afirmou que “o Patrimônio de Rodrigo” tornara-se “cinqüentão”.⁵⁵³ Além disso, dúbio também é a comemoração aludida: trata-se de 50 anos de Rodrigo ou 50 anos da instituição? São essas pequenas nuances que, repetidas, acabam por consolidar a superposição de imagens do homem e da instituição.

Angelo Oswaldo referiu-se a Marcos Vilaça como “continuador da ‘lição de Rodrigo’”, evocando seu “comprometimento com a obra” do primeiro diretor. Mais adiante, afirmou: “O conhecimento da vida e do trabalho de Rodrigo exerceu em mim a força do destino”.⁵⁵⁴ Diferentemente dos depoimentos em vida, e neles incluo “A lição de Rodrigo”, a produção da década de 1980 estabelece corte e continuidade de maneira singular em sua relação com Rodrigo M. F. de Andrade. Na introdução a “Rodrigo e seus tempos”, Lucio Costa observou:

Quando é que poderia imaginar que, 18 anos depois de morto, pessoas que nem sequer o conheceram – Lélia Coelho Frota, Teresinha Marinho, José Laurênio de Melo e João de Souza Leite – iriam

⁵⁵³ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 6.

⁵⁵⁴ No início do texto, Angelo Oswaldo relembra seu primeiro contato com Rodrigo a partir da apresentação de Lúcia Machado e Antônio Joaquim de Almeida, e narra o valor positivo que a realização de um trabalho gratuito para o IPHAN conferia em sua relação com o diretor: “Antônio Joaquim fazia questão de ressaltar minha colaboração ao inventário e classificação do acervo recolhido à antiga Intendência de Sabará, dizendo que, ao não receber pagamento pelo paciente trabalho, eu já me tornara apto para as lutas do SPHAN e merecia a *acolade* de Rodrigo”. Eis, novamente, a noção de *missão*, de *apostolado*, então reeditada e valorizada pelos funcionários nos anos de 1980. Id. Ibid. p. 7.

debruçar-se numa paciente procura à cata de documentação no rastro que ele deixou.⁵⁵⁵

Tal consideração parece-me importante e, ao mesmo tempo, desafiadora. De que maneira poderia ser explorada a relação entre os contemporâneos da “fase heroica” e aqueles indivíduos ligados à “fase moderna”, valendo-me dessa divisão artificialmente criada? Como se insere a “retomada” de Rodrigo, por meio das publicações a ele dedicadas, em um momento de expressivas transformações institucionais?

Souza Leite mencionou o intuito de ampliar a comunicação institucional para fora do circuito habitualmente pensado, formado, em sua maior parte, por especialistas ligados ao campo.⁵⁵⁶ A intenção de promover uma comunicação mais ampla da instituição com o público abarcou a publicação de boletins, a reformulação da Revista e, também, a publicação de livros retrospectivos, documentando a trajetória da instituição. Neste interesse em consolidar narrativamente a trajetória institucional é possível identificar a tentativa de estabelecer cortes e continuidades nos rumos do IPHAN ao longo do tempo. Primeiramente, estabeleceu-se uma periodização. Uma etapa foi encerrada: a fase heroica acabou. Assim foi decretado por Saia e registrado, institucionalmente, em “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”. Este livro instituiu ao passado da instituição um começo, um meio e um fim. Em segundo lugar, buscou-se estabelecer uma continuidade que justificasse as mudanças conceituais propostas por Aloísio Magalhães e sua equipe, apesar dos conflitos internos. Para tanto, antes de Rodrigo, foi necessário evocar a figura de Mário de Andrade como emblema da visão plural de cultura em uma área que privilegiou, historicamente, bens imóveis do período colonial.

Quando indagado sobre um provável estranhamento entre os profissionais levados por Aloísio Magalhães e os integrantes da SPHAN, João de Souza Leite descreveu o seguinte quadro:

LB – Houve um certo estranhamento nessa mudança?

SL – Houve, muito, muito, muito, porque era fora da tradição, né? Primeiro lugar você tem a figura de Augusto [Silva Telles], que efetivamente, imaginava que seria ele o herdeiro, o sucessor do [Renato] Soeiro, então a entrada de Aloísio foi um corte. Mas aí ele

⁵⁵⁵ SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 10.

⁵⁵⁶ **Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer**, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

descobriu que Aloísio não era uma ameaça a ele, entendeu, e, pelo contrário, era um apoio institucional fundamental porque desempenhava um papel político, que Augusto era bom também nisso, há que se dizer, mas Augusto era o sujeito tradicional, tinha abordagem do que naquela época a gente chamava do monumento de pedra e cal, exclusivamente isso. A bem da verdade o que vai acontecer num curto espaço de tempo é que o próprio Aloísio começa a perceber que a densidade maior está na defesa do patrimônio de pedra e cal. Mas aí ele morre, né? Então isso fazia parte da nossa conversa pessoal, outras pessoas podem dizer: não, de jeito algum! Mas eu sei que era assim porque eu privava de uma intimidade com ele [inaudível] podíamos conversar certas coisas sem o mean..., sem os melindres da política, enfim, então isso ficava muito claro, que ele tava, ele percebia que o pessoal que tinha vindo com ele, pelo Centro Nacional de Referência Cultural era um pessoal muito ligado, era muito ligado às Ciências Sociais, muito bem formado, gente da melhor qualidade, da melhor qualidade, mas que não comungavam com ele desta visão pragmática, entendeu?⁵⁵⁷

Tanto na publicação dedicada a Mário de Andrade, como nas duas relacionadas a Rodrigo, chama atenção a característica “arquivística” das iniciativas. Os livros oferecem documentos ao leitor, sem comentários. São as notas, prefácios e introduções, de contemporâneos e sucessores, que guiam o interessado na leitura. São provas que consolidam e, ao mesmo tempo, “isolam” o passado. Se Mário de Andrade é acionado como o criador de um conceito que deve ser continuado, Rodrigo é o modelo para o fortalecimento da instituição. Havia, naquele contexto, necessidade de recuperar o prestígio do IPHAN. Ninguém melhor que Rodrigo para isso:

JL – Aí, enfim, aquilo [o trabalho no IPHAN] era, durante muito tempo, foi um projeto pessoal meu, era uma coisa que a minha vida se confundia com aquilo, eu tinha como meta, eu tinha a crença absoluta de que aquele trabalho tinha que ser feito, tinha que ser feito com muita intensidade e obsessão, não tinha jeito, era uma instituição que tinha, sob Rodrigo, tinha ganhado uma expressão muito forte, depois sob Soeiro tinha se enfraquecido enormemente, né?, e quando Aloísio veio, no meio, no bojo de idéias de várias pessoas, Aloísio não estava sozinho nisso, era um assunto, a questão da cultura brasileira no momento era um assunto e Aloísio era um pragmático, era um sujeito que trabalhava não no plano do idealismo inconsequente, entendeu?, ele trabalhava no idealismo que mobiliza os esforços para a realização, é um designer né?, então isso é uma característica muito

⁵⁵⁷ De acordo com Souza Leite, Aloísio Magalhães, logo antes de viajar a Veneza, já havia previsto futuros conflitos com “seu grupo de origem”: “porque ele estava reconhecendo uma situação absolutamente material e concreta, de um enfrentamento em nome da preservação de centros históricos, de bens, bens materiais, uma coisa que precisava ser equacionada num grau muito complicado, então esses embates foram deixando ele muito aflito”. **Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer**, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

forte nele e eu comungava com ele de muitas das ideias, então quando eu fui pra lá eu praticamente trabalhava por minha conta, embora tivesse Zé Laurênio e Lélia Coelho Frota, nós três éramos assim um trio ali que pensava bastante nessas coisas. Tinha mais um personagem, o Herval da Cruz Brás na lista, mas que tinha uma posição muito dúbia em relação àquilo tudo, não era um sujeito engajado, era um sujeito que via aquilo ali como um emprego, não se engajava no processo...⁵⁵⁸

Nota-se que a noção de engajamento está presente na fala de Souza Leite bem como a crítica àqueles que viam o trabalho na SPHAN/FNpM como um “mero” emprego. A lição de Rodrigo ainda se fazia presente. O prestígio da instituição, enfraquecido sob a gestão de Soeiro, seria recuperado, de certa maneira, pela equipe de Aloísio. Ao que tudo indica, as publicações retrospectivas inserem-se em uma articulação para a revitalização/reafirmação do IPHAN e a retomada de sua representatividade nas atividades em favor da cultura brasileira. Duas publicações destinadas à vida e obra de Rodrigo preencheram um lugar importante nesse processo. Ele seguiu sendo herói, porém mais como modelo distante para reverenciar, inspirar e, principalmente, conceder prestígio, e menos exemplo a ser repetido.

Paralelamente à pesquisa para as duas publicações sobre Rodrigo, o Núcleo de Editoração também realizou uma série de entrevistas com antigos funcionários e colaboradores da instituição, ou, nas palavras de João de Souza Leite, “com pessoas que fizeram parte da história do IPHAN, do tempo heroico”. De acordo com o entrevistado, foi “um programinha muito humilde mesmo de história oral, basicamente indo pegar depoimentos dessas pessoas”.⁵⁵⁹ Segundo Analucia Thompson⁵⁶⁰, o projeto da década de 1980 deve ser compreendido como a primeira experiência de história oral dentro da instituição. Segundo a autora e atual coordenadora do projeto de história oral do IPHAN, a realização de entrevistas naquele momento foi possível graças à progressiva autonomização do campo do patrimônio na esfera cultural e à existência de especialistas

⁵⁵⁸ **Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer**, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

⁵⁵⁹ Id. Ibid.

⁵⁶⁰ De acordo com Analucia Thompson, em função da comemoração dos 70 anos de criação do IPHAN, em 2007, o então presidente da instituição, Luiz Fernando Almeida, sugeriu a recuperação das entrevistas realizadas na década de 1980. O reconhecimento da importância daquela iniciativa motivou a realização de um novo projeto, então denominado “Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural”. THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009, p. 9.

aos quais competia narrar as mudanças que foram gerando diferenciações.⁵⁶¹ De acordo com um balanço geral do projeto, realizado pela atual equipe, foram realizadas 27 entrevistas entre 1982 e 1987, com indivíduos que eram ou tinham sido funcionários do IPHAN. Desse total, 20 foram transcritas e seis publicadas. Conforme a análise de Thompson, não houve interesse nas histórias de vida dos indivíduos e as perguntas variavam, podendo ser sobre uma obra de restauração, atuação em uma região específica do país e, principalmente, sobre a opinião a respeito de Rodrigo M. F. de Andrade, o que novamente expressa a centralidade atribuída pela instituição ao personagem.⁵⁶² Quando pesquisei no Arquivo Central do IPHAN não tive acesso a todas as entrevistas. Além das seis publicadas⁵⁶³, pude consultar cinco entrevistas transcritas⁵⁶⁴, de um total de 12. Além destas, existem entrevistas somente disponíveis em áudio, também não acessíveis.

Meu primeiro interesse nas entrevistas orbitava em torno dos depoimentos sobre Rodrigo, cujos trechos, inclusive, foram utilizados nos outros capítulos da tese. Ao consultá-las, entretanto, percebi que, em certos momentos, as perguntas também consistiam em bons indícios. Na entrevista de Lygia Martins Costa, por exemplo, a entrevistadora Dora Alcântara afirma/pergunta:

Lygia, uma coisa que tá me chamando a atenção e senão é novidade, aliás, não, quando a gente fala do Patrimônio e de todo o trabalho do Patrimônio desde a concepção até certo ponto, depois a capacidade de organizar uma equipe atuante, competente, séria, até algumas intervenções técnicas, vem à baila o nome do Dr. Rodrigo. *Nem poderia deixar de ser, ele é quase como um sinônimo do patrimônio histórico e dessa equipe e do coletivo, mesmo, da própria equipe* e uma coisa que seria talvez interessante também deixar aqui registrado, era um testemunho seu. Em que medida havia uma intervenção de Dr. Rodrigo nessa área técnica, como a gente sentia a presença dele nesse particular?⁵⁶⁵ [grifos meus]

⁵⁶¹ THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010, p. 15.

⁵⁶² Id. Ibid. p. 18.

⁵⁶³ Foram publicadas entrevistas com as seguintes pessoas (seguidas do ano de realização e de publicação): Judith Martins (1982/ 1984), Rubens Borba de Moraes (1982/ 1987), João José Rescala (1983/ 1987), Edgar Jacintho (1983/ 1988), D. Clemente Silva Nigra (1983/ 1991), José Silva Quintas (1988/ 1999).

⁵⁶⁴ Tive acesso às seguintes entrevistas: Lygia Martins Costa (sem data), José de Souza Reis (1982), Lucio Costa (1983), Alcides Rocha Miranda (1983) e José Bento Faria Ferraz (1985).

⁵⁶⁵ **Entrevista de Lygia Martins Costa para Dora Alcântara**, Maria Augusta Coelho, Lelia Frota e Teresinha Marinho. Fita 2, lado 1. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Ou, ainda, na entrevista de José da Silva Reis, quando a entrevistadora Teresinha Marinho indaga: “Doutor Reis, o senhor falou na [sic] rigidez do Dr. Rodrigo no trabalho. Mas quando ele terminava [o] serviço ele tinha uma outra faceta de personalidade, não é?”⁵⁶⁶ A essa pergunta, Souza Reis respondeu:

JSR - Sim, de certa, forma. Ele não deixava de ter também essa maneira agradável e simpática de companheiro na repartição. Apenas estava sempre achando pouco o que nós fazíamos e procurava – era uma maneira de estimular, não é? – procurava sempre que nós produzíssemos mais e prestássemos a maior assistência ao Serviço. Do que o Rodrigo não gostava [e que] era uma coisa marcante para ele, é que um funcionário mais antigo se afastasse (...).

TM – Mas [do] que falo é que depois do expediente ele gostava de reuniões, não é?⁵⁶⁷

O interesse por Rodrigo também aparece em outras entrevistas: para Alcides Rocha Miranda, Teresinha Marinho solicita algum comentário sobre a “personalidade do Dr. Rodrigo”, o contato diário de trabalho.⁵⁶⁸ A José Bento Faria Ferraz, ela convida a tecer algum comentário sobre sua “convivência com o Dr. Rodrigo”.⁵⁶⁹ De acordo com João de Souza Leite, foi possível acessar informações que não estavam registradas em nenhum lugar, narrativas que diziam respeito aos processos de pesquisa e, principalmente, ao cotidiano da instituição.⁵⁷⁰

O interesse em Rodrigo não parece desproporcional. Entendo, primeiramente, que fosse instrumental, na medida em que as primeiras entrevistas e publicações retrospectivas de 1986 e 1987 foram iniciadas na mesma época. Havia, portanto, um empenho especial na busca de informações que colaborassem na configuração de uma

⁵⁶⁶ **Entrevista de José de Souza Reis para Teresinha Marinho**, realizada em 7 dez. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

⁵⁶⁷ Id. Ibid.

⁵⁶⁸ **Entrevista de Alcides Rocha Miranda para Teresinha Marinho**, realizada em 22 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

⁵⁶⁹ **Entrevista de José Bento Faria Ferraz para Teresinha Marinho com a presença de Jaelson Bitran**, realizada em 20-21 set. 1985. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

⁵⁷⁰ “Era muito engraçado trabalhar naquele por lá [sic] porque, por exemplo, eu me lembro [risos], acabei de me lembrar do Drummond me contando uma história ótima que era o seguinte: antes de o Ministério estar pronto, eles funcionaram naquele prédio chamado Nilomex, que fica na Nilo Peçanha com o México, um prédio *Art Déco* que agora foi todo [retrofitado], enfim e aí era uma sala onde ficava o Capanema e ele do outro lado. A mesa do Capanema e a mesa dele, na mesma sala do outro lado. E, desse lado, desse lado, enfim, ficava a sala das secretárias e o único banheiro que atendia ficava do outro lado. Então [risos] dizia que de vez em quando vinha uma das secretárias, abria a porta, fazia um sinal com a cabeça, atravessava, entrava no banheiro, aí você ouvia a descarga [risos] e aí ela voltava, fazia um aceno com a cabeça para o Ministro, para o chefe de gabinete e saía do outro lado [risos]”. **Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer**, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

imagem de Rodrigo que interagisse com as publicações. Mas parece produtivo pensar nessa relação. Até que ponto os depoimentos obtidos podem ter influenciado na orientação das publicações, e vice-versa? O acesso limitado às entrevistas não permite considerações mais consistentes. Apesar disso, a partir das duas últimas citações, é possível notar perguntas informadas pela imagem do sinônimo homem-instituição ou pela relação entre amizade e trabalho, ambas construídas ao longo do tempo por meio de seus contemporâneos e assumidas pela instituição.

No capítulo a seguir, detenho-me na análise dos usos da imagem de Rodrigo sob a perspectiva acadêmica. A partir de um levantamento de teses e dissertações relacionadas ao campo do patrimônio no Brasil, busco identificar de que maneira essa é utilizada na produção acadêmica contemporânea. Quais aspectos são privilegiados? Quais são as fontes selecionadas em teses e dissertações dedicadas ao estudo do campo do patrimônio no Brasil?

4

Um monumento como argumento?

O último capítulo da tese poderia ser o primeiro. Seu objeto é, nada menos, que o ponto de início do projeto de pesquisa. Como relatei na introdução desta tese, foi a partir da busca de trabalhos acadêmicos sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade que passei a problematizar os processos que forjaram sua imagem aos moldes de um homem-monumento. Nos capítulos anteriores, tentei conduzir o leitor pelo emaranhado de agentes, discursos e publicações que estruturaram os caminhos pelos quais as narrativas sobre o primeiro diretor do IPHAN foram estruturadas. Neste último, investigo trabalhos acadêmicos contemporâneos que se valem da sua imagem e que, de diferentes maneiras, relacionam-se com o campo do patrimônio cultural no Brasil.

A opção por analisar dissertações e teses, ao invés de artigos ou livros, por exemplo, justifica-se, principalmente, pela relativa unidade oferecida pelo Banco de Teses da Capes, uma vez que é possível operar a pesquisa sob os mesmos parâmetros de busca com abrangência nacional, auxiliando na definição do *corpus documental* relativamente coeso. Além disto, foi possível acessar trabalhos de diferentes regiões do país. Soma-se a isso, a intenção de ampliar o escopo da investigação para além de uma produção exclusivamente relacionada ao IPHAN e/ou instituições voltadas para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

4.1 Rodrigo na Academia: um panorama inicial

A definição das teses e dissertações a serem analisadas foi estabelecida a partir de diferentes fases em função da empreitada hercúlea que se organizaria. Foram três etapas, desde a investigação inicial, em 2010, até o fichamento das citações, em 2014. A busca foi pautada pelos termos “SPHAN”, “DPHAN” e “IPHAN”, ampliando consideravelmente o número de 11 trabalhos que inicialmente haviam resultado na busca realizada por “Rodrigo Melo Franco de Andrade” e variações de sobrenome. Ao todo foram levantados na pesquisa 253 títulos considerados potencialmente interessantes para a investigação, com recorte temporal definido entre 1989 e 2012.

É inegável que a produção acadêmica sobre o tema cresceu consideravelmente nos anos 2000, em especial a partir do ano de 2005. De acordo com a última avaliação da CAPES, os cursos de pós-graduação aumentaram 23% no triênio que contabiliza os anos de 2010 a 2013.⁵⁷¹ No que se refere especificamente às pesquisas sobre o tema do patrimônio cultural no Brasil, a criação de um Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN⁵⁷², cujas primeiras bancas de conclusão ocorreram no ano de 2012, repercutiu nos números da produção acadêmica sobre o tema.

Na pesquisa, foi possível mapear os usos da imagem do primeiro diretor da instituição em investigações de diferentes áreas, como Turismo, Arquitetura e Urbanismo, História, Gestão de Bens Culturais, Ciências Sociais, Geografia e Artes, entre outros, levando-se em conta que o tema da preservação do patrimônio cultural constitui objeto de estudo que interessa a diferentes disciplinas. Dos 253 títulos iniciais foram obtidos 165 trabalhos, entre dissertações ou teses, em meio digital ou impresso, contabilizando 65,2% do total de títulos levantados.⁵⁷³ Desse número final, 103

⁵⁷¹ Disponível em <: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6689-resultados-da-avaliacao-da-capes-revelam-que-pos-graduacao-teve-crescimento-de-23-no-trienio> >. Acesso: 22 jun. 2015.

⁵⁷² Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/243> >. Acesso: 22 jun. 2015.

⁵⁷³ O levantamento foi realizado na produção acadêmica de todo o país. Em função disso, alguns trabalhos não puderam ser obtidos devido a sua indisponibilidade em meio digital. Isso decorre de diferentes fatores, entre outros, por sua data de publicação anterior à vulgarização dos arquivos digitais, pela restrição do autor ou devido à acessibilidade limitada a pesquisadores externos à instituição onde foi defendido o trabalho. De acordo com postagem de 25 de fevereiro de 2014: “Como forma de oferecer acesso a informações consolidadas e que reflitam as atividades do sistema nacional de pós-graduação brasileiro, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coloca à disposição da comunidade acadêmica o Banco de Teses na qual será possível consultar todos os trabalhos defendidos na pós-graduação brasileira ano a ano. Entretanto, como forma de garantir a consistência das informações, a equipe responsável está realizando uma análise dos dados informados e identificando registros que por algum motivo não foram informados de forma completa à época de coleta dos dados. Assim, em um primeiro momento, apenas os trabalhos defendidos em 2012 e 2011 estão disponíveis. Os

registros citam a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade ou o período diretamente ligado a sua direção e é a partir desse universo que as considerações desta parte da tese serão construídas.

A seguir, dois gráficos indicam a proporção de teses e dissertações pesquisadas (Gráfico 1), bem como as principais áreas de conhecimento a que se vinculam os trabalhos (Gráfico 2):

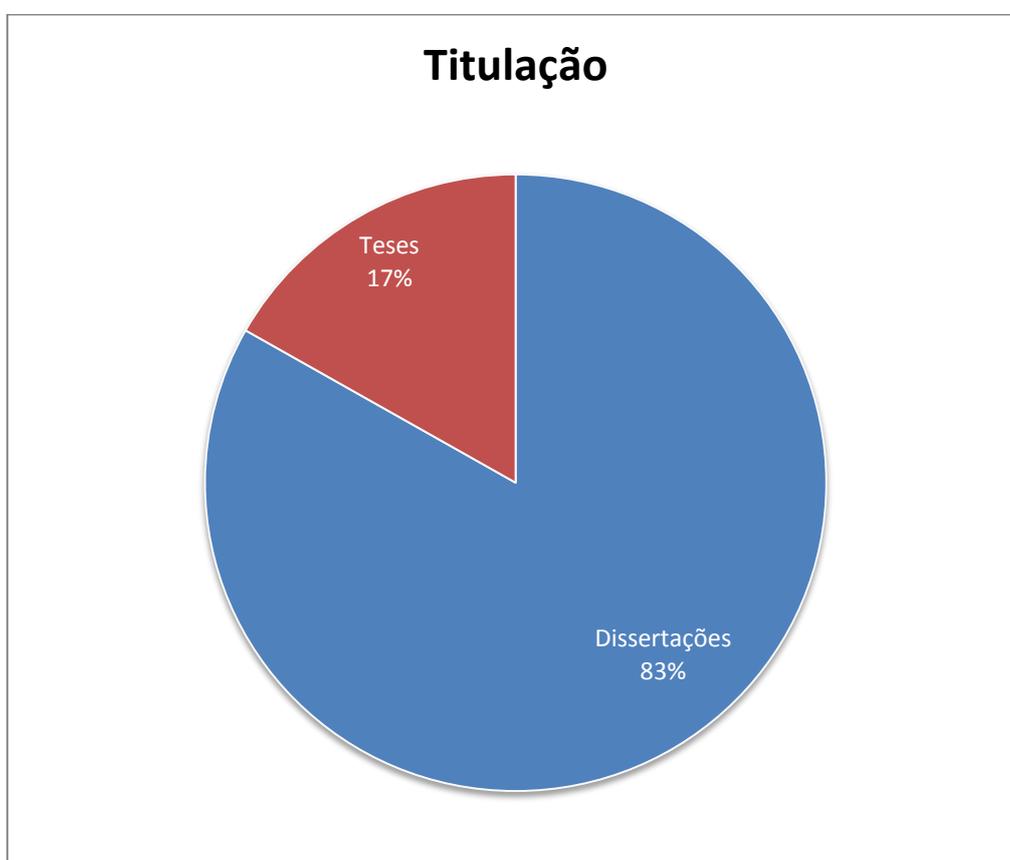


Gráfico 1. Teses e dissertações.

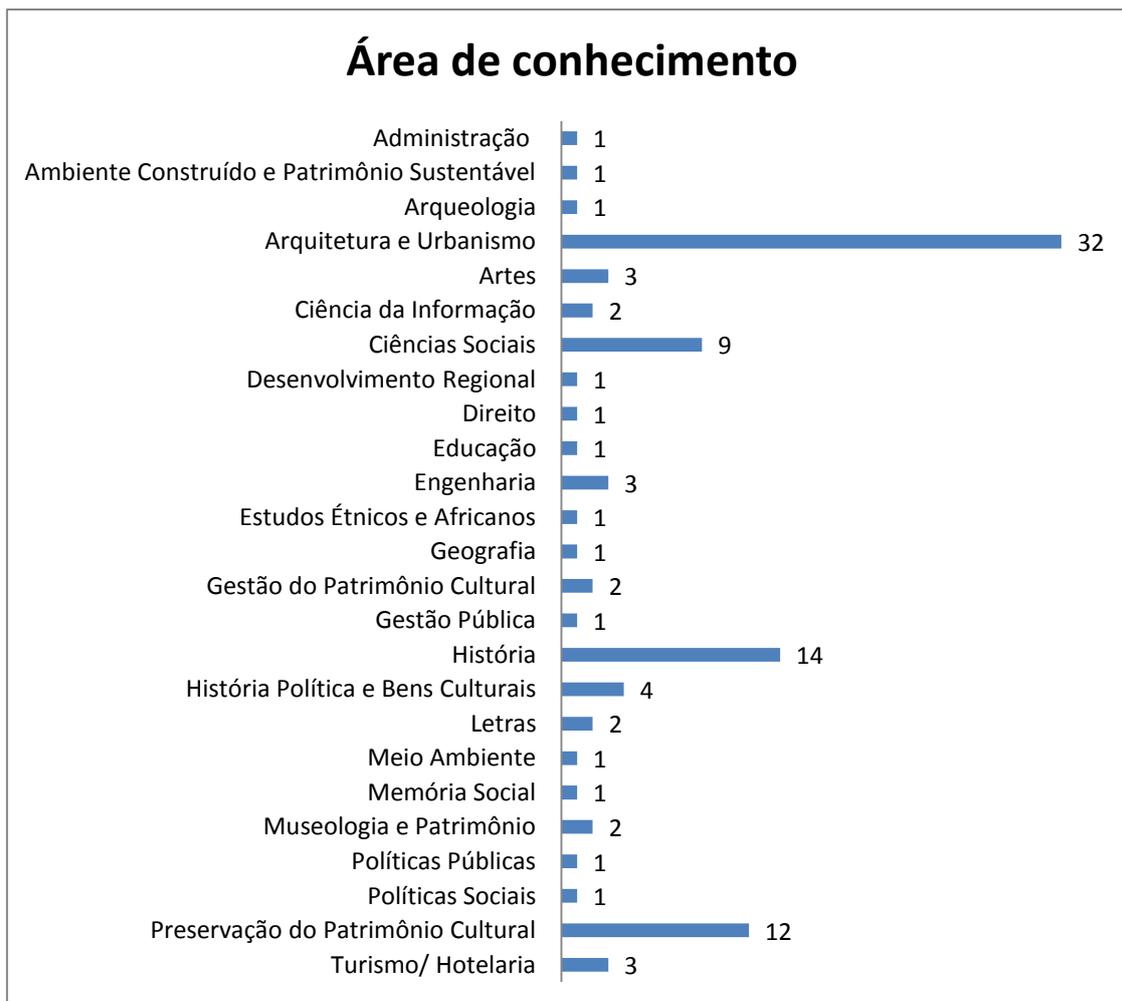


Gráfico 2. Áreas de conhecimento.

Observando o Gráfico 3, é perceptível a predominância de estudos sobre o campo do patrimônio vinculados à Arquitetura (32 trabalhos), seguidos da produção associada à História (14 trabalhos), Preservação do Patrimônio Cultural⁵⁷⁴ (12 trabalhos) e Ciências Sociais (9 trabalhos). Tido tradicionalmente com um campo eminentemente de arquitetos, o patrimônio cultural ainda padece de relativa falta de interesse de pesquisadores de outras áreas de conhecimento.

A leitura das dissertações e teses provocou uma série de elaborações e reelaborações sobre o sistema que deveria ser adotado para o fichamento dos trabalhos. Isolar grupos de informações de um texto acadêmico é, evidentemente, uma atividade arriscada, condicionando o leitor aos filtros previamente estabelecidos pelo pesquisador.

⁵⁷⁴ Os trabalhos contabilizados neste item referem-se à produção vinculada ao Mestrado Profissional do IPHAN.

Como medida explicativa, deixo claras as duas perguntas que nortearam, de maneira prática, a leitura dos textos: primeiramente, quais os aspectos da imagem de Rodrigo e de sua direção foram privilegiados no conjunto dos 103 textos lidos? E, em segundo lugar, quais as fontes utilizadas para a construção das informações? Além disso, esclareço a delimitação do recorte escolhido: foram selecionadas informações *diretamente* relacionadas ao primeiro diretor do IPHAN, com citação literal ao seu nome ou período de gestão.

Assim orientada, identifiquei algumas unidades articuladas em torno de Rodrigo. Tal unidade não significa, necessariamente, ausência de divergências quanto a certas informações e afirmações. Ao que tudo indica, os discursos sobre o personagem padecem, em alguns momentos, de uma paradoxal “unidade desigual”, onde uma série de pequenas notas discrepantes habita um monumento aparentemente monocórdio. Essa, aliás, parece ser a força (e a fraqueza) do homem-monumento.

4.2 Entre Mário e Rodrigo, uma disputa projetada ao longo do tempo

Se, do ponto de vista legal, a criação do IPHAN foi uma iniciativa do Ministro Capanema, esboçada por Mário de Andrade e, finalmente, organizada como Decreto-lei por Rodrigo M. F. de Andrade (que, como vimos, também levou em conta outros textos anteriores com objetivos semelhantes), nos trabalhos acadêmicos contemporâneos nem sempre os eventos figuram singularizados de maneira clara. Retomando brevemente a cronologia esboçada a partir da documentação, em correspondência de 24 de março de 1936, Mário de Andrade encaminhou “sugestões solicitadas verbalmente” ao Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo, então sob sua direção. As sugestões versavam “sobre a organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional”.⁵⁷⁵ Rodrigo M. F. de Andrade foi contratado como “director” praticamente um mês depois, conforme a resolução de Gustavo Capanema datada de 23 de abril de 1936.⁵⁷⁶ Em novembro do ano seguinte, foi publicado o Decreto-lei 25. Partindo destas informações, um primeiro exercício de observação

⁵⁷⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas/ GCg1936.03.24/2.

⁵⁷⁶ No mesmo mês, foi contratado Oswaldo Teixeira como secretário da instituição. Em seguida, procedeu-se a contratação de Judith Martins e Hércia Dias, como datilógrafas; Pedro Ribeiro, como contínuo; e Octávio Ferreira de Souza como servente. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas/ GCg1936.03.24/2.

pertinente para análise relaciona-se às atribuições de Rodrigo no que se refere à criação do IPHAN, bem como sua atuação na elaboração da legislação que instituiu o Serviço.

Por vezes, Rodrigo aparece como coordenador do projeto que implantou o IPHAN.⁵⁷⁷ Em outros momentos, afirma-se que foi convidado a dirigir e organizar o Serviço que havia ajudado a criar⁵⁷⁸ ou, ainda, a ser o responsável por “implantar o SPHAN” a partir do anteprojeto de Mário de Andrade.⁵⁷⁹ Ora “criador dos estatutos do SPHAN”⁵⁸⁰, em alguns casos assume a nomenclatura contemporânea de presidente da instituição.⁵⁸¹ As variações, ainda que sutis, não param por aí. Rodrigo também é mencionado como um dos idealizadores do projeto de organização de um serviço federal de preservação⁵⁸², o “grande nome à frente do SPHAN”.⁵⁸³ Mas talvez a denominação mais utilizada seja a que combina “fundador e diretor”⁵⁸⁴ da instituição,

⁵⁷⁷ ARAÚJO, Sílvio Alberto Camargo. **Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na Baía do Paranapanema Superior**. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 137.

⁵⁷⁸ CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-1960**. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010, p.170.

⁵⁷⁹ BAHIA, Denise Marques. **A arquitetura política e cultural do tempo na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011, p. 12.

⁵⁸⁰ DIAS, Robério. **O patrimônio paisagístico do Sítio Roberto Burle Marx: uma visão geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 36.

⁵⁸¹ MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. **Área central da Praça xv de Novembro: o papel do estado na preservação de um sítio histórico urbano (1938-1990)**. Dissertação (Mestrado em Ciência em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 62; PONTES, Anna Maria de Lira. **Entre fragmentos: os ditos e não ditos das ruínas patrimoniais** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, p. 80; CABRAL, Raquel Carpeggiani. **Desafios da preservação: o entorno dos bens tombados em Antônio Prado**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 31.

⁵⁸² NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. **Forte São João e o patrimônio histórico e artístico nacional**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009, p. 64.

⁵⁸³ PEDRAZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-PI: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 34.

⁵⁸⁴ FRANÇA, Luara Galvão de. **Patrimônio brasileiro, produtor de presença: a criação do SPHAN em 1937 e o presente espesso como cronótopo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 69; ALMEIDA, Miriam de Lourdes. **A cidade de Pirenópolis e o impacto do tombamento**. Mestrado (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2006, p. 59; SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2012, p. 16; PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em

confundindo sua participação burocrática com o monumento construído ao longo do tempo. Dito de outra forma, Rodrigo não fundou a instituição, tampouco foi dele tal iniciativa, mas o primeiro diretor foi investido, simbolicamente, de tal poder em função de sua vigorosa e celebrada atuação ao longo de mais de 30 anos de direção. Desta maneira, a fundação do IPHAN, como criação legal, confunde-se com sua criação do ponto de vista conceitual, essa sim determinada pela política adotada ao longo da gestão do personagem. Nesse sentido, vale acrescentar uma descrição mais próxima da relação entre sua vida e a instituição: “Dirigente do SPHAN desde seu surgimento, permaneceu no cargo até se aposentar em 1967, já próximo de sua morte”.⁵⁸⁵ Não obstante, é sabido que Rodrigo faleceu dois anos depois, tendo ainda atuado, após sua aposentadoria, como conselheiro na área.

A narrativa sobre o período inicial da instituição também é articulada em torno da relação entre Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. A mesma cronologia apresentada no início do texto vale para a apreciação das variações que orbitam em torno do anteprojeto de criação do IPHAN e do projeto que resultou no Decreto-lei 25. Neste caso, especificamente, é possível perceber uma série de diferenças que alteram, constantemente, o peso que cada um dos personagens teve na criação da instituição. Essa geometria variável já havia sido mencionada na análise das publicações da década de 1980 empreendida no capítulo anterior, onde a imagem de Mário de Andrade havia sido retomada como sustentação para as propostas de Aloísio Magalhães.

No que se refere às teses e dissertações, alguns autores ensaiam uma solução conciliadora entre as ações do poeta e do advogado, reconhecendo a complementaridade entre as propostas, a exemplo de Renato Alves e Silva, para quem a criação do SPHAN seguiu as principais diretrizes contidas no anteprojeto de Mário⁵⁸⁶ ou, ainda, Cecília Santos, que considera ambos os projetos faces da mesma ação patrimonial, unidas por

Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 23.

⁵⁸⁵ VIEIRA, Silvine de Souza. **O tombamento como prática social: a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2003, p. 27.

⁵⁸⁶ SILVA, Renato Alves e. **O desafio da preservação do patrimônio arquitetônico modernista no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 89-90.

ideal e compromisso de trabalho.⁵⁸⁷ Conduta singular é adotada por Tarcila Guedes, ao afirmar que “muitos técnicos do IBPC” consideravam a proposta de Magalhães uma releitura do anteprojeto de Mário de Andrade que, para eles, “foi completamente sufocada [a proposta] por Rodrigo M. F. de Andrade”.⁵⁸⁸ Guedes, entretanto, não considera os discursos dos ex-diretores “contrastantes, uma vez que ambos são personagens envolvidos diretamente com o Movimento Modernista, principalmente na sua atuação institucional”.⁵⁸⁹ Como visto no Capítulo 1, a matriz modernista é cara ao discurso da própria instituição sobre sua fundação.

Contudo, a postura adotada pela maioria dos autores tende a uma “tomada de partido” ao valorizar Mário de Andrade em detrimento de Rodrigo. Ou, melhor dizendo, sugerindo uma disputa entre um e outro, com Rodrigo supostamente vencedor. Para Beatriz Galves, o anteprojeto do autor de Macunaíma foi *preterido*⁵⁹⁰ em relação ao projeto final elaborado por Rodrigo; de acordo com Maria Auxiliadora Machado, sua proposta não prosperou, *prevalecendo* o “pensamento monumentalista” de Rodrigo;⁵⁹¹ para Edson Rosário, a proposta de Mário, “avançada para a época”, foi *aproveitada* apenas em parte pelo Decreto-lei 25.⁵⁹² De acordo com Fátima Althoff, a consagração da herança luso-brasileira e das classes dominantes deu-se durante os 30 anos de direção da instituição por Rodrigo. Segundo a autora, “*Mesmo contando* com a visão abrangente de Mário de Andrade” *predominou* a valorização estética.⁵⁹³

⁵⁸⁷ CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 90.

⁵⁸⁸ GUEDES, Tarcila. **O lado doutor e o gavião de penacho: o movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).** São Paulo: Annablume, 2000, p. 23.

⁵⁸⁹ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁵⁹⁰ GALVES, Beatriz Lourenço Peixoto. **Cultura e Patrimônio.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 57.

⁵⁹¹ MACHADO, Beatriz Auxiliadora Rezende. **Registro: análise crítica do processo administrativo federal de tutela do patrimônio cultural imaterial brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Programa de Pós-Graduação Jurídica da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012, p. 44.

⁵⁹² ROSÁRIO, Edson Antonio Costa do. **Educação patrimonial na Baixada Fluminense: uma experiência no Centro Integrado de Educação Pública - CIEP 354 Martins Pena.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, [s.p.].

⁵⁹³ ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p. 77.

Esta ideia de uma disputa onde a proposta de Rodrigo venceria a de Mário fica clara na pesquisa de Wilson Penteadó Júnior. O autor vale-se de um artigo de Regina Abreu, citando, em nota de rodapé:

Tornou-se já um relato mítico para os que contam a história da instituição mencionar as diferenças entre o anteprojeto de Mário de Andrade (...), esboçado em 1936, e a versão final do Decreto-lei nº. 25, que instituiu e criou a instituição. A *proposta vencedora*, protagonizada na figura de Rodrigo Mello Franco de Andrade, tenderia a privilegiar os aspectos materiais do patrimônio.⁵⁹⁴ [grifo meu]

A citação de Wilson Penteadó omite uma consideração, realizada no original por Regina Abreu, que corrobora com a noção de disputa entre propostas: a autora menciona “uma certa corrente de pesquisadores mais simpáticos à visão de Mário de Andrade”.⁵⁹⁵ Quase uma questão de times, por assim dizer. A elaboração de uma narrativa sobre a trajetória da instituição constrói e projeta, sem dúvida, a noção de uma disputa entre um e outro; contudo, essa se estabeleceu, aparentemente, de maneira muitos mais intensa nas pesquisas recentes do que durante seu período de constituição. Exemplo disto é a resposta concedida por Lygia Martins Costa⁵⁹⁶, em 2004, quando indagada sobre o papel de Mário na instituição: “Percebi que vocês colocaram uma certa ênfase no Mário de Andrade. Acontece que a minha geração não vê o Mário de Andrade como a geração de vocês”.⁵⁹⁷ No Capítulo 3, foi possível delinear um breve esboço das apropriações da imagem de Mário de Andrade nos anos de 1980, quando ocorre um esforço para forjar uma ideia de continuidade evolutiva para a noção de patrimônio. Como Márcia Chuva aponta, o elo encontrado para essa operação foi a figura de Mário.⁵⁹⁸

A positivação de Rodrigo no embate imaginado com o poeta figura de maneira mais tímida no conjunto de obras examinado: na dissertação de Jaqueline Silva, o

⁵⁹⁴ PENTEADO JUNIOR, Wilson Rogério. **Uma trilha ao intangível: olhares sobre o Jongo no espetáculo da brasilidade.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Campinas, Campinas, 2010, p. 30.

⁵⁹⁵ ABREU, Regina. “Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio”. **Sociedade e Cultura**, v. 8 n. 2, p. 37-52, 2005, p. 46.

⁵⁹⁶ Museóloga, professora e historiadora da arte, trabalhou no IPHAN entre 1952 e 1966.

⁵⁹⁷ COSTA, Lygia Martins Costa. Entrevista-depoimento. CHAGAS, Mário (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.31, Rio de Janeiro, 2005, p. 275.

⁵⁹⁸ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2011, p. 160.

primeiro diretor é identificado como o “verdadeiro autor” do Decreto –Lei 25⁵⁹⁹ e, na pesquisa de Raul Lanari, a Rodrigo é atribuída a encomenda do anteprojeto a Mário de Andrade, o que lhe confere protagonismo nas atividades antes mesmo de haver possibilidade para tanto.⁶⁰⁰

A problematização dessa oposição é pouco debatida. As considerações de Waldson Diniz constituem exceção no quadro geral de pesquisas, visto que o autor dedica espaço para a discussão da primazia entre um e outro. Observa ele:

Enquanto Clara E. M. de Barros concedeu primazia a Rodrigo M. F. de Andrade no tocante à produção e aprovação da Lei n. ° 25/37 e a socióloga Sirlei Silveira, no extremo oposto, tece consideráveis elogios ao poeta Mário de Andrade, [Carlos] Lemos, mais comedido, acresce que temos de levar em consideração outros parâmetros que operaram no processo de *filtragem* das idéias modernistas *marioandradinas* até sua institucionalização e inevitável enquadramento.⁶⁰¹

Se o trecho final conduz, de certa forma, a uma postura próxima do consenso, é digna de nota a disposição de Diniz de indicar as posições muitas vezes diametralmente opostas entre certos autores. Algumas leituras consideram o anteprojeto de Mário de Andrade como *proto-história* do IPHAN, outros supervalorizam o texto, ofuscando o decreto organizado por Rodrigo. Ao analisar o período entre 1967 e 1984, Waldson Diniz comenta a retomada de Mário de Andrade operada por Aloísio Magalhães, reconhecendo o emprego de um hábil recurso, por parte desse último, ao não se apresentar como corte, mas como continuidade das ideias contidas nos primórdios da instituição. Segundo o autor, “Dessa forma, [Aloísio Magalhães] fazia frente às constantes críticas que vinha sofrendo de amplos setores do IPHAN, composto em sua maioria por arquitetos, que comentavam sobre o risco da instituição ‘perder’ todo o trabalho desenvolvido por Rodrigo Melo Franco de Andrade”.⁶⁰²

⁵⁹⁹ SILVA, Jaqueline Pugal da. **Modelo de inserção de nova arquitetura em áreas urbanas diferenciadas:** experimentação na cidade de Sabará/MG. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p. 39.

⁶⁰⁰ LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito:** a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p.14.

⁶⁰¹ DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. **Patrimônio histórico de Corumbá:** imagem e poder (1937 – 2003). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004, p. 48.

⁶⁰² SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais:** as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984). Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-

É necessário admitir que, nesta disputa discursiva, o antagonismo serve como argumento para propósitos contemporâneos. Como já havia sido observado na década de 1990, na dissertação de Silvana Rubino, é possível identificar um “contradiscurso” proferido por “altos funcionários da instituição, onde a crítica à gestão de Rodrigo toma a forma, especialmente durante e após a gestão de Aloísio Magalhães, do elogio e da proposta de retorno às idéias de Mário”.⁶⁰³ A autora recupera falas onde a polarização entre os personagens aparece claramente, a exemplo de declarações de Mário Brockman Machado (Subsecretário de Assuntos Culturais no Ministério da Educação e Cultura entre 1981 e 1982) e Joaquim de Arruda Falcão (pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e presidente da FNpM entre 1986 e 1987). Afirma a autora:

Enquanto os discursos laudatórios proferidos pelos funcionários remanescentes da fase heróica do SPHAN buscam aproximar e estabelecer um elo de continuidade entre os trabalhos de Mário e Rodrigo, onde a intenção e a prática de preservação formam uma totalidade coerente e sem fissuras, os discursos de denúncia, ainda que de denúncia interna, no intuito de demarcar a diferença dos trabalhos futuros, constroem essa clivagem entre os dois trabalhos. Surge assim um SPHAN das intenções fracassadas e outro da prática vitoriosa.⁶⁰⁴

Walter Lowande problematiza a oposição entre ambos de maneira semelhante, identificando na literatura acadêmica uma narrativa das práticas preservacionistas nacionais a partir de pontos positivos e negativos de uma “trajetória de caráter unilinear”, na qual se destaca uma série de atributos da “fase heroica” que deveriam ser “evitados ou superados no presente”.⁶⁰⁵ Essa polarização discursiva também pode ser identificada nos trabalhos da década de 2000, muitas vezes associada, nas dissertações e teses examinadas, ao reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial estabelecido pelo Decreto 3551/2000, outra versão para as críticas ao “exclusivismo arquitetônico e elitista” adotado pelo IPHAN ao longo dos anos.⁶⁰⁶

Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2012, p. 105.

⁶⁰³ RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 66.

⁶⁰⁴ Id. Ibid. p. 68.

⁶⁰⁵ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Os sentidos da preservação:** história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p. 26.

⁶⁰⁶ No que se refere ao patrimônio imaterial, a inscrição deve ter como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. O registro pressupõe um estudo minucioso de manifestações culturais, elaborado, em sua grande maioria, a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Nesse, constam fotografias, gravações em vídeo e

4.3 A legitimação pelos respeitáveis colaboradores e a força do *sinônimo*

O grupo de funcionários e colaboradores que integrou no início os quadros do IPHAN é outra constante que ronda o nome de Rodrigo. Neste sentido, o movimento modernista desponta, sem dúvida, como o grande agrupador das estrelas da instituição, garantindo destaque à “expressividade” dos nomes citados no cenário cultural brasileiro da época. Como já afirmado anteriormente, a participação específica de cada um dos colaboradores dificilmente fica clara. Assim, a motivação para a citação dos nomes ligados a Rodrigo e considerados relevantes à criação e institucionalização do IPHAN oscila entre o crédito à pesquisa de autores citados como referência no campo, a exemplo de Lauro Cavalcanti, Maria Cecília Londres Fonseca, José Pessoa e Mariza Veloso Motta Santos⁶⁰⁷, e uma lista aparentemente “evidente”, que não recebe justificativa ou nota explicativa. A seguir, é possível observar um gráfico com a

áudio, além de relatórios das incursões em campo realizadas por uma equipe de pesquisadores. As manifestações culturais selecionadas são inscritas em quatro livros de registro: o dos Saberes (onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), o das Celebrações (onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), o das Formas de Expressão (onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e o dos Lugares (onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm >. Acesso: 9 set. 2015.

⁶⁰⁷ O trabalho de Mariza Veloso Motta Santos embasa os dados da pesquisa de Cynthia Roncaglio, o de Lauro Cavalcanti os estudos de Ana Lúcia Cerávolo e Vanuza Braga Moreira, José Pessoa é referido por Edson Rosário, Cecília Londres Fonseca consta nas notas de João Paulo Vieira Neto e a notícia biográfica redigida por Teresinha Marinho é creditada por Luara França. RONCAGLIO, Cynthia. **Emblema do patrimônio natural no Brasil**: a natureza como artefato cultural. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 124; CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio**: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-1960. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010, p.172; ROSÁRIO, Edson Antonio Costa do. **Educação patrimonial na Baixada Fluminense: uma experiência no Centro Integrado de Educação Pública - CIEP 354 Martins Pena**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, [s.p.]; VIEIRA NETO, João Paulo. **Conjunto de Serrotes de Quixadá**: monumentalidade e apropriação social do patrimônio natural. Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fortaleza, 2012, p. 45; FRANÇA, Luara Galvão de. **Patrimônio brasileiro, produtor de presença**: a criação do SPHAN em 1937 e o presente espesso como cronótopo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p.69; BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança**: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010, p. 12.

incidência de citações a cada um dos colaboradores (Gráfico 3), formulado a partir de 23 trabalhos⁶⁰⁸:

⁶⁰⁸ CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-1960.** 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010, p. 153, 171-172; GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 17; RONCAGLIO, Op. Cit., p. 124; DEZEN-KEMPTER, Eloísa. **O lugar do patrimônio industrial.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, p. 118; NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 61; FEDERMAN, Jonas. **Um processo decisório do Iphan: o caso do Museu Nacional de Belas Artes.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e das Técnicas e da Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 37; NAKAMUTA, Adriana Sanjanotti. **Forte São João e o patrimônio histórico e artístico nacional.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009, p. 65-67; BIESEK, Ana Solange. **Turismo e interpretação do patrimônio cultural - São Miguel das Missões - Rio Grande do Sul – Brasil.** Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004, p. 36; NASCIMENTO, Cláudia Bastos do. **Deterioração do forro em estuque reforçado com ripas vegetais – o caso “Vila Penteados” FAUUSP.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 20; KISHIMOTO, Deborah Padula. **A gestão do patrimônio: estratégias da preservação do patrimônio cultural na cidade de Parnaíba – Piauí.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 21; ROSÁRIO, Edson Antonio Costa do. **Educação patrimonial na Baixada Fluminense: uma experiência no Centro Integrado de Educação Pública - CIEP 354 Martins Pena.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, [s.p.]; POLLI, Giovana Carla Bonamin. **Elites intelectuais e nation building: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 44; SILVA, Glaci Teresinha Braga da. **A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 49; SANTOS, Helena Mendes dos. **Tradição e contradição na prática preservacionista: o tombamento de sítios urbanos pelo IPHAN de 1938-1990.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 107; SILVA, Jaqueline Pugnall da. **Modelo de inserção de nova arquitetura em áreas urbanas diferenciadas: experimentação na cidade de Sabará/MG.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p. 39; VIEIRA NETO, João Paulo. **Conjunto de Serrotes de Quixadá: monumentalidade e apropriação social do patrimônio natural.** Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fortaleza, 2012, p. 45; XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer.** Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008, p. 17; FRANÇA, Luara Galvão de. **Patrimônio brasileiro, produtor de presença: a criação do SPHAN em 1937 e o presente espesso como cronótopo contemporâneo.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p.69; SANTANA, Marcela Maciel. **As bordas da cidade colonial: um estudo da paisagem tombada de Ouro Preto.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012, p. 24; FLÔRES,

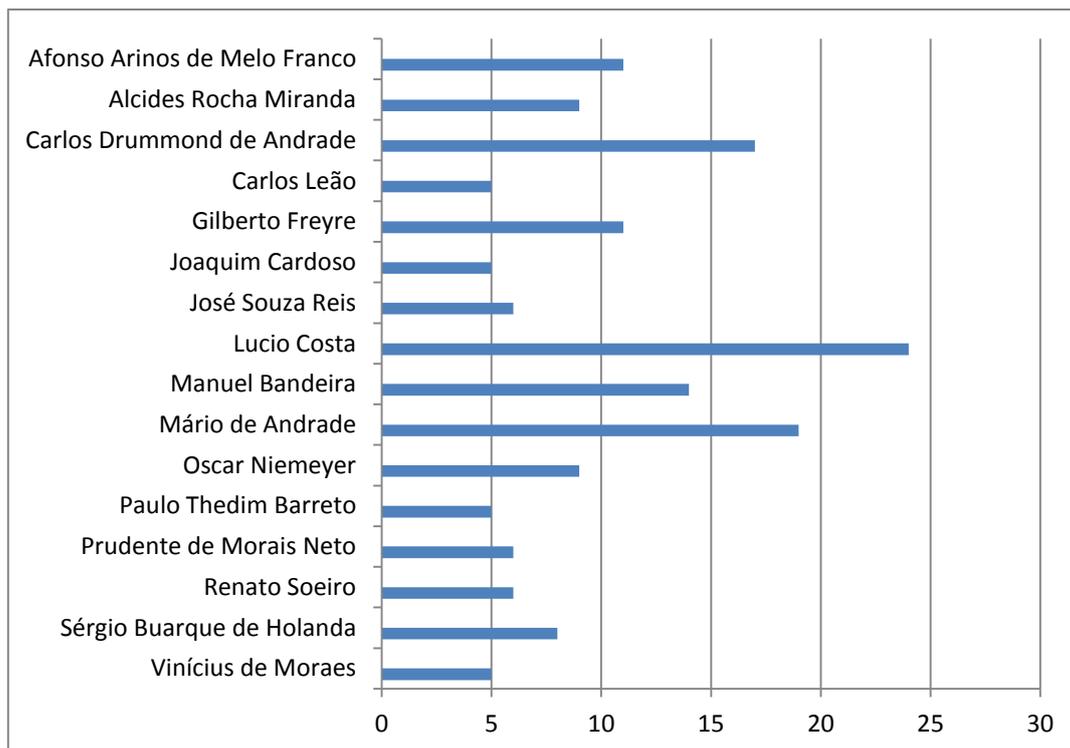


Gráfico 3. Incidência de citações aos colaboradores de Rodrigo M. F. de Andrade.

Além dos nomes inseridos no gráfico, são citados, esporadicamente: Agenor Noronha Santos, Alceu Amoroso Lima, Aníbal Machado, Augusto Meyer, Cândido Portinari, Cecília Meireles, Edgar Jacintho, Godofredo Filho, Gustavo Barroso, Hanna Levy, Heloísa Alberto Torres, Judith Martins, Luís Castro Faria, Luís Jardim, Luís Saia Mário Pedrosa, Murilo Mendes, Paulo Duarte, Pedro Nava, Raul Bopp, Rubem Braga e Sylvio de Vasconcellos, além de uma curiosa referência a Oswald de Andrade que, até onde foi possível verificar, teve, obviamente, relação direta com o movimento modernista, mas nenhuma participação efetiva no IPHAN. Desta forma, Rodrigo não é valorado somente por sua atuação mas, também, pelo prestígio e legitimidade daqueles que teve habilidade para reunir. Conforme é possível depreender do Gráfico 4, Lucio

Ralf José Castanheira. **São João Del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007, p. 71 e 126; NASCIMENTO, Cláudia Bastos do. **Deterioração do forro em estuque reforçado com ripas vegetais – o caso “Vila Penteado” FAUUSP.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p.20; BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto.** Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010, p. 12; DIAS, Wéllbia Carla. **Boletim SPHAN/próMemória: um espaço de comunicação do patrimônio cultural.** Dissertação (Mestrado em Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 54.

Costa e Mário de Andrade, seguidos por Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre e Manuel Bandeira são, visivelmente, os nomes mais citados. Os dois primeiros formam, juntamente com Rodrigo, a tríade constante de personagens que serve de âncora a uma variada gama de colaboradores.

Este grupo associado ao início da instituição é identificado de maneira laudatória de diferentes maneiras: importantes colaboradores,⁶⁰⁹ “personalidades nacionais”,⁶¹⁰ “personalidades do meio cultural, artístico e político da época”⁶¹¹ ou “intelectuais do modernismo”,⁶¹² sendo que o valor da informação é assentado na formação vanguardista e intelectualizada de indivíduos de vulto na cultura nacional dos anos de 1930. Interessa notar que, além dos nomes geralmente referidos, é possível identificar a capciosa categoria “outros”, às vezes abrilhantada por uma variação “outros de notável expressividade no panorama cultural nacional”,⁶¹³ ou “outros intelectuais respeitados e bastante eruditos na época”.⁶¹⁴ O trecho a seguir, de Adriana Nakamuta, sintetiza a observação. De acordo com a autora, a consolidação inicial do Serviço deveu-se à atuação do advogado Rodrigo “(no qual [sic] lhe foi confiada a direção do serviço e onde permaneceu durante trinta anos, 1937-1967)”, de Mário de Andrade “(integrante do grupo paulista, idealizador do anteprojeto e representante técnico da instituição em São Paulo)”, de Lucio Costa “(principal autoridade técnica e chefe da DET)” e de Carlos Drummond de Andrade “(organizador do Arquivo e responsável pela Seção de

⁶⁰⁹ CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-1960.** 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010, p. 171.

⁶¹⁰ NASCIMENTO, Cláudia Bastos do. **Deterioração do forro em estuque reforçado com ripas vegetais – o caso “Vila Penteadó” FAUUSP.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 20; BIESEK, Ana Solange. **Turismo e interpretação do patrimônio cultural** - São Miguel das Missões - Rio Grande do Sul – Brasil. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004, p. 36.

⁶¹¹ DIAS, Wéllbia Carla. **Boletim SPHAN/próMemória: um espaço de comunicação do patrimônio cultural.** Dissertação (Mestrado em Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 54.

⁶¹² NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 61.

⁶¹³ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁶¹⁴ NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. **Forte São João e o patrimônio histórico e artístico nacional.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009, p. 65-66.

História), entre outros, sobretudo os arquitetos”.⁶¹⁵ Em nota de rodapé ao termo “outros”, a autora cita “Rodrigo e seus tempos”, sem indicação precisa. Se Jonas Federman observa, criticamente, ser “possível afirmar que leis e textos institucionais do IPHAN ainda hoje cultuam os ídolos Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Aloísio Magalhães e Lucio Costa, entre outros”,⁶¹⁶ parece que textos acadêmicos andam nas circunvizinhanças desse percurso, nem sempre afastados do “culto”.

A esse recorte delimitado pela afirmação de um grupo de colaboradores diretos e indiretos, proponho relacionar a argumentação em torno da centralidade de Rodrigo no quadro institucional. É possível encontrar menção às práticas seletivas do “IPHAN de Rodrigo”,⁶¹⁷ ainda hoje citado com o nome antecedido pelo “Doutor” tão utilizado em entrevistas e depoimentos de seus contemporâneos. No mesmo sentido, figuram repetições de imagens elaboradas por seus antigos colegas que foram identificadas e detalhadas nos capítulos anteriores. Uma delas diz respeito à unidade e afinidade intelectual do corpo técnico coordenado por Rodrigo,⁶¹⁸ apesar da representatividade de Lucio Costa nas questões técnicas. Para Cristiane Gonçalves, por exemplo, tal unidade foi, “sem dúvida, também garantida pela habilidade e alta erudição do primeiro diretor, Rodrigo M. F. de Andrade, que permaneceria no cargo de 1937 até 1967”.⁶¹⁹ A mesma autora menciona desvios na “retilínea trajetória traçada na prancheta de Lucio, sob o olhar atento de Rodrigo”.⁶²⁰ Helena Mendes também segue essa relação, advertindo que muitos consideram Lucio Costa o responsável pelos parâmetros estabelecidos mas que, em alguns casos, “a decisão final era do diretor do Patrimônio”.⁶²¹

⁶¹⁵ NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. **Forte São João e o patrimônio histórico e artístico nacional**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009, p. 67.

⁶¹⁶ FEDERMAN, Jonas. **Um processo decisório do Iphan: o caso do Museu Nacional de Belas Artes**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e das Técnicas e da Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 37.

⁶¹⁷ NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 69.

⁶¹⁸ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 75.

⁶¹⁹ Id. Ibid. p.64-65.

⁶²⁰ Id. Ibid. p. 72.

⁶²¹ SANTOS, Helena Mendes dos. **Tradição e contradição na prática preservacionista: o tombamento de sítios urbanos pelo IPHAN de 1938-1990**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –

Eduardo Murayama, por sua vez, vale-se da alusão à celebrada modéstia de Rodrigo ao comentar sobre a dedicatória que Mário de Andrade havia feito ao então diretor na pesquisa publicada sobre o padre Jesuíno do Monte Carmelo: “a excessiva modéstia e a postura desejadamente impessoal no desempenho das funções públicas, levaram Mello a suprimir a dedicatória”.⁶²² A fonte da informação mencionada em nota, a saber, a publicação da correspondência entre Mário e Rodrigo, revela a força e a autoridade ainda atribuídas às edições da SPHAN/FNpM de 1980.

É possível identificar, também, o argumento centrado no prestígio de Rodrigo, a exemplo da pesquisa de Márcia Pereira, para quem o modelo de atuação do IPHAN perdurou por longo tempo, “dado o prestígio do referido órgão, bem como do seu diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade”.⁶²³ Na pesquisa de Mariana Rolim ecoa a dedicação do diretor, “reconhecida claramente pela admiração que seus funcionários demonstravam”.⁶²⁴ Em outro trecho, a autora vale-se da já mencionada declaração de Antônio Candido, referida no primeiro capítulo desta tese: “Depois percebi que o Patrimônio era antes de mais ninguém Rodrigo Melo Franco de Andrade...”.⁶²⁵ Não por acaso, Rolim credita a existência do IPHAN depois do final do Estado Novo mais à ação de Rodrigo do que à de Capanema.⁶²⁶ Waldson Diniz, a seu turno, chama atenção para o “papel modernizador do trabalho do advogado mineiro, verdadeiro publicista deste órgão”, responsável por dar-lhe visibilidade ao longo de uma gestão, a despeito dos conservadorismos. Além disto, recebeu o respeito de adversários políticos e “de vários presidentes que passaram, paradoxalmente diante dos olhos do Presidente do SPHAN e depois IPHAN, enquanto este permanecia como símbolo de um devotamento memorável ao serviço público” [grifos do autor].⁶²⁷ Giovana Polli cita a centralidade de Rodrigo no caso da resolução de conflitos, além “da manutenção de uma rede de

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 117.

⁶²² MURAYAMA, Eduardo Tsutomu. **A Pintura de Jesuíno do Monte Carmelo na Igreja da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010, p. 154.

⁶²³ PEREIRA, Márcia Custódia. **Patrimônio histórico-cultural e gestão urbana: os casos de Itaúna e Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 26.

⁶²⁴ ROLIM, Mariana de Souza. **Luís Saia e a idéia de patrimônio, 1932-1975**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006, p. 26.

⁶²⁵ Id. Ibid. p. 29.

⁶²⁶ Id. Ibid. p. 10.

⁶²⁷ DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. **Patrimônio histórico de Corumbá: imagem e poder (1937 – 2003)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004, p. 91.

relações elogiosa aos conselheiros da instituição”.⁶²⁸ Já Mônica Mongelli menciona a “coordenação direta do dr. Rodrigo” na área central que, por sua vez, orientava os trabalhos realizados pelas regionais “sob rigoroso controle”.⁶²⁹

Na dissertação de Tatiana Dinnouti, Rodrigo figura como agente em relação a toda instituição: “realizou a classificação e catalogação de obras”, fez “inúmeras pesquisas e viagens”, “decifrou manuscritos”, criou museus regionais...⁶³⁰, encarnando a equipe do órgão em sua variada gama de atividades. Afirmção relacionada, ainda que sob perspectiva crítica, localiza-se na pesquisa de Tatiana Sena, a qual, a partir dos relatórios utilizados como fonte na dissertação, afirma que o IPHAN no período tratado “virou quase sinônimo de Patrimônio”, uma vez que a sigla institucional é menos utilizada do que sua identificação “informal”.⁶³¹ Conforme Pedrazzani, “o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade está intrinsecamente ligado à experiência de preservação do patrimônio cultural brasileiro”.⁶³² Ralf Flôres, por sua vez, identifica Rodrigo, em nota de rodapé, da seguinte forma:

foi figura central na fundação do SPHAN, permanecendo em sua direção por 31 anos. Foi o grande definidor do perfil de atuação deste órgão federal, levado à sua direção por Capanema, fez parte do grupo de intelectuais que esse político atraiu à administração pública. Sua dedicação à causa do Patrimônio e a integridade moral de sua pessoa converteram-no em figura exemplar.⁶³³

Dedicação à causa do “Patrimônio” e figura exemplar, duas afirmações que há muito ocupam lugar de destaque na fala de colegas e amigos do antigo diretor,

⁶²⁸ POLLI, Giovana Carla Bonamin. **Elites intelectuais e nation building:** conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 58.

⁶²⁹ MONGELLI, Mônica de Medeiros. **Natureza e cultura:** práticas de preservação patrimonial no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 67.

⁶³⁰ DINNOUTI, Tatiana Harue. **Museu do Ouro:** a formação de um patrimônio como mediador da identidade nacional. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, [s.p.].

⁶³¹ Conforme observa a autora, “o Patrimônio faz”, “o Patrimônio executa”, e assim por diante. SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação:** a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011, p. 66.

⁶³² PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-PI:** o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 37.

⁶³³ FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João Del-Rei:** tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007, p. 160.

reaparecem nesta dissertação de 2007, sem citação de fonte documental ou referência bibliográfica. No breve trecho citado, como em outros tantos que foram referidos até agora, é possível localizar a esmerada produção laudatória contemporânea a Rodrigo convertida, décadas depois, em uma nota de rodapé informativa. Essa “naturalização” pode aparecer, também, de outras maneiras. Ao justificar a delimitação de seu escopo documental (“centrado nas figuras” de Afonso Arinos, Hanna Levy, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lucio Costa), Luara Galvão esclarece em nota:

Esses nomes foram escolhidos por sua importância dentro do Serviço: Afonso e Arinos [sic] e Hanna Levy foram convidados a ministrar aulas aos técnicos do SPHAN, a última inclusive chegou a ser funcionária do órgão. O convite partiu do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual permaneceu no cargo durante 30 anos. Finalmente, o nome de Lucio Costa aparece por sua contribuição como arquiteto e funcionário do Serviço do Patrimônio.⁶³⁴

Portanto, Rodrigo, diferentemente de Afonso Arinos e Hanna Levy, tem sua escolha mais informada do que justificada.

Alguns trabalhos, por outro lado, dedicam-se a discutir a versão estabelecida pela instituição e, muitas vezes, repetida como informação. Ressaltam-se nesse sentido as pesquisas de Júlia Wagner Pereira, autora que reconhece a reprodução frequente da “versão de que o SPHAN aparece caracterizado como criação de um grupo restrito, centrado na figura de seu primeiro diretor, Rodrigo Mello Franco de Andrade”;⁶³⁵ de Roberto Sabino, para quem Rodrigo notabilizou-se como “figura mítica dentro da instituição”;⁶³⁶ e de Renata Salvalaio, que alerta para a sacralização dos intelectuais modernistas em função da suposta “missão” do Patrimônio, em especial no caso de

⁶³⁴ FRANÇA, Luara Galvão de. **Patrimônio brasileiro, produtor de presença:** a criação do SPHAN em 1937 e o presente espesso como cronótopo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 47.

⁶³⁵ PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento:** de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 34.

⁶³⁶ SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais:** as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984). Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2012, p. 50.

Rodrigo Melo Franco de Andrade.⁶³⁷ Apesar, disso, a autora assinala que “com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o enfraquecimento e a estagnação do órgão ficaram ainda mais evidentes”.⁶³⁸

Dentro do panorama geral, a dissertação de Raul Lanari se sobressai pela problematização e abordagem proposta. Baseando-se na política editorial do IPHAN, o autor analisa a relação de Rodrigo com a instituição sob perspectiva diversa da maioria dos trabalhos investigados. Utilizando a correspondência do diretor como fonte, ele afirma que Rodrigo “centralizou todas as atividades do SPHAN, procurando saber de tudo (...) e aparecer na imprensa reivindicando a autoridade dos estudos realizados”.⁶³⁹ Ainda observa: “Por mais que negasse a intenção de propagandear suas atividades nos prefácios (...), suas entrevistas em jornais da época (...) desmentem tal posição, ao comprovar uma ampla utilização das publicações como reforço à importância da ação do SPHAN”.⁶⁴⁰ O autor afirma, também, que Rodrigo procurou afirmar determinada memória nacional e consolidar “uma memória sobre si próprio”.⁶⁴¹ Observando que o primeiro diretor do IPHAN possuía trânsito no meio jornalístico e político, argumenta que a política editorial teve “peso considerável” no processo de legitimação das atividades da instituição e na consagração da sua figura.⁶⁴² Segundo Lanari, Rodrigo definia “quem estava dentro e quem estava fora” do campo, bem como as relações desiguais entre “quem estava dentro”, a exemplo do vínculo “fraco” estabelecido com Gustavo Barroso e os profissionais do Museu Nacional. O autor chama igualmente atenção para as estratégias discursivas adotadas pelo IPHAN, exemplificando as relações por meio da aproximação com o IHGB: “Mesmo podendo ser enquadrada dentro da categoria ‘passadista’ tão criticada nas correspondências e na imprensa, a produção do IHGB foi, quando relativa aos assuntos de interesse do SPHAN, largamente considerada (...)”.⁶⁴³ Ainda sobre o diretor, observa:

⁶³⁷ SALVALAIO, Renata Cerqueira do Nascimento. **Política oficial de preservação em Vitória: análise de uma trajetória, 1900-2000.** Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 27.

⁶³⁸ Id. Ibid. p. 32.

⁶³⁹ LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 84.

⁶⁴⁰ Id. Ibid. p. 94.

⁶⁴¹ Id. Ibid. p. 95.

⁶⁴² Id. Ibid. p. 105-106.

⁶⁴³ Id. Ibid. p. 124.

Rodrigo Melo Franco de Andrade acumulou títulos honoríficos, que ajudaram a construir a imagem que ele mesmo se preocupava em passar de homem dedicado a uma “causa” maior, cuja personalidade se apagava detrás das atividades do órgão que dirigia. Isso contribuiu para a formação de representações sobre o intelectual, sobre o SPHAN e, numa perspectiva mais ampla, sobre os profissionais que trabalham com a preservação cultural até os dias atuais.⁶⁴⁴

A pertinente observação realizada pelo autor é exceção notável no quadro da produção recente investigada, em grande parte ainda devedora da formação discursiva monumentalizadora de Rodrigo. Se os processos seletivos empreendidos pelo IPHAN são problematizados à exaustão pela maioria dos autores, é fato que seus personagens míticos dificilmente aparecem perspectivados. Rodrigo-monumento – líder centralizador, influente, modesto, totalmente dedicado à missão preservacionista e, finalizando esta parte do capítulo, sinônimo da instituição que dirigiu – ainda é *topos* recorrente na produção examinada. Alguns exemplos: de acordo com Ana Lúcia Cerávolo, “O pensamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, revelado em diversos textos e correspondências do SPHAN, e sua atuação por três décadas a frente do Patrimônio, deixa marcas profundas. Durante esse período, *sua história se confunde com a própria história da instituição*” [grifo meu].⁶⁴⁵ Cynthia Roncaglio, por sua vez, afirma que

*o carisma de Rodrigo Melo Franco de Andrade e a forte influência de Lúcio Costa e de outros arquitetos modernistas, assim como de um corpo técnico formado por historiadores, museólogos, bibliotecários, arquivistas e restauradores, delinearam as características do Sphan, as suas principais áreas de atuação e a hegemonia de uma concepção nacional de patrimônio. A vida do doutor Rodrigo, como o diretor do Sphan era conhecido por funcionários e amigos, confundiu-se com a da própria instituição e a vida da instituição com a de diversos intelectuais que se destacaram na vida nacional.*⁶⁴⁶ [grifo meu]

Ainda para a autora, “a aposentadoria e o falecimento de Rodrigo [...] *retirou um pouco da aura* que cercava o órgão e renovou as críticas que ele recebia de outros intelectuais, ligados ou não ao meio acadêmico” [grifo meu].⁶⁴⁷ Júlia Pereira vale-se do

⁶⁴⁴ LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito:** a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 125.

⁶⁴⁵ CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio:** arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-1960. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010, p. 170.

⁶⁴⁶ RONCAGLIO, Cynthia. **Emblema do patrimônio natural no Brasil:** a natureza como artefato cultural. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 124.

⁶⁴⁷ Id. Ibid. Loc. Cit.

trabalho de Mariza Veloso Motta Santos, publicado na *Revista do IPHAN*⁶⁴⁸, para afirmar que Rodrigo foi “um articulador emblemático da rede de relações que se formaria e se manteria em torno dele próprio e do SPHAN. Aliás, dignos de registro é a *perfeita simbiose* existente entre a sua biografia individual e a própria história da instituição”.⁶⁴⁹ Esse mesmo trecho também é mencionado por Márcia Pereira⁶⁵⁰ e, ironias à parte, em minha dissertação de mestrado.⁶⁵¹ Cecília Londres da Fonseca é outra autora citada quando se trata de ressaltar a sinonimização de Rodrigo com a instituição. Maria Rosa Correia vale-se do trecho do livro da pesquisadora que menciona que “o Sphan ‘de doutor Rodrigo’ é o verdadeiro Sphan, tendo esse se tornado praticamente sinônimo de *patrimônio*”.⁶⁵² Tal identificação do diretor com o órgão também é referida por Júlia Rocha Pereira, que chama a atenção para a relação estreita entre ambos: “A direção do órgão, inicialmente, coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade, cuja atuação foi tão marcante que muitos chegaram a denominar o SPHAN desse período de ‘SPHAN de doutor Rodrigo’”.⁶⁵³ Silvana Rubino também menciona algo semelhante, afirmando que, a partir de 1936, a trajetória de Rodrigo “confunde-se com a do SPHAN”.⁶⁵⁴

O “IPHAN de Rodrigo”, expressão que institui o sinônimo entre homem e instituição – e também, de certa maneira, uma relação de posse – desdobra-se em uma categoria de caráter temporal, infinitamente mais referida e utilizada para a estruturação

⁶⁴⁸ SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

⁶⁴⁹ PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 34.

⁶⁵⁰ PEREIRA, Márcia Custódia. **Patrimônio histórico-cultural e gestão urbana: os casos de Itaúna e Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 24.

⁶⁵¹ BAUER, Leticia Brandt. **O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937 – 1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 8.

⁶⁵² CORREIA, Maria Rosa dos Santos. **Mídia e discurso: a memória da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 26.

⁶⁵³ PEREIRA, Júlia da Rocha. **Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu – PE**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 28.

⁶⁵⁴ RUBINO, Silvana. **As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 173.

de grande parte das teses e dissertações examinadas: trata-se da “fase heroica”, explorada a seguir.

4.4 A periodização “clássica” e a formação discursiva do herói

A chamada “fase heroica” desponta, sem dúvida, como o termo mais repetido na produção acadêmica que analisei. É utilizada ora como periodização, ora como recurso descritivo que se refere à seleção elitista e pouco participativa de edificações de “pedra e cal” com vistas à proteção oficial e/ou ao caráter pitoresco das viagens para realização de inventários e vistorias em lugares distantes e desprovidos de estrutura. Essa síntese desdobra-se em diferentes aspectos e corresponde, diretamente, ao período em que Rodrigo M. F. de Andrade dirigiu o IPHAN. Tomemos como exemplo inicial a dissertação de Tatiana Sena. De acordo com a autora, “boa parte da literatura produzida sobre o campo da preservação no Brasil tende a classificar essa primeira fase, de 1937 a 1967, como ‘heroica’, ou do patrimônio *pedra e cal*”.⁶⁵⁵ Como referências à “boa parte da literatura”, são citados os trabalhos de Silvana Rubino⁶⁵⁶, Maria Cecília Londres Fonseca⁶⁵⁷ e Reginaldo Gonçalves⁶⁵⁸. Em nota, explica a autora:

A história do SPHAN costuma ser caracterizada principalmente em três fases. A primeira, de 1937 a 1967, conhecida como *fase heroica*, contou com a dedicação e empenho de seu primeiro diretor, Rodrigo Mello Franco de Andrade. A segunda, de 1967 a 1979, gestão de Renato Soeiro, não muito lembrada pela historiografia do patrimônio, é tida como continuísta. A terceira fase, de 1979 a 1982, dirigida por Aloísio Magalhães, é classificada como renovadora, ou *fase moderna*, quando novas iniciativas são adotadas como a valorização da cultura popular.⁶⁵⁹

⁶⁵⁵ SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação:** a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011, p. 8.

⁶⁵⁶ RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

⁶⁵⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

⁶⁵⁸ GONÇALVES, Reginaldo. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

⁶⁵⁹ SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação:** a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011, p. 8.

Semelhante divisão é adotada por Flávia Brito do Nascimento, que define da seguinte maneira o que denomina de “periodização clássica”:

encerra a fase áurea e “heróica”, em 1967, com a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade e inicia a “fase moderna” com a gestão de Magalhães, mitificado como o grande propulsor da ruptura conceitual. Com Renato Soeiro, diretor entre 1967 e 1979, identifica-se a “fase intermediária”, cabendo-lhe o papel de prosseguir com os direcionamentos de Rodrigo Andrade.⁶⁶⁰

Em nota, a autora referencia o texto de Luís Saia como base de tal cronologia, afirmando que a expressão é “corrente” e utilizada por diversos autores, a exemplo de Maria Cecília Londres Fonseca. Tais assertivas, observa Flávia Nascimento, integram a articulação institucional de sacralização das figuras míticas de Rodrigo e Aloísio.⁶⁶¹ Mas, quais as explicações para o termo? E quais autores ou referências dão embasamento à expressão, quando citados? Sob pena de cansar o leitor, proponho delinear um quadro de expressões, definições e referências que tem na “fase heroica” sua chave explicativa. É necessário levar em conta que é justamente por meio da repetição que se consolida o monumento. Como pretendo demonstrar a seguir, sob o espectro do herói estarão agrupados um recorte temporal pautado pela gestão de Rodrigo, uma narrativa épica do início do Serviço e uma política institucional específica.

Em sua dissertação, Tatiana Dinnouti afirma que “em razão da quantidade de bens selecionados, a direção de Rodrigo ficou conhecida como a fase heróica”.⁶⁶² Ainda, segundo ela, “parece acertado dizer, junto com Lúcio Costa (1969), que Rodrigo de Melo [sic] foi um herói na formação do patrimônio nacional. Sem sua atuação, provavelmente não haveria Ouro Preto e nem mesmo os museus que hoje existem”.⁶⁶³ O livro “A lição de Rodrigo” figura na pesquisa de Mônica Mongelli como marca de autoridade, quando a autora refere-se à imagem do primeiro diretor da instituição que “perdurou na memória do Iphan”, mencionando o depoimento de Gustavo Capanema

⁶⁶⁰ NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias:** habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 143.

⁶⁶¹ Id. Ibid. Loc. Cit.

⁶⁶² DINNOUTI, Tatiana Harue. **Museu do Ouro:** a formação de um patrimônio como mediador da identidade nacional. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. [s.p.].

⁶⁶³ Id. Ibid. Loc. Cit.

publicado na referida obra e, posteriormente, reproduzido em “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”.⁶⁶⁴

Cristiane Gonçalves recorre a um número da *Revista do Patrimônio* de 1996⁶⁶⁵, mais especificamente aos artigos de Lauro Cavalcanti e Mariza Veloso Motta Santos nele presentes, a fim de justificar, em nota, a denominação. A fase heroica, correspondente ao período de direção de Rodrigo, assim seria denominada, “por se tratar de um momento pioneiro, inaugural de sua atuação, no qual as dificuldades e a falta de experiências anteriores intercalavam-se com enorme disposição para o trabalho”.⁶⁶⁶ O referido artigo de Cavalcanti, ao que tudo indica, também qualifica a expressão na dissertação de Tânia Miotto.⁶⁶⁷ Já para Renato Alves e Silva, a denominação fase heroica

deve-se ao modo como o homem que dirigiu a instituição em seus primeiros anos, priorizou os tombamentos mais urgentes, dando ênfase aos bens isolados, em um período onde ‘tudo’ ainda estava por ser feito. Pela materialidade e fácil identificação de atributos, os bens de pedra-e-cal tornaram-se os principais alvos de sua política de salvamento.⁶⁶⁸

Na mesma linha, de acordo com Jaqueline Silva, “*é clara a identificação* de um primeiro período, conhecido como ‘a fase heróica’ desta instituição, dirigido por Rodrigo M. F. de Andrade” [grifo meu].⁶⁶⁹ Essa identificação entre fase heroica, Rodrigo e os primeiros 30 anos do Serviço também está presente na pesquisa de Vanuza

⁶⁶⁴ MONGELLI, Mônica de Medeiros. **Natureza e cultura:** práticas de preservação patrimonial no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 49.

⁶⁶⁵ **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

⁶⁶⁶ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 64-65.

⁶⁶⁷ Tânia Miotto informa, por meio do sistema autor-data, publicação de 1996 de Lauro Cavalcanti. Entretanto, nas referências bibliográficas, a única obra do autor listada data de 2006, a saber: CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Em função de a expressão constar no artigo publicado na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* de 1996, suponho tratar-se desta referência. MIOTTO, Tânia Cristina Bordon. **Capela de São Miguel Paulista: o projeto de restauro como ferramenta de entendimento das novas linguagens do patrimônio.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011, p. 51.

⁶⁶⁸ SILVA, Renato Alves e. **O desafio da preservação do patrimônio arquitetônico modernista no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 92.

⁶⁶⁹ SILVA, Jaqueline Pugal da. **Modelo de inserção de nova arquitetura em áreas urbanas diferenciadas:** experimentação na cidade de Sabará/MG. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p. 43.

Moreira Braga, autora que igualmente vale-se da formulação “a conhecida fase heróica”, compreendida entre 1937 e 1967, “período em que Rodrigo Mello Franco de Andrade esteve à frente da Repartição”.⁶⁷⁰ Vanessa Baggio menciona a expressão em diversos trechos da sua dissertação, definindo-a como o período caracterizado “pela marcante” direção de Rodrigo e pelo importante papel de Lucio Costa.⁶⁷¹ Recurso semelhante foi empregado por Vladimir Stello⁶⁷² e Tatiana Casado.⁶⁷³

De acordo com Júlia Wagner Pereira, os primeiros anos do IPHAN foram denominados posteriormente de “fase heroica” “em virtude do ‘pioneirismo’ das ações que contribuíram para implantar a noção de patrimônio no Brasil”. O termo justificarse-ia “pela atuação exemplar e a extrema dedicação à ‘causa’ patrimonial dos intelectuais e profissionais envolvidos, onde o caráter precursor dessa ação garantiria ao grupo fundador uma natureza mítica fundadora e heróica”.⁶⁷⁴ No que se refere especificamente à “atuação exemplar” e à “causa”, a autora se baseia no livro de José Reginaldo Gonçalves⁶⁷⁵, publicado em 2007, da mesma forma que o faz João Marcos

⁶⁷⁰ BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança:** o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010, p. 48.

⁶⁷¹ PEREZ, Vanessa Baggio Franco. **Subsídios para o estudo da história da preservação do patrimônio cultural no Brasil:** os conflitos de uma trajetória. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 21 e subsequentes.

⁶⁷² STELLO, Valdimir Fernando. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo:** avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Porto Alegre, 2005, p. 129.

⁶⁷³ CASADO, Tatiana Caniçali. **Cidade-paisagem:** novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010, p. 105.

⁶⁷⁴ PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento:** de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 34.

⁶⁷⁵ Trata-se do livro: GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN, 2007. A obra mais conhecida do autor, “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, já problematizava tais termos. No livro, Gonçalves analisa as formas discursivas articuladas sobre o patrimônio cultural brasileiro a partir de manifestações públicas de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, enfatizando as relações destas com suas concepções a respeito da construção do ideário nacional anos 30 à década de 80. O autor toca em questões que envolvem a construção da noção de patrimônio e suas vinculações com as de história, cultura e nação. As ideias de perda da identidade e de busca infundável pela “autenticidade” brasileira aparecem como figuras centrais nos discursos dos dois diretores da instituição, manifestando-se, entretanto, de maneiras radicalmente diferentes. GONÇALVES, Reginaldo. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996. Esquemáticamente, reduzindo toda a complexidade própria aos dois períodos, Rodrigo articulava sua fala enfatizando o desaparecimento material dos bens patrimoniais tradicionais (artísticos e históricos) e privilegiando os tombamentos; Aloísio, por sua vez, demonstrava preocupação com o desaparecimento dos bens culturais, com especial

Borges em sua dissertação.⁶⁷⁶ Viviane Pedrazani justifica a expressão a partir da “dificuldade enfrentada pelos diretores regionais e seus auxiliares” na tarefa de “descobrir, inventariar e tomba monumentos”. De acordo com a autora, “Segundo a historiografia oficial do SPHAN, a ‘fase heróica’ da instituição corresponde aquela que vai desde sua criação oficial em 1937 até a morte de Rodrigo em 1969”⁶⁷⁷, ainda que não fiquem claras as fontes para tal periodização. Já Silvine Vieira afirma que a fase geralmente intitulada “heroica” abrange o período inicial até os anos de 1970, “caracterizando agentes imbuídos da missão de salvar o patrimônio, principalmente o mais ameaçado de desaparecimento, e as condições de trabalho bastante difíceis”.⁶⁷⁸ Como já havia sido indicado no Capítulo 3, em alguns momentos é possível perceber a ampliação das balizas temporais para depois da aposentadoria de Rodrigo.

Wéibia Dias credita a “alguns autores” a classificação “devido às dificuldades enfrentadas durante o processo de implementação do SPHAN e ao seu [de Rodrigo] reconhecido desempenho como diretor”, fazendo menção à publicação “Rodrigo e o SPHAN”.⁶⁷⁹ Lia Mayumi utiliza o argumento elaborado por Antônio Luiz Dias de Andrade e demarca a fase final do Estado Novo como o início da fase heroica propriamente dita, em função da progressiva perda de peso político da instituição no quadro governamental.⁶⁸⁰ Citando Cecília Londres e creditando o pioneirismo da

atenção aos riscos de desaparecimento representados pela homogeneização e sua relação com o desenvolvimento.

⁶⁷⁶ BORGES, João Marcos Charpinel. **Anchieta**: um sítio histórico urbano em evidência. Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 35-36.

⁶⁷⁷ PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-PI**: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 37.

⁶⁷⁸ VIEIRA, Silvine de Souza. **O tombamento como prática social**: a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2003, p. 29.

⁶⁷⁹ DIAS, Wéibia Carla. **Boletim SPHAN/próMemória**: um espaço de comunicação do patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 53-54.

⁶⁸⁰ Apesar do suposto isolamento institucional, adverte a autora, não ocorreu, de maneira alguma, “o abandono da ideia de missão do órgão, que se manteve sempre, sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade e convivendo com a eterna carência de recursos, atuando sob a inspiração original do pensamento de vanguarda dos seus pioneiros, pois os conceitos inaugurados pelos modernistas mantiveram-se vivos nas pessoas dos seus discípulos e dos profissionais que passaram a compor os quadros técnicos do IPHAN”. MAYUMI, Lia. **Taipa, canela preta e concreto**: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 145. A autora cita como referência para esta afirmação: ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Um estado completo que pode jamais ter existido**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

expressão ao artigo de Luís Saia - referido no Capítulo 3 -, Mayumi delimita o final de tal “fase” com a aposentadoria de Rodrigo.⁶⁸¹ Renata Salvalaio, por sua vez, observa que a referida “fase” ultrapassou o período do Estado Novo e encerrou-se com a aposentadoria do diretor, “personagem que representou, para muitos, um padrão ético de trabalho dentro do serviço público brasileiro”.⁶⁸²

Glaci Silva, a seu turno, adota como balizas temporais para sua dissertação os anos de 1937 e 1945, “período de duração do Estado Novo e também da criação do SPHAN”, uma fase marcada pelas ações de salvamento, inventário e tombamento, que “se caracterizou como ‘fase heroica’ de atuação do órgão de preservação”.⁶⁸³ A autora não cita referência que embasa a denominação sendo que, mais adiante, alinha-se à periodização recorrentemente utilizada e amplia a fase heroica até o ano de 1967, esclarecendo, em nota, que “Os anos de atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 1937 a 1967, são reconhecidos a partir do discurso dos próprios intelectuais que atuavam no órgão e posteriormente pela historiografia sobre o período como ‘fase heróica’”.⁶⁸⁴ Neste caso, a historiografia em questão corresponde, novamente, aos trabalhos de Maria Cecília Londres Fonseca⁶⁸⁵ e de Lauro Cavalcanti⁶⁸⁶, autor que elabora a explicação para a expressão por meio da associação do período ao “romantismo das viagens” e “escassez de recursos e funcionários para a hercúlea tarefa de classificar e tomar conta dos bens em todo o território nacional”.⁶⁸⁷ Interessante notar que João Paulo Vieira Neto também atribui a “alguns estudiosos” a denominação de

⁶⁸¹ MAYUMI, Lia. **Taipa, canela preta e concreto**: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p.145.

⁶⁸² SALVALAIO, Renata Cerqueira do Nascimento. **Política oficial de preservação em Vitória**: análise de uma trajetória, 1900-2000. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 30.

⁶⁸³ SILVA, Glaci Teresinha Braga da. **A materialização da nação através do patrimônio**: o papel do SPHAN no regime estadonovista. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 10.

⁶⁸⁴ Id. Ibid. p. 65.

⁶⁸⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

⁶⁸⁶ CAVANCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁶⁸⁷ SILVA, Glaci Teresinha Braga da. **A materialização da nação através do patrimônio**: o papel do SPHAN no regime estadonovista. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 83.

“fase heroica” e “fase moderna”, apesar de citar como referência apenas o livro de Maria Cecília Londres Fonseca.⁶⁸⁸

Para Karina Ramos, “o que veio a ser chamado de fase heroica deve muito à interpretação que se fez do conceito de patrimônio que estava no Decreto-Lei”, interpretação essa relacionada aos conceitos de valor artístico e histórico de bens tangíveis. A essa afirmação, a autora associa nota de rodapé, esclarecendo que o epíteto “bem explicitado na tese de Fonseca, em capítulo intitulado *A fase ‘heróica’*, denomina o primeiro período da preservação no Brasil, desde a fundação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Segundo Fonseca, ressalta Ramos, “esse período vai de 1936 até o final dos anos de 1960, fase caracterizada basicamente pela adoção do conceito de **monumento** considerado isoladamente” [grifo no original].⁶⁸⁹ Na mesma trilha, Adriana Mendes menciona a “comumente denominada fase heroica”, momento em que “sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o prevaecimento da visão modernista de Patrimônio formou o retrato do Brasil em ‘pedra e cal’”.⁶⁹⁰ Isabel Morais (que menciona a “fase heroica” e sua correspondência com a direção de Rodrigo sem fonte creditar fonte), afirma que esta foi marcada por um período de definição, estruturação e conceituação da instituição.⁶⁹¹ Maria Rosa dos Santos Correia vale-se do termo, citado somente na conclusão de sua dissertação, relacionando-o ao “trabalho árduo” dos primeiros anos de existência da instituição⁶⁹², recurso utilizado de maneira semelhante por Ralf Flôres, autor que associa a “fase heroica” às dificuldades e limitações do Serviço.⁶⁹³

⁶⁸⁸ VIEIRA NETO, João Paulo. **Conjunto de Serrotes de Quixadá**: monumentalidade e apropriação social do patrimônio natural. Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fortaleza, 2012, p. 55.

⁶⁸⁹ RAMOS, Karina Félix. **A preservação de Brasília**: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2005, p. 23.

⁶⁹⁰ MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. **Área central da Praça xv de Novembro**: o papel do estado na preservação de um sítio histórico urbano (1938-1990). Dissertação (Mestrado em Ciência em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 19.

⁶⁹¹ MORAIS, Isabel Rodrigues de. **São Miguel Paulista – Capela de São Miguel Arcanjo – interfaces das memórias do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 93.

⁶⁹² CORREIA, Maria Rosa dos Santos. **Mídia e discurso**: a memória da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 98.

⁶⁹³ FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João Del-Rei**: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007, p. 139.

Talvez a maneira mais singular de emprego do termo se dê por meio da apresentação de tal “fase” como um contexto *a priori*:

A prática protecionista dos bens culturais brasileiros se estruturou solidamente com a inauguração do IPHAN e a promulgação do Decreto-Lei número 25, que instituiu o tombamento, em 1937. O contexto que se apresentava era a *fase heroica*, conforme denominada por muitos pesquisadores do campo do patrimônio.⁶⁹⁴

Mônica Mongelli menciona uma “periodicidade já sacramentada em estudos sobre o histórico do Iphan”, ratificando as “principais fases da autarquia”. Sua argumentação sobre a “renovação” da instituição baseia-se no livro “Proteção e revitalização do patrimônio cultural: uma trajetória”, de 1980.⁶⁹⁵ Na dissertação da autora, a relação com o tempo da “fase heroica” também se define *a posteriori*: “Baixado o Decreto-lei nº25/ 1937 durante a chamada fase ‘heróica’ do SPHAN (1936-1967), Rodrigo Melo Franco de Andrade iniciou a organização e direção da autarquia, incumbência sua por 30 anos”.⁶⁹⁶

Uma variável da “fase heroica” relevante para o presente exercício de interpretação diz respeito a sua definição por meio da alteridade com a “outra era áurea da Instituição”⁶⁹⁷: a “fase moderna”, representada pela gestão de Aloísio Magalhães. Manuela Botrel menciona, a partir de Cecília Londres, “dois períodos importantes e *contrários, conflitantes*” [grifo meu]: o momento fundador (1930/ 1940) e o momento renovador (1970/1980).⁶⁹⁸ Segundo a autora, no primeiro “prevaleceu a visão modernista” com predomínio de uma *cultura elitista*, liderado por Rodrigo. A autora disponibiliza, inclusive, um quadro intitulado “Rodrigo de Mello Franco de Andrade X Aloísio Magalhães”, baseado no estudo de Lúcia Lippi de Oliveira.⁶⁹⁹ No mesmo sentido, Viviane Pedrazzani afirma que a saída de Rodrigo e a entrada de Aloísio

⁶⁹⁴ MOREIRA, Catarina de Nazaré Aquino. **O ofício do conservador-restaurador: concepções de patrimônio e transformações desde 1937.** Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 33.

⁶⁹⁵ MONGELLI, Mônica de Medeiros. **Natureza e cultura: práticas de preservação patrimonial no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 30.

⁶⁹⁶ Id. Ibid. p. 49.

⁶⁹⁷ VIEIRA NETO, João Paulo. **Conjunto de Serrotes de Quixadá: monumentalidade e apropriação social do patrimônio natural.** Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fortaleza, 2012, p. 55.

⁶⁹⁸ BOTREL, Manuela de Oliveira. **Patrimônio, preservação e diversidade: a gestão pública de bens culturais em São João Del-Rei (MG).** Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011, p. 49.

⁶⁹⁹ Id. Ibid. p. 49-50. O livro mencionado é: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

“representou a passagem de um estilo elitista de preservação para um outro mais democrático, plural e flexível, voltado para a grande heterogeneidade da cultura brasileira”.⁷⁰⁰ Nila Rodrigues, por sua vez, esclarece que não explora o conceito de heroico em seu trabalho porque, apesar dos possíveis percalços enfrentados, “tratava-se também de uma ação política e governamental e a equipe do SPHAN talvez tivesse que ter agido de formas pouco ortodoxas em prol da institucionalização e aprofundamento da política de patrimônio”.⁷⁰¹

Por vezes, essa relação é tratada não como conflito, mas como reverência do “moderno” ao “heroico”. Mara Jardim, por exemplo, cita trecho de autoria de Aloísio Magalhães onde esse reconhece e “defende” as ações de Rodrigo.⁷⁰² Fabiana Gameira também se refere ao reconhecimento de Aloísio à gestão de Rodrigo, lembrando que em “Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória” há a defesa da atuação do primeiro diretor, “visto que, ele administrou o órgão em seus exatos primeiros trinta anos, sob a pressão do tempo perdido, de séculos de abandono do patrimônio nacional”.⁷⁰³

Jean Bastardis, situando-se de maneira crítica em relação à dualidade estabelecida entre heroicos e modernos, comenta sobre o que denomina “cisão discursiva”, ou seja, a suposta ruptura provocada pela atuação de Aloísio Magalhães:

Principalmente após o impacto causado pela figura de Aloísio Magalhães no cenário nacional da preservação do patrimônio cultural, muitos pesquisadores e funcionários da SPHAN/FNPM aceleraram-se em apontar um novo rumo a ser trilhado para a tarefa de preservação cultural. Ainda 30 anos após essa turbulência, alguns insistem em interpretar as colocações do designer pernambucano como críticas ferrenhas ao trabalho desenvolvido por Rodrigo Melo Franco de

⁷⁰⁰ PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-PI**: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 42.

⁷⁰¹ Valendo-se de Daryle Williams (1998) e Reginaldo Gonçalves (1996), a autora entende os anos iniciais da instituição como fase mais política e competitiva, do que heroica propriamente. BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidades - o negro no pensamento do SPHAN**: Museu da Inconfidência - Museu do Ouro - Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, p. 111.

⁷⁰² Em trecho de seu livro intitulado “E Triunfo?”, Aloísio Magalhães afirmou que Rodrigo havia, de maneira inteligente, atacado somente uma das frentes, ou seja, a luta contra a derrubada de prédios históricos. JARDIM, Mara Publio de Souza Veiga. **O guardião da memória**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004, p. 37.

⁷⁰³ GAMEIRO, Fabiana Gonçalves. **Gestão de bens culturais**: estudo de caso Engenho Poço Comprido/Vicência/PE. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007, p. 70.

Andrade. A fortuna da *cisão discursiva* operada entre diferentes períodos da história institucional vem apontando essa oposição que não parece ter sido produzida pela atuação de Aloísio Magalhães.⁷⁰⁴

Mais que isso, observa de maneira arguta o autor:

Ainda que existam trabalhos sobre a origem da instituição e muitos outros sobre a figura de Aloísio Magalhães como precursor de uma nova *era* – ou *fase* – na política de preservação, um estudo histórico da Fundação carece de novidade que transcenda as abordagens comemorativas dessa iniciativa. Divididos entre a contradição e o avanço, estudos clássicos embatem-se sobre a Fundação, mas não em relação a sua função específica para os rumos da preservação documental. Antes, avaliam a experiência como contraponto ou retomada de um passado qualificado como heroico. Gonçalves (1996) e Fonseca (1997) analisam essa instituição sob o pano de fundo das décadas de 1930-40, tratando menos da década que a conformou.⁷⁰⁵

Diretamente associado à “fase heroica” e a sua delimitação, é possível identificar o “carisma” ou “prestígio” de Rodrigo como fator determinante. Para Adriana Mendes, o ano de 1967 “é considerado o marco do fim da *fase heroica* do IPHAN”, tendo em vista a falta de prestígio intelectual e político de Renato Soeiro. De acordo com a autora, “já na década de 1960, a maior força da instituição consistia no caráter mítico do trabalho realizado nos primeiros anos e na figura do seu diretor fundador”.⁷⁰⁶ Da mesma forma, o enfraquecimento da instituição com a saída “da figura carismática” de Rodrigo é mencionado por Júlia Rocha Pereira.⁷⁰⁷ Conforme Cynthia Roncaglio, a gestão de Renato Soeiro transcorreu sem o vigor dos anos anteriores, “demonstrando até certo ponto a dependência do órgão cultural em relação ao carisma dos seus dirigentes”⁷⁰⁸, característica que seria preenchida novamente por Aloísio Magalhães.⁷⁰⁹ Para Lia Mayumi, o carisma e o peso simbólico de Rodrigo sustentaram, “mesmo durante o

⁷⁰⁴ COELHO, Jean Felipe Bastardis. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no âmbito do IPHAN.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 65.

⁷⁰⁵ Id. Ibid. p. 90.

⁷⁰⁶ MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. **Área central da Praça xv de Novembro: o papel do estado na preservação de um sítio histórico urbano (1938-1990).** Dissertação (Mestrado em Ciência em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 144.

⁷⁰⁷ PEREIRA, Júlia da Rocha. **Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu – PE.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 29.

⁷⁰⁸ RONCAGLIO, Cynthia. **Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural.** Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 125.

⁷⁰⁹ Id. Ibid. p. 127.

período de ‘tecnificação’ ou isolamento, a aura mítica do IPHAN construída nas duas primeiras décadas”.⁷¹⁰ Ana Lúcia Cerávolo também refere a importância da mudança nos rumos da instituição com a aposentadoria de Rodrigo, valendo-se de artigo de Joaquim Falcão⁷¹¹ e do livro já várias vezes mencionado de Maria Cecília Londres Fonseca, verdadeira matriz para as interpretações sobre o personagem e sua atuação à frente do Serviço.⁷¹² Maria Rosa dos Santos Correia credits ao livro “O patrimônio em processo” a informação de que a figura carismática de Rodrigo era fundamental para a instituição⁷¹³, da mesma forma que Silviane Vieira.⁷¹⁴

Como detalhado em capítulo anterior, a primeira menção à denominação “fase heroica” foi localizada em artigo de Luís Saia, escrito em 1972 e publicado em 1977.⁷¹⁵ Posteriormente, o texto foi referenciado na publicação da então SPHAN/FNpM “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, de 1980, e no livro de Maria Cecília Londres Fonseca, intitulado “Patrimônio em processo:

⁷¹⁰ MAYUMI, Lia. **Taipa, canela preta e concreto:** um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 145.

⁷¹¹ Trata-se de artigo de 1984 que, entre outros desafios, indaga sobre como desenhar uma política de patrimonial que seja somatória e não eliminatória. FALCÃO, Joaquim de Arruda. A política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e a democracia no Brasil. **Ciência & Trópico**, Recife, n. 12, 1984, p. 211-214.

⁷¹² CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio:** arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-1960. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010, p. 262.

⁷¹³ CORREIA, Maria Rosa dos Santos. **Mídia e discurso:** a memória da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 21.

⁷¹⁴ VIEIRA, Silviane de Souza. **O tombamento como prática social:** a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2003, p. 38.

⁷¹⁵ Mencionam a fase heroica a partir da definição de Luís Saia: ROLIM, Mariana de Souza. **Luís Saia e a idéia de patrimônio, 1932-1975.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006, p. 99; SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação:** a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011, p. 65; CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio:** arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-1960. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010, p. 32-33; PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento:** de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 34. Partindo da denominação “fase heroica” de Luís Saia e a menção, no mesmo texto, de uma “proto-história”, Silvana Rubino observa que essa oposição só ganha sentido porque o IPHAN tomou para si a tarefa de relatar a trajetória de proteção do patrimônio cultural no país. Nas palavras da autora “Só há um proto-SPHAN porque depois houve o SPHAN”. RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 21.

trajetória da política federal de preservação no Brasil”, cuja primeira edição foi publicada em 1997⁷¹⁶, a partir da tese de doutorado⁷¹⁷ defendida pela autora em 1994⁷¹⁸. Se as duas primeiras publicações já foram comentadas no terceiro capítulo, proponho algumas observações sobre o trabalho de Fonseca, tendo em vista sua constante referência nas dissertações e teses consultadas. Antes de tudo, importa ressaltar que a autora, licenciada em Letras e mestre em Teoria da Literatura, tem sua trajetória profissional ligada ao IPHAN desde sua atuação como pesquisadora no CNRC e na FNpM. Além disto, foi assessora do Ministro da Cultura e Coordenadora de Políticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas durante a década de 1990; integrou o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial e atualmente faz parte do Conselho Consultivo da Instituição.⁷¹⁹ Essas informações auxiliam o entendimento sobre sua obra sob duas perspectivas: por um lado, trata-se de uma pesquisadora que possui um saber especializado na área e conhecimento da instituição; por outro, revela uma pessoa “de

⁷¹⁶ Valho-me da terceira edição, publicada em 2009.

⁷¹⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. **Construções do Passado: Concepções sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil: anos 70-80)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

⁷¹⁸ Mencionam a fase heroica a partir de Maria Cecília Londres Fonseca: XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer**. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008, p. 32; GAMEIRO, Fabiana Gonçalves. **Gestão de bens culturais: estudo de caso Engenho Poço Comprido/Vicência/PE**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007, p. 68; BORGES, João Marcos Charpinel. **Anchieta: um sítio histórico urbano em evidência**. Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 35-36; ALONSO, Paulo Henrique. **A construção de um patrimônio cultural: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 15; SCOFFANO, Guilherme Butter. **A elaboração de planos de gestão da paisagem cultural brasileira como subsídio à proteção do patrimônio arqueológico: o caso da “Ilha de Laguna” - SC**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 16; BAUER, Leticia Brandt. **O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937 – 1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 6; Deborah Kishimoto cita o livro de Cecília Londres, no texto, a partir de duas edições (1995 e 1997). Nas referências bibliográficas, no entanto, consta somente a edição de 1997. De qualquer forma, a separação entre as fases “Pedra e cal” (30-60), “Heróica” (60-70) e “Moderna” (70-80) não condiz com a publicação, em especial o que seriam as primeira e segunda fases. De acordo com Kishimoto, a fase “pedra e cal” esteve sob a direção do jurista Rodrigo Melo Franco de Andrade e “O segundo momento apontado por Fonseca (1995) como ‘fase heroica’ foi marcado pela atuação exemplar dos servidores, intelectuais e profissionais envolvidos no serviço do patrimônio, sua extrema dedicação à causa do patrimônio e o caráter pioneiro de suas ações”. KISHIMOTO, Deborah Padula. **A gestão do patrimônio: estratégias da preservação do patrimônio cultural na cidade de Parnaíba – Piauí**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 21.

⁷¹⁹ De acordo com nota sobre a autora em seu livro.

dentro” do órgão, inserida no quadro técnico durante a “fase moderna” de Aloísio Magalhães. Levando essas considerações em conta, é possível iniciar a análise de seu livro.

A publicação divide-se em duas partes, sendo a segunda denominada “O patrimônio no Brasil”, a qual se subdivide em três capítulos: “A fase heroica”, “A fase moderna” e “A prática do tombamento: 1970-1990”. Essa periodização tornou-se, antes de tudo, um instrumento do qual os pesquisadores lançam mão para organizar suas investigações. Como veremos a seguir, tal divisão corresponde, inclusive, a capítulos inteiros de teses e dissertações. Cabe, portanto, perguntar: como Maria Cecília Londres Fonseca estruturou esses cortes temporais?

Ao longo da introdução, a autora afirma que, mesmo com o fortalecimento da noção de bem cultural articulada por Aloísio Magalhães, a coexistência da SPHAN e da FNpM não produziu qualquer espécie de acordo. Na política federal dos anos 1970 e 1980, ressalta Londres,

coexistiram duas linhas de atuação paralelas num mesmo campo, - a da *pedra e cal*, continuidade do antigo Sphan, e a da *referência*, oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 – que não conseguiram convir em um mínimo de definições comuns. A hegemonia do grupo de *referência*, na verdade, se limitou ao plano discursivo; na prática, foi através dos tombamentos efetuados pela Sphan que continuou a ser construído o patrimônio histórico e artístico nacional.⁷²⁰

Londres comenta ainda sobre a persistência do pouco acesso da população aos bens tombados e a distância entre as diferentes identidades culturais e a memória nacional construída pelo Estado, afirmando que “as novas propostas dos anos 70-80” não chegam a mudar essa realidade.⁷²¹ Ainda assim, a autora diz adotar uma postura crítica em relação à análise “dos dois períodos em questão”, uma vez que considera tanto os questionamentos feitos nos anos 1970 e 1980 ao “caráter excludente e elitista da construção do patrimônio realizada pelos intelectuais modernistas nos anos 30 e 40, quanto certas objeções feitas ao trabalho desenvolvido pelo CNRC, reduzindo-o a um recurso legitimador de um regime autoritário em crise” como produtos de anacronismo.

⁷²⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 24.

⁷²¹ Id. Ibid. p. 27.

Como solução, ela propõe se aproximar o máximo possível do “ponto de vista” dos agentes que conduziram a política federal de preservação.⁷²²

Quando à periodização proposta no livro, ponto fundamental na presente análise, esclarece a autora:

Em termos de periodização (...), recorri a um critério já consagrado (cf. MEC/ Sphan/ FNpM, 1980), pois reflete o modo como a própria instituição conta sua história: o que distingue a fase *heroica*, que vai desde a criação, ainda em caráter provisório, do Sphan, em 1936, a 1967, quando termina a longa gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, da fase *moderna*, iniciada com a ascensão de Aloísio Magalhães na política cultural, quando se elaboram novas propostas de atuação. A gestão de Renato Soeiro (1967-1979) constitui um período intermediário, quando o Sphan tenta se adaptar a uma nova conjuntura buscando ajuda internacional e coexistindo com outras instituições federais atuantes na esfera da preservação.⁷²³

Ocorre que esse modo de distinção não corresponde exatamente ao critério “consagrado” pela publicação de 1980. No livro “Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, a fase inicial de existência da instituição (período que corresponde “exatamente aos primeiros trinta anos”) é denominada de “fase heroica”, sendo citado como base de tal afirmação o artigo de Luís Saia, de 1977. A “fase” seguinte, correspondente à gestão de Soeiro – de 1967 a 1979 – é denominada no livro de “segunda fase”. O Programa das Cidades Históricas é definido como uma “nova etapa na trajetória da proteção e revitalização do bem cultural no Brasil” (expressão talvez não por acaso muito semelhante ao título do livro), seguido por explicação sobre o Centro Nacional de Referência Cultural e sobre a fusão resultante na SPHAN/Pró-Memória.⁷²⁴ A periodização, portanto, define-se da seguinte maneira: primeira fase, ou fase heroica, e segunda fase. O livro, tendo em vista a situação da

⁷²² FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 28.

⁷²³ Id. Ibid. p. 29.

⁷²⁴ Maria Cecília Londres Fonseca informa como fonte para a periodização uma publicação de 1980. Nas referências bibliográficas, entretanto, são dois os livros identificados pela autoria MEC/ Sphan/ FNpM e ambos datados de 1980. O primeiro refere-se à “Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória” e, o outro, à obra “Restauração e revitalização de núcleos históricos: análise da experiência francesa”. Esse último corresponde às atas de um seminário realizado em 1978, coordenado pelo IPHAN com apoio financeiro do Programa das Cidades Históricas. O evento contou com a participação do arquiteto francês Jean-Bernard Perrin, presente no Brasil como consultor em missão da UNESCO. O livro apresenta a trajetória francesa de proteção ao patrimônio cultural elaborada por Perrin e conta, também, com a transcrição do debate que se seguiu à apresentação. MEC/ SPHAN/ FNpM. Restauração e revitalização de núcleos históricos: análise da experiência francesa - Seminários 1. **Publicações da SPHAN**, n. 30, Brasília, 1980. Nesse sentido, não resta dúvida sobre a atribuição da periodização ao primeiro livro mencionado.

instituição em 1980, reveste-se de um caráter propositivo da nova política a ser executada. Publicado no ano seguinte à criação da SPHAN/Pró-Memória, não menciona, em momento algum, a “fase intermediária”, tampouco a “fase moderna”, aproximando-se do que seria uma espécie de autodefinição. O artigo de Saia, escrito em 1974, menos ainda, uma vez que foi redigido e publicado durante a gestão de Renato Soeiro. Tendo estes argumentos em vista, parece adequado inferir que a periodização citada por Cecília Londres é, antes de tudo, fruto de sua leitura e autoria.

Como observa Jonas Federman, a obra “Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória” definiu “uma temporalidade a partir da história institucional do IPHAN”, baseada na fase heroica associada a Rodrigo e na fase moderna, identificada a Aloísio.⁷²⁵ Walter Lowande também problematiza a periodização comumente utilizada pela e sobre a instituição, identificando duas “formações discursivas separadas por uma espécie de hiato”, privilegiando-se, assim, o consenso ao embate e ao dissenso.⁷²⁶ Essa postura, afirma o autor, não significa a inexistência de certa unidade de pensamento e conduta, sendo que somente uma prática cultural capaz de abrigar diferentes posições discursivas seria capaz de sustentar-se por tanto tempo.⁷²⁷

Como vimos, os anos de gestão de Rodrigo adquiriram potência e transformaram-se em um período ou contexto definidor. Sob esse recorte, como apontei no início do subcapítulo, agruparam-se um marco temporal identificado com a sua direção, a caracterização de uma narrativa épica dos primeiros tempos da ação institucional, pautada por dificuldades e desafios na tarefa de identificar e proteger os bens históricos e artísticos do país e, finalmente, a associação com o patrimônio de “pedra e cal”, expressão que, entre crítica e adjetivação, passou a caracterizar a política de proteção associada à “fase heroica”. Tal interpretação, enrijecida com o passar do tempo, é ingrediente fundamental no processo de monumentalização de Rodrigo, produto de uma construção tornada abstrata por expressões como “boa parte da literatura” ou, ainda, “alguns estudiosos”, recurso utilizado para conferir autoria (e

⁷²⁵ FEDERMAN, Jonas. **Um processo decisório do Iphan**: o caso do Museu Nacional de Belas Artes. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e das Técnicas e da Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 95.

⁷²⁶ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Os sentidos da preservação**: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p. 20.

⁷²⁷ Id. Ibid. p. 46.

autoridade) ao trabalho de produção e afirmação de um marco temporal da história da instituição. Em diversas pesquisas, inclusive, a “fase heroica” será instrumento para definição de balizas temporais. É a partir desse prisma que proponho o recorte que se segue.

4.5 Quando a fase heroica pauta o estudo

Uma maneira diversa de observar a força da imagem de Rodrigo foi localizar a utilização de sua gestão como corte temporal definidor da pesquisa ou, mesmo, como baliza para a redação de capítulos ou subcapítulos. Cláudia dos Reis e Cunha, por exemplo, divide a segunda parte de seu trabalho, denominado “Práticas de intervenção x formulações teóricas”, em “Restauração na fase heróica do IPHAN (1937-1968)”, “Restauração na fase moderna do IPHAN (1968-1990)” e “Restauração no IPHAN de hoje (1990-atual)”.⁷²⁸ De acordo com a autora, a segunda parte da tese dedica-se a examinar as práticas de intervenção da instituição por meio de uma análise comparada entre as teorias que regiam o campo da restauração em cada momento histórico em relação àquelas adotadas no Brasil. Essa análise seria facilitada, justamente, pelo recorte temporal adotado.⁷²⁹

Cristiane Gonçalves também pauta as divisões de seu trabalho a partir da gestão de Rodrigo. O segundo capítulo, denominado “A preservação do patrimônio urbano e arquitetônico na primeira década: Minas é o Brasil”, possui subitem denominado “O SPHAN e a *fase heróica*: em busca da matriz da identidade brasileira”, e o Capítulo 3 intitula-se “A atuação do SPHAN no núcleo tombado (1938-1967)”.⁷³⁰ Na introdução, diz a autora que o estudo da trajetória de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico com foco no caso de Diamantina será direcionado às ações empreendidas pela instituição entre 1938 e 1967, “período compreendido entre o tombamento da cidade e o fim da diretoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade”. Interessante observar que, em nota, a autora informa: “Apesar das diferentes denominações, ao longo do

⁷²⁸ CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁷²⁹ Id. Ibid. p. 17.

⁷³⁰ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

período abordado, manteremos o termo SPHAN no decorrer do texto”.⁷³¹ Persiste, portanto, a denominação, muito provavelmente associada à “fase heroica”, que durou menos de 10 anos, mas que desfruta de duração indefinida em termos discursivos.

Luiz Fernando Reis dedica um subitem à trajetória do IPHAN, em especial ao período de 1937 a 1967, correspondendo à “fase heroica”, que “se prolonga da sua criação em 1937, como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até a mudança de direção em 1967”.⁷³² O recorte temporal da pesquisa de Silvana Rubino também se restringe a período quase idêntico, relativo aos anos de 1937 a 1968.⁷³³ Ana Paula Maranhão, no item denominado “Cronologia da política de preservação no Brasil”, insere a aposentadoria de Rodrigo como dado relevante, bem como morte de Aloísio Magalhães. Essa informação é creditada à Cecília Londres, indicando, uma vez mais, a ampla utilização da autora em pesquisas sobre a história do IPHAN.⁷³⁴

Catarine Moreira segue na mesma direção e apresenta como primeiro tempo das práticas de preservação o período compreendido entre 1937 e a década de 1970.⁷³⁵ O segundo momento, de acordo com a autora, faz parte do que Cecília Londres Fonseca denomina de “fase moderna”. O mesmo pode ser observado na pesquisa de Fernanda Garcia, que formula nota de rodapé esclarecendo que a periodização por ela utilizada parte dos dados apresentados por Maria Cecília Londres.⁷³⁶ De maneira semelhante, o primeiro capítulo da dissertação de Márcia Pereira intitula-se “A trajetória da política federal de preservação do patrimônio histórico-artístico nacional” e divide-se em

⁷³¹ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 14-15.

⁷³² REIS, Luiz Fernando. **O feito e o efeito. As memórias e as representações da preservação do conjunto urbanístico do Serro – MG**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 115.

⁷³³ RUBINO, Silvana. **As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 18.

⁷³⁴ MARANHÃO, Ana Paula Barradas. **Política cultural e patrimonialização da Casa de Cultura – Recife/PE: o desafio da aplicabilidade**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, 2011, p. 28.

⁷³⁵ MOREIRA, Catarine de Nazaré Aquino. **O ofício do conservador-restaurador: concepções de patrimônio e transformações desde 1937**. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 12.

⁷³⁶ GARCIA, Fernanda Ghirotto. **O lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no bairro da Boa Vista, Recife/PE**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 37.

“Patrimônio: primeira fase” e “Patrimônio: Segunda e Terceira Fases”. Segundo a autora, “A trajetória da política federal de preservação do patrimônio brasileiro, em termos de periodização, pode ser abordada segundo o critério já estabelecido, conforme o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)”, ainda que não conste explicação mais clara sobre o que significa tal critério. Ainda assim, Pereira afirma que esse foi adotado por Maria Cecília Londres Fonseca ao enumerar os “três momentos importantes da existência do SPHAN”: a fase heroica, a intermediária e a moderna.⁷³⁷

A divisão por fases também é utilizada por Karina Félix Ramos: no item 2 de seu trabalho, denominado “Preservação e Patrimônio Cultural no Brasil”, as subdivisões correspondem a “Antecedentes”, “Os tempos heroicos” e “Os tempos modernos”.⁷³⁸ Mônica Mongelli, por sua vez, estrutura sua dissertação em quatro capítulos, sendo o segundo pautado pela “fase ‘heróica’, incluindo o momento fundador, décadas de 1930 e 1940, e a tecnificação do Sphan, décadas de 1950 e 1960, quando a autarquia perdeu força na constituição da política cultural do país e enfrentou pressões”. O capítulo seguinte trata do momento “renovador”, relativo às décadas de 1970 e 1980.⁷³⁹ O terceiro capítulo de Vanessa Baggio denomina-se “Os anos de 1937-1967” e o seguinte recebe como título “1968-1987: um período de paradoxos”.⁷⁴⁰

No trabalho de Helena Santos a periodização é realizada em função do tempo de duração de cada uma das gestões da diretoria da instituição. Conforme observa a autora, em quase 70 anos duas direções corresponderam, praticamente, a mais da metade da existência do órgão. Sua análise divide-se em 1938-1967 (Rodrigo M. F. de Andrade), 1968-79 (Renato Soeiro) e 1980 até 1990 (Aloísio Magalhães e outros sete diretores).⁷⁴¹

⁷³⁷ PEREIRA, Márcia Custódia. **Patrimônio histórico-cultural e gestão urbana: os casos de Itaúna e Ouro Preto**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 16.

⁷³⁸ RAMOS, Karina Félix. **A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

⁷³⁹ MONGELLI, Mônica de Medeiros. **Natureza e cultura: práticas de preservação patrimonial no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 23.

⁷⁴⁰ PEREZ, Vanessa Baggio Franco. **Subsídios para o estudo da história da preservação do patrimônio cultural no Brasil: os conflitos de uma trajetória**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

⁷⁴¹ SANTOS, Helena Mendes dos. **Tradição e contradição na prática preservacionista: o tombamento de sítios urbanos pelo IPHAN de 1938-1990**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –

As décadas de 1980 e 1990 comportam 10 diretores⁷⁴², omitidos e raramente nomeados para além da categoria “outros”. Felipe Maciel também utiliza as gestões dos diretores para definir seus recortes temporais, selecionando para análise as primeiras 18 edições da *Revista do Patrimônio*, abarcando a gestão de Rodrigo e de Soeiro, uma vez que, segundo o autor, esse último “adotou uma postura de continuidade à política empreendida pelo primeiro e até então único diretor”.⁷⁴³

Denis Tavares define como recorte temporal de sua investigação o período compreendido entre 1938 e 1967, justificando a escolha por duas perspectivas: por um lado, como período de surto comercial e industrial em São João Del-Rei, marco espacial da investigação, e, também, como fase de intensas modificações na estrutura urbana. Ao mesmo tempo, o recorte também compreende “a fase inicial de implementação das políticas de preservação e salvaguarda dos chamados ‘documentos de memória e identidade nacionais’, empreendidos pelo Sphan”. De acordo com o autor, é nesse contexto que surgem os principais questionamentos e vozes dissonantes do Patrimônio.⁷⁴⁴ Cabe discutir o que caracteriza, exatamente, a “fase inicial de implementação das políticas de preservação e salvaguarda”, uma vez que na década de 1960 a conjuntura das políticas urbanas e culturais havia mudado consideravelmente. A colaboração com a UNESCO já denotava essa relação com os conjuntos urbanos e o turismo como fator de desenvolvimento econômico. Segundo observa acertadamente Lowande, um conceito de patrimônio cultural “ampliado” havia encontrado viabilidade por meio da discussão de variados fatores, a exemplo de novas fontes de financiamento, introdução do turismo como forma de geração de renda, preservação de conjuntos

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 9.

⁷⁴² **SPHAN**: Ângelo Osvaldo de Araújo (1985-1987), Osvaldo José de Campos Melo (1987-1989), Augusto Carlos da Silva Teles (1989-1990). **FNP**: Ricardo Cioglia (1985-1986), Joaquim Falcão (1986-1987), Osvaldo José de Campos Melo (1987-1988), Augusto Carlos da Silva Teles (1988-1990). Em 1990, foram extintas a Secretaria e a Fundação, sendo criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **IBPC**: Lélia Coelho Frota (1990- 1991), Jayme Zettel (1991-1993), Francisco de Melo Franco (1993), Glauco Campello (1993-1994). Em 1994, o IBPC passa a denominar-se IPHAN. **IPHAN**: Carlos Heck (1999-2003).

⁷⁴³ MACIEL, Felipe Esteves Lima. **Impressões de "barroco"**: a produção editorial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1978). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p.53.

⁷⁴⁴ TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del-Rei**: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 17.

urbanos, etc.⁷⁴⁵ Levando tais considerações em conta, é difícil não associar a gestão de Rodrigo à formulação de uma unidade relacionada a um corte cronológico, onde o impacto das realizações dos primeiros anos da instituição (quais, exatamente?) tomou proporções supostamente heroicas, sendo estas reafirmadas, constantemente, pela fala institucional e, em grande parte das vezes, acadêmica.

Assim, os 30 anos da direção de Rodrigo são elemento estruturador destas narrativas acadêmicas dedicadas ao estudo do patrimônio cultural no Brasil. Se a ação do IPHAN já opera como um recorte que restringe a análise do campo, uma vez que condiciona o seu estudo a um ponto de vista institucional, é possível afirmar que “fase heroica”, estratégia de periodização sustentada pela centralidade, prestígio e carisma de Rodrigo, é uma formação discursiva plena de significação e influência.

4.6 As notas biográficas

Outro foco de atenção foi constituído pelas informações de cunho biográfico presentes na produção acadêmica contemporânea com o intuito de identificar quais aspectos da vida pessoal e profissional de Rodrigo foram selecionados pelos autores para descrevê-lo. Ora discretamente localizadas em alguma nota de rodapé sem informação de fonte, ora desenvolvidas de acordo com referências bibliográficas, essas breves informações biográficas permitem identificar quais são os traços privilegiados para apresentar o primeiro diretor do IPHAN ao leitor. Foram selecionados 16 trabalhos acadêmicos que tiveram o cuidado de definir algumas das ocupações e ações que constituíram a trajetória de “um dos mentores intelectuais do SPHAN”⁷⁴⁶, valendo-me de uma das expressões utilizadas.

No que se refere a suas ocupações profissionais, a formação em Direito e a atuação como jornalista⁷⁴⁷ em diferentes periódicos, incluindo sua ascensão ao posto

⁷⁴⁵ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p. 23-24.

⁷⁴⁶ GOMIDE, Cristina Helou. **Centralismo político e tradição histórica: cidade de Goiás (1930-1978)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999, p. 186.

⁷⁴⁷ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.63; RONCAGLIO, Cynthia. **Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como**

redator-chefe e diretor da *Revista do Brasil*⁷⁴⁸, dividem espaço, por vezes, com sua breve carreira como escritor.⁷⁴⁹ Ralf Flôres ensaia certa variação e caracteriza Rodrigo como historiador, para além de advogado e escritor.⁷⁵⁰ Waldson Diniz acrescenta à lista a figura do poeta e do político.⁷⁵¹ Para além da referência a sua formação como advogado, o intento de conformar sua atuação na área do jornalismo e da literatura parece deixá-lo mais próximo do campo cultural. Se Rodrigo esforçou-se a ponto de proibir outras edições de “Velórios”, é fato que a insistência na sua única publicação, especialmente nas edições comemorativas de seus 70 anos, reforçaram-no como literato.

Sua descendência mineira⁷⁵² também é detalhada a partir de suas relações familiares. Cynthia Roncaglio, por exemplo, menciona seu trabalho nos escritórios de

artefato cultural. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 88. BOTREL, Manuela de Oliveira. **Patrimônio, preservação e diversidade:** a gestão pública de bens culturais em São João Del-Rei (MG). Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011, p. 47; GOMIDE, Cristina Helou. Op. Cit. p. 186.

⁷⁴⁸ FRANÇA, Luara Galvão de. **Patrimônio brasileiro, produtor de presença:** a criação do SPHAN em 1937 e o presente espesso como cronótopo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 69; LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito:** a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 32; RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 172.

⁷⁴⁹ FRANÇA, Luara Galvão de. Op. Cit. p. 69; TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del-Rei:** negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 74; CORREIA, Maria Rosa dos Santos. **Mídia e discurso:** a memória da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 108; LANARI, Raul Amaro de Oliveira. Op. Cit. p. 32; RUBINO, Silvana. Op. Cit. p. 172-173.

⁷⁵⁰ FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João Del-Rei:** tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007, p. 130.

⁷⁵¹ DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. **Patrimônio histórico de Corumbá:** imagem e poder (1937 – 2003). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004, p. 38.

⁷⁵² TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del-Rei:** negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 74. RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 172.

advocacia dos tios Afrânio e João de Melo Franco⁷⁵³, e Waldson Diniz sua relação de parentesco com Afonso Arinos de Melo Franco.⁷⁵⁴ Giovana Polli ocupa-se, inclusive, em precisar sua data de nascimento e sua ascendência paterna: “filho de Rodrigo Bretas de Andrade, professor de Direito Criminal da Faculdade de Direito de Minas e Procurador Seccional da República. Foi educado em Paris e uma vez retornado ao Brasil, formou-se em direito”.⁷⁵⁵ Os estudos em Paris também são mencionados por Cristina Gomide.⁷⁵⁶ Rodrigo, assim, figura como jovem de “boa família” e bem formado. Seu parentesco reforça sua importância sob dois aspectos: por um lado, o insere na rede de relações baseada na mineiridade, ao mesmo tempo, o localiza como integrante de uma família tradicional de Minas Gerais. A menção a seus estudos no exterior, por sua vez, parece assinalar a alta capacitação do ex-diretor.

As fontes utilizadas para a redação das biografias nos trabalhos até aqui mencionados são poucas: no trabalho de Luara Galvão, a biografia de Rodrigo é extraída do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC⁷⁵⁷ e no de Denis Tavares, da pesquisa de Helena Bomeny.⁷⁵⁸ No de Silvana Rubino, a relação próxima com o tio Afonso Arinos de Melo Franco é citada a partir de “A lição de Rodrigo”.⁷⁵⁹ Nos demais, não constam referências específicas. A falta de detalhamento das fontes não chega a ser surpreendente, uma vez que a maioria dos trabalhos menciona Rodrigo nos trechos dedicados a introduzir o leitor na trajetória das políticas oficiais de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

⁷⁵³ RONCAGLIO, Cynthia. **Emblema do patrimônio natural no Brasil:** a natureza como artefato cultural. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 88.

⁷⁵⁴ DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. **Patrimônio histórico de Corumbá:** imagem e poder (1937 – 2003). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004, p. 38.

⁷⁵⁵ POLLI, Giovana Carla Bonamin. **Elites intelectuais e nation building:** conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 44.

⁷⁵⁶ GOMIDE, Cristina Helou. **Centralismo político e tradição histórica:** cidade de Goiás (1930-1978). Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999, p. 186.

⁷⁵⁷ Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso: 9 set. 2015.

⁷⁵⁸ TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del-Rei:** negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 74. O trabalho de Bomeny mencionado pelo autor é: BOMENY, Helena. **Guardiães da Razão:** modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

⁷⁵⁹ RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 172.

A longa duração de sua direção encontra lugar nos comentários: diretor por 30 anos consecutivos⁷⁶⁰, presidente do SPHAN entre 1937 e 1967⁷⁶¹, primeiro intelectual a dirigir o SPHAN⁷⁶², fundador e diretor⁷⁶³. Roncaglio afirma que sua principal atividade foi a proteção dos bens patrimoniais até a aposentadoria⁷⁶⁴, quando, de acordo com Gomide, passou o cargo a seu discípulo Renato Soeiro.⁷⁶⁵ Nos dados de Raul Lanari, sua direção estende-se até 1968.⁷⁶⁶ Já para Waldson Diniz, até 1969.⁷⁶⁷ Em alguns destes exemplos o “SPHAN” ainda tem força como denominação e o período de direção de Rodrigo avança para além de sua aposentadoria, concedida em 1967. Mais do que dados biográficos pessoais, é a longa gestão administrativa que encontra destaque como argumento na apresentação do personagem ao leitor.

A relação com o movimento modernista também é mencionada, seja por meio de sua aproximação com alguns nomes associados à Semana de 1922⁷⁶⁸, seja como integrante da “rede mineira” de intelectuais modernistas.⁷⁶⁹ Com menor ocorrência, também é possível encontrar a informação de sua ação no alto escalão do governo antes

⁷⁶⁰ GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.63.

⁷⁶¹ MIOTTO, Tânia Cristina Bordon. **Capela de São Miguel Paulista: o projeto de restauro como ferramenta de entendimento das novas linguagens do patrimônio**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011, p. 70.

⁷⁶² DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. **Patrimônio histórico de Corumbá: imagem e poder (1937 – 2003)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004, p. 38.

⁷⁶³ FRANÇA, Luara Galvão de. **Patrimônio brasileiro, produtor de presença: a criação do SPHAN em 1937 e o presente espesso como cronótopo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 69.

⁷⁶⁴ RONCAGLIO, Cynthia. **Emblema do patrimônio natural no Brasil: a natureza como artefato cultural**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 88.

⁷⁶⁵ GOMIDE, Cristina Helou. **Centralismo político e tradição histórica: cidade de Goiás (1930-1978)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999, p. 186.

⁷⁶⁶ LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 32.

⁷⁶⁷ DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. Op. Cit. p. 38.

⁷⁶⁸ RONCAGLIO, Cynthia. Op. Cit. p. 88; POLLI, Giovana Carla Bonamin. **Elites intelectuais e nation building: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 44.

⁷⁶⁹ TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del-Rei: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p. 74.

de ocupar a direção do IPHAN, a exemplo de sua atuação como chefe de gabinete de Francisco Campos.⁷⁷⁰ Curioso observar que em duas referências o personagem é mencionado como chefe de gabinete de Gustavo Capanema em 1930⁷⁷¹, sendo que o ministro assumiu apenas em 1934. Cabe indagar se esse dado poderia denotar apenas um erro factual ou uma associação por demais estreita de Rodrigo com o Ministro Capanema.

A notícia biográfica redigida por Teresinha Marinho para a publicação “Rodrigo e seus tempos” é mencionada como fonte em alguns trabalhos. Renato Alves e Silva vale-se de diversas informações desse texto e cita, inclusive, trechos da obra.⁷⁷² Já a biografia apresentada na dissertação de Laura Xavier é bem mais extensa, uma vez que o foco do estudo recai na correspondência trocada entre Rodrigo e Augusto Meyer, colaborador do IPHAN no Rio Grande do Sul. Os dados biográficos, entretanto, são primordialmente extraídos do livro de 1986, com a citação de diversos trechos da pesquisa de Marinho.⁷⁷³

Exceção deve ser feita à pesquisa de Vanuza Braga Moreira. Ao contrário de outras pesquisas, a biografia de Rodrigo é bastante detalhada em sua dissertação, na medida em que a autora vale-se de documentação primária, especialmente do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, para além da pesquisa já mencionada de Teresinha Marinho. A autora recupera traços da infância e primeiros trabalhos de Rodrigo, além de suas relações familiares e amizades. Esse recurso é ponto central em sua pesquisa, uma vez que parte do argumento da dissertação relaciona-se à “mineiridade” de Rodrigo e Sylvio de Vasconcellos, o representante do IPHAN em Minas Gerais. Para tanto, a

⁷⁷⁰ RONCAGLIO, Cynthia. Op. Cit. p. 88. RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 173.

⁷⁷¹ CORREIA, Maria Rosa dos Santos. **Mídia e discurso:** a memória da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 108; FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João Del-Rei:** tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007, p. 130.

⁷⁷² SILVA, Renato Alves e. **O desafio da preservação do patrimônio arquitetônico modernista no Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012, p. 89-90.

⁷⁷³ XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso:** a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008, p.19-21.

autora recupera as relações de ambos com o estado de Minas, afirmando que: “Além do compromisso público com o Serviço, nota-se claramente o elo afetivo que os liga à antiga capital de Minas e os vemos como herdeiros de seus antepassados, antigos defensores da cidade e da história mineira”.⁷⁷⁴ Um dos subtítulos do capítulo 2 da dissertação é “Rodrigo Melo Franco de Andrade: ‘o herói silencioso’”, onde Vanuza Braga Moreira retoma seu período de estudos no exterior e sua formação universitária, além dos primeiros momentos da articulação de sua rede de amizades, a partir da notícia biográfica de “Rodrigo e seus tempos”. Em seguida, aborda sua atividade de advogado conciliada com a de jornalista. Em outro subtítulo do mesmo capítulo, “O início da vida pública: ‘Servidor público nº 1 do Brasil’”, analisa sua atuação como chefe de gabinete de Francisco Campos. Nas palavras da autora, interessa, em seu trabalho, a “atenção, dedicação e compromisso com a salvaguarda e divulgação de seu estado natal”.⁷⁷⁵ A tese da continuidade familiar tem seguimento por meio da análise da trajetória de Joaquim Pedro de Andrade, filho de Rodrigo, cuja produção cinematográfica é revista pela autora também na chave da “mineiridade”: “Herança passada de geração em geração, seu filho, o cineasta Joaquim Pedro de Andrade, também dedicou dois filmes às ‘duas grandes sombras de Ouro Preto’, *Os Inconfidentes* (1972) e *O Aleijadinho* (1978)”.⁷⁷⁶ Interessante examinar sua interpretação da filmografia de Joaquim:

Contudo, a inspiração e a reverência ao ambiente intelectual do pai sobre Joaquim eram indubitáveis e não se esgotaram com o longa de 1972. Dos quatorze filmes que dirigiu, entre curtas e longa-metragem, oito fizeram referência direta ao universo dentro do qual Rodrigo se formou e viveu. São eles: *O Poeta do Castelo* (1959) sobre Manoel Bandeira, *Mestre de Apipucos* (1959), sobre Gilberto Freyre, *O Padre e a Moça* (1965), baseado no poema de Carlos Drummond de Andrade, *Brasília: Contradições de Uma cidade Nova* (1967), *Os Inconfidentes* (1972), *O Aleijadinho* (1978), *O Homem do Pau Brasil* (1981), inspirado na obra de Oswald de Andrade, sem contar o

⁷⁷⁴ De acordo com a autora: “nos interessa de forma particular Arinos e Vasconcellos, não somente pela relevância e abrangência da atuação, mas principalmente pela ligação de parentesco com Rodrigo Melo Franco de Andrade, Sylvio de Vasconcellos e Afonso Arinos de Melo Franco (sobrinho), que, décadas mais tarde, assumiriam papéis importantes na interpretação e valorização da história de Minas. Se os primeiros foram importantes para a criação de uma consciência sobre a importância histórica de Minas, seus herdeiros teriam como compromisso consolidá-la e imprimi-la na memória nacional”. BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança:** o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010, p. 50-52.

⁷⁷⁵ BRAGA, Vanuza Moreira. Op. Cit. p. 58.

⁷⁷⁶ Id. Ibid. p. 53-62.

inacabado, *Casa Grande e Senzala* (1988), interrompido com sua morte em 1988.⁷⁷⁷

Para Vanuza Moreira, “Além de profundo conhecedor de arte e hábil burocrata, o autor de *Velórios* (1936) era detentor de enorme prestígio e credibilidade no meio político e intelectual, posição através da qual se utilizou para intermediar parcerias que mudariam indelevelmente os rumos da arte e da vida pública e intelectual brasileira”.⁷⁷⁸ Esse trecho, aparentemente laudatório, equilibra-se com a apreciação da autora sobre a construção do mito de Rodrigo. Em outra subdivisão da dissertação, intitulada “A Trilogia dos heróis mineiros: Tiradentes, Aleijadinho e Rodrigo”, ela afirma:

Em torno da figura de Rodrigo estabeleceu-se o mito do homem abnegado, que abriu mão da carreira literária e da vida particular em detrimento da coisa pública, enfrentando a “ignorância” e a “indiferença” da população e de suas elites, e oferecendo uma total dedicação à proteção e à preservação do patrimônio. Assim como Tiradentes e Aleijadinho, mitos que ajudou a consolidar, Rodrigo teve uma memória criada a partir de elementos que o constituem como um herói, e não por acaso sua gestão dentro do SPHAN ficou conhecida como “fase heróica”.⁷⁷⁹

É exatamente em função deste “não por acaso” que a investigação das fontes construídas, selecionadas e editadas até os anos 1980 soma-se aos autores contemporâneos também citados como referência, conforme veremos no item a seguir. Antes disso, entretanto, torna-se necessário enfatizar que no caso específico da seleção de informações destinadas a identificar Rodrigo é possível identificar um elenco variável de aspectos a serem ressaltados. A constância, por sua vez, é representada pela repetição, sob diferentes formas, do dado que parece mais chamar atenção: a longa duração de sua gestão. Assim, entre o homem e a instituição, temos, uma vez mais, o homem-instituição.

4.7 As fontes

Ao longo da leitura da produção acadêmica, cujos resultados apresentei até aqui, busquei identificar, na medida do possível, quais as referências bibliográficas e arquivísticas que constituíram as principais fontes de informação sobre Rodrigo e sua

⁷⁷⁷ BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança:** o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 201, p. 63.

⁷⁷⁸ Id. Ibid. p. 64.

⁷⁷⁹ Id. Ibid. p. 67.

gestão frente ao IPHAN. Por vezes, alguns autores dedicaram comentários a respeito dos procedimentos de pesquisa. Em outros casos, o percurso investigativo pôde ser conhecido somente por meio da lista de referências bibliográficas.

Como adverte Silvana Rubino em sua dissertação⁷⁸⁰, “Há censura e há destaque em cada pasta e publicação” do IPHAN. Esse alerta é especialmente pertinente na medida em que o âmbito da pesquisa relacionada à preservação do patrimônio cultural no Brasil é, sem dúvida, seguidamente circunscrito à produção da própria instituição. Até onde foi possível averiguar, os trabalhos publicados pelo órgão na década de 1980 ainda são as principais referências para a investigação neste campo. No caso de Rodrigo, especificamente, as publicações do Núcleo de Editoração são amplamente referenciadas, somando-se à “Lição de Rodrigo”, lançada cerca de 10 anos antes. Estudar a história do IPHAN e de seus colaboradores parece significar, em um primeiro momento, seguir os caminhos sinalizados pela própria instituição ao longo do tempo. Nesta tese, tentei demonstrar, com toda a dificuldade imputada por essa circunscrição, como pequenas e intencionais omissões foram articulando a monumentalização de Rodrigo. Esse laborioso caminho imposto pelos arquivos e publicações institucionais já havia sido exemplificado por Silvana Rubino, quando essa identificou significativa ausência da Lei 511 de 1936 na compilação “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, de 1980, bem como da “Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais”, publicada pela então DPHAN, em 1967. Este documento é situado temporalmente entre o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto-lei 25 e foi excluído das principais publicações do órgão.⁷⁸¹

Ao longo da leitura, elenquei 32 trabalhos que citam documentos a partir de “A lição de Rodrigo”, “Rodrigo e o SPHAN”, “Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)” e “Rodrigo e seus tempos”, muitas vezes referidos em conjunto, em relação a 19 trabalhos que se valem de documentação diretamente pesquisada nos arquivos. Em alguns casos, conjugam-se publicações e fontes arquivísticas. Levando isso em conta, não é desprezível a constatação de que as

⁷⁸⁰ RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 14.

⁷⁸¹ Rubino identificou tal ausência consultando um *baú particular* sobre Rodrigo, organizado por Carlos Drummond de Andrade, onde constava o documento, publicado apenas parcialmente em um folheto do Ministério da Educação e Saúde. O documento é mencionado em livro de 1952, intitulado “Brasil: monumentos históricos e arqueológicos”, de autoria de Rodrigo, porém também indisponível na íntegra.

publicações da FNpM da década de 1980 ainda constituem a principal fonte documental das investigações acadêmicas, raramente problematizadas em função de sua origem institucional. Se Felipe Maciel define “Rodrigo e seus tempos”, “Rodrigo e o SPHAN” e a correspondência com Mário de Andrade com Rodrigo M. F. de Andrade como livros “comemorativos e rememorativos”⁷⁸², outros trabalhos não deixam tal avaliação clara, muito menos os desdobramentos deste fato sobre o conteúdo das obras. De acordo com Cláudia dos Reis e Cunha,

A leitura de algumas publicações do próprio IPHAN, tais como os *Documentos de Trabalho* de Lucio Costa ou a correspondências entre Mario de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade, fornecem elementos para compreensão de algumas das características do momento fundador do Patrimônio Nacional e dos encaminhamentos da instituição ao longo dos anos em que Rodrigo esteve à frente da direção do órgão (1937-1967), período conhecido como fase heróica.⁷⁸³

Luara Galvão utiliza como fontes “Rodrigo e o SPHAN” e “Rodrigo e seus tempos”, justificando sua escolha a partir da afirmação de Teresinha Marinho sobre a exaustiva pesquisa de fontes realizada para o livro.⁷⁸⁴ No trabalho de Adriana Nakamuta, são citadas como “obras de referência” para a questão do patrimônio no Brasil: “Rodrigo e o SPHAN”, “Rodrigo e seus tempos”, “Correspondência entre Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade”, além de “Um estado completo que pode jamais ter existido”, de Antonio Luiz Dias de Andrade (arquiteto do IPHAN em São Paulo), “O estado na preservação dos bens culturais: o tombamento”, de Sônia Rabello de Castro (advogada que exerceu o cargo de diretora do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN), “Modernistas na Repartição”, coletânea organizada por Lauro Cavalcanti (arquiteto e técnico em assuntos culturais do IPHAN), “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, de José Reginaldo Gonçalves, além do já citado “O patrimônio em processo”, de Maria Cecília Londres da Fonseca.⁷⁸⁵

⁷⁸² MACIEL, Felipe Esteves Lima. **Impressões de "barroco"**: a produção editorial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1978). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 53.

⁷⁸³ CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 75.

⁷⁸⁴ FRANÇA, Luara Galvão de. **Patrimônio brasileiro, produtor de presença: a criação do SPHAN em 1937 e o presente espesso como cronótopo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 68-69.

⁷⁸⁵ NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. **Forte São João e o patrimônio histórico e artístico nacional**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e

Com exceção de José Reginaldo Gonçalves, os demais autores associam-se diretamente à instituição por meio de alguma ligação profissional, o que confere caráter normativo a esta produção, como já bem observou Walter Lowande.⁷⁸⁶

A partir da leitura das dissertações e teses, busquei reunir e caracterizar diferentes unidades articuladas em torno de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mais do que uma tentativa de quantificar citações e repetições à exaustão, busquei colocar em prática um exercício no qual a potência da formação discursiva do *homem-monumento* pode ser explorada em suas múltiplas possibilidades. As imagens de Rodrigo, diretamente vinculadas à história do IPHAN, reorganizaram-se, criando-se e recriando-se em diferentes arranjos na produção contemporânea.

Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009, p. 25-26.

⁷⁸⁶ LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Os sentidos da preservação:** história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p. 26.

Considerações finais

I.

Por quais processos a imagem pública de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi construída e reconstruída em relação ao campo do patrimônio cultural no Brasil? O caminho percorrido para responder esta indagação inicial organizou-se em quatro capítulos. Primeiramente, ao desnaturalizar a escolha de Rodrigo para o cargo sob o qual adquiriu a forma de *homem-instituição*, retomei a discussão estabelecida antes de 1936, ano de criação do IPHAN. Foi possível situar um debate travado por indivíduos que haviam se dedicado a definir o que seria um modo de projetar e construir genuinamente brasileiro. Em decorrência dessa discussão, a preservação dos remanescentes da arquitetura colonial brasileira tornou-se parte da questão.

Partindo de uma declaração do arquiteto modernista Lucio Costa, busquei saber quais eram as figuras proeminentes no debate e como repercutiu a escolha de Rodrigo para a direção de uma instituição recém-criada, cujo objetivo, ao que tudo indica, não se configurava preocupação principal do advogado mineiro. A fundação da instituição federal responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional deu-se em meio a disputas, sendo a definição do diretor um dos pontos de divergência. Como vimos, a escolha do personagem para o cargo não respondia às expectativas dos nomes mais conhecidos da “área” do patrimônio. Tais disputas, travadas em um campo em construção, foram identificadas com as iniciativas do Movimento Neocolonial e do Modernismo.

As diferenças entre esses movimentos nem sempre foram claramente definidas. Os neocoloniais, antigos “donos da área” do patrimônio, perderam espaço nas disputas tanto conceituais como pessoais e permaneceram à margem da repartição pública federal. O Modernismo, nessa conjuntura, experimentou (a ainda experimenta) estreita conexão com a narrativa do IPHAN sobre sua criação, atuando, inclusive como

categoria explicativa na bibliografia dedicada à história da instituição. Outras iniciativas, anteriores ao ano de 1936, também foram elencadas, a exemplo da criação de inspetorias estaduais voltadas para a defesa do patrimônio material regional, com o objetivo de mapear a discussão no país.

Nesta mesma ordem discursiva, o anteprojeto de criação do IPHAN, redigido por Mário de Andrade a pedido do Ministro Gustavo Capanema, configurou-se como documento constantemente citado na trajetória da instituição e teve particular investimento de valor ao longo da década de 1980. Rodrigo Melo Franco de Andrade atuou como diretor do IPHAN desde sua criação, ainda em fase experimental, até 1967, ano em que se aposentou. Sua longa direção tornou sua nomeação um dado pouco questionado. Como vimos, a opção de Capanema por seu nome constituía uma opção possível - visto que a rede de relações que unia Rodrigo ao Ministro era forte, pautada pela amizade decorrente da juventude passada em Minas Gerais – porém não provável do ponto de vista do envolvimento do advogado com a área do patrimônio.

Em seguida, busquei identificar o lugar ocupado e atribuído a Rodrigo na repartição, espaço que foi permeado pela valorização do *devotamento pessoal à causa do patrimônio*. Propus identificar o escritório do IPHAN no Rio de Janeiro como um *espaço de sociabilidade intelectual* mediado por Rodrigo e fortemente permeado pela amizade. Esse espaço, frequentado por diferentes personalidades com diversos objetivos, privou de uma *configuração público-privada* graças a uma rede de visitas centralizada na figura do personagem central desta tese, conferindo à repartição técnica certa informalidade. Foram, principalmente, esses funcionários, colaboradores e frequentadores os responsáveis pelas diversas construções da imagem de Rodrigo a partir de depoimentos, textos e homenagens que editaram e reeditaram a forte associação entre o primeiro diretor e o Instituto. Tentei, finalmente, trazer à tona as quase inexistentes *memórias subterrâneas* relacionadas ao primeiro diretor, subsumidas por sistemáticos *procedimentos de enquadramento e exclusão* inerentes à construção de um *homem-monumento*.

No segundo capítulo, explorei, principalmente, os documentos que tomaram como episódio central as comemorações realizadas em função dos aniversários da instituição e de Rodrigo. Abordei os festejos dos 20, 25 e 30 anos da instituição, bem como aqueles desenvolvidos em torno do aniversário de 70 anos do diretor. O que

significa comemorar, senão solidificar marcos e cristalizar memórias? A comemoração dos 20 anos do IPHAN foi descrita por diferentes narradores. Estas narrativas sobre as comemorações, bem como sobre o trabalho na repartição, modelaram, pedagogicamente, a edificação de um *funcionário público exemplar*. Rodrigo, força motriz da causa pública, era *exemplo em ação*, oferecido aos contemporâneos.

Os discursos acerca da concessão dos quatro títulos *Honoris Causa* a Rodrigo acrescentaram outro ingrediente ao *homem-monumento*, cuja vida subsumia-se no esforço de preservar a arte brasileira. A modéstia e o constrangimento diante de qualquer tipo de homenagem foram intensamente referidos como característica muito própria de um mineiro discreto. Em relação aos títulos, foi possível perceber um interessante movimento de Rodrigo. Ao negar as homenagens pessoalmente, o diretor aceitou-as ao se coletivizar como instituição. Nesse sentido, a *sinomização* entre homem e instituição, amplamente difundida por amigos e colaboradores, também foi assumida pelo personagem. Esse recurso pôde ser identificado, por exemplo, no discurso de Rodrigo ao agradecer o título conferido pela universidade pernambucana em 1961, bem como ao receber o título de Personalidade do Ano do IAB em 1965.

Os 30 anos da instituição, comemorados em 1966, foram, também os 30 anos da direção de Rodrigo. Refere-se a esta comemoração o poema “Velho amor”, de Drummond, onde liricamente fundiu-se a imagem do *casal Rodrigo – PHAN*. No ano seguinte, ele aposentou-se após 31 anos de serviço e dois periódicos dedicaram-se a comemorar o seu aniversário de 70 anos. No que se refere ao suplemento literário mineiro, foi possível perceber certa ênfase ao *Rodrigo-escritor*, subsumido pela vida dedicada ao IPHAN. O suplemento do “Jornal do Commercio”, por outro lado, configurou Rodrigo a partir de uma perspectiva mais intimista, ainda que oficial.

Neste segundo capítulo, foi possível identificar a imagem pública de Rodrigo associada ao *sacrifício*, *devoção à causa*, à *renúncia pessoal* e ao *exemplo*. Segundo essa narrativa, ele *escolheu* “o Patrimônio”, a despeito de todas as possibilidades que se apresentavam como carreira, especialmente a Literatura. Neste sentido, foi possível também identificar a elaboração de uma *coerência seletiva* retrospectivamente traçada acerca da trajetória de Rodrigo, criando um todo lógico e coerente.

As dimensões pessoais e profissionais passaram a figurar imiscuídas em discursos presentes em diversos meios de comunicação, num sistema de inversões e

reimpressões entre homem e instituição. E assim foram se produzindo *documentos* – os poemas, os depoimentos, as memórias narradas em um artigo de jornal –, entendidos na tese como construções históricas e discursivas. *Documentos-monumentos*, de acordo com a definição de Foucault. Construtos ativos na formação de memórias específicas sobre o diretor e a instituição, e operadores eficazes de um *trabalho de enquadramento*. Os processos de monumentalização, semelhantes a jogos de esconde-esconde, produziram “Rodrigos”. Se apresentados como reais, todos eles *unidades desiguais*, podemos afirmar que foram formados por uma essência construída a partir de figuras que lhes eram estranhas. Ou seja, são sem essência.

Em maio de 1969, Rodrigo faleceu. Com esse acontecimento, iniciei o terceiro capítulo, entendendo a morte do diretor como meio para analisar quais aspectos da vida do *grande morto* foram selecionados para descrevê-lo. Discreto, comedido, Rodrigo soube bem morrer, como frisou Drummond, acrescentando um dado a mais na lista de qualidades do homem exemplar. Além disto, em torno do fúnebre acontecimento, foram reafirmadas características do grande morto em vida: sacrifício e devoção à causa, persistência, renúncia a si mesmo e às possíveis escolhas profissionais, a exemplo do talento para a ficção lembrado por alguns dos porta-vozes da perda ligados ao *amigo exemplar*.

Foi também no ano de sua morte que se formalizou um importante documento-monumento. O livro “A lição de Rodrigo”, idealizado como homenagem em vida, tornou-se um *in-Memoriam* devido ao falecimento do diretor meses antes da conclusão da publicação. Formado eminentemente por depoimentos, o livro transparece certo tom coloquial, indicando uma suposta intimidade dos autores com o homenageado. Ao longo da leitura de todos os textos, identifiquei a narração de diálogos e descrições físicas de Rodrigo, recursos que acabam conduzindo o leitor a certa sensação de *espontaneidade, autenticidade e verdade*. Além disto, a obra não indica nenhuma fonte documental, nenhuma referência além dos próprios amigos, colaboradores e admiradores devotados.

Na publicação, Rodrigo é configurado como *modelo aos que virão*. Nada menos do que nove textos possuem no título as noções de exemplo, lição e/ou liderança. Ao longo da análise do livro, também identifiquei a reedição de 17 textos anteriormente publicados, sendo a maioria deles relacionada à comemoração dos 70 anos do diretor. A

repetição é, sem dúvida, uma forma eficiente de construção e perpetuação. A noção de *lição* propriamente dita é mencionada na introdução, escrita por Lucio Costa, e no texto de Prudente de Moraes Neto. De acordo com esse último, nenhum *homem e cargo* haviam se conjugado tão ajustadamente. Rodrigo e “o Patrimônio”, nesse sentido, moldaram-se um ao outro.

A década de 1960 foi tempo de *Rodrigo-modelo, Rodrigo-exemplo*. Na década de 1980, entretanto, presenciamos a consolidação de um *Rodrigo-herói*. As publicações do Núcleo de Editoração da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/ FNpM), criado na gestão de Aloísio Magalhães, foram responsáveis pela produção de importantes *documentos-monumentos* para o estudo da constituição do campo do patrimônio no Brasil: “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória” (1980), “Mário de Andrade: cartas de trabalho – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945)” (1981), seguidos de “Rodrigo e seus tempos” (1986) e de “Rodrigo e o SPHAN” (1987). Situados em uma fase de reformulação da instituição, as publicações viabilizaram a consolidação de um marco temporal específico na sua história. Trata-se da “fase heroica”, associada à gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. A disputa (velada ou explícita) por espaço e poder entre a equipe trazida por Aloísio Magalhães e aquela *herdeira* de Rodrigo foi informação fundamental para instrumentalizar a leitura da produção editorial mencionada. Busquei analisar a produção do Núcleo à luz das contradições mencionadas.

O Núcleo de Editoração iniciou seu trabalho oferecendo ao público uma “visão panorâmica” da questão do patrimônio cultural no Brasil. O livro de 1980 traz uma compilação da legislação relativa ao tema, incluindo as iniciativas anteriores à criação do IPHAN. Neste livro, a “fase heroica” recebeu uma delimitação temporal específica: os primeiros 30 anos da instituição, período em que Rodrigo esteve à frente do órgão. Com a aposentadoria do diretor, a primeira fase havia se encerrada, dando início a uma segunda, correspondente à direção de Renato Soeiro. Indiquei, por meio da análise das publicações e da entrevista com o coordenador do Núcleo, o esforço empreendido para estabelecer uma relação de continuidade entre as mudanças propostas por Aloísio Magalhães e o desenho inicial da instituição elaborado por Mário de Andrade. Neste sentido, o que parecia ruptura seria, a partir desta articulação, uma continuidade.

Rodrigo, nessa perspectiva, não é mais (ou tão somente) o exemplo a ser seguido, mas o símbolo heroico de uma fase a ser reverenciada.

Os livros de 1986 e 1987 dedicados especificamente a Rodrigo transformaram-se em fontes/objetos importantes sobre o primeiro diretor. A maior parte da sua gestão deu-se sob a denominação de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Ainda assim, a publicação “Rodrigo e o SPHAN” reforça o período “pioneiro” do Serviço ao manter a sua nomenclatura inicial a despeito das diversas mudanças na sigla. Entendo que essa opção velada cristalizou e reforçou o relato mítico dos desafios e empreendimentos hercúleos realizados nos primeiros anos da entidade. Além disto, sinalizei para a inserção de textos publicados depois da aposentadoria do diretor, marcando a ausência de ruptura entre o personagem e a repartição. Sob esta perspectiva, *Rodrigo foi instituição até o fim*. A realização de um grande projeto retrospectivo, onde se inserem tanto as publicações, como o projeto de história oral da década de 1980, acabaram por estabelecer rupturas e continuidades por meio da configuração de um Rodrigo reescrito no tempo.

Como essas múltiplas formações discursivas sobre Rodrigo foram utilizadas na produção acadêmica contemporânea sobre o campo do patrimônio no Brasil? Foi a partir desta indagação que formulei o quarto e último capítulo. Definindo a produção acadêmica materializada em teses e dissertações como foco da investigação, selecionei 103 trabalhos para análise e, por meio de sucessivas releituras, identifiquei e isolei algumas formações discursivas que julguei pertinentes que, de diferentes formas, instituíram *Rodrigos*.

A primeira delas relaciona-se ao início da instituição. Foi possível localizar variações na caracterização do papel de Rodrigo na criação do IPHAN. Mesmo que ele não a tenha fundado, tampouco tenha sido o autor da iniciativa, foi possível mapear pequenas variações que investiram simbolicamente em sua importância. Nesse sentido, a criação legal da instituição, promovida por Gustavo Capanema, confunde-se muitas vezes com a criação conceitual do IPHAN decorrente da definição da política de preservação, essa sim empreendida durante a gestão do primeiro diretor. Ainda em relação ao início da instituição, foi possível igualmente localizar variações na importância atribuída ao anteprojeto de Mário de Andrade e ao Decreto-lei 25, formulado por Rodrigo, para a criação do órgão. A maior parte das teses e dissertações

que mencionam essa relação sugere uma “disputa” entre ambos, com a proposta de Mário *preterida* e a de Rodrigo *vencedora*. A ideia de uma disputa, entretanto, é muito mais recorrente nas pesquisas recentes, sinalizando para uma projeção contemporânea. A história do IPHAN, aliás, com raras exceções, parece ser um constante exercício de oposições: heroico x moderno, anteprojeto x decreto-lei, pedra e cal x referência cultural...

Em segundo lugar, mencionei a relação entre o grupo de intelectuais que cercou Rodrigo e o prestígio a ele conferido. O Movimento Modernista, sob esta perspectiva, foi o grande agrupador da intelectualidade vinculada à repartição, frequentada por diversas “personalidades” da época: Lucio Costa, Mário de Andrade, Drummond, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira... A vanguarda estaria com Rodrigo e teria garantido à instituição uma solidez de referências mais importantes do que aquelas associadas a José Mariano Filho, por exemplo. Ultrapassados os nomes mais citados, foi possível identificar a capciosa categoria “outros”, formada por funcionários e colaboradores com menor proeminência em relação aos respeitáveis colaboradores do diretor. No que tange a toda esta constelação, entretanto, a centralidade de Rodrigo figurou como condicionante ao bom funcionamento do IPHAN. Neste sentido, foi possível inferir que, em parte dos argumentos das teses e dissertações examinadas, Rodrigo não apenas concentrava a intelectualidade da época como, também, era respeitado e seguido por ela, em função de seu carisma, devotamento e diplomacia. Também indiquei o uso por vezes naturalizado da centralidade e exemplaridade de Rodrigo face à instituição, quando sua suposta importância não chega a ser justificada, apenas informada. Se, por um lado, os processos seletivos empreendidos pela instituição na definição dos bens a serem protegidos em nível federal são repetidamente questionados, por outro, seus personagens “míticos” dificilmente aparecem problematizados. *Rodrigo-monumento*, nesse sentido, permaneceu como *topos* recorrente na produção acadêmica recente. Além de *líder centralizador, influente, modesto e dedicado à missão preservacionista*, Rodrigo também é abordado a partir de sua relação de identificação com o IPHAN, seja como simbiose, seja como portador de uma história que se confunde com a própria instituição.

A formação discursiva do herói, entretanto, talvez seja a mais representativa nas pesquisas acadêmicas recentes. Sob a *fase heroica* estão abrigados um recorte temporal

associado à gestão de um carismático Rodrigo, uma narrativa épica da fase inicial da instituição e uma política de salvaguarda específica, vinculada aos bens móveis de *pedra e cal*, sendo que esses três pontos articulam-se a partir de diferentes justificativas e fontes (quando essas são apresentadas). A periodização que toma a fase heroica como tempo primordial da instituição apresenta a gestão seguinte, de Soeiro, como “intermediária” para a *fase moderna* associada à direção de Aloísio Magalhães. Assim, por oposição, novamente uma interpretação estabelecida através de contrapontos encapsula a trajetória do IPHAN em dois momentos simbolicamente complementares. Como decorrência dessa percepção, identifiquei na fase heroica um “organizador” do tempo da instituição na produção acadêmica, uma vez que, em diversos casos, as balizas de 1937 e 1967 definem subcapítulos específicos ou, ainda, recortes temporais que determinam e estruturam teses e dissertações.

A figura de linguagem do quebra-cabeça é recorrente ao tratarmos da operação historiográfica. As habilidades necessárias ao historiador e ao bom jogador são muito semelhantes: atenção aos fragmentos, desejo de uni-los, uma ideia geral da imagem final. Nesta última reside, entretanto, uma dupla armadilha para o nosso ofício. De um lado, a ilusão dos contornos finais lineares, das arestas aparadas. De outro, o vício de uma figura construída e provida de sentido. A imagem final do quebra-cabeça era conhecida: Rodrigo e IPHAN como remetências, quase sinônimos um do outro. Parti dessa imagem e investiguei por meio de quais processos, agentes e suportes Rodrigo foi construído e reconstruído.

Nos caminhos da pesquisa, encontrei um poema de Drummond, do qual me permito citar a última estrofe:

As coisas que restituiu ao sol da História
não contam, não me contam de Rodrigo.

A mosca bailaria pousa no tampo de vidro
na mesa em que Rodrigo trabalhava
na mesa em que
na mesa
na.⁷⁸⁷

⁷⁸⁷ ANDRADE, Carlos Drummond. Sua mesa. **Jornal não identificado**, 18 ago. 1973, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

Assim como no poema, investigar a formação de um *Rodrigo-monumento* não me contou de Rodrigo, tampouco me indicou um início ou um fim do processo, mas, certamente, me permitiu problematizar os delicados e dedicados trabalhos de monumentalização sob o sol da História.

II.

1969. Denomina-se Rodrigo Mello Franco de Andrade a estrada do contorno do de Ouro Preto, projetada para retirar do centro da cidade tombada o pesado tráfego de caminhões.⁷⁸⁸

1970. O Boletim do Conselho Federal de Cultura publica o anteprojeto de Decreto que se destinava a instituir 17 de agosto como o *Dia do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. A criação da data comemorativa, “decorrência natural” do Encontro sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizado em Brasília no ano de 1970, apresenta como consideração o fato de que Rodrigo havia “criado” a instituição e que “durante mais de 30 anos, à sua frente, defendeu os valores culturais do Brasil.” No natalício do primeiro diretor, deveriam ser realizadas “preleções nas escolas públicas sobre o significado cívico da defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.”⁷⁸⁹ No mesmo ano, em outro momento, Pedro Nava e Renato Soeiro discursam na inauguração da Escola Rodrigo Mello Franco de Andrade em Andaraí, no Rio de Janeiro. Nava inicia sua fala afirmando que a reunião ajustava “mais um elo na cadeia de glorificações que se iniciou no dia seguinte da morte de Rodrigo Mello Franco de Andrade”. Apesar dos pedidos de discrição sobre suas qualidades, prosseguiu o escritor, “agigantava-se sua figura de homem exemplar, de funcionário exatíssimo, de amigo perfeito e de intelectual sem jaça.” Renato Soeiro, na sequência, informa ao público que “Tem se dito, com razão, que essa defesa [do patrimônio histórico e artístico nacional] compreende duas fases: antes e depois de Rodrigo, distinção que só

⁷⁸⁸ OURO PRÊTO GANHA NOVA ESTRADA DIA 18. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

⁷⁸⁹ PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO DIA DO PATRIMÔNIO. *Boletim do CFC*, p. 43-44. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013. A data foi oficializada apenas em 1998, no centenário de seu nascimento.

se acentuou após sua morte”.⁷⁹⁰ Na última estrofe do hino da escola, composta pela professora Uadyaha Nazar Gonzales Costas, a figura da amizade reaparece:

Criar com amor, com ardor construir
Tudo aquilo que não existir
E, assim transformar a Escola Rodrigo
Em Escola-Verdade, em Escola-Amizade!⁷⁹¹

1987. É concedido, pela primeira vez, o Prêmio Mérito Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o objetivo de homenagear antigos servidores que contribuíram para preservar e divulgar o patrimônio cultural brasileiro. A segunda edição ocorreu somente em 1993, com denominação e objetivos modificados.⁷⁹²

Chego a 2014. O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade está em sua 27ª Edição. Na Revista que documenta a iniciativa, reencontro o discurso tantas vezes lido e relido: “Rodrigo Melo Franco de Andrade: Legado que se confunde com a trajetória do Patrimônio Cultural”. Assim se intitula a seção destinada a comentar sobre o indivíduo que dá nome ao prêmio e que retoma, ponto a ponto, a imagem do *homem-monumento*. Nas três páginas a ele dedicadas, revejo os dados de sua biografia, os nomes dos *célebres personagens* dos primeiros anos da instituição e os já “célebres outros” que os acompanham, bem como sua conduta *entusiasmada e empenhada* na defesa do patrimônio, seus marcados *30 anos de direção do SPHAN*, além da narrativa sobre a compulsão de Rodrigo pelo trabalho narrada pelo amigo Drummond, seu legado inspirador e sua permanência no Conselho Consultivo *do SPHAN* até o momento de sua morte.⁷⁹³

Este seria o momento de iniciar novas perguntas, proceder outras análises, inquirir novas fontes, explorando outros usos e configurações do *homem-monumento*. Por ora, entretanto, fica a provocação para um próximo trabalho.

⁷⁹⁰ INAUGURADA A ESCOLA RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE. **Boletim Cultura**, n. 38, ago. 1970. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

⁷⁹¹ HINO À ESCOLA RODRIGO M. F. DE ANDRADE. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

⁷⁹² GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade: tradição e renovação no trabalho de preservação. In.: COPEDOC/DAF/IPHAN. **II Oficina de pesquisa: metodologia de pesquisa e multidisciplinaridade no IPHAN**. Rio de Janeiro: COPEDOC/DAF/IPHAN, 2010, p. 438.

⁷⁹³ REVISTA DA 27ª EDIÇÃO DO PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. [s.l.]: [s.e.], 2014, p. 12-15.

FONTES

Jornais

A ESCOLA DE BELAS ARTES DO RECIFE CONCEDE TÍTULO “HONORIS CAUSA” A RODRIGO M. F. DE ANDRADE. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1957, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011A P0012.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Fala Rodrigo. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, 27 ago. 1961, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011B P0014.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Imagem num sábado - Rendição de guarda. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1967. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

_____. Imagens exemplares – Na balança. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

_____. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p 1. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

_____. Lição de bem morrer, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

_____. Velho amor. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1966, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

_____. Sua mesa. **Jornal não identificado**, 18 ago. 1973. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

_____. De Mestre Rodrigo – Seus bilhetes. **Jornal desconhecido**, 18 ago. 1973. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL. **Jornal não identificado**, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 11 P10.

ARAÚJO, Zilah Corrêa de. Rodrigo Melo Franco de Andrade no depoimento de sua filha Clara de Andrade Alvim. **Jornal Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 15. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

ARCHITECTURA COLONIAL I. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1926.

ARCHITECTURA COLONIAL III – ENTREVISTA COM O DR. RICARDO SEVERO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 abr. 1926, [s.p.].

ARCHITECTURA COLONIAL IV – UMA PALESTRA COM O SR. WASTH RODRIGUES. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 abr. 1926.

ARCHITECTURA COLONIAL V – O QUE NOS DISSE O DR. ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 abr. 1926.

ARQUITETO INDICA PERSONALIDADE: RODRIGO DO DPHAN. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 dez. 1965, [s. p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

ATHAYDE, Tristão de. Êste outro Osvaldo Cruz. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

BANDEIRA, Manuel. Condôminos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 out. 1961, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011B P0014.

_____. Que idade risonha e bela. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

BARATA, Mário. Rodrigo M. F. de Andrade: ser exemplar. **Jornal do Commercio**, 25 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

BARBOSA, Dom Marcos. Comunicantes e ruminantes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

BILHETINHOS A JÂNIO. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1961. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

BRAGA, Rubem. Rodrigo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 abr. 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

COSTA FILHO, Odylo. Soneto de Rodrigo M. F. de Andrade. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 8. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

DANTAS, Pedro. O prêmio da amizade. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

DEFESA DO PATRIMONIO ARTÍSTICO, **A Batalha**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1940, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 787 PXXII.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Patrimônio Histórico e Artístico. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 maio 1956, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Rodrigo: aspectos do homem. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

FREYRE, Gilberto. Rodrigo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

_____. Mestre Rodrigo. **O Cruzeiro**. 25 set. 1966, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

HINO À ESCOLA RODRIGO M. F. DE ANDRADE. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

INAUGURADA A ESCOLA RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE. **Boletim Cultura**, n. 38, ago. 1970. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

JOBIM, Danton. Direitos da Inteligência. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p.1. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

JORNAL NÃO IDENTIFICADO. Dez. 1965, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011A P0012.

MEIRELES, Cecília. Pequenos poemas de Ouro Preto. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 8. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

MINAS DESCOBRIU O VALOR DE SEUS OBJETOS DE ARTE QUANDO OS PERDEU. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1969, p. 20. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011A P0012.

MONTELLO, Josué. O outro Rodrigo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

MORAES, Vinícius. O amigo exemplar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29-30 jun. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

MORRE NO RIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE. **O Estado de S. Paulo**, 13 maio 1969, p. 10. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

O HOMEM DO PATRIMÔNIO. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

OURO PRÊTO GANHA NOVA ESTRADA DIA 18. **Correio da Manhã**, 13 jul. 1969. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

PRESERVAR O BRASIL DE ONTEM PARA O BRASIL DE AMANHÃ, É A VIDA DE RODRIGO. **Correio Paulistano**, São Paulo, 13 ago. 1961, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX0011B P0014.

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO DIA DO PATRIMÔNIO. **Boletim do CFC**, p. 43-44. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

QUEIROZ, Rachel de. Rei morto, Rei pôsto. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p. 2. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

_____. Rodrigo. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1º jun. 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

RMFA CONSERVA HOJE O BRASIL DE ONTEM PARA O DE AMANHÃ. **Diário de São Paulo**, 14 abr. 1966, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

RODRIGO ANDRADE SEPULTADO NO RIO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

RODRIGO M. F. DE ANDRADE. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE MORRE APÓS OPERADO. **Jornal não identificado**, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE DESCE À SEPULTURA ACOMPANHADO POR AMIGOS E INTELLECTUAIS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 maio 1969, [s.p.]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

TEIXEIRA, Fritz. Pequeno fato passado. **Jornal Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out, p. 12. 1968. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

TRECHOS DO DIÁRIO DE RODRIGO, ESCRITO DURANTE A VIAGEM, FEITA A CAVALO, DE PIRAPORA A PARACATU, EM COMPANHIA DE AFRÂNIO MELO FRANCO FILHO, JORGE GUERRA E MÁRIO SANTOS, HÁ MAIS DE QUARENTA ANOS. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 16 e 17 nov. 1968, p. 3. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0012.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Rodrigo e a Arte Nacional. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 out. 1968, contracapa. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011A P0013.

Relatórios

COREMANS, Paul. **Brésil – La préservation du patrimoine culturel**. Paris, jun. 1964, p. 5. Archives de l'Unesco, Paris. BMS – Reports Division/ Brazil/ Reports from Field experts Mr. Paul Coremans/ Preservation of Cultural Heritage.

PARENT, Michel. **Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique**. Paris, mar. 1968, p. 27. Archives de l'Unesco, Paris. BMS – Raports Division (Consultant 1966 & 1967) Reports from field experts Mr. Parent/ Brazil/ Preservation of Cutlural Heritage – Economic dev. & Tourism.

Correspondência

Bilhete de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Carlos Drummond de Andrade. 30 ago. 19[56]. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Bilhete de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Carlos Drummond de Andrade. 30 maio 19[56]. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de Cesário Alvim de Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade. 3 jun. 1916. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de Cesário Alvim de Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade. 15 jun. 1916. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de Cesário Alvim de Melo Franco para Rodrigo M. F. de Andrade. 20 jul. 1916. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de Vera Melo Franco de Andrade para Rodrigo M. F. de Andrade, 5 dez. 1919. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de Dália Melo Franco de Andrade para Rodrigo M. F. de Andrade. 9 jul. 1931. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de José Mariano Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade. 31 maio 1936. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de José Mariano Filho para Gustavo Capanema. Maio 1936. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas/ GCg1936.03.24/2.

Carta de José Mariano Filho para Gustavo Capanema. Maio 1939. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas/ GCg1936.03.24/2.

Carta de José Mariano Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ago. 1941. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Carlos Drummond de Andrade. 18 ago. 1944. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de Judith Martins para Rodrigo Melo Franco de Andrade. 3 ago. 1945. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 11B P16.

Carta de Antonio Candido para Rodrigo Melo Franco de Andrade. 13 mar. 1947. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Ayrton Carvalho. 13 jan. 1956. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX07 P02.

Carta de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade. 30 nov. 1962. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX07 P03.

Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Admar Guimarães. 20 jul. 1962. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX07 P03.

Carta de Paulo Krüger Mourão para Rodrigo Melo Franco de Andrade. 18 jul. 1963. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 11 P17.

Carta 165 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Sebastião Figueiredo. 9 maio 1966. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

Carta de Antônio Joaquim de Almeida para Rodrigo Melo Franco de Andrade. 26 abr. 1966. Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Arquivo Museu de Literatura Brasileira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/ RJ.

Carta 178 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Fernando Pio. 9 maio 1966. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para M. F. do Nascimento. 24 jan. 1969. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX08 P04.

Ofício 785 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Mauro Motta. 11 maio 1966. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 0011B P0014.

Ofício 41 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Ministro da Educação e Cultura. 9 jan. 1967. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Série Personalidades CX 07 P02.

Legislação

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso: 02 jul. 2014.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.

Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso: 02 jul. 2014.

BRASIL. Decreto 24.735, de 14 jul. 1934. Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 02 jul. 2014.

BRASIL. **Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=225>>. Acesso em: 15 jan.2014.

BRASIL. **Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=225>>. Acesso em: 15 jan.2014.

Entrevistas

Entrevista de Alcides Rocha Miranda para Teresinha Marinho, realizada em 22 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Entrevista de José Bento Faria Ferraz para Teresinha Marinho com a presença de Jaelson Bitran, realizada em 20-21 set. 1985. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Entrevista de José de Souza Reis para Teresinha Marinho, realizada em 7 dez. 1982. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Entrevista de Lucio Costa para Teresinha Marinho e Pedro Alcântara, realizada em 18 mar. 1983. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Entrevista de Lygia Costa para Dora Alcântara, Maria Augusta Coelho, Lelia Frota e Teresinha Marinho, [s.d]. [Entrevista em fase de sistematização]. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Entrevista de João de Souza Leite para Leticia Bauer, em 22 out. 2012, Rio de Janeiro.

THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/Copedoc, 2009.

THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010.

Internet

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Lauro de Araújo Barbosa**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=614&sid=188>>. Acesso: 19 out. 2014.

ARQUIVO NORONHA SANTOS. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ans/>>. Acesso: 6 set. 2015.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Theophilo Feu de Carvalho. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=216 >. Acesso: 7 set. 2015.

CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em <: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6689-resultados-da-avaliacao-da-capes-revelam-que-pos-graduacao-teve-crescimento-de-23-no-trienio> >. Acesso: 22 jun. 2015.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. Manuel Diégues Júnior. Disponível em: < http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=285>. Acesso em: 26 abr. 2013.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2013/05/23/interna_politica,440920/eduardo-campos-foi-mordido-pela-mosca-azul-dispara-ciro-gomes.shtml. > Acesso: 09 set. 2015.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> >. Acesso: 9 set. 2015.

_____. **Abgar de Castro Araújo Renault.**

Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

_____. **Afonso Arinos de Melo Franco.** Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso: 28 maio 2013.

_____. **José de Magalhães Pinto.** Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/magalhaes_pinto >. Acesso: 3 set. 2015.

_____. **Milton Soares Campos.** Dicionário histórico biográfico. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> >. Acesso: 11 out. 2015.

_____. **Prudente de Moraes Neto.** Disponível em:

< <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso: 1º set. 2015.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTES VISUAIS. **Depoimento a Walmir Ayala e Ricardo Cravo Albim, para o Ciclo de Artes Plásticas do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro**, em 27. 10. 1969.

Disponível em:

<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_depoimentos&cd_verbete=3494&cd_item=16&cd_idioma=28555>. Acesso em: 21 maio 2013.

_____. **Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo.**

Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa971/di-cavalcanti> >. Acesso: 11 out. 2015.

_____. **João José Rescala**. Disponível em:
<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3136&cd_item=2&cd_idioma=28555>. Acesso em: 18 maio 2013.

_____. **Rego Monteiro**. Disponível em:
<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3136&cd_item=2&cd_idioma=28555>. Acesso em: 18 maio 2013.

_____. **Aloísio Magalhães**. Disponível em:
<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10144/aloisio-magalh%C3%A3es>. Acesso: 1º dez. 2014.

ESTADÃO. A mosca azul.

Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,a-mosca-azul,200478>>. Acesso: 09 set. 2015.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/o-cidadao?p_p_id=noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_r6Qm&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_r6Qm_journalArticleId=1192506&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_r6Qm_struts.portlet.action=%2Fview%2Farquivo%21viewJournalArticle&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_r6Qm_struts.portlet.mode=view>. Acesso: 27 maio 2013.

GASPAR, Lúcia. Josué Montello. Disponível em:

<<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 3 out. 2015.

INTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/243>> . Acesso: 22 jun. 2015.

JOSÉ BENTO FARIA FERRAZ. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/129>. Acesso: 29 ago. 2015.

JOSÉ BENTO FARIA FERRAZ. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/#!/biblioteca/colecoes-especiais/biblioteca-sonia-sterman-ferraz-e-jose-bento-faria-ferraz/>>. Acesso: 20 ago. 2015.

LEAL, Carlos Eduardo. O Jornal. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL,%20O.pdf>>. Acesso: 2 set. 2015.

LYRA, Anderson Tavares de. Renard Perez – escritor. Disponível em: <<http://www.historiaegenealogia.com/2010/09/renard-perez-escritor.html>> . Acesso em: 3 jun. 2013.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Fritz Teixeira de Salles**. Disponível em:
<[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/memorias de belo horizonte e seus personagens](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/memorias_de_belo_horizonte_e_seus_personagens)>. Acesso: 28 maio 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em:
<http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=176> Acesso em: 01 fev. 2013.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Disponível em:
<http://www.upe.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=162&Itemid=2> Acesso em: 01 fev. 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. “Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio”. **Sociedade e Cultura**, v. 8 n. 2 Jul./Dez. 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.79-100, jan./dez. 2004.

_____. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Miriam de Lourdes. **A cidade de Pirenópolis e o impacto do tombamento**. Mestrado (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ALONSO, Paulo Henrique. **A construção de um patrimônio cultural: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Um estado completo que pode jamais ter existido**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O príncipe dos prosadores. **Velórios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

_____. O Patrimônio histórico e artístico nacional. Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga, São Paulo, em 29 nov. 1961. In: SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

_____. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Rodrigo em três crônicas. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

ARAÚJO, Sílvio Alberto Camargo. **Conhecer para preservar: arqueologia e inclusão social na Bacia do Paranapanema Superior**. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARIÈS, Phillipe. **História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BAHIA, Denise Marques. **A arquitetura política e cultural do tempo na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BARATA, Mário. Exemplaridade de uma ação. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

BARBATO JR., Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidades - o negro no pensamento do SPHAN: Museu da Inconfidência - Museu do Ouro - Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BAUER, Leticia Brandt. **O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937 – 1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Patrimônio cultural ou escrita da História? Considerações sobre a trajetória brasileira. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural - Escritas da História: ver, sentir, narrar**. Teresina, Piauí, 2012. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Leticia%20Bauer.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BENSAUDE-VINCENT, Bernardette. Lavoisier par documents et monuments: réflexions sur deux cents ans de commémorations. In.: ABIR-AM, Pnina G. **La mise en mémoire de la science: pour une ethnographie des rites commémoratifs**. Amsterdam: Éditions des Archives Contemporaines, 1998.

BIESEK, Ana Solange. **Turismo e interpretação do patrimônio cultural - São Miguel das Missões - Rio Grande do Sul – Brasil**. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

_____. **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BOMENY, Helena; COSTA, Vanda; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/ FGV, 2000.

BORGES, João Marcos Charpinel. **Anchieta**: um sítio histórico urbano em evidência. Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

BOTREL, Manuela de Oliveira. **Patrimônio, preservação e diversidade**: a gestão pública de bens culturais em São João Del-Rei (MG). Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança**: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

CABRAL, Raquel Carpeggiani. **Desafios da preservação**: o entorno dos bens tombados em Antônio Prado. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

CALIL, Carlos Augusto. Sob o signo do Aleijadinho. Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 149.05, out. 2012. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4540>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

CANDIDO, Antonio. Patrimônio interior. In: CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2000.

_____. A prosa do grande amigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

CAPANEMA, Gustavo. Rodrigo, espelho de critério. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

CASADO, Tatiana Caniçali. **Cidade-paisagem:** novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro:** a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio:** arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-1960. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Campinas: Papirus, 1995.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História, Historiografia e Nação no Brasil do Século XIX. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2011.

COELHO, Jean Felipe Bastardis. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no âmbito do IPHAN.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

CONDURU, Roberto. Entre histórias e mitos. Uma revisão do neocolonial. Resenhas Online, **Vitruvius**, São Paulo, ano 08, n. 093.01, set. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.093/3025>. Acesso em: 14 mar. 2014.

CORREIA, Maria Rosa dos Santos. **Mídia e discurso:** a memória da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CORTEZ, Luciano. Por ocasião da descoberta do Brasil: três modernistas paulistas e um poeta francês no país do ouro. **O eixo e a roda**, v.19, n.1, 2010.

COSTA, Lucio. A lição de Rodrigo. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

COSTA, Lygia Martins Costa. Entrevista-depoimento. CHAGAS, Mário (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.31, Rio de Janeiro, 2005.

COSTA FILHO, Odylo. Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

COUTINHO, Valdi. Rodrigo Mello Franco de Andrade não sabe que ficou na história. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DANTAS, Pedro. A lição de Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

_____. Velórios: A vida dos homens. Nota-prefácio. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de Andrade. **Velórios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DEZEN-KEMPTER, Eloísa. **O lugar do patrimônio industrial**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DIAS, Bibiana Soldara. **A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de mitificação *post-mortem* no jornal Correio do Povo de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DIAS, Robério. **O patrimônio paisagístico do Sítio Roberto Burle Marx: uma visão geográfica**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DIAS, Wélbia Carla. **Boletim SPHAN/próMemória: um espaço de comunicação do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. **Patrimônio histórico de Corumbá: imagem e poder (1937 – 2003)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

DINNOUTI, Tatiana Harue. **Museu do Ouro**: a formação de um patrimônio como mediador da identidade nacional. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

DJANIRA. Continuidade afetiva. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

DODEBEI, Vera. Marcel Gautherot e o patrimônio cultural brasileiro. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. 2012, Niterói. **Anais eletrônicos**. ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012. Disponível em: <[http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT03%20Mem%F3ria%20e%200patrim%F4nio/MARCEL%20GAUTHEROT%20E%20O%20PATRIM%20D4NIO%20CULTURAL%20BRASILEIRO%20-%20Trabalho%20completo.pdf](http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT03%20Mem%F3ria%20e%20patrim%F4nio/MARCEL%20GAUTHEROT%20E%20O%20PATRIM%20D4NIO%20CULTURAL%20BRASILEIRO%20-%20Trabalho%20completo.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2013.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: USP, 2009.

ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro. A produção dos vultos nacionais no segundo reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n 25, 2000, p. 41-61.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. A política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e a democracia no Brasil. **Ciência & Trópico**, Recife, n. 12, 1984, p. 211-214.

FEDERMAN, Jonas. **Um processo decisório do Iphan**: o caso do Museu Nacional de Belas Artes. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e das Técnicas e da Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Camila Kézia Ribeiro. **A polêmica como patrimônio**: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates da política patrimonial (1930- 1966). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

FERREZ, Gilberto. Do fundo do coração. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

FERRO, Flávia Salles. **Virgílio de Mello Franco**: trajetória política em contexto de mudanças (1929 – 1948). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FISHER, Luís Augusto. Reféns da modernistolatria. **Piauí**, n. 80, maio 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-80/questoes-de-literatura-cultura/refens-da-modernistolatria>>. Acesso: 4 jun. 2013.

FLÔRES, Ralf José Castanheira. **São João Del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Engenharia São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

_____. **Construções do Passado: Concepções sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil: anos 70-80).** Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

FOUCAULT, Michael. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.** São Paulo: Graal, 2003.

_____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2012.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996

FROTA, Lélia Coelho (Org.). **Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita – e Mário de Andrade: 1924 – 1945.** Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002.

FRANÇA, Luara Galvão de. **Patrimônio brasileiro, produtor de presença: a criação do SPHAN em 1937 e o presente espesso como cronótopo contemporâneo.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GALVES, Beatriz Lourenço Peixoto. **Cultura e Patrimônio.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 57.

GAMEIRO, Fabiana Gonçalves. **Gestão de bens culturais: estudo de caso Engenho Poço Comprido/Vicência/PE.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GARCIA, Fernanda Ghirotto. **O lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no bairro da Boa Vista, Recife/PE.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

GARCIA, Maria Madalena Moura Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, v. 21, Rio de Janeiro, p. 175-187. 1998.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos históricos**, v. 6, n. 11, 1996.

GOMIDE, Cristina Helou. **Centralismo político e tradição histórica: cidade de Goiás (1930-1978)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Experimentações em Diamantina, um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938 - 1967**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: MinC/ IPHAN, 2007.

_____. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

GONTIJO, Rebeca. O "cruzado da inteligência": Capistrano de Abreu, memória e biografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.41-76, dez. 2007.

GRAMMONT, Guiomar. **Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUEDES, Tarcila. **O lado doutor e o gavião de penacho: o movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**. São Paulo: Annablume, 2000.

HARTOG, François. O tempo desorientado: Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 7-28, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa/ PAPERJ, 2012.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. Há mais de 40 anos. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

JARDIM, Luiz. O exemplo. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

JARDIM, Mara Publio de Souza Veiga. **O guardião da memória**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-

Graduação do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, 2002.

KISHIMOTO, Deborah Padula. **A gestão do patrimônio**: estratégias da preservação do patrimônio cultural na cidade de Parnaíba – Piauí. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KRONENBAUER, Claudete. **Mário de Andrade**: cronista crítico das artes plásticas. Dissertação. Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

LAHUERTA, Manuel. **Elitismo, autonomia, populismo**: os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito**: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In : ROMANO, Ruggiero (Coord.). **Enciclopédia Einaudi**. Volume 1 – História – Memória. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LECLERC, Gerard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

LEVY, Ruth. **A exposição do centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920**. Rio de Janeiro: EBA/ UFRJ, 2010.

LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio**: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

LIMA JÚNIOR, Augusto. **O Aleijadinho e a Arte Colonial**. Rio de Janeiro: [s.e], 1942.

LIMA, Alceu Amoroso apud BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.

_____. O nosso Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969.

LIMA, Vivi Fernandes de. Nas pistas do Barroco: Aleijadinho deixou marcas nas ruas, nas igrejas e no imaginário dos católicos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/nas-pistas-do-barroco>. Acesso: 07 jul. 2014.

LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliane de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006.

MACHADO, Beatriz Auxiliadora Rezende. **Registro: análise crítica do processo administrativo federal de tutela do patrimônio cultural imaterial brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Programa de Pós-Graduação Jurídica da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

MACIEL, Felipe Esteves Lima. **Impressões de "barroco": a produção editorial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1978)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Entre o museu e a cidade. Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). **Anais do I ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 1 CDROM, p. 3-5.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

_____. **A construção do “senado da cultura nacional” em tempos autoritários (1967-1975)**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa/ FBN/ MinC, 2011, p. 28. Disponível em: < http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Tatyana_Maia.pdf >. Acesso: 27 nov. 2014.

MARANHÃO, Ana Paula Barradas. **Política cultural e patrimonialização da Casa de Cultura – Recife/PE:** o desafio da aplicabilidade. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MARINHO, Teresinha. Notícia biográfica. In: SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Rodrigo e seus tempos.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela preta e concreto:** um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MEC/ SPHAN/ FNpM. Restauração e revitalização de núcleos históricos: análise da experiência francesa - Seminários 1. **Publicações da SPHAN**, n. 30, Brasília, 1980. Nesse sentido, não resta dúvida sobre a atribuição da periodização ao primeiro livro mencionado.

MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. **Área central da Praça XV de Novembro:** o papel do estado na preservação de um sítio histórico urbano (1938-1990). Dissertação (Mestrado em Ciência em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 17, 1969.

MIOTTO, Tânia Cristina Bordon. **Capela de São Miguel Paulista:** o projeto de restauro como ferramenta de entendimento das novas linguagens do patrimônio. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

MONGELLI, Mônica de Medeiros. **Natureza e cultura:** práticas de preservação patrimonial no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MONTELLO, Josué. Mestre Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo.** Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. **Estudo Históricas**, Rio de Janeiro, v. 1, n1, 1988, p. 220-238.

MORAIS, Isabel Rodrigues de. **São Miguel Paulista – Capela de São Miguel Arcanjo – interfaces das memórias do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOREIRA, Catarine de Nazaré Aquino. **O ofício do conservador-restaurador: concepções de patrimônio e transformações desde 1937**. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, Ubirajara Araujo. Adélia Prado: um modo poético. **UniLetras**, Ponta Grossa, v. 24, n. 1, 2002.

MURAYAMA, Eduardo Tsutomu. **A Pintura de Jesuíno do Monte Carmelo na Igreja da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 5, [1944].

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. **Forte São João e o patrimônio histórico e artístico nacional**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

NAVA, Pedro. Mestre Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

NASCIMENTO, Cláudia Bastos do. **Deterioração do forro em estuque reforçado com ripas vegetais – o caso “Vila Penteadado” FAUUSP**. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

NATAL, Caion Meneguello. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. **História social**, Campinas, SP, n. 13, 2007.

NOGUEIRA, Monsenhor Severino. Oração fúnebre. DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história**. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado em História Social) –

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PEDRAZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-PI: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PENTEADO JUNIOR, Wilson Rogério. **Uma trilha ao intangível: olhares sobre o Jongo no espetáculo da brasilidade.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

PEREIRA, Júlia da Rocha. **Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu – PE.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Júlia Wagner. **O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação.** Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Juliana Melo. Ayrton Carvalho e a disseminação do campo da conservação no Brasil. In: **A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática. 1º Seminário da rede conservação.** 2012, Olinda, p. 1-5. Disponível em: < <http://www.ceci-br.org/ceci/br/component/content/article/609.html>>. Acesso: 18 maio 2013.

PEREIRA, Márcia Custódia. **Patrimônio histórico-cultural e gestão urbana: os casos de Itaúna e Ouro Preto.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PEREZ, Renard. Rodrigo M. F. de Andrade. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo.** Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

PEREZ, Vanessa Baggio Franco. **Subsídios para o estudo da história da preservação do patrimônio cultural no Brasil: os conflitos de uma trajetória.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PESSÔA, José (Org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLI, Giovana Carla Bonamin. **Elites intelectuais e nation building**: conflitos na organização e funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

PONTES, Anna Maria de Lira. **Entre fragmentos**: os ditos e não ditos das ruínas patrimoniais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13-35, 2000.

RAMOS, Karina Félix. **A preservação de Brasília**: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

REBÊLO, Marques. Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969.

REIS, Arthur César Ferreira. Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969.

REIS, Luiz Fernando. **O feito e o efeito. As memórias e as representações da preservação do conjunto urbanístico do Serro – MG**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

REIS JÚNIOR, J. M. O amigo dos artistas. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969.

RENAULT, Abgar. Perfil moral e intelectual do administrador Rodrigo Mello Franco de Andrade. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPE, 1969.

ROLIM, Mariana de Souza. **Luís Saia e a idéia de patrimônio, 1932-1975**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

RONCAGLIO, Cynthia. **Emblema do patrimônio natural no Brasil:** a natureza como artefato cultural. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ROSÁRIO, Edson Antonio Costa do. **Educação patrimonial na Baixada Fluminense:** uma experiência no Centro Integrado de Educação Pública - CIEP 354 Martins Pena. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História e memória na era das comemorações. **Cadernos do CEOM**, ano 16, n. 17, Chapecó, 2015. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2194/1280>>. Acesso: 10 out.2015.

SACRAMENTO, Igor. A retórica autobiográfica em Dias Gomes: apenas um subversivo? **Mosaico**, Rio de Janeiro, n. 4, ano II, 2011, p. 2. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=editorial/edi%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-4-ano-ii>>. Acesso: 26 abr. 2013.

SALVALAIO, Renata Cerqueira do Nascimento. **Política oficial de preservação em Vitória:** análise de uma trajetória, 1900-2000. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SANTANA, Marcela Maciel. **As bordas da cidade colonial:** um estudo da paisagem tombada de Ouro Preto. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

SANTOS, Helena Mendes dos. **Tradição e contradição na prática preservacionista:** o tombamento de sítios urbanos pelo IPHAN de 1938-1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

SANTOS, Paulo. Inspirador e criador. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Angela de Castro, SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SCOFFANO, Guilherme Butter. **A elaboração de planos de gestão da paisagem cultural brasileira como subsídio à proteção do patrimônio arqueológico: o caso da “Ilha de Laguna” - SC**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Depoimento de Judith Martins**. Rio de Janeiro: SPHAN/ FNPM, 1987.

_____. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1980.

_____. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

_____. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979)**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio: editor, autores e temas**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. **A materialização da nação através do patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, vol.22, n.44, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>> . Acesso: 15 set. 2015.

SILVA, Jaqueline Pugal da. **Modelo de inserção de nova arquitetura em áreas urbanas diferenciadas: experimentação na cidade de Sabará/MG**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SILVA, Renato Alves e. **O desafio da preservação do patrimônio arquitetônico modernista no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2012.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. **Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SMITH, Robert. Depoimento. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

STELLO, Valdimir Fernando. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Porto Alegre, 2005.

TAVARES, Denis Pereira. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João Del-Rei: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938-1967)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do decreto-lei 25/37. V **ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2009. Disponível em: < <http://www.cenacine.com.br/wp-content/uploads/19408.pdf>>. Acesso: 29 maio 2012.

TORRES, Heloísa Alberto. Testemunho. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIANA, Hélio. Rodrigo. In: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A lição de Rodrigo**. Recife: Escola de Artes da UFPe, 1969.

VIEIRA NETO, João Paulo. **Conjunto de Serrotes de Quixadá: monumentalidade e apropriação social do patrimônio natural**. Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fortaleza, 2012.

VIEIRA, Silviane de Souza. **O tombamento como prática social:** a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2003.

XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso:** a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.